

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

PEDRO DA SILVA SANTOS

DE ABANDONO, PROTEÇÃO E OUTRAS FORMAS DE RELAÇÃO COM ANIMAIS
Motivações, interações e diferenças no Rio de Janeiro e no sertão nordestino

Niterói, RJ
2014

PEDRO DA SILVA SANTOS

DE ABANDONO, PROTEÇÃO E OUTRAS FORMAS DE RELAÇÃO COM ANIMAIS
Motivações, interações e diferenças no Rio de Janeiro e no sertão nordestino

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Antropologia.

Campo de Confluência: Antropologia Social.

Orientadora:
Professora Doutora Tânia Stolze Lima

Vínculos temáticos

Linhas de pesquisa da orientadora: Ritual e Simbolismo, Etnologia Sul-Americana, Antropologia Simétrica e Modelos Etnográficos.

Projeto da Orientadora: Perspectiva e diferença na Amazônia indígena.

Niterói, RJ
2014

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

S237 Santos, Pedro da Silva.
De abandono, proteção e outras formas de relação com animais:
motivações, interações e diferenças no Rio de Janeiro e no sertão nordestino /
Pedro da Silva Santos. – 2014.
246 f.; il.
Orientador: Tânia Stolze Lima.
Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense,
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Antropologia,
2014.
Bibliografia: f. 227-234.

1. Defesa animal. 2. Relação homem-animal. 3. Animal de criação.
4. Criação de caprino. I. Lima, Tânia Stolze. II. Universidade Federal
Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 301

PEDRO DA SILVA SANTOS

DE ABANDONO, PROTEÇÃO E OUTRAS FORMAS DE RELAÇÃO COM ANIMAIS
Motivações, interações e diferenças no Rio de Janeiro e no sertão nordestino

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Antropologia.

Campo de Confluência: Antropologia Social.

Aprovada em 29 de janeiro de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora TÂNIA STOLZE LIMA – Orientadora
Universidade Federal Fluminense

Professor Doutor JORGE LUIZ MATTAR VILLELA
Universidade Federal de São Carlos

Professor Doutor ANTÔNIO CARLOS RAFAEL BARBOSA
Universidade Federal Fluminense

Professora Doutora JOANA MILLER
Universidade Federal Fluminense

Professor Doutor FELIPE SÜSSEKIND VIVEIROS DE CASTRO
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Professora Doutora ANA CLÁUDIA CRUZ DA SILVA – Suplente Interno
Universidade Federal Fluminense

Professor Doutor GABRIEL BANAGGIA DE SOUZA - Suplente Externo
Universidade Federal do Rio de Janeiro – Museu Nacional

Niterói, RJ
2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os meus colegas dos cursos de graduação em Ciências Sociais, de mestrado e de doutorado em Antropologia, com os quais convivi de 2003 a 2013 na condição de aluno do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF) da UFF. Com eles aprendi que uma das partes essenciais do conhecimento acadêmico ocorre fora do ambiente formal de sala de aula. Dentre esses, especialmente a Ana Popp, Leif Grünewald, Martin Curi, Michele Markowitz, Monique Aguiar, Rafael Fernandes, Ruy Cordeiro, Tatiana Arnaud e Vicente Cretton, que nos últimos anos expuseram suas considerações sobre os resultados da pesquisa que resultou nesta tese e apresentaram sugestões.

Aos funcionários do ICHF e aos muitos professores com os quais tive aulas ao longo de uma década. Especialmente aos meus antigos orientadores, Marcelo Carvalho Rosa (atualmente na Universidade de Brasília), que me orientou na elaboração do trabalho de conclusão do curso de graduação, e Marcos Otávio Bezerra, que me orientou na elaboração da dissertação de mestrado. Também sou muito grato ao professor Marco Antônio Cavalcanti da Rocha, do Departamento de Ciência Política, com o qual mantive importantes diálogos que foram interrompidos com o seu repentino falecimento em 2009. Dessas três experiências mencionadas trago importantes aprendizados.

À minha atual orientadora, Tânia Stolze Lima, pelos incentivos, compreensão ao orientar um aluno sem bolsa de estudos que precisava conciliar suas pesquisas com suas atividades profissionais e pela leitura minuciosa com comentários precisos que me permitiram avançar com segurança. Por insistir para que eu me mantivesse fiel aos temas que me levaram a realizar esta pesquisa quando as dificuldades surgiam e eu tentava contorná-las com outros tipos de abordagem. Com ela tive total liberdade para seguir o rumo que me pareceu mais adequado e sobre o qual assumo as responsabilidades.

Além da bibliografia, a orientadora também me sugeriu os documentários “O Homem Urso” de Werner Herzog e “Rastejador, s. m.” de Thomaz J. Farkas, e os filmes “Os desajustados” de John Huston e “White Dog” de Samuel Fuller, que me ajudaram a refletir sobre os diferentes modos de convivência com animais. De toda nossa convivência, levarei como uma constante inspiração o seu elevado senso profissional e o seu total envolvimento com a pesquisa de cada orientando.

Às pessoas com as quais tive contato ao longo do período em que realizei trabalho de campo. De algumas, só soube o primeiro nome ou apelido e diversos deles estão mencionados ao longo do texto, sem qualquer modificação. Os nomes omitidos foram de pessoas que

abrigam cães e gatos, quando a menção poderia expor aspectos delicados das instalações ou revelar a localização, algo que elas sempre evitam. Sou muito grato a todas essas pessoas que abriram suas casas e expuseram parte de suas vidas para que eu realizasse esta pesquisa.

A Flávia Trindade por ceder o documentário “O Abrigo” para que eu organizasse duas exposições gratuitas no Instituto Anísio Teixeira, em São Gonçalo-RJ, e permitir que eu pudesse vê-lo em particular e aproveitasse algumas discussões que complementaram a pesquisa de campo.

A Adriana Melo, Andreia Santa Helena, Mauro Matos e Patrícia Fittipaldi por cederem algumas fotografias que compõem as ilustrações desta tese, além de terem sido, juntamente com outros, interlocutores importantes durante o trabalho de campo.

Ao médico veterinário Mário Chavão por ter me dado muitas informações técnicas sobre os cuidados com os animais e ter disponibilizado a sua clínica em São Gonçalo-RJ para realização de trabalho de campo. Um competente profissional que, além disso, tem uma grande sensibilidade para reconhecer as dificuldades enfrentadas pelas pessoas que cuidam de animais abandonados e procura ajudá-las.

À banca constituída por Tânia Stolze Lima, Jorge Luiz Mattar Villela, Antônio Carlos Rafael Barbosa, Joana Miller e Felipe Sússekind Viveiros de Castro, pelos comentários e sugestões que me ajudaram a definir esta versão final.

E principalmente à minha esposa Mônica Tito, de onde veio a inspiração para realizar esta pesquisa e pelo envolvimento que teve em diversos momentos, registrando fotografias, mediando contatos e diversas outras contribuições. O seu entusiasmo durante todo o processo foi tão grande ou maior do que o meu. Foi dela que em muitos momentos tive o suporte emocional para seguir adiante em meio a tantas situações inquietantes e desagradáveis vivenciadas durante o trabalho de campo. A sua vasta experiência em cuidar de animais debilitados também me ajudou a compreender diversos episódios.

RESUMO

Diante da diversidade que compõe as interações entre seres humanos e animais, ocorrem distinções classificatórias que situam os animais de acordo com as expectativas e os interesses dos humanos em relação a eles. Com a análise de diferentes pontos de vista, resultado de investigações sobre o trabalho de proteção aos animais que ocorre na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e da criação para abate de cabras e ovelhas no sertão nordestino, foi possível encontrar elementos que estão organizados em diferentes ordens de prioridade e levam a desfechos distintos, mas que têm similaridades quanto ao papel que desempenham no conjunto de componentes que orientam as ações humanas direcionadas a cada um desses grupos classificatórios. Existem peculiaridades em cada configuração, mas surgem semelhanças entre elas que acompanham o gerenciamento da vida dos animais pelos humanos.

Palavras-chave: Proteção Animal; Comunicação Interspecífica, Relações Interspecíficas, caprinovinocultura.

ABSTRACT

The different ways as human beings and animals have interacted produce some classificatory groups where the animals are placed according to expectances and human interests referring to them. With the analyzes of the different points of view, from investigations about the work of protection to animals in Rio de Janeiro Metropolitan Region and the livestock of goats and sheep in semi-arid Brazilian Northeastern Region, it was possible found some elementary unities which develop similar functions in the whole of components regard to human actions with each one classificatory group. When arranged in different priority orders, even if leading to divergent outcomes, these unities have similarities in the management of animals' life.

Keywords: Animal Rights; Interspecies Communication, Interspecies Relationships, Livestock of goats and sheep.

LISTA DE SIGLAS

CBKC	- Confederação Brasileira de Cinofilia
CCZ	– Centro de Controle de Zoonoses
CETAS	– Centro de Triagem de Animais Silvestres
CONAMA	– Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPI	– Comissão Parlamentar de Inquérito
EBDA	- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
GAP	- <i>Great Ape Project</i> ou Grupo de Apoio aos Primatas
IAA	- Instituto Abolicionista Animal
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INEA	– Instituto Estadual do Ambiente (Rio de Janeiro)
NitZoo	- Fundação Jardim Zoológico da cidade de Niterói
OMS	– Organização Mundial da Saúde
ONU	– Organização das Nações Unidas
SEPDA	- Secretaria Especial de Promoção e Defesa dos Animais (Município RJ)
SRD	– Sem Raça Definida (animais também conhecidos por vira-latas)
SUIPA	- Sociedade União Internacional Protetora dos Animais
TAC	- Termo de Ajustamento de Conduta
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WSPA	- <i>World Society for the Protection of Animals</i>
WWF	- <i>World Wildlife Fund</i>

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Capítulo I		
Figura – 1	Subdiv. Climáticas Região NE (Uauá e Araripina em destaque)	Pág.: 20
Figura – 2	Motociclistas em movimento em estradas de Uauá	Pág.: 21
Figura – 3	Praça central de Uauá e representação de Antonio Conselheiro	Pág.: 21
Figura – 4	Cabras na paisagem e nas ruas no sertão	Pág.: 23
Figura – 5	Sedes das associações de criadores de Araripina e de Uauá	Pág.: 28
Figura – 6	Produção artesanal de gesso em Araripina	Pág.: 29
Figura – 7	Cabras e galinhas misturadas na propriedade de Maurílio	Pág.: 30
Figura – 8	Maurílio alimentando cabritos com mamadeira	Pág.: 32

Figura – 9	Diógenes abastecendo o bebedouro com água de cacimba	Pág.: 33
Figura – 10	Cabras e filhotes pastando livremente em Uauá	Pág.: 33
Figura – 11	Plantação de palmas	Pág.: 34
Figura – 12	Palmatória e xiquexique	Pág.: 35
Figura – 13	Juazeiro, umbuzeiro e algaroba	Pág.: 35
Figura – 14	Silagem servida a cabras e vacas por Maurílio	Pág.: 36
Figura – 15	Animais retornando às propriedades no final do dia em Uauá	Pág.: 38
Figura – 16	Cabritos alimentados por mamadeira que também sugam dedos	Pág.: 38
Figura – 17	Cabritos aguardando as mães enquanto estas comiam folhas	Pág.: 40
Figura – 18	Cão e cabrito usando cangas em Uauá	Pág.: 41
Figura – 19	Ilustração de cercado com madeira trançada	Pág.: 41
Figura – 20	José Augusto com parte da sua criação em deslocamento	Pág.: 44
Figura – 21	Criador de Uauá seguido por suas cabras	Pág.: 44
Figura – 22	Comércio de animais na feira de Uauá	Pág.: 47
Figura – 23	Os animais expostos na feira de Uauá	Pág.: 49
Figura – 24	“Pai de chiqueiro” e cabras deitados à sombra de juazeiro	Pág.: 51
Figura – 25	Urubus sobrevoando local de descarte de abate em Uauá	Pág.: 53
Capítulo II		
Figura – 26	Cães livres no centro de Petrolina-PE	Pág.: 57
Figura – 27	Animais em cemitério de São Gonçalo-RJ	Pág.: 62
Figura – 28	Cães em frente a uma lanchonete no centro de São Gonçalo-RJ	Pág.: 63
Figura – 29	Instrumental básico usado alimentar animais em locais abertos	Pág.: 63
Figura – 30	Monumento central do Campo de Santana	Pág.: 66
Figura – 31	Relógio da Estação Central do Brasil visto do interior do parque	Pág.: 67
Figura – 32	Patos e gansos nadando em lago	Pág.: 69
Figura – 33	Pata chocando ovos em cavidade de estrutura de ponte	Pág.: 69
Figura – 34	Gatos espalhados pelas alamedas no Campo de Santana	Pág.: 70
Figura – 35	Cutias e patos comendo milho no Campo de Santana	Pág.: 71
Figura – 36	Bombeiros resgatando gato em árvore do Campo de Santana	Pág.: 72
Figura – 37	Uma tarde fria e com céu encoberto no Campo de Santana	Pág.: 73
Figura – 38	Expressões dos gatos	Pág.: 74
Figura – 39	Morador de rua dormindo em banco do Campo de Santana	Pág.: 77
Figura – 40	Grupo em deslocamento para alimentar gatos	Pág.: 83
Figura – 41	Alimentação dos gatos em dia chuvoso no Campo de Santana	Pág.: 84
Figura – 42	Grupo alimentando gatos no Campo de Santana	Pág.: 89
Figura – 43	Gatos e cutias dividindo a comida no Campo de Santana	Pág.: 92
Figura – 44	Grupo alimentando gatos no Campo de Santana	Pág.: 93
Figura – 45	Enfermaria dos gatos no Campo de Santana	Pág.: 94
Figura – 46	Posto de esterilização e cômodo para os gatos do parque	Pág.: 96
Figura – 47	Abrigos improvisados para os gatos no Campo de Santana	Pág.: 98
Figura – 48	Milho para os patos e ração para os gatos no Campo de Santana	Pág.: 98
Figura – 49	Patos dentro dos bebedouros dos gatos no Campo de Santana	Pág.: 99

Figura – 50	Contagem dos gatos do Campo de Santana	Pág.: 102
Figura – 51	Primeiro modelo de abrigos para gatos no Campo de Santana	Pág.: 104
Figura – 52	Segundo modelo de abrigos para gatos no Campo de Santana	Pág.: 105
Figura – 53	Lago do Parque Eduardo Guinle	Pág.: 107
Figura – 54	Concentrações de água no trajeto do córrego no Parque Guinle	Pág.: 107
Figura – 55	Nedina Levy limpando as fezes das aves no gramado	Pág.: 108
Figura – 56	Abrigo do galo Roberto Carlos no Parque Guinle	Pág.: 109
Capítulo III		
Figura – 57	Santuário dos Grandes Primatas em Sorocaba-SP	Pág.: 118
Figura – 58	Caprinos e bovinos que vivem no Santuário das Fadas	Pág.: 122
Figura – 59	Patrícia ao lado de bezerros em imagens de divulgação	Pág.: 123
Figura – 60	Aves e porcos separados por cômodos no Santuário	Pág.: 124
Figura – 61	Coelhos, calopsita e gatos no Santuário das Fadas	Pág.: 127
Figura – 62	Entrada da SUIPA	Pág.: 133
Figura – 63	Abrigo S.O.S. Cãopanheiros	Pág.: 140
Figura – 64	Cão com restrição de deslocamento no S.O.S. Cãopanheiros	Pág.: 140
Figura – 65	Comedores e bebedouros no abrigo S.O.S. Cãopanheiros	Pág.: 141
Figura – 66	Cães distribuídos pelo pátio do abrigo da Protetora A	Pág.: 144
Figura – 67	Cães na parte coberta do abrigo do abrigo da Protetora A	Pág.: 145
Figura – 68	Cadela Lázara em carrinho infantil no abrigo da Protetora A	Pág.: 145
Figura – 69	Local onde a Protetora B manteve animais por algum tempo	Pág.: 147
Figura – 70	Cães e gatos na casa da Protetora B	Pág.: 148
Figura – 71	CETAS de Seropédica-RJ e a unidade da Polícia Militar	Pág.: 154
Figura – 72	Gaiolas apreendidas com as aves para destruição no CETAS	Pág.: 157
Figura – 73	Evento de adoção de cães e gatos em Niterói-RJ	Pág.: 162
Figura – 74	Eventos de adoção em São Gonçalo-RJ e em Niterói-RJ	Pág.: 163
Figura – 75	Evento de adoção no Campo de Santana	Pág.: 168
Figura – 76	Filhote de gato recebendo cuidados de protetora	Pág.: 169
Capítulo IV		
Figura – 77	Deslocamento da “1ª Parada do Orgulho Animal em Niterói”	Pág.: 212
Figura – 78	Deslocamento da “1ª Parada do Orgulho Animal em Niterói”	Pág.: 212
Figura – 79	Cães e humanos fantasiados em marcha	Pág.: 213
Figura – 80	Deslocamento da “1ª Parada do Orgulho Animal em Niterói”	Pág.: 214
Figura – 81	Final do trajeto da “1ª Parada do Orgulho Animal em Niterói”	Pág.: 217

SUMÁRIO

Introdução

Grupos classificatórios, resumo da trajetória e motivações.....	1
A dimensão política das relações com os animais.....	8
Questões iniciais e as temáticas analíticas.....	12
Resumo dos capítulos e esclarecimentos adicionais.....	16

Capítulo I - Criação de cabras e ovelhas no sertão nordestino

I.1.Entre Rio de Janeiro, Uauá e Araripina e o trabalho de campo no sertão.....	18
I.2.Aspectos econômicos regionais e a caprinovinocultura.....	28
I.3.O trabalho diário de cuidar da criação.....	32
I.4.Controle sobre a dispersão dos animais e os deslocamentos conduzidos.....	40
I.5.Comercialização dos animais e os produtos da caprinovinocultura.....	45
I.6.Mantendo uma tradição.....	54

Capítulo II - Os animais urbanos: os protetores e os protegidos

II.1.Cuidando dos abandonados.....	57
II.2.Campo de Santana: os gatos abandonados do centro do Rio de Janeiro.....	65
II.3.Parque Eduardo Guinle: as aves abandonadas da Zona Sul do Rio de Janeiro.....	106
II.4.Trabalhadores da proteção animal urbana.....	110
II.5.O trabalho de descaracterização do abandono.....	115

Capítulo III - Propostas e tipos de acomodação para animais

III.1.Orientações classificatórias na rotulação dos espaços.....	117
III.2.Propostas dos santuários e detalhes sobre um deles para animais de fazenda.....	117
III.3.Abrigos, lares e afins para cães e gatos.....	130
III.4.Algum espaço para os animais silvestres.....	153
III.5.Encaminhamento de cães e gatos para adoção.....	157
III.6.O gerenciamento espacial e as implicações classificatórias.....	169

Capítulo IV - Ações políticas pelos animais: caminhos da institucionalização

IV.1.Os animais na legislação e os movimentos pela inclusão.....	173
IV.2.Em busca da inserção das demandas da proteção animal no orçamento.....	176
IV.3.A alimentação humana como ação política na Câmara do Rio de Janeiro.....	188
IV.4.Humanidade, animalidade e a expansão dos direitos.....	195
IV.5.O controle do sofrimento e seus parâmetros.....	201
IV.6.“1ª Parada do Orgulho Animal”: propostas de um encontro multiespecífico.....	211
IV.7.A convergência das diferenças na discussão sobre os direitos.....	218

Considerações Finais.....	220
----------------------------------	------------

Referências

Referências Bibliográficas.....	227
Periódicos Citados.....	234
Documentário Audiovisual.....	234

Introdução

Grupos classificatórios, resumo da trajetória e motivações

Em discussão com linguistas em torno das expressões com referência aos animais na língua inglesa, Edmund Leach (1983) propõe quatro grupos em que eles estão distribuídos: silvestres, de caça, de fazenda e de companhia. Nesse procedimento classificatório, praticamente toda a diversidade estaria incluída, o que acredito se estender a outras sociedades industriais ocidentais, embora cada uma delas tenha seu próprio sistema domesticador para definir essa distribuição, como argumenta Digard (2003).

Atualmente, as noções de conservação da diversidade e dos direitos dos animais provocaram o esvaziamento da categoria caça¹. Esse deslocamento ocorreu em maior número em direção aos silvestres e, talvez, uma pequena parcela tenha sido inserida entre os de fazenda, em se considerando que a criação em cativeiro para consumo alimentício ou estético, que depende de autorizações legais, pode regularmente incorporar novas espécies.

Assim, a discussão trazida nesta tese passa pela análise do tratamento que os animais recebem a partir desses rótulos. Contrastando diferentes propostas protecionistas e outras a que chamo de predatórias, o meu principal desejo é poder contribuir com o debate sobre os diferentes interesses pelos animais e os pontos de aproximação entre eles, pois penso que o consumo de animais não se restringe ao aspecto alimentício. Existe também uma modalidade estética, baseada em parâmetros definidos em mercados específicos envolvendo plantéis e criadores (DIGARD, 1988 e 2003; GRAF, 2010; OLIVEIRA, 2006; PELLEGRINE, 2005).

No entanto, o aprofundamento da discussão sobre as diferenças entre grupos classificatórios não é o objetivo principal desta tese. Em primeiro plano, procuro compreender a peculiaridade de cães e gatos tidos como abandonados, que figuram entre os animais de companhia, em comparação com as outras categorias. O interesse pelo tema vem da minha convivência com pessoas que cuidam de cães e gatos tidos como abandonados, composto em

¹ Cada vez mais, a caça tem figurado como uma prática antiquada e condenável em contextos urbanos industriais ocidentais. Em 2012, o monarca espanhol foi bastante criticado ao ser fotografado ao lado de um elefante morto em caçada realizada em Botswana, justamente no momento em que a família real espanhola passava por diversos questionamentos. Em função disso, ele também perdeu o título de presidente honorário da filial espanhola do *World Wildlife Fund* (WWF), por se encontrar em contradição com os ideais daquela instituição, e chegou a fazer um pronunciamento pedindo desculpas publicamente. Esse tipo de caça ocorre em nome do controle populacional de algumas espécies consideradas silvestres, principalmente as de grande porte ou predadoras. Tal prática costuma ser questionada com o argumento de que a progressiva ocupação de áreas florestais e as fronteiras internacionais têm sido responsáveis pela concentração desses animais em determinadas áreas. Os elefantes africanos podem ser mencionados como um exemplo disso, quando são forçados a ocupar extensões territoriais cada vez menores, o que provoca a impressão de uma superpopulação, quando seria mais uma concentração, como defende Aarde (2010).

maior proporção por mulheres, principalmente por estar casado com uma delas. Há alguns anos, convivo com alguns desses animais e ouço menções às questões que surgem nesse tipo de trabalho, apesar de não estar envolvido diretamente com ele.

A minha expectativa inicial, quando decidi realizar esta pesquisa, era observar algumas formas de interação entre seres humanos e animais, comparando-as, para compreender em que medida cada um desses tipos de relação teria pontos em comum com os outros. Reconheço que não consegui atingir muitas das minhas metas, mas acredito que de alguma forma me aproximei do esboço inicial.

O que trago dos animais de fazenda e dos silvestres tem servido para dar mais ênfase às peculiaridades e à dinâmica populacional de cães e gatos, embora eu pretendesse ir além desse desfecho. Por algum tempo, imaginei ser possível realizar uma discussão sobre os diferentes interesses dos humanos pelos animais, que colocasse os contextos distintos em relação simétrica entre si, mas os diversos obstáculos encontrados dificultaram a conciliação de uma pesquisa relativamente ampla com o cronograma administrativo de um curso de pós-graduação *stricto sensu*.

Certamente, as interações multiespecíficas e as configurações que se estabelecem em cada localidade ou momento são mais dinâmicas do que essa tipificação relativamente formal. Pode existir um cavalo criado como companhia e outro utilizado em veículo de tração; um cão que cuida da segurança de um imóvel em área afastada de centros urbanos e dorme em canil, e outro que vive na cidade e pode optar por dormir no sofá na sala de estar ou na cama do seu proprietário; um bode criado como companheiro, de maneira que lembra um cão, e às vezes apara o gramado do jardim, e outro que será abatido para consumo alimentício ou em ritual de sacrifício; alguns espécimes da fauna silvestre que podem ser encontrados em cativeiro compondo paisagens ou na condição de companhia; entre outras situações possíveis.

Haraway (2003, p. 15) também propõem a problematização da ideia de companhia, que não se restringe aos cães e gatos, incluindo também certa diversidade de espécies que acompanham os humanos de forma bastante ampla, inclusive a flora intestinal. Ela também questiona a ideia de “amor incondicional” dos animais de companhia em relação aos seus donos humanos, que partiria do equívoco baseado em uma suposta equivalência cognitiva (*Ibidem*, p. 33-39).

Contudo, os três segmentos que permanecem ativos para os nossos objetivos – silvestres, de fazenda e de companhia - representam marcos fortes das ações direcionadas aos animais, e estas rotulações ainda podem ser úteis para a nossa discussão. Essa ordem

classificatória não inviabiliza o dinamismo da diversidade nem é autoexplicativa, mas representa parâmetros para onde convergem certos agrupamentos temáticos.

Como argumenta Lévi-Strauss (2004, p. 155-181), os sistemas classificatórios operam por meio de unidades que não podem ser tidas como instituições, tal como se deu a discussão clássica sobre o totemismo. “Categorias, elementos, espécies, números”, como é o título do capítulo, são pontos de articulação do pensamento classificatório que organiza a diversidade e estabelece a conexão dos elementos naturais com o contexto cultural em que eles são concebidos como integrantes.

É por meio das categorias de fazenda, de companhia e silvestres que se vão construindo os parâmetros jurídicos que incluem os animais na legislação e por meio das quais os militantes, os cientistas e os empreendedores concebem seus objetivos em relação aos animais. Como dito anteriormente, elas não explicam as peculiaridades pontuais, mas servem como marcos de ações, projetos e discursos voltados para o gerenciamento da diversidade de animais não humanos. Elas agregam minimamente as segmentações de animais de acordo com determinados pontos de vista.

Ao longo da pesquisa, o aspecto classificatório se impôs e apareceram os contrastes entre diferentes acomodações para animais: abrigos, lares, santuários e criadouros foram denominações encontradas que evidenciavam os diferentes tipos de interesse relacionados aos animais. Objetivos e densidade populacional em cada situação também passavam por essas categorias. Assim, o sistema classificatório que se foi revelando durante a pesquisa depende minimamente dessa tipificação para funcionar, já que existe *a priori* a constatação de que os animais são diferentes entre si e, em função disso, os interesses em relação a eles também se distinguem.

A pesquisa de campo foi iniciada com a observação em três municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – a capital fluminense, Niterói e São Gonçalo – de algumas atividades direcionadas a cães e gatos tidos como abandonados. Este é um tipo de trabalho que pode ser encontrado em diversas localidades, mas acredito que onde a pesquisa foi realizada há um processo de institucionalização dessas práticas, em graus distintos em cada um dos municípios, que dá uma conotação peculiar ao conjunto de procedimentos.

São diferentes atividades desenvolvidas em locais públicos ou no interior das residências que se complementam visando alimentar, abrigar provisória ou permanentemente, investir no controle populacional e encaminhar para adoção cães e gatos. Com grande frequência, as pessoas que realizam tal trabalho se comunicam, compartilham materiais e experiências e elaboram determinados métodos que estabelecem um sistema relativamente

integrado de recolhimento e distribuição de animais de companhia deslocados de situações avaliadas como inadequadas para outras desejáveis.

A expressão mais regular desse trabalho acontece no interior das residências dessas pessoas ou em imóveis mantidos como abrigos, mas encontrei grande dificuldade para acompanhar isso de perto. A parte da pesquisa voltada para os abrigos foi feita por meio de uma espécie de amostragem definida pela receptividade dos seus responsáveis, já que o acesso ao interior desses espaços costuma ser bastante dificultado, por razões que serão aprofundadas no terceiro capítulo. A população da maioria dos abrigos não costuma ser fixa, pois há uma rotatividade constante entre animais que saem e outros que chegam.

Ao mesmo tempo em que tentava conhecer a dinâmica no interior dos abrigos, comecei a observar um parque público no centro da cidade do Rio de Janeiro, a Praça da República, mais conhecida como Campo de Santana. Ali havia algumas centenas de gatos que eram alimentados por algumas pessoas. O Campo de Santana tinha uma configuração muito peculiar: os gatos conviviam com os animais que compunham a paisagem do parque, como patos, gansos, pavões e cutias, mas não havia um consenso sobre a presença dos felinos. Estes eram tidos como intrusos e destoavam das propostas paisagísticas dos parques urbanos mencionadas por Macedo e Sakata (2010).

Naquele parque havia um trabalho contínuo que mobilizava certo número de voluntários e prestadores de serviço que se alternavam nos cuidados com os gatos, por meio de uma divisão de atribuições. Também havia uma grande rotatividade entre as pessoas que se propunham a trabalhar pelos gatos que viviam naquele parque.

Durante o mesmo período, também me voltei para o trabalho de divulgação de cães e gatos recolhidos e, depois de tratados, colocados à disposição de interessados em adotá-los. Essa divulgação ocorre por meio dos chamados eventos de adoção, que são estruturas provisórias montadas em locais com certa movimentação de pessoas, e por correio eletrônico e pelas chamadas redes sociais na *internet*.

Com o andamento da pesquisa, percebi que havia três modalidades de trabalho – os abrigos, os cuidados com animais em locais abertos e o encaminhamento deles para adoção – que estavam interligadas compondo um sistema que se integra de forma física e eletrônica – por telefonia e *internet* – e mobiliza um grande número de pessoas em graus e tipos de envolvimento. Diante disso, a observação desse campo tinha que se adequar ao dinamismo dele e seguir um dos princípios metodológicos básicos da antropologia social: um único pesquisador registrando um conjunto de elementos que compõem determinado contexto social.

O grande desafio era a extensão territorial, que transcendia as divisões entre bairros, regiões e municípios. A rede de cooperação articulava prestadores de serviço, organizadores, cuidadores de animais, financiadores, médicos veterinários e os animais que se pretendia ajudar. Eu poderia ter optado pela modalidade externa de trabalho, abdicando de qualquer possibilidade de registrar os abrigos, ou me restringir à divulgação das adoções e ao trabalho com cães e gatos em locais abertos, mas que locais seriam estes e que tipo de amostragem seria registrada a partir dessa decisão? Havia diversos locais que aparentemente remetiam a questões similares, mas cada um deles tinha suas peculiaridades. De certa forma, o que trago aqui foi composto por amostragens, já que esse campo é muito amplo, mas acredito que resulta de seleções das três modalidades de trabalho.

Eu poderia optar pelas expressões com mais visibilidade e ter passado a impressão de um campo nos moldes tradicionais da pesquisa etnográfica, mas este não teria sido o registro mais fiel desse campo. Se eu me detivesse apenas à parte que fica aparente, certamente teria sido mais fácil elaborar um texto e este passaria a impressão de um objeto mais bem definido, mas acredito que seria uma descrição de um objeto excessivamente deformado e destituído de algumas de suas partes mais significativas em nome de uma aparência artificial.

Em alguns momentos, a mobilidade do pesquisador era necessária e também a maneira mais produtiva de obter informações que contribuíssem para a compreensão daquele campo em um plano extensivo, mesmo se tendo a impressão de estar perdendo detalhes mais específicos. Encontrar a inter-relação entre atividades que apareciam em diversos locais, com semelhanças e diferenças, foram caminhos que percorri. No início, essa também foi uma forma de assegurar a inserção possível no campo.

Nesse sentido, a observação flutuante proposta por Pétonnet (2008) foi o caminho encontrado. Embora o método possa parecer caótico, acredito ter sido o mais adequado para compreender a dinâmica desses três segmentos em cooperação constante. A parte visível do trabalho expõe de forma mais clara as articulações, enquanto a parte que ocorre em lugares fechados, como nos abrigos, revela os paradoxos e as questões provocadas pela escassez de recursos e a relação desproporcional entre demandas e capacidade de resposta. Nesses espaços fechados, o improvisado não permite que o discurso seja tão fluido quanto o relacionado ao trabalho em locais abertos.

As duas expressões mais visíveis – a divulgação das adoções e cuidar dos animais nas ruas – dependem da diversidade de abrigos em suas variadas formas, como serão tratados no terceiro capítulo, mas às vezes se afastam deles no plano discursivo como se houvesse uma segmentação temática e funcional que colocasse essas três partes em escala de valores. Essa

divisão do trabalho geralmente oculta uma série de questões, principalmente de caráter socioeconômico, que associam as relações de classe ao valor do trabalho realizado.

Esse conjunto às vezes aparenta estar segmentado, com suas ramificações associadas a cada uma das modalidades de trabalho e às vezes parecendo operar isoladamente ou em disputa entre si. Ele é conduzido em maior proporção por pessoas que têm suas atribuições profissionais e compromissos pessoais. Para encontrar as conexões era preciso desenvolver essa mobilidade que poderia parecer descomprometida com uma noção de unidade social de análise em sentido usual, mas era ela que permitia ocupar as lacunas temporais deixadas a cada momento por uma aparente ociosidade de algum dos segmentos enquanto outro estava em movimento.

Foi uma dinâmica que permitiu ocupar os espaços deixados pelas alternâncias operacionais entre os tipos de trabalho – cuidar de animais nas ruas em horários não comerciais; promover adoções nos finais de semana e feriados; e cuidar dos abrigados em casa de forma mais regular. A grande maioria dessas pessoas não estava envolvida com a proteção a animais em tempo integral, o que exigia a adequação da pesquisa a essa dinâmica. De certa forma, ficam lacunas nesse processo de institucionalização que passa a ser ocupado por um tipo de trabalhador remunerado.

Além disso, ainda havia as audiências públicas e os debates em câmaras municipais, onde todas essas questões apareciam conectadas. Foi uma pesquisa um pouco diferente de padrões convencionais, mas essa foi a dinâmica a que os dados me levavam porque esses segmentos tinham algum tipo de diálogo, mesmo que fosse apenas no ambiente formal das audiências públicas. Esses diferentes tipos de trabalho se conectavam. Assim, priorizei mapear a rede mais do que seguir determinado segmento e permanecer nele.

O contraste relativo ao tratamento dado a cada espécie ou segmento classificatório aparecia durante os debates. As discussões falavam de liberdade, de tirar os animais da dominação humana, de dar-lhes melhores condições de vida, mas as soluções apontadas dependiam da tripartição classificatória. As noções utilitaristas, quando evocadas, referiam-se com mais intensidade aos silvestres – eles servem para equilibrar relações ecológicas; os de fazenda ficavam em posição imprecisa, já que uma parte dos debatedores se declarava vegetariana e outra deixava implícito que não era, embora todos descartassem os animais como força de trabalho; enquanto cães e gatos estavam sempre associados à ideia de companhia, que encontrava certa dificuldade para se conectar com as noções de liberdade.

Havia certo consenso em torno de uma ideia de liberdade que buscava a equiparação entre espécies e segmentos, mas havia pontos imprecisos nos diálogos que resultavam das

diferenças, principalmente aquelas associadas às dimensões corporais das espécies. Isso ficava visível quando os argumentos traziam situações concretas e apontavam dificuldades na padronização de procedimentos. Assim, inevitavelmente a pesquisa teria que incorporar os outros dois segmentos de animais – de fazenda e silvestres – de maneira que pudesse deixar mais claras as especificidades e ilustrar com mais precisão como a ideia de equiparação como elemento discursivo tinha dificuldade em se legitimar em termos práticos.

Mas que tipo de observação poderia ser útil à pesquisa já iniciada com cuidadores de cães gatos e que a complementasse? Como evitar todo o desgaste de planejamento de pesquisa de campo, com as tentativas que pudessem ser frustradas pelas imposições do campo, inserindo-a em um planejamento já definido e avançado em relação ao calendário do curso? Criadouros, frigoríficos e demais empreendimentos da indústria da carne costumam ser protegidos por normas sanitárias que impedem a entrada de pessoas que não façam parte do contexto. Logo, era necessário localizar um campo em que a entrada pudesse ser mais fácil e que mostrasse o contato mais duradouro entre os cuidadores e os animais.

O sertão nordestino foi introduzido nesta pesquisa como uma região onde a criação de animais para abate poderia ter características mais artesanais, sem uma divisão do trabalho fragmentadora, comum em processos industriais, e onde as relações entre os criadores e os animais apareceriam de forma mais direta e regular. Isso nos fez imaginá-lo como um contraponto e uma opção interessante de conduzir a investigação olhando a perspectiva de proteção aos animais de um modo mais crítico.

Os criadores de cabras e ovelhas do sertão nordestino representam a inserção dos animais de fazenda em configuração que os caracteriza como tal. Quando fui ao Santuário das Fadas, em Petrópolis-RJ, os animais mantinham o rótulo classificatório “de fazenda”, mas estavam desvinculados das funções utilitaristas que o justificava. Em Uauá-BA e Araripina-PE foram localizados os criadores de cabras e ovelhas que contribuíram para a composição desta tese.

Quanto aos silvestres, estar no Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS) em Seropédica-RJ, que pertence ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), possibilitou a visualização das acomodações provisórias de animais silvestres que se encontram em processo de retorno aos seus habitat de origem. O tratamento dado àqueles animais, dentro de uma política estatal conservacionista, mostrava que os aspectos classificatórios oferecem parâmetros relativamente estáveis que reforçam a tripartição.

Assim, a principal proposta desta tese é mostrar animais de companhia, silvestres e de fazenda, por razões distintas, acomodados em instalações provisórias ou permanentes visando direcioná-los aos enquadramentos classificatórios em que eles estão definidos, além das situações em que esses rótulos são questionados, mas que dependem dessas tipificações para operar. São situações de cativeiro, intencionais ou não, transitórias ou que se tornam permanentes, que aproximam as diferenças.

A dimensão política das relações com os animais

Entre as estratégias de ação política, os símbolos variam de acordo com o momento e o tipo de mensagem que se deseja transmitir. Os meios utilizados podem ser aqueles com maior capacidade de convencimento ou que causem mais comoção. Darnton (2010) cita um episódio que aconteceu no século XVIII na França, em que um grupo de trabalhadores promoveu uma matança de gatos, incentivado pelos patrões, a partir de uma suposta conspiração dos felinos contra os humanos. Acreditava-se na época que os gatos eram mensageiros das bruxas ou poderiam ser as próprias disfarçadas, além de terem uma série de poderes especiais (DARNTON, *Op. Cit.*, p. 126-127).

Todo isso foi provocado pelos próprios trabalhadores que, inconformados, imitaram gatos fazendo barulho nos telhados para incomodar seus empregadores e mostrar-lhes como era difícil a combinação da desgastante jornada de trabalho nas gráficas com precários descansos noturnos. Quando os relatos se propagaram, os patrões determinaram a eliminação dos felinos. Isso foi recebido com certa euforia pelos trabalhadores que, contrariando o combinado, mataram, inclusive, os preferidos dos patrões. Os gatos foram vestidos e julgados de forma análoga àquela que os trabalhadores gostariam de fazer com seus empregadores, e as execuções foram comemoradas (*Ibidem*, p. 125-135).

Esse relato mostra um tipo específico de mobilização em que se pretendia alcançar certos objetivos utilizando animais como mediadores. Os trabalhadores questionavam principalmente o contraste entre as condições mais confortáveis em que alguns gatos viviam e a precariedade em que eles próprios se encontravam. Embora esse debate ainda seja pertinente, a legislação atual não admite a utilização de animais tal como aqueles operários franceses fizeram.

Na situação relatada acima, os gatos figuravam como simples objetos discursivos dos trabalhadores. Ao longo dos séculos XIX e XX, as condições mudaram e o tratamento direcionado aos animais passou por diferentes estágios dentro de um longo processo que assegurou a todos eles determinados direitos (CASTRO, 2006; LEVAI, 2004; LOURENÇO,

2008; RODRIGUES, 2010). O tipo atual de política que utiliza os animais costuma estar diretamente voltada para eles, no aspecto do bem-estar, ou a uma ideia de sustentabilidade sistêmica planetária que depende do equilíbrio numérico entre seres vivos de diversas espécies e reinos.

Nesse sentido conservacionista, as principais ações estão voltadas para os silvestres. Em geral, é um tipo de política coordenada por instituições estatais com legislação específica em que são definidas as espécies prioritárias. Nessa proposta que ganhou impulso na segunda metade do século XX, principalmente pela sua inclusão na agenda da Organização das Nações Unidas (ONU), podem existir empreendimentos estatais e privados que visam assegurar a manutenção e recuperação de espécimes tidos como silvestres, diferenciando nativos e exóticos – estes últimos são animais deslocados do habitat de origem e que precisam ser controlados para não desestabilizar as relações sistêmicas em habitat diferente do seu – para que sejam minimizados os efeitos das ações humanas sobre fauna e flora.

O aspecto sanitarista é outro tipo de intervenção estatal que possui um histórico de discussões (OMS, 1973, 1992). Os animais que não estão classificados como silvestres, quando pensados pelo aspecto político gerencial, foram inseridos na perspectiva de saúde pública como potenciais mediadores na propagação de doenças entre os humanos. Essa noção de saúde pública ainda é um referencial bastante forte que muitas vezes agrega outros pontos de vistas, mas segue como linha de convergência das ações estatais direcionadas a espaços urbanos (ANDRADE *et al.*, 2007; BORGES *et al.*, 2009; LIMA *et al.*, 2010; SIQUEIRA, RIBEIRO e SALERNO, 2008).

No entanto, há um movimento que vem ganhando força a partir do questionamento das premissas sanitaristas. É uma perspectiva que parece ter surgido como alternativa a uma noção de saúde pública que priorizava uma modalidade de limpeza dos espaços urbanos, com a eliminação de animais sugerida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (OMS, 1973, 1992). Existe uma militância que tem reivindicado a inserção de outros elementos nessa discussão para que os animais não sejam identificados apenas como parte dos problemas sanitários, mas também como interessados nas soluções.

Estas pessoas são chamadas de protetoras. O título de protetor é resultado de um processo de institucionalização dessas práticas dentro de um conjunto de mobilizações que têm os animais como tema. Ao longo desta tese, a denominação de protetor estará direcionada a pessoas que fazem algum trabalho com cães e gatos, já que ela é amplamente difundida e assumida por elas, embora não corresponda a uma categoria homogênea. Algumas pessoas que cuidam de animais há algum tempo dizem que antes eram conhecidas apenas como

“alguém que gostava dos bichos”, “que cuidava de animais nas ruas”, “gateiras” e “cachorreiras”, entre outras tantas denominações, algumas elogiosas e outras pejorativas.

Essa denominação de protetor também precisa ser compreendida com a entonação política que fica perceptível durante discussões sobre o lugar dos animais nas questões ambientais e os direitos reivindicados pelos diversos segmentos animalistas. As denominações não estão necessariamente conectadas à tripartição entre animais de fazenda, silvestres e de companhia, mas de algum modo passam por elas no que se refere ao tipo de trabalho que realizam, pois há certas imposições derivadas dessa tripartição funcional que repercutem na modalidade de trabalho possível e que são levadas para o discurso como elementos valorativos da ação, de um segmento em relação a outros.

Em outro ponto da discussão, encontram-se os abolicionistas. A noção de abolicionismo animal tem duas características bem marcantes: a aproximação das espécies animais ao lugar até então exclusivo dos humanos, no que se refere a determinados direitos legais, e o incentivo à alimentação sem substâncias de origem animal, que no seu estágio mais restrito é chamada de veganismo². O principal argumento que associa a alimentação vegetariana à proteção aos animais sugere que esta é uma forma de equiparar os diversos animais, sem uma distinção entre os que trabalham – como os animais de tração e de guarda –, os que comemos – como porcos, galinhas, peixes, bois, carneiros, bodes e outros – e aqueles que temos como companheiros – cães e gatos, principalmente. Essa elaboração se baseia na capacidade de sentir dor que os chamados “seres sencientes” possuem (COETZEE, 2003; SINGER, 2009; SINGER e MASON, 2006; REGAN, 1985; FRANCIONE, 2008, 2010).

Nesse sentido, Adams (2012) se refere a uma “política sexual da carne” para apontar questões de gênero orientando a centralidade da carne na alimentação humana, que estaria associada a uma ideia de masculinidade dependente de um discurso de agressividade e de morte dos animais. Essa é uma ideia corroborada por autores como Peter Singer (2009), que vê semelhanças na militância pelos animais com os movimentos feministas e pela igualdade racial. Nessa perspectiva, determinados princípios morais não deveriam ser restritos aos humanos, já que a divisão entre espécies seria uma simples abstração que atende ao estudo sistematizado dos seres vivos, mas não é um bom parâmetro jurídico (COETZEE, 2003; SINGER, 2009; SINGER e MASON, 2006; REGAN, 1985; FRANCIONE, 2008, 2010).

² Veganismo deriva de *vegan*. Esta é a redução da palavra *vegetarian*, cunhada por Donald Watson (1910-2005) para sinalizar divergências com vegetarianos. Grosso modo, quem se define como vegano(a) não se alimenta com produtos que contenham substâncias de origem animal nem usa acessórios com matéria-prima de origem animal na sua constituição, diferenciando-se assim de outros vegetarianos, que podem se alimentar de ovos, leite e outros itens, e também não ter restrições quanto ao vestuário confeccionado em couro.

Em certos momentos, essa perspectiva abolicionista se mescla com as ideias conservacionistas, pois vão existir empreendimentos de amparo a animais em que esses dois pontos de vista se fundem. A ênfase no abolicionismo ou no conservacionismo irá variar de acordo com as necessidades ou conveniências. O conservacionismo tem um argumento mais cientificista, e quando ele é mesclado com o abolicionismo, quase sempre, é para legitimar cientificamente a posição política dos abolicionistas.

Esses diferentes segmentos de proteção aos animais não costumam interagir regularmente, mas em alguns momentos isso ocorre. Nessas ocasiões, a divisão funcional proposta por Leach (1983) muitas vezes aparecia como parâmetro na busca por soluções para amparar os animais. Como argumenta Sahllins (2003), embora a composição corporal de cães, cavalos e bois possa conter o mesmo tipo de matéria, as diferenças classificatórias implicam modos distintos de relacionamento e expectativas relacionadas a cada espécie.

A partir da observação de discussões em audiências públicas, em geral provocadas por algum evento envolvendo cães e gatos em situações classificadas como maus-tratos, foi possível perceber esses diferentes segmentos políticos dialogando. Naquelas condições, percebiam-se com certa clareza as diferenças entre os segmentos da proteção animal e as disputas entre eles. Divergências que às vezes só ficavam visíveis quando certas demandas só se aplicavam aos animais de companhia, como a criação de serviços para atender cães e gatos, mas não havia propostas que atendessem a outras espécies, como os cavalos utilizados em tração, e outras intervenções que também eram apontadas como necessárias.

Além disso, nesses eventos era possível compreender como os praticantes da alimentação sem substâncias de origem animal construíam seus discursos como integrantes de um grande sistema chamado de proteção animal, mesmo que não estivessem diretamente envolvidos no trabalho com animais.

Nesse processo de institucionalização que vai gradativamente incluindo determinados pontos na legislação a partir das reivindicações de militantes, acompanhei o Fórum QuartAnimal³ na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, que foi um evento mensal realizado nos anos de 2011 e 2012 em que se discutiam temas relacionados aos animais, sendo a alimentação vegetariana e o veganismo os que predominaram. Também estive na “1ª Parada do Orgulho Animal” aconteceu em Niterói-RJ, que foi um encontro divulgado pela *internet* e que tinha a proposta de agregar diferentes integrantes da proteção animal e nome do diálogo.

³ Quando procurei alguns frequentadores do fórum com a expectativa de compreender melhor certas ideias, fui convidado por um deles, que também era um dos organizadores, para ser um dos palestrantes. Isso me levou a atuar não apenas como observador, mas também como alguém que participou de algumas discussões. A primeira experiência aconteceu em novembro de 2011 e a segunda em abril de 2012.

Assim, as ações políticas utilizando os animais deixaram de tê-los como instrumentos de dramatização visando apenas objetivos humanos para incorporá-los como interessados nos resultados dessas ações. Certamente, o que se consegue efetivamente materializar na legislação em relação a determinados direitos deixa assimetrias que decorrem dos diferentes processos que levaram a isso, em função das noções utilitaristas que foram utilizadas na argumentação, mas o diálogo entre diferentes agrupamentos de militantes tem cada vez mais apontado para a aproximação de procedimentos relativos aos diferentes grupos classificatórios de animais.

Questões iniciais e as temáticas analíticas

Em grande proporção, a bibliografia que trata das relações interespecíficas está organizada em torno da discussão ontológica com inspiração filosófica e da classificação baseada no ácido desoxirribonucleico (ADN, em português; ou DNA, em inglês, derivada de deoxyribonucleic acid). São dois fortes parâmetros em que a discussão, por um lado, se baseia nas especificidades de cada ser em relação aos demais, do ponto vista existencial e; por outro, na constituição físico-química elementar que produz semelhanças e diferenças entre as categorias de seres vivos. Estes são os referentes teóricos das ciências humanas e das ciências naturais, respectivamente.

Ultimamente, trocas de experiências entre diferentes campos de investigação têm ocorrido e o diálogo das humanidades com as ciências naturais tem sido regular. Principalmente quando se discute as divisões sociojurídicas entre animais humanos e não humanos, onde as duas perspectivas são repensadas e ao mesmo tempo é rejeita a separação orientada exclusivamente por uma delas.

Assim, na elaboração desta tese era preciso encontrar um ponto de equilíbrio entre a especulação filosófica que trabalhava a dualidade ontológica entre humanos e animais e as questões biológicas que surgiam durante a pesquisa. Em alguns momentos, pareceu-me que diversas pessoas propunham uma comunidade multiespecíficas de indivíduos que estivessem submetidos a uma moral que, embora derivada das motivações humanas, não ficaria restrita aos que são juridicamente reconhecidos como humanos.

Nessa comunidade multiespecíficas de indivíduos, que fica sugerida nos trabalhos de Francione (2008, 2010), Singer (2009) e Regan (1985, 2004), o tipo de interesse que aproxima os animais dos seus cuidadores parece ser uma interação que se complementa sem que se tenha uma noção precisa sobre a percepção de ambas as partes. Isso não significa duvidar da veracidade do discurso de militantes que declaram amar os animais que recebem

seus cuidados, mas falta-nos o instrumental para compreender o outro lado da relação, daqueles que recebem os cuidados e estariam retribuindo o amor. Nessa concepção de amor haveria correspondências e reciprocidades.

Seguindo essa linha de raciocínio, em determinados momentos, tentei seguir a proposta de “equivocação controlada” de Viveiros de Castro (2004) com modificações, pois o autor se refere à comunicação entre antropólogos equipados com os valores da sua própria cultura e pessoas pesquisadas em outros contextos culturais, enquanto eu deslocava isso para as relações interespecíficas. A interação nessa comunidade multiespecífica de indivíduos implicaria inevitáveis equívocos, mas apesar disso alguma comunicação ocorria.

Isso também significava sair de um tipo proposta teórica como a de Deleuze e Guattari (1997), em que eles argumentam que em certas condições se estabelece um *devoir animal* decorrente da percepção humana sobre os animais que gera uma vontade de aproximação que não significa uma transformação no animal. Acredito ter encontrado mais o inverso dessa relação nas tentativas de trazer o animal para o ponto de vista humano, o que poderia ser caracterizado como um *não devoir*, do que propriamente *devoirs*.

Além disso, quando Deleuze e Guattari (*Op. Cit.*, p. 21, grifos no original) dizem que “*todos aqueles que amam os gatos, os cachorros, são idiotas*” ficava difícil a conciliação de uma filosofia mais tradicional com o tipo de dados que eu obtinha. A minha proposta não era questionar a idiotice, pois certamente estou mais próximo dos idiotas do que dos não idiotas e não seria pertinente elaborar esse tipo de diálogo com a bibliografia. O objetivo principal era compreender o funcionamento de uma economia baseada no escoamento de animais retirados de situações tidas como indesejáveis para outras avaliadas como melhores. Logo, eu não poderia partir da negação do princípio mobilizador básico daquilo que eu estava pesquisando, embora compreendesse o tipo de contexto etnográfico com o qual Deleuze e Guattari (*Op. Cit.*) estavam dialogando.

Fazia-se necessário compreender a dinâmica relacionada aos cuidados com animais, dentro de uma economia baseada na recuperação e escoamento de animais, sem tomar como referência uma ideia de liberdade semelhante àquela que parece haver na formulação e Deleuze e Guattari (*Op. Cit.*). Eu partia do princípio de que qualquer noção de liberdade precisa ser bem definida quando se pensa na relação entre o tratamento desejável para os animais e que se tornam possíveis dentro da segmentação de espaços territoriais que deriva, sobretudo, da instituição da propriedade privada e da rígida separação de domínios em ambientes urbanos.

Mesmo tentando realizar a transposição da proposta de Viveiros de Castro (2004) para um plano diferente do qual foi pensado como sugestão metodológica, faltava-me elementos para levar adiante com certa segurança esse projeto. Assim, era preciso encontrar outros caminhos pelos quais eu pudesse analisar os dados. Latour (1994) propõe reaproximar o que foi separado durante a construção era moderna, nos termos ocidentais de separação entre sociedade e natureza, essa elaboração estruturada no plano discursivo precisava ser reavaliada em nome de novas perspectivas etnográficas.

O conjunto de dados, principalmente os relacionados aos animais urbanos, levava a uma composição multiespecífica que se aproximava da noção de social proposta por Latour (2008), em que o autor propõe que devido à capacidade de agenciamento dos não humanos, que inclui tanto os animais quanto os objetos inanimados, seja superada essa divisão ontológica. Muitas ações se propagam a partir de um evento envolvendo um animal ou uma atitude que utiliza o animal como argumento e propicia o diálogo entre pessoas que se veem sem muitas afinidades, exceto pelas suas respectivas reflexões sobre os animais.

Embora os diferentes militantes percebessem as diferenças entre si quanto às concepções relacionadas aos animais, estes desenvolviam o papel de mediadores e articuladores de diversas ações na formação de determinadas configurações. Com isso, o registro dos animais nos contextos pesquisados também implicava ir além de uma simples citação deles, mostrando em que medida eles atuavam como agentes e mediadores.

Entretanto, esse movimento de sair do campo formal da proposta metodológica para chegar à aplicabilidade dela dependia de certa engenhosidade. Isso já havia sido sinalizado por Segata (2012, p. 78), em sua pesquisa em clínicas veterinárias e lojas de produtos para animais, quando o autor constata que a tendência do etnógrafo é dar mais atenção à ação dos humanos em relação aos animais do que à multiplicidade de conexões. A proposta é instigante, mas em que termos os animais poderiam dialogar com os demais atores? Por isso, o investimento no comportamento e expressão dos animais foi o caminho que encontrei para essa inserção deles no diálogo.

Eis que surge uma questão: a proposta de reagrupamento do social elaborada por Latour (1994, 2008) se pautava, entre outras coisas, na negação da divisão entre natureza e cultura, do ponto de vista analítico, mas essa distinção aparecia nos discursos dos militantes. Com isso, era necessário encontrar algum tipo de conciliação entre essa proposta metodológica e a manutenção dos dados etnográficos tal como foram registrados, sem promover distorções e entrar em conflito com eles.

Em Latour (2008, p. 129-175),⁴ a superação da distinção entre natureza e cultura coloca no mesmo plano textual os diferentes elementos humanos e não humanos que compõem as relações sociais, sem uma intervenção do pesquisador nessa separação. Isso significa a superação da diferença entre domínios e mostrava que a separação deixava de ter validade quando as múltiplas interações se processavam. É compreensível não tomar a ideia de natureza como recurso analítico, mas o que fazer se os próprios informantes têm as categorias natureza e cultura em seus discursos? As questões elaboradas pelos atores que surgem de forma mais espontânea passam pela relação entre natureza e cultura, como unidades de pensamento. O animal como recurso alimentício e como ornamentação está do lado da natureza, mas a sua inserção na companhia está do lado da cultura.

Essa dificuldade já havia sido apontada por Lima (1999), quando a supressão da divisão entre natureza e cultura poderia parecer uma tentativa de o pesquisador superar o ponto de vista dos pesquisados. A tendência que ela verificava em etnografias sobre povos ameríndios em se anunciar que tais noções não seriam verificáveis entre eles levava a um tipo de distorção com a antecipação de tais noções à análise dos dados, quando seria mais adequado observá-las *a posteriori*.

Na sua argumentação baseada na observação de primatólogos e os primatas estudados por estes, Sá (2013) propõe novos desdobramentos para a composição entre natureza e cultura. A interação entre pessoas que estudam primatas e os animais é um processo que propicia uma mútua assimilação de comportamentos, impressões e antecipação de movimentos que não se restringem a um simples olhar do pesquisador para o animal, mas também um olhar na direção contrária que cria o que o autor chama de “coletivos humanos e animais”. Isso provoca outras configurações em torno das noções natureza e cultura, mas não significa a extinção delas. Primatas e primatólogos compõem novos arranjos em torno delas.

Süssekind (2010) argumenta que em torno de uma concentração de animais pode haver diversos interesses convergentes e divergentes. Pesquisadores trabalhando em projetos de conservação de onças, pecuaristas incomodados com a predação dos felinos sobre os rebanhos, turistas e moradores da localidade, compõem uma formação heterogênea e polifônica em torno de grupos de animais submetidos a diferentes interesses.

Por outro lado, dentro do que chamo de controle do sofrimento, ocorrem formações que tornam complexa essa relação entre natureza e cultura, mas elas continuam sendo evocadas como categorias discursivas e parâmetros para as ações. Em meio aos diferentes

⁴ A discussão sobre natureza e cultura é tratada com detalhes no quarto capítulo “Quarta fonte de incerteza: questões de fato *versus* questões de interesse”. Em outros pontos do livro há apenas breves citações.

grupos classificatórios em que os animais estão distribuídos, estava presente não apenas na perspectiva de proteção, como também na lógica alimentícia em que os animais de fazenda estão inseridos.

A experiência no sertão mostrou que apesar das diferenças entre os tipos de atividades humanas direcionadas aos animais, podem existir pontos de aproximação entre elas que permitiam ver os empreendimentos de proteção aos animais de forma menos idealizada. Foi possível verificar pontos de aproximação e de distanciamento entre objetivos distintos. Uma noção como a de “bem-estar”, cuja contraposição mais usual é a de “maus-tratos”, tem suas repercussões tanto na proteção animal quanto na criação de animais para abate, embora os elementos organizados em diferentes relações sistêmicas altere a ordem de prioridades e produza desfechos distintos. Há um debate sobre o chamado “abate humanitário” que vai tendo repercussões na legislação e leva a uma aproximação entre os diferentes grupos classificatórios.

Assim, situando-me em meio a diferentes inspirações teóricas, procurei me utilizar de diferentes propostas para explorar a compatibilidade entre elas, mais do que as diferenças. Tomando como ponto de partida esse diálogo cada vez mais regular das ciências humanas com as naturais, propus-me a buscar nesse intercâmbio formas de analisar os dados como as questões que são postas dentro dos próprios contextos etnográficos.

Resumo dos capítulos e esclarecimentos adicionais

Esta tese é composta por quatro capítulos em ordem de exposição que não corresponde à cronologia da pesquisa de campo. Ao começar com a forma mais tradicional de contato com os animais, dentro de uma lógica alimentícia, e em seguida mostrar outras propostas que se contrapõem a ela, visei um formato que expusesse contrastes. Imagino que se a sequência de capítulos começasse pelas formas protecionistas, talvez houvesse uma brusca quebra de raciocínio com o deslocamento do capítulo sobre o sertão nordestino para o meio dos demais em que predomina a perspectiva protecionista.

O primeiro capítulo foi elaborado a partir de observações dos processos de criação de cabras e ovelhas em Uauá-BA e Araripina-PE e mostra um lado mais artesanal de criação de animais com objetivos alimentícios. Este capítulo representa um contraponto aos demais em relação aos objetivos da ação das pessoas envolvidas com ele e aponta questões vinculadas aos tipos de tratamento direcionados aos animais que serão retomadas no quarto capítulo.

O segundo capítulo parte da ideia de abandono, tal como é definido por algumas pessoas que cuidam de animais, para mostrar as atividades que elas realizam em locais abertos

na Região Metropolitana do Rio de Janeiro visando encontrar melhores condições para os abandonados ou negligenciados. Nele também se discute as mudanças conceituais na legislação quanto ao tratamento dado a esses animais abandonados e errantes.

O terceiro capítulo mostra diferentes propostas por trás do acolhimento de animais e como o rótulo classificatório é um importante indicador dos tipos de discurso. Por mais que a divisão classificatória entre animais de fazenda, silvestres e de companhia seja vista apenas como uma formalidade analítica, ela tem implicações muito significativas sobre os tipos de acomodação para animais.

O quarto e último capítulo faz uma análise das ações políticas pelos animais, que são transformadas em leis e levam à aproximação e equiparação entre as diferentes categorias. Através da análise de noções como bem-estar e maus-tratos, a estruturação deste capítulo visa aproximar diferentes perspectivas e encontrar pontos de diálogos entre elas.

Houve uma tentativa anterior de fazer os dados dialogarem ao longo da tese, mas isso se mostrou inviável porque a junção de elementos comuns, que poderiam aproximar os diferentes campos, ocorria ao custo da deformação dos dados, a partir da descaracterização dos contextos, ou exigiria repetições para que os contextos tivessem uma preservação mínima. Portanto, o atual formato é aquele que permite manter cada campo de pesquisa com suas características peculiares, havendo um diálogo mais generalizado entre eles apenas no terceiro e quarto capítulos, com mais ênfase no último.

Capítulo I

Criação de cabras e ovelhas no sertão nordestino

I.1 - Entre Rio de Janeiro, Uauá e Araripina e o trabalho de campo no sertão

Estima-se que a domesticação de cabras e ovelhas tenha começado entre 12 e 9 mil anos atrás, no oriente médio, constando entre as primeiras experiências humanas de domesticação de animais, coincidindo também com o início do cultivo de plantas. Esse processo teria acontecido logo depois da domesticação dos ancestrais dos atuais cães (SERPELL, 1996, p. 4-6), que podem ter sido utilizados inicialmente como auxiliares de caça. Isso sinalizou mudanças na forma de obter a alimentação.

No entanto, a opção pela pesquisa entre criadores de cabras e ovelhas no sertão nordestino não se baseou nos aspectos historiográficos e arqueológicos. A expectativa inicial era encontrar criadores cujos métodos de trabalho fossem mais artesanais e o contato com os animais fosse direto e regular, para que a comparação com a proteção animal pesquisada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro fosse mais aproximada, chegando-se, assim, aos criadores nas proximidades da divisa entre os estados da Bahia e de Pernambuco.

No sertão nordestino, a criação de animais está na origem do povoamento dentro da dinâmica dos colonizadores europeus. As atividades agrícolas que predominavam no litoral forçou o deslocamento da pecuária para o interior do território nordestino. Essa ocupação espacial se deu tanto por meio do confronto com as populações indígenas autóctones quanto pela convivência entre europeus, escravos de origem africana e indígenas, que posteriormente integrariam a composição étnica sertaneja (MARQUES, 1995, p. 14-46).

O curso do Rio São Francisco, com suas afluições e derivações, serviu de referência para a gradativa penetração nas terras sertanejas (*Idem*). A criação de animais combinava o projeto colonizador de ocupação do espaço com a configuração da economia nordestina no período colonial, quando a cana-de-açúcar tinha prioridade em relação às demais atividades e sua manutenção dependida das atividades complementares que mantinha aquele sistema socioeconômico em funcionamento (FURTADO, 2003, MARQUES, 1995).

Inicialmente, a pecuária se adaptou às condições encontradas no sertão e serviu como fator de fixação da população ao território, tendo o vaqueiro e o criador de animais como principais atores. O couro se transformou em importante matéria-prima na confecção do vestuário e de outros utensílios. A economia de criação ganha certa autonomia porque não dependia essencialmente da importação de mão de obra e equipamentos nem investimentos em equipamentos (*Idem*).

Não pretendo propor explicações para a dinâmica populacional por meio da atual profusão de caprinos e ovinos criados por sertanejos, já que essa conexão é escassa na bibliografia. Há muitas menções ao gado como a pioneira modalidade de criação sertaneja, mas a conexão disso com a caprinovinocultura não é fácil de encontrar. Haveria razões para supor que a preferência por algumas espécies em detrimento de outras teria relações com as posições de classes sociais, disponibilidade ou escassez de vegetação utilizável como alimentação e outros fatores, mas essa argumentação certamente não ajudaria a justificar a existência deste capítulo na constituição da tese.

Como um dos principais objetivos desta tese é mostrar contrastes entre diferentes configurações envolvendo humanos e animais para procurar novas reflexões sobre essas diferenças, é preciso evitar uma ilustração excessiva em torno de fatores históricos e priorizar a argumentação em torno das especificidades que propagam a divisão funcional entre animais, mesmo quando a proposta protecionista se impõe ante a predatória.

A preferência pelo sertão nordestino também se baseou na argumentação de Grandin e Deesing (2008, p. 7-23, *passim*), onde fica sugerido que na indústria da carne o tempo que os animais levam para compreender o funcionamento das estruturas industriais, com as diferentes fases e processos, pode ser superior ao que a lógica industrial tem como parâmetro. Os aspectos funcionais, o tipo de percepção que os animais têm do contato com seus cuidadores e os fatores relacionados com a divisão interna do trabalho poderiam tornar esta pesquisa pouco produtiva nos termos que está colocada, se a investigação fosse feita em estruturas industriais. Além da dificuldade que um pesquisador teria para acessar o interior de empreendimento industrial.

Nas cidades de Uauá-BA e Araripina-PE foi possível conviver por alguns dias com criadores e comerciantes de animais. Como o próprio campo da proteção animal que ocorre no Rio de Janeiro se constitui por multiplicidades e diferenças, trazer para a discussão um tipo de relação que se caracteriza pela conciliação entre práticas que se modificam ao longo do processo, iniciado no nascimento e finalizado na transformação dos animais em produtos, pode colaborar com a discussão sobre as diferenças, a partir da inserção de novos elementos.

Sobre as opções de vocabulário, ao longo deste trabalho a distinção entre os sexos dos animais servirá como referência às atividades, o que também corresponde à descrição feita pelos próprios criadores. A criação é de “cabras” ou de “ovelhas” e a carne é de “bodes” ou de “carneiro”. A maior parte dos animais comercializados para o abate é composta por machos. As fêmeas quando são comercializadas ainda jovens, em grande proporção, serão utilizadas na reprodução e no fornecimento de leite. Somente as fêmeas com certa idade, quando a

produtividade começa a reduzir, ou aquelas que não são boas reprodutoras, são destinadas ao abate.

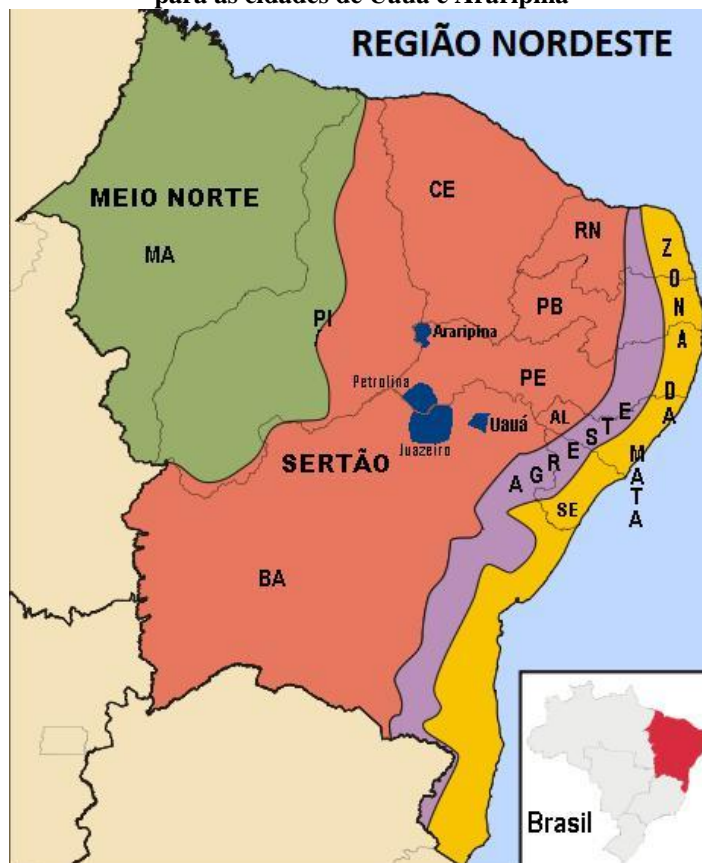
Em janeiro de 2012, esta parte da pesquisa foi realizada nas cidades de Uauá-BA e Araripina-PE acompanhando o cotidiano de criadores de cabras e ovelhas, inicialmente do lado baiano. Em Petrolina-PE e Juazeiro-BA obtive informações mais detalhadas que me levaram às duas cidades onde ocorreu o trabalho de campo.

Separadas pelo Rio São Francisco, Juazeiro e Petrolina centralizam grande parte das atividades econômicas que ocorrem na região do Vale do São Francisco e funcionam

como centro de distribuição para outras localidades do país da produção agrícola e dos produtos da caprinovinocultura desenvolvida em seu entorno. Na medida em que nos afastamos do núcleo urbano concentrado nessas duas cidades e do curso do Rio São Francisco, percebemos que a produção agrícola está mais concentrada nas proximidades do rio e a criação de animais fica na direção da caatinga.

A infraestrutura e os contatos diretos que consegui estabelecer influenciaram na escolha do local. Por haver voos diários e regulares para Petrolina, o que evitaria longos deslocamentos rodoviários a partir de alguma das capitais nordestinas, e por ter obtido informações sobre a criação de cabras e ovelhas nas cidades próximas a Petrolina e Juazeiro, optei pela pesquisa em cidades em torno delas, mantendo-as como pontos de referência durante os meus deslocamentos que duraram pouco mais de vinte dias entre criadouros e feiras. A decisão de ir a Uauá e Araripina se deu a partir da consideração de alguns fatores, como a proximidade com Petrolina e Juazeiro e facilidades para localizar hospedagem, por serem cidades que recebem fluxos regulares de pessoas.

Figura 1 – Subdivisões climáticas da Região Nordeste e destaque para as cidades de Uauá e Araripina



Fonte: Wikipedia (http://pt.wikipedia.org/wiki/Sertão_brasileiro), com acréscimos e adaptações.

Em direção à caatinga, alguns trechos das estradas sem asfalto são demarcados com pedras pintadas de branco, sinalizando os contornos e ramificações das vias. Em alguns lugares, há veículos de passeio que circulam com frequência inferior aos ônibus e muitos mototaxistas oferecendo serviços de transporte. Em comparação com os automóveis, a quantidade de motocicletas é muito superior. Entre as peculiaridades do sertão, pela logística que envolve a comunicação regular com as capitais, a distribuição diária de jornais impressos só ocorre no período da tarde.

Figura 2 – Motociclistas em movimento em estradas de Uauá



Fonte: Arquivo pessoal.

Em Uauá, pela proximidade com Canudos, há uma estátua em homenagem a Antonio Conselheiro com um carneiro aos seus pés, na praça central em frente ao templo católico. Entre as figuras exploradas pelo

Figura 3 – Praça central de Uauá e representação de Antonio Conselheiro



Fonte: Arquivo pessoal.

artesanato, há muitas carrancas como referência à navegação no Rio São Francisco, imagens de santos e figuras de animais criados no sertão, em madeira ou pedra, com referência ao aspecto rústico da caatinga. É muito comum encontrar pelas ruas das cidades homens circulando com os tradicionais chapéus de vaqueiro, confeccionados em couro, com cobertura circular e abas curtas. Até nas motocicletas portam-nos por trás do capacete preso ao pescoço. Ainda em Uauá, ouvi muitos relatos sobre o período em que Lampião esteve naquela cidade acompanhado do seu grupo. A simbologia do sertão, com seus personagens e narrativas, revelava-se em pequenos detalhes.

Em Juazeiro, há um posto do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) com alguns veículos usados na fiscalização da extração de madeira da caatinga e no combate ao comércio de animais silvestres. Em Uauá, conversei com algumas pessoas sobre a presença do IBAMA na caatinga e elas disseram que antes da presença daquele órgão era comum ver caçadores conduzindo animais capturados vivos, como papagaios e micos, e outros que são consumidos, como teiús, tatus e preás, exibidos como objeto de caça. Outro aspecto destacado por elas foi a inibição de caçadores circulando armados depois da presença daquele órgão.

Nas propriedades em que estive em Uauá, o fornecimento de energia elétrica era recente, resultado de programas federais do governo Luiz Inácio Lula da Silva de ampliação da rede em áreas rurais. Os criadores com os quais conversei disseram que o trabalho no campo ficou mais simples com a eletrificação, como, por exemplo, a preparação da alimentação dos animais que pode ser mais bem fragmentada por máquinas elétricas do que pelo trabalho manual com facas, permitindo que os filhotes passem a se alimentar com a ração mais cedo e, conseqüentemente, uma transição mais suave até o desmame. Nas áreas onde estive em Araripina existe uma infraestrutura mais antiga.

Em algumas áreas rurais de Uauá, a rede de distribuição de água tratada não chegava, levando alguns moradores a investir na perfuração de poços artesianos que, em geral, fornecem água salobra. Também há alguns desses poços que são custeados por órgãos estatais e são de uso coletivo, servindo tanto para o abastecimento doméstico quanto para a irrigação dos pastos. Porém, o uso prolongado dessa água provoca a salinização excessiva do solo e o surgimento do processo chamado de “desertificação”, quando os sais da água se acumulam e impedem o crescimento da vegetação. Em Araripina havia uma rede de abastecimento de água tratada, embora esta tivesse uma coloração acinzentada por ser extraída de rio local cuja água tem aquela tonalidade. Em Uauá, a rede distribuição de água ficava concentrada apenas no centro e localidades mais próximas do centro.

Em Uauá, no período em que estive, o Governo Federal, por meio do Ministério da Integração Nacional e do apoio logístico do Exército, coordena o programa “Operação Pipa” que utiliza caminhões particulares contratados para a prestação de serviços para amenizar os problemas decorrentes da estiagem prolongada. Tais veículos têm cartazes afixados nas laterais e na parte traseira, indicando a vinculação ao comando militar responsável pela sua área de abastecimento e números de telefone para denúncia de irregularidades.

Durante os deslocamentos entre cidades, podem ser vistos criadouros ao lado das estradas, animais pastando nas ruas, pequenos cercados com criação ao lado das casas, ou

mesmo presas por cordas. Não encontrei grandes rebanhos, mas a regularidade com que eu encontrava pequenos grupos de animais nessas condições - às vezes pastando em propriedades relativamente extensas, com alguns indivíduos soltos pelas ruas com seus chocalhos pendurados, sozinhos ou acompanhados por seus filhotes – dava uma noção da proporção da criação de cabras e ovelhas naquela região, que têm fatores históricos influenciando aquela atividade.

Figura 4 – Cabras na paisagem e nas ruas



Fonte: Arquivo pessoal.

Diante disso, a pesquisa foi sendo adequada às peculiaridades locais. Seguir o perfil econômico de uma região não equivale a encontrar com abundância situações concretas durante a pesquisa. Para localizar criadores junto com seus rebanhos, às vezes, era preciso caminhar bastante, pedindo informações e seguindo os rumos sugeridos, já que o tipo de criação - como criadores se referem às cabras e ovelhas - mais praticada no sertão não demanda cuidados minuciosos, sendo possível encontrar regularmente rebanhos sem o acompanhamento dos proprietários ou cuidadores.

Alguns lugares ficam com os rótulos, mas os fatores que influenciam no tamanho dos rebanhos se modificam com certa regularidade, levando a existir várias “capitais do bode” simultaneamente e lugares que o têm como mascote, mas onde não são encontrados criadouros de forma tão espontânea. Uauá já foi “a capital do bode” e Araripina tem aquele animal como mascote da equipe de futebol que disputa competições profissionais no estado.

Seguir o rastro dos rótulos é importante, mas também pode ser frustrante, já que as condições econômicas mudam periodicamente, em função de fatores como a estiagem, que entre 2011 e 2013 foi tida como uma das mais longas das últimas décadas em diversas áreas do sertão, e a relação entre criadores e os animais podem ficar interrompidas por determinado tempo em certos lugares. Foi preciso compreender que, apesar da quantidade desses locais de criação, nem sempre era possível encontrar o conjunto formado pela figura do criador com seus animais, que permitisse acompanhar a relação entre eles.

Com isso, a opção que se mostrou mais viável, em função do pouco tempo disponível, foi procurar os criadores que tinham alguma expectativa comercial das suas atividades e evitar as criações que ocorriam como extensão das atividades domésticas, que embora pudessem levar aos mesmos desdobramentos sobre o convívio regular com os animais, estas últimas demandariam um tempo maior de acompanhamento e, talvez, um número também maior de situações a serem observadas.

Quando fui procurar criadores em Uauá pela primeira vez, cheguei a uma praça em que havia mototaxistas e expliquei a um deles que desejava encontrar pessoas que tinham criações de cabras naquela cidade. Seguimos em direção a um dos distritos rurais de Uauá e em determinado ponto o mototaxista me disse que a partir dali eu encontraria vários pequenos criadores. Pedi para descer e segui a pé. Ao primeiro criador que encontrei e me dirigi, eu disse que estava realizando uma pesquisa sobre o cotidiano dos pequenos criadores da localidade para um trabalho na universidade. Ele me forneceu algumas informações. Em seguida, segui adiante utilizando o mesmo tipo de apresentação quando encontrava algum criador. Só algumas pessoas tiveram a curiosidade de perguntar a localização da universidade.

Este tipo de pesquisa para ser mais minuciosa dependeria de um veículo, para que se reduzisse o tempo de viagem entre o local de hospedagem e os locais de criação de animais, e se pudesse chegar às propriedades o mais cedo possível, pois o trabalho muitas vezes começa antes do nascer do sol. Geralmente, as pousadas e hotéis ficam nos centros das cidades, ou onde o comércio é a atividade econômica de maior vulto, enquanto a criação de animais costuma ocorrer em maior número nas áreas periféricas das cidades, normalmente classificadas como rurais. Em função disso, a parte do trabalho que ocorre no final do dia foi acompanhada com mais recorrência do que as primeiras atividades do dia.

No período entre 10 e 15 horas, o forte sol faz as pessoas desenvolverem atividades internas, acompanhada da sesta depois do almoço. Esse foi um detalhe importante que comecei a considerar no meu planejamento logo nos primeiros dias de trabalho. Como os deslocamentos eram grandes entre o local onde eu estava hospedado e as propriedades que eu visitava, eu optava por alternar diariamente o meu período de trabalho para antes ou depois da sesta diária. De qualquer modo, certas limitações fazem parte do empreendimento antropológico.

Por outro lado, não dispor de veículo motorizado possibilitou certa discrição no campo, em relação aos animais, porque o fato de não estar conduzindo um veículo motorizado reduzia bastante a percepção da minha presença pelos animais. Apesar de os proprietários possuírem veículos motorizados, principalmente motocicletas, a recepção pelos animais talvez

não fosse a mesma se chegasse alguém desconhecido em veículo. Em várias ocasiões, tive a comprovação de que a relação de cumplicidade entre os animais e seus criadores ficava alterada com a minha presença, e ficaria ainda mais se o barulho do motor fosse estranho a eles. Quando eu chegava conduzido por mototaxista, pedia para parar antes das propriedades para onde me dirigia e seguia a pé o restante do percurso.

Às vezes eu perguntava se poderia acompanhar os deslocamentos, mas logo descobria que a distância a ser percorrida era longa e seria feita por motocicleta ou cavalo, e como eu não dispunha de nenhum meio desses, eu não conseguia acompanhá-los. No entanto, eu tinha receio sobre a minha interferência nos deslocamentos longos, podendo levar a desdobramentos desagradáveis, como a dispersão de animais que ocorreu certa vez que tentei acompanhá-los a pé. Em algumas ocasiões em Uauá, quando tentei acompanhar os deslocamentos, as pessoas me sugeriam que as encontrasse quando já estivessem retornando ou antes da partida.

Durante o período de estiagens, não existem muitas sombras no sertão, porque as folhas das árvores secam e caem, com isso, todo o deslocamento a pé se dava sob o forte sol. Algumas vezes, caminhei por mais de uma hora até chegar ao destino pretendido. Em geral, as pessoas me olhavam com curiosidade, algumas me cumprimentavam quando passavam em suas motocicletas. Algumas estranhavam meus deslocamentos a pé e questionavam a não utilização de veículo motorizado, e eu respondia que não morava naquela localidade e seria inviável financeiramente alugar algum veículo, além de ser mais produtivo o deslocamento a pé, porque eu conseguia observar certos detalhes que um deslocamento rápido inviabilizaria.

Diariamente, até chegar ao meu destino, eu seguia a pé ou conduzido por motociclista, por estradas que se multiplicam constantemente, levando a várias direções, mas que são fáceis de seguir de volta ao centro da cidade onde eu estava hospedado. As ramificações se dão na direção das propriedades, mas quando se toma o caminho inverso elas convergem para as estradas principais. Depois de alguns dias percorrendo aleatoriamente várias propriedades em Uauá, passei a ir regularmente a uma específica, porque o proprietário sempre aceitava o meu pedido de retornar no dia seguinte e já planejava a atividade que iria me mostrar com certo entusiasmo.

Em Uauá, depois de alguns dias realizando o mesmo percurso, passei a usar como referência um pequeno cemitério que ficava sempre fechado. Certo dia, ao me dirigir ao mototaxista que era o primeiro da fila, em praça no centro da cidade, eu disse que desejava ir até às proximidades do cemitério, mas ele me olhou como se não soubesse o caminho e perguntou se eu estava indo à casa de alguém, e eu citei o nome de José Augusto, com quem

eu havia combinado no dia anterior. O mototaxista me perguntou o sobrenome do criador, sugerindo um que confirmei mesmo sem ter certeza. Quando já nos deslocávamos, ele disse o nome do bairro, Queimadas, e sugeriu que eu sempre citasse o nome de alguém e não um ponto de referência como um cemitério porque outros motociclistas poderiam recusar me levar ao local e porque soaria de forma estranha, por ser uma área pouco habitada.

Certo dia, ao chegar a esta propriedade, a filha do proprietário que reside ao lado da casa dos pais, indagou sobre as razões para eu estar ali e me pediu identificação e eu mostrei documentos pessoais e carta emitida pelo PPGA atestando minha condição de pesquisador. Ela questionava o fato de eu não estar usando veículo com alguma logomarca; sem portar identificação visível como um crachá; e estar trabalhando sozinho. Depois de algum tempo, ela se mostrou convencida com meus argumentos e me pediu desculpas. Posteriormente, em todas as ocasiões que nos encontrávamos, ela me pedia desculpas e eu sempre dizia que já estava acostumado a situações daquele tipo.

No final daquele dia, quando eu retornava à pousada onde estava hospedado, um homem em motocicleta, que aparentava estar retornando à sua casa depois do trabalho, perguntou-me se eu era a pessoa que estava indo às propriedades conversar com os criadores e eu respondi que sim. Ele continuou fazendo perguntas sobre o tipo de pesquisa que eu estava realizando. Além da preocupação com a segurança das pessoas da localidade, ficou implícito pela forma como ele elaborou as indagações que havia certa curiosidade para saber se o que eu fazia interferiria no trabalho da empresa em que ele trabalhava.

Depois de algum tempo conversando, sem que ele se identificasse, perguntei sobre o crachá que ele portava. Ele era funcionário da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), companhia mantida pelo governo baiano para oferecer assistência técnica aos produtores rurais e para emissão de documentos referentes ao comércio e transporte de animais. Coincidentemente, aquele homem era casado com a mulher que havia me pedido identificação horas antes. No dia seguinte, fui até a sede da EBDA e deixei cópia da carta emitida pelo PPGA para evitar qualquer receio de interferência no trabalho daquela empresa e para esclarecimento a qualquer criador da cidade que procurasse informação a meu respeito. Ou seja, a figura do pesquisador avulso não estava entre os referenciais de visitantes. Algumas pessoas imaginaram que eu estaria a serviço de algum órgão estatal coletando dados para algum tipo de projeto.

Posteriormente, fiquei sabendo por Diógenes, irmão da mulher que me pediu identificação, que também era cunhado do funcionário da EBDA, que no primeiro dia que comecei a conversar com as pessoas foram feitas diversas ligações telefônicas para a casa dos

pais dele, porque foi onde fiquei por mais tempo, querendo saber quem era “o rapaz que tinha o rosto branco [de protetor solar]” que esteve circulando pela localidade naquele dia. Depois disso, José Augusto, que foi o criador com quem mais tempo dialoguei, sempre acompanhava até certo ponto da estrada quando eu me despedia para retornar à pousada, algumas vezes me levando a casa de vizinhos e ficando por algum tempo conversando.

Ainda no meu primeiro dia de trabalho em Uauá, ao passar em frente a uma casa, um cachorro de grande porte veio em minha direção e latiu insistentemente. Com o barulho, uma mulher que estava no interior da casa foi até a porta, mas não o advertiu e retornou para dentro da casa. O cão continuou me seguindo e latindo de forma agressiva. Com isso, passei a caminhar de forma mais lenta, sem olhar para ele e fingindo ignorá-lo, tentando desestimulá-lo a continuar me seguindo, embora eu temesse um ataque porque conseguia ouvir a respiração do animal, calculando que ele estivesse bem próximo a mim. Depois de alguns minutos, e na proporção que eu caminhava, o cão parou de me seguir e retornou à sua casa.

Em outra propriedade, havia três cães que latiam insistentemente quando me viam. Um deles me seguia latindo, mas não era tão agressivo quanto aquele outro que me acompanhou, pois recuava e fugia quando eu me virava na sua direção. Em determinado dia, quando eu me aproximava da casa onde ele vivia, e antes que ele me avistasse, vi alguns motociclistas passarem sem serem incomodados por ele, mas quando passou um homem empurrando uma bicicleta ele fez o mesmo que vinha fazendo comigo todos os dias, já que o imóvel ficava ao lado da estrada principal que me levava à propriedade de José Augusto. Com o tempo, passei a observar que ele latia para pedestres e ciclistas, mas não o fazia quando passavam veículos motorizados.

Tudo isso ocorreu em Uauá. Em Araripina não tive problemas desse tipo, pois na primeira propriedade para onde fui orientado a ir quando pedi informações, do casal Maurílio e Edileusa, a família estava habituada a receber e hospedar técnicos de órgãos de assistência técnica, além de estar instalada ao lado daquela propriedade a associação de criadores da cidade. Com exceção dos dois primeiros dias em Araripina, quando me desloquei bastante procurando criadores, mantive-me frequentando a propriedade de Maurílio e Edileusa durante a maior parte do tempo em que estive na cidade. Naquela propriedade, o casal me convidou a passar duas noites, quando pude acompanhar o início e o final das atividades voltadas para os animais, que podem começar muito cedo e se estender até o início da noite.

Figura 5 – Sedes das associações de criadores de Araripina e de Uauá



Fonte: Arquivo pessoal.

Às vezes, eu me deslocava entre dois fusos horários, porque o estado da Bahia adotava o horário brasileiro de verão, enquanto o estado de Pernambuco se mantinha com o principal fuso horário brasileiro. Porém, muitas pessoas que viviam na área rural, mesmo do lado baiano, mantinham a referência ao fuso horário principal, em vez de se orientarem pelo horário de verão. A preferência pelo fuso horário padrão, no lugar do horário de verão, pode ter relação com o comportamento dos animais, porque eles se orientam pela luz do sol. Não tive a chance de conversar com alguém sobre isso e só comecei a pensar nessa possibilidade quando já estava distante de Uauá. Como os rebanhos seguem a luz solar para pedir alimento aos criadores pela manhã e verificam a sua redução para aguardar que os responsáveis os conduzam ao local onde passam a noite, aguardando a refeição noturna, poderia ser inviável a alteração de todo o planejamento diário em função de uma mudança administrativa no fuso horário.

I.2 - Aspectos econômicos regionais e a caprinovinocultura

Uauá tem sua economia baseada na criação de cabras e ovelhas destinadas ao abate e à produção de leite, com sua tradicional feira semanal às segundas-feiras. Ao longo das estradas que levam a Araripina são encontradas plantações de mandioca, que têm uma dupla função: as folhas alimentam o rebanho e as raízes servem para produzir farinha. A mandioca e o gesso são os principais itens da economia de Araripina.

A feira de Uauá, que ocorre toda segunda-feira, é uma das mais famosas, pois a cidade já teve o maior rebanho daquela região. A montagem das barracas começa de madrugada, e quando a luz do sol surge são encontrados diversos produtos expostos: frutas da região, como o umbu; legumes; utensílios domésticos; objetos confeccionados em couro como calçados, bolsas e chapéus; chocalhos para animais; ervas medicinais; feijão; milho e outros grãos vendidos a granel. Também é possível encontrar roupas com estampas de marcas famosas,

sem atestado de procedência; carne bovina, de bode e de carneiro; peixes frescos e secos; e barracas com comida para atender aos feirantes e pessoas que chegam cedo à feira.

Figura 6 – Produção artesanal de gesso em Araripina



Fonte: Arquivo pessoal.

Todo o comércio da cidade, nos dias de feira, funciona em função do evento: lojas, lanchonetes, restaurantes e agências bancárias ficam lotados e têm o efetivo de funcionários direcionado para o público que se desloca em função da feira. Em alguns momentos, circula um carro de som anunciando promoções em lojas. No pátio onde os automóveis que transportam as pessoas e as mercadorias à feira ficam estacionados, é possível encontrar dormitórios improvisados, com colchões entre ônibus, caminhonetes e caminhões. Há veículos na localidade que apenas servem para transportar animais a pequenas distâncias. Vi um desses com placa antiga, quando se usava apenas duas letras, tendo apenas a placa dianteira e indicação de cidade sergipana.

Em meio às atividades econômicas desenvolvidas pelos sertanejos, a conciliação de algumas delas é a forma mais comum de se encontrar, o que faz a criação de animais parecer, às vezes, uma atividade secundária, do ponto de vista do maior retorno financeiro. Em certos momentos, mesmo em condições adversas, a criação de animais é mantida em paralelo com outras atividades. Conheci algumas pessoas que diziam já terem trabalhado em outras localidades do país e retornado ao local de origem, por questões pessoais ou porque as condições encontradas onde estiveram se mostravam menos vantajosas do que as vividas anteriormente. Algumas dessas alternavam deslocamentos sazonais para outras regiões do país em períodos de estiagem, retornando ao local de origem depois de algum tempo para retomar as atividades no campo.

Em Uauá, conheci um criador que já trabalhou como comerciante e garçom em São Paulo e Salvador, mas voltou à sua cidade natal porque, segundo ele, teria melhores condições de trabalho no seu local de origem. Maurílio, o criador de Araripina com quem mais dialoguei, esteve diversas vezes no interior do estado de São Paulo trabalhando na produção

de cana-de-açúcar ou na construção civil, durante o período de estiagem, e retornava quando ocorriam as primeiras precipitações ou quando se aproximava o período das chuvas. Maurílio também esteve no norte do país trabalhando como garimpeiro, mas disse que não pretende mais realizar tais deslocamentos porque tem conseguido se manter em períodos de estiagem trabalhando como pedreiro, e se voltando exclusivamente para as atividades na sua propriedade quando surgem os primeiros sinais de chuva.

Figura 7 – Cabras e galinhas misturadas na propriedade de Maurílio



Fonte: Arquivo pessoal.

noturno dos animais, geralmente próximo à casa, e uma área mais extensa para pasto e plantio de grãos, que pode ser reduzida em determinados períodos do ano, já que o crescimento das plantações pode ser impedido pela urina dos animais. Principalmente depois de um longo período de estiagem, costuma-se esperar as primeiras chuvas caírem para amenizar o efeito da urina dos animais no solo. Em meio a cabras e ovelhas, também podem ser encontradas galinhas e algumas vacas, mas as cabras superam os demais animais.

Durante o período inicial em Uauá, o tamanho dos rebanhos me pareceu ser apenas um detalhe casual e imaginei encontrar criadores com número maior de animais na medida em que me afastasse do Rio São Francisco, porém não os encontrei por onde passei. Quando já em Araripina, Maurílio disse ser uma questão de estratégia, diante da possibilidade de estiagens prolongadas, o que implica a necessidade de providenciar alimentação alternativa para o rebanho quando as reservas chegam ao fim, com grande possibilidade de perdas. Como um rebanho demanda cuidados constantes, os criadores optam por manter um pequeno número de animais – os mais numerosos chegam a cerca de quarenta.

Os criadores costumavam dizer que a preferência por caprinos tem a ver com a melhor adaptação deles ao clima do sertão e com a menor demanda por alimentos, em comparação com o gado e com os ovinos. Segundo Maurílio, os caprinos, além de não gostarem de sair para pastar em dias chuvosos, têm menos resistência à chuva; ao passo que os ovinos, que não costumam se incomodar com chuva, e vão pastar em dias chuvosos, podem ficar mais vulneráveis aos efeitos da chuva pela maior exposição. Contudo, quanto à preferência por

Dependendo da extensão, as propriedades podem ser fragmentadas para atender às necessidades do criador, incluindo a residência, o curral para alimentação e repouso

determinada espécie, há outros fatores que precisam ser considerados, porque há regiões no sertão em que se cria gado, mas essa não é uma discussão pertinente aos nossos objetivos.

Em meio aos outros animais criados nas propriedades, um que chama a atenção pela forma como é descrito é o porco. Vistos como contraponto comportamental aos outros animais, os porcos são chamados de indisciplinados. Embora sejam bastante comunicativos, eles têm fama de destruidores, inquietos e causadores de problemas, quando vão a outras propriedades e destroem plantações fuçando. Há uma forma muito peculiar de os sertanejos se referirem aos porcos, quando dizem não gostar de tê-los em suas propriedades: “malinos”. Tal definição se refere às características do animal que parece estar sempre tentando fugir do local onde vive. Tanto do lado baiano quanto do pernambucano, os criadores se referiam aos porcos dessa forma.

Além disso, alguns criadores dizem que para o sertão as cabras são mais adequadas do que os porcos, porque estes demandam mais atenção e um fornecimento regular de alimento do que as primeiras. Segundo um criador de Uauá, “a criação [de cabras] se vira no mundo quando a seca aperta, mas o porco não”. De acordo com Dantas (2008), a falta de citação do porco na documentação e na bibliografia por ela consultada reforça um viés de gênero desfavorável ao papel feminino, que excluía a criação de porcos do conjunto de atividades econômicas relevantes, o que se reproduziu nos registros formais. Entre os diversos fatores, as interdições alimentares religiosas de origem judaica relacionadas ao porco podem ter influenciado nessa marginalização da criação de porcos. Até mesmo em certas localidades urbanas periféricas é possível encontrar criação de porcos, sendo possível vê-los soltos procurando comida, o que ilustra esse aspecto econômico doméstico e periférico.

Apesar desse discurso dos criadores, sobre a resistência dos animais e a adaptação ao sertão, a situação é bastante heterogênea, havendo animais com as mais diversas procedências, que são transportados entre localidades relativamente distantes pelos comerciantes. Com isso, a composição do rebanho de cada criador terá as características que seus recursos permitem, em sintonia com seus objetivos. Além disso, os mais resistentes também podem ser os menos valorizados, porque os cruzamentos que visam à maior produção de carne ou leite podem influenciar na composição genética referente à menor demanda por água e alimento.

Como argumentado por Evans-Pritchard (2005), entre os *Nuer*, o gado servia como moeda, reserva de valor, representava um legado patrimonial e servia como conexão entre a maior parte das relações sociais. Em situações como a vivida pelos *Nuer*, o rebanho era, sobretudo, um recurso móvel que permitia ao proprietário a mobilidade territorial imposta

pela dinâmica das disputas territoriais com outros povos e com o colonizador europeu. Era o bem que podia ser transportado diante das condições políticas e ecológicas desfavoráveis.

A criação de animais, diferentemente da plantação, permite aos proprietários certa mobilidade e a manutenção de uma dieta baseada em carne, leite e derivados por determinado período. Diante das condições climáticas desfavoráveis à agricultura como atividade econômica, a criação representa um tipo de investimento com o qual é possível interagir de forma mais dinâmica, em relação às condições ecológicas, sendo possível utilizar várias fontes de alimento para os animais, com a combinação da vegetação típica do sertão e a ração processada que é adquirida no comércio. Grosso modo, são atividades que podem ser conduzidas sem uma estreita vinculação com o solo, já que as fontes de água e alimento podem ser obtidas distante do local de referência.

I.3 - O trabalho diário de cuidar da criação

Na propriedade de Maurílio, em Araripina, antes de ser iniciada a distribuição da alimentação, ocorria a extração do leite das vacas, que era ansiosamente acompanhada por dois cabritos bem jovens cuja mãe não conseguiu produzir leite para amamentá-los. Cada um deles recebia três vezes ao dia duas mamadeiras com leite de vaca. A dupla de cabritos vivia

Figura 8 – Maurílio alimentando cabritos com mamadeira



Fonte: Arquivo pessoal.

sobrevivência.

nas dependências da casa, afastada do restante do rebanho, até mesmo circulando pelo interior da casa. Embora aqueles filhotes não tenham sido amamentados regularmente pela mãe, o criador lembrava que nos primeiros dias a amamentação ocorreu, com o colostro, o que lhes assegurou a sobrevivência.

A reserva de água para os animais pode ser feita por meio de uma cavidade para acumular água das chuvas em algum ponto da propriedade, chamada de barreiro. A água de poços artesianos é mais utilizada na irrigação porque é sempre salobra. Os bebedouros da criação podem ser abastecidos também por meio de cacimbas. A vantagem da cacimba em relação ao barreiro é que as perdas pela evaporação são menores, porém, é preciso reabastecer manualmente os bebedouros; enquanto nos barreiros os animais podem ir diretamente. Nos bebedouros aparecem limos, mas a limpeza não costuma ocorrer com regularidade, assim

como nos barreiros, onde a água parada adquire uma aparência esverdeada que tem origem nas algas.

Figura 9 – Diógenes abastecendo o bebedouro com água de cacimba



Fonte: Arquivo pessoal.

As práticas entre os diversos criadores podem variar de acordo com os recursos de cada um, sendo a única semelhança a existência de um local específico para os animais passarem a noite e receberem alimento pela manhã. Depois que isso ocorre, eles podem permanecer pastando naquele mesmo local durante todo o dia, serem deslocados para alguma área de pastagem distante do local em que passam a noite, ou serem soltos nas proximidades da propriedade a que pertencem, sendo presos novamente ao final do dia.

Figura 10 – Cabras e filhotes pastando livremente em Uauá



Fonte: Arquivo pessoal.

Alguns dias depois de chover, a vegetação costuma ficar bem verde e, com isso, alguns criadores costumam soltar o rebanho para procurar alimento fora da propriedade. Essa não é uma prática amplamente usada, pois ela vai depender das condições encontradas nos arredores, da vizinhança e da extensão de cada propriedade. Enquanto cabras e bodes preferem as folhas, mesmo que já estejam secas, ovelhas e carneiros preferem capim. Contudo, o alimento a ser oferecido pelo criador vai depender do que se dispõe no momento e não da preferência de cada espécie. Quando o criador possui área de pasto, ele costuma colher capim fresco para o seu rebanho.

Porém, o capim apresenta algumas limitações quanto ao uso, devido à sua fragilidade. Ao atingir seu estágio de maturidade, se o capim tiver seu consumo retardado, ocorrerá considerável perda de volume, que será proporcional ao tempo estendido. Quando o estoque de capim acaba, os criadores recorrem à compra de ração composta de resíduos de processamentos industrial, como o de trigo e milho. A estiagem prolongada interfere significativamente nos planos dos pequenos criadores, quando a ração precisa ser adquirida no comércio em substituição ao capim, interferindo na margem de retorno financeiro do criador, chegando a figurar como o principal item da alimentação do rebanho em determinados períodos.

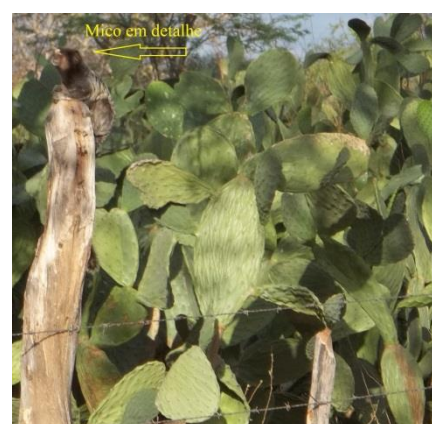
Uma alternativa ao capim é a palma, que pode ser oferecida aos animais pura ou com a adição de sal. Devido à sua capacidade de reter o líquido interno por um período prolongado, a palma apresenta melhor desempenho como reserva de alimento para o rebanho em relação ao capim. Este último é mantido como recurso alimentício devido à necessidade de diversificação das fontes nutricionais e da textura dos alimentos, para que o rebanho não perca o interesse pelo alimento e apresente perdas no peso. A palma

tem uma durabilidade superior ao capim e pode ser usada gradualmente sem sofrer redução perceptível de volume e de tonalidade, tal como ocorre com o capim. José Augusto, em Uauá, certa vez me disse que as cabras costumam produzir mais leite quando se alimentam de palma em comparação com o capim. Ele também disse que “a palma é a grande benção que o sertanejo recebeu de Deus, porque mesmo tendo deixado as dificuldades no sertão, também deixou a palma”.

A concentração de nuvens no sertão é um processo que pode levar vários dias e, em seguida, ocorrer dispersão das nuvens, depois de toda preparação. Sobre a estiagem, José Augusto certa vez disse: “A gente não pode reclamar da natureza pela falta de chuva, porque é ela que nos leva. A gente é que tem que descobrir onde ela coloca o alimento da criação. Não se deve querer apressar as coisas, porque a chuva vem na hora certa”.

Embora tenha um crescimento muito rápido, quando a estiagem é prolongada a plantação de palma pode chegar ao fim. Quando isso ocorre e faltam outros recursos, a opção é recorrer a outros vegetais semelhantes quanto à retenção de líquido, como xiquexique, palmatória e mandacaru, que têm espinhos. Em relação a estes últimos, antes de cortar os

Figura 11 – Plantação de palmas

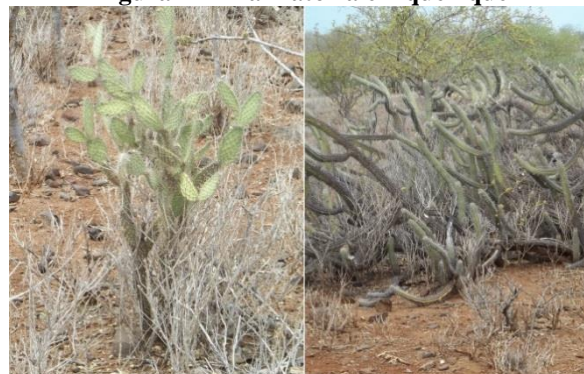


Fonte: Arquivo pessoal.

pedaços para a alimentação dos animais é preciso passar tais plantas pelo fogo para queimar os espinhos.

Algumas árvores eram usadas pelos criadores de Uauá, inclusive José Augusto, como a algaroba, o juazeiro e o umbuzeiro. Essas árvores no interior das propriedades, além do papel na alimentação, produzem sombras. A algaroba oferece ainda vagens que caem quando maduras e são comidas pelos animais. Essa vagem que, segundo José Augusto, costumava ser bem aceita pela criação fazem os animais engordar e ganhar peso com mais facilidade do que outros tipos de alimentação.

Figura 12 – Palmatória e xiquexique



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 13 – Juazeiro, umbuzeiro e algaroba



Fonte: Arquivo pessoal.

O juazeiro e o umbuzeiro, que são nativas do sertão, têm os galhos cortados para alimentar o rebanho, que rapidamente come todas as folhas. A madeira dos galhos que fica solta no terreno precisa ser tirada posteriormente e para isso se costuma contratar trabalhadores locais que recebem por tarefa. Essa remoção de madeira inutilizada e outras atividades que exigem menos conhecimento e responsabilidade podem ser delegadas a outros, deixando os proprietários se concentrarem em atividades que exijam mais habilidades.

Depois de sair de Uauá e chegar a Araripina, percebi que na propriedade de Maurílio, que foi a que frequentei por mais tempo, não havia plantação de palma. Uma explicação que ele me deu para isso foi a existência de um rio por onde passa um volume significativo de água que servia para irrigar o pasto. Certamente, por dispor de mais água do que em Uauá, naquele ponto de Araripina a plantação de palma não se mostrava atraente. A palma é um recurso de maior segurança e menor investimento em localidades com poucas fontes de água. Na mesma época, saiam muitos caminhões transportando água daquele rio para a construção da Ferrovia Transnordestina.

Maurílio também usava uma mistura de capim elefante e pés de milho triturados com as espigas e grãos, com o armazenamento feito por meio de silagem: um buraco no solo, revestido com lonas impermeáveis nas laterais e no fundo, que depois de receber a mistura é coberto com outra lona também impermeável e, por fim, recebe uma camada fina de terra por cima, deixando toda a mistura revestida por material impermeável e circundada por terra. Com esse método, a mistura pode ficar armazenada por até três anos. Se o armazenamento fosse feito na superfície, a mistura poderia se deteriorar rapidamente porque não seria possível garantir a impermeabilidade e a temperatura seria mais alta, devido à maior exposição ao sol.

Figura 14 – Silagem servida a cabras e vacas por Maurílio



Fonte: Arquivo pessoal.

Aquela composição tem um cheiro que sugere ser adocicado, pois me lembrou cheiro de melado de cana-de-açúcar. Imagino que esse aroma seja do milho, pois os animais preferem o milho ao capim elefante no momento em que a mistura lhes é oferecida. Eles comem inicialmente o milho e ao longo do dia vão comendo os pedaços de capim elefante, na proporção em que vão tendo fome. A durabilidade do material armazenado também depende do isolamento, porque se um dos estoques for aberto deve ser consumido até o final.

A essa mistura, pode ser adicionado o amido de milho que é triturado em máquina. O milho triturado, que estava sendo misturado durante o período em que estive lá fora inicialmente plantado para ser comercializado, mas Maurílio optou por utilizá-lo na alimentação dos animais porque o preço do grão no mercado local ficou muito abaixo do que ele projetara. Essa alimentação é oferecida a cabras, ovelhas e vacas, sem distinção, apenas com maior volume para o gado.

Em Uauá, soube por meio de alguns criadores que costuma aparecer gatos do mato atacando a criação. Em Araripina são matilhas de cães que predam animais dos rebanhos. Devido às características de comportamento que distinguem ovelhas e cabras, tais cães conseguem ser mais bem sucedidos nos ataques a ovelhas do que a cabras, porque estas

últimas costumam emitir berros pedindo ajuda, enquanto as ovelhas tentam escapar dos ataques sem emitir sons.

Esse comportamento das ovelhas, de não reagir durante os ataques de predadores, corresponde à descrição de Grandin e Deesing (2008, p. 25, tradução e grifos meus): “[As] ovelhas irão permanecer em silêncio quando estão com dor, porque são as mais indefesas das *espécies presa*”. Os cães atacam até mesmo bezerros. Quanto à procedência, estima-se que tenham sido deixados por caçadores ou tenham vivido em residências e se dispersaram em busca de alimento. Dessa forma, a presença de predadores também é uma das preocupações dos criadores. Proteger os animais para evitar perdas também está entre as prioridades deles.

Quanto aos cuidados diários, ao perguntar sobre o acompanhamento do rebanho durante o dia a alguns criadores, tanto em Uauá quanto em Araripina, houve certa unanimidade sobre a ausência desta prática entre eles. Não existe o hábito de acompanhar o rebanho por períodos prolongados. Os criadores que conheci em Uauá não costumavam ter contato direto com os animais, só ocorrendo isso quando distribuía alimentação e ou quando presos, já que em espaço aberto eles fogem do contato. Alguns tipos de cabras e bodes têm barbas, e estes são pontos vulneráveis deles que servem para contê-los.

Entre 16 e 17 horas, começa a ocorrer certa inquietação nos animais, talvez sinalizando fome e aproximação com o horário de recolhimento. Nesse momento, a criação que é solta para pastar fora das propriedades começa a retornar para passar o período noturno nos currais. Ao final do dia também é possível ver as galinhas procurando os galhos das árvores onde irão dormir. Todos os animais colocados para pastar distante são recolhidos. Maurílio disse que os dois cabritos sem mãe quando ficassem um pouco maiores eles seriam integrados ao restante da criação, mas, enquanto pequenos, dependiam ainda de certos cuidados, por isso eram deixados livres para procurar a melhor acomodação pelo critério deles, e não haveria uma mãe substituta que os acolhesse naquele estágio de maturação.

Em uauá, encontrei mais animais soltos fora das propriedades do que em Araripina. Ao longo da estrada entre o centro da cidade de Uauá e área periférica onde existem criações podem ser vistos muitos animais pastando. Constantemente, interrompem o que estão fazendo, normalmente procurando alimento em meio à vegetação seca, para observar quem passa, procurando manter a distância.

Quando soltos, ao final do dia voltam espontaneamente para suas respectivas casas. Mesmo que grupos diferentes se misturem durante o dia, cada um segue para a propriedade onde mora, sem a necessidade da intervenção humana para separá-los. Vi alguns desses

aguardando na entrada das propriedades até alguém abrir as porteiras, ou mesmo entrando diretamente quando era possível.

Figura 15 – Animais retornando às propriedades no final do dia em Uauá



Fonte: Arquivo pessoal.

O suave tilintar do badalo do chocalho com a chapa metálica indicava passos lentos e calculados que só eram alterados pela passagem de veículos, se o grupo de animais estivesse cruzando uma estrada, ou se alguém se aproximasse deles. Durante o dia, era comum vê-los caminhando ou deitados à sombra ruminando. Depois de algum tempo, quando completam a digestão, vão procurar algum tipo de vegetação que sirva de alimento.

Alguns animais interagem entre si e isso é mais comum de ser encontrada é entre as mães e os filhotes. Os cabritos já nascem com certos instintos. As cabeçadas que costumam dar nas tetas das mães é algo que fazem desde muito cedo.

Figura 16 – Cabritos que são alimentados por mamadeira e também sugam dedos



Fonte: Arquivo pessoal.

Os dois filhotes que conheci em Araripina cuja mãe não os amamentou desenvolveram o hábito de sugar os dedos das mãos de qualquer pessoa que os acaricie. Quando faziam isso, eles movimentavam a cabeça tal como fariam nas tetas da mãe. Eles estavam sendo criados de modo semelhante aos cães, acompanhando as pessoas dentro de casa. Elas disseram que já havia ocorrido aquilo antes, e depois de adultos foram negociados.

O período de amamentação observado por criadores pode variar de uma propriedade para outra, mas em média fica entre quatro e seis meses. Nos três primeiros meses, os filhotes se alimentam exclusivamente do leite das mães. No início do período de amamentação, mães e filhotes são mantidos juntos durante todo o tempo, porque o contato precisa ser constante para não interferir no desenvolvimento dos filhotes, mas passa a ser administrado posteriormente, quando filhotes ficam presos durante parte do dia para não sugarem todo o leite das mães, sendo estimulados a comer o mesmo alimento oferecido aos adultos.

Depois desse período, os filhotes são mantidos separados das mães para perderem o hábito de mamar. Quando a cabra está próxima de parir, ela para de amamentar a cria anterior e também é interrompida pelos criadores a extração do leite das prenhes cerca de sessenta dias

antes do período estimado para o parto. Os criadores dizem que as mães costumam guardar leite dentro das mamas para os filhotes, pois depois de extrair todo o leite, se em seguida o filhote procurar a mãe, encontrará leite nas mamas.

Maurílio me falou sobre uma cabra que escondeu toda a ninhada dentro do matagal e seguia um caminho bem mais longo do que se usasse uma linha reta. Ele disse que inicialmente ficou surpreso quando percebeu que os filhotes haviam nascido, mas não estavam junto com a mãe, enquanto via nas tetas sinais de amamentação. Ele disse que precisou se esconder dentro da vegetação e seguir a mãe para descobrir onde os filhotes estavam. Nessa relação entre mãe e filhote, os diversos sentidos são ativados: olfato, visão e audição, além da cumplicidade que fazia os filhotes permanecer discretos e silenciosos quando a mãe se afastava. É muito comum ouvir berros de filhotes chamando as mães e estas correspondendo, até que se encontrem.

Entretanto, essa relação entre mães e filhotes pode ser interrompida devido a alguns fatores. Algumas cabras ou ovelhas rejeitam os filhotes que tenham sido tocados por humanos, por isso, é preciso ter cuidado quando se vai cuidar deles, evitando-se o contato direto das mãos com os filhotes. Embora isso seja mais comum entre ovelhas do que entre cabras, ambas podem ter esse comportamento. Há também um fenômeno que os criadores chamam de “roubo” de filhote, quando uma fêmea passa a alimentar o filhote de outra. Esse “roubo”, geralmente, ocorre quando a mãe sente desconforto com a amamentação ou rejeita o filhote com cheiro estranho e há outra com leite a quem o filhote recorre.

Cada proprietário costuma ter alguma dessas histórias no seu próprio rebanho. Em Uauá vi um carneiro que depois rejeitado pela mãe passou a ser alimentado por mamadeiras. Uma alternativa a essa rejeição, segundo alguns criadores, é pegar o filhote cuja mãe morreu ou que por ela foi rejeitado e umedecê-lo com leite de uma das cabras ou ovelha que tenham filhotes em faixa de maturidade semelhante a ele. Com o reconhecimento do próprio odor no filhote, as fêmeas podem acolher aquele animal, mas nem sempre isso funciona.

No cotidiano, essa interação entre mãe e filhote é interrompida durante a alimentação dos adultos. Quando galhos de juazeiro e umbuzeiro eram cortados para o rebanho, alguns filhotes ficavam na periferia do aglomerado que comia as folhas frescas. Eles emitiam berros e caminhavam em várias direções tentando localizar a mãe, aproximando-se de cada animal adulto que viam, sendo repelidos por estes ou se afastando ao constatarem que não eram suas mães. Durante a alimentação, as mães não dão muita atenção aos filhotes, porque também precisam se alimentar. Nesses momentos, alguns filhotes mais crescidos começam a comer

folhas, entre as que sobram nos primeiros galhos que são deixados para trás pelos adultos, quando chega galho novo repleto de folhas, enquanto os menores apenas aguardam.

Figura 17 – Cordeiros aguardando as mães enquanto estas comiam folhas de umbuzeiro



Fonte: Arquivo pessoal.

I.4 – Controle sobre a dispersão dos animais e os deslocamentos conduzidos

De acordo com Maurílio, em Araripina, antes de 1975, era comum haver animais criados soltos, sem os cercados em torno das propriedades para delimitar o espaço de deslocamento deles. Porém, entre 1975 e 1979, com a presença de sindicatos e o incentivo à agricultura no sertão, os criadores precisaram rever suas práticas porque seus rebanhos se alimentavam das plantações. Nesse processo, os sindicatos passaram a intervir de forma direta: definindo valores para ressarcimento dos prejuízos causados pelos animais nas plantações; sugerindo que os animais ficassem presos; fossem vendidos; abatidos; ou que se tomasse alguma atitude para que eles não voltassem a se alimentar das plantações.

Naquela época, disse o criador, às vezes só se via a criação quando se aproximava da casa para beber água. É preciso considerar os relatos do criador, mas também o contexto a que ele se refere, porque deve ter havido em outras localidades alguma preocupação com a contenção dos rebanhos. A canga é um objeto bastante utilizado no sertão para conter os animais e dela deriva a palavra cangaceiro (GRUNSPAM-JASMIN, 2006, p. 21)⁵, que denominava pessoas com determinado estilo de vida que viviam no sertão nordestino entre o final do século XIX e início do século XX.

⁵ Existem dois tipos de canga, uma utilizada para acoplar em bois os dispositivos dos veículos de tração e outro usado para conter o deslocamento dos animais. É difícil saber a que tipo de canga a palavra cangaceiro esteve inicialmente associada, porque poderia estar se referindo ao tipo que contém os movimentos, que seria lembrada pela posição do armamento cruzado nas costas, com o posicionamento dos canos entre o ombro e a cabeça; ou ao aparato onde a munição ficava guardada, que poderia lembrar um boi equipado para tracionar veículo.

Figura 18 – Cão e cabrito usando cangas para conter seus deslocamentos



Fonte: Arquivo pessoal.

Em relação aos cercados das propriedades, há alternância entre cercas feitas com madeira e arame farpado e outras feitas só com madeira formando trançados. Como a extração de madeira tem estado sob vigilância dos órgãos ambientais, a opção tem sido usar menos madeira e o complemento do arame farpado. O arame farpado era algo oneroso para os pequenos criadores no passado e a madeira era abundante, segundo José Augusto. Com o tempo, a situação se inverteu: o arame ficou mais acessível e a extração de madeira passou a ser desestimulada, substituindo-se as cercas de madeira trançada em diagonal por outras com hastes de madeira e arame farpado. A cerca com arame farpado é de mais fácil construção para grandes extensões.

Figura 19 – Ilustração de cercado com madeira trançada



Fonte: Arquivo pessoal.

Nos primeiros dias de trabalho de campo, percebi que só alguns animais usavam chocalho e Diógenes, o filho de José Augusto, me disse que só os líderes o usavam e os demais os seguem. Cada chocalho tem tom específico que é reconhecido pelo restante do grupo, que acompanha o animal que o transporta. Em cada rebanho costuma haver mais de um animal com chocalho, que funcionam como referência para os demais. Ocorre um tipo de aprendizado entre os animais quanto à resposta ao chocalho e o papel da liderança construída pelo chocalho.

Além dessa função de orientação dos animais entre si, o utensílio também pode ser utilizado para orientar o proprietário quanto à localização do rebanho ou algum membro específico. O instrumento pode ser colocado no animal mais jovem, mais disperso ou em fêmea prenhe para que seja localizada com mais facilidade quando os filhotes nascerem. Como as fêmeas costumam se afastar do restante do grupo pouco antes de parir, é conveniente colocar chocalho nelas para facilitar sua localização, se ela se afastar muito do restante do grupo. Um animal oque tenha sido adquirido recentemente também pode receber o chocalho, para ser facilmente localizado se dispersar.

Perguntando aos criadores sobre os critérios para definir que o animal que recebe o chocalho, alguns diziam que são os animais mais dóceis e tranquilos, porque evitariam grandes deslocamentos e dispersão, porque colocar o chocalho nos animais mais ativos e inquietos dispersaria os outros; outros diziam que é recomendável colocar o chocalho em animais da mesma faixa média do grupo; ouvi ainda que pode ser atribuído ao animal mais velho, para que este guie o grupo e não tenha que acompanhar o ritmo dos mais jovens; e que pode ser colocado naquele que anda mais, quando se quer que o grupo vá buscar alimento em locais mais afastados.

Como cada animal tem a sua personalidade e os objetivos dos criadores são diversos, o chocalho tem várias funções. Em média, fica entre quinze e trinta animais por guia de chocalho. Não me pareceu que os animais formassem facções dentro de cada rebanho que tem mais de um animal com chocalho, preferindo um guia a outro, mas que podem se acostumar com o tom de cada um dos chocalhos do grupo e seguir a todos eles. Não me pareceu que essa liderança exercida pelo animal que porta o chocalho seja personalizada e implique o controle de um sobre os demais membros do grupo. O controle acaba sendo exercido pelo instrumento e os animais se orientam pelos seus sons de referência, sem haver uma coordenação individualizada.

Quanto aos nomes, não é comum atribuí-los à criação. Apenas os filhotes, como os dois que são alimentados por mamadeiras recebem nomes, quando circulam próximo à casa. Os dois filhotes receberam nomes de aves barulhentas. Os demais membros do rebanho costumam ser chamados pelas características físicas ou por algum detalhe específico. Por exemplo, vi uma cabra grande que tem fama de comilona que sempre se aproximava olhando para as mãos das pessoas, que não possui nome, mesmo tendo hábitos que a distingue das demais.

Há também lacres coloridos que são afixados nas orelhas dos animais, como brincos com numeração. Tais acessórios podem servir como substituto a nome, quando o criador

precisa dar atenção a um indivíduo específico. A identificação também pode servir para controlar as filiações e procedência de cada animal. Os números contidos nos lacres podem individualizar os animais de algum modo, possibilitando o registro do seu histórico. Os diferentes proprietários que residem próximos podem usar cores diferentes nos identificadores para distinguir seus rebanhos.

Também podem ser usadas faixas numéricas com propósitos específicos dentro do mesmo rebanho, para distinguir por faixas etárias, cruzamentos genéticos, controle de vacinação, entre outros objetivos. Também podem ser usados cortes nas orelhas para definir o proprietário, além das marcações na pele com tintura ou dispositivo metálico aquecido. Mesmo que ocorra algo improvável, como algum animal se dirigir à casa errada depois de escapar da propriedade ou se dispersar durante um deslocamento, as marcações servirão para identificar o proprietário e a recondução à sua propriedade de origem.

A comunicação entre criador e rebanho é algo que se constrói com o tempo. Os diferentes sons emitidos por berros são identificados pela diferença: se são filhotes procurando a mãe; se estão avisando sobre o horário da refeição; ou se é um pedido de ajuda, por estar preso ou ameaçados por predadores. Em Uauá, na propriedade de José Augusto havia áreas de pastagem distante da casa e pude acompanhar José Augusto e seu filho Diógenes, em situações diferentes, conduzindo os animais algumas vezes.

Quando um dos dois chamava o rebanho com o habitual “hã, hã, hã, hã...”, os animais se aproximavam e emitiam berros. O berro pode ter vários significados e desdobramentos, mas naquele momento era uma comunicação em torno da alimentação, porque antes do deslocamento ocorria o corte de galhos de juazeiro ou umbuzeiro que seriam oferecidos aos animais. Mais vale a voz do proprietário, que é reconhecida, do que a forma de chamar, porque ouvi criadores que chamam o rebanho da mesma forma, mas os animais de outros proprietários não o seguiam.

Certa vez, fui acompanhar um desses deslocamentos que começou com a ida da casa até o local de pastagem. Ao chegarmos, Diógenes começou a chamar o grupo de animais por meio do habitual “hã, hã, hã, hã...”, mas os animais não vinham na direção em que estávamos e então ele imaginou que seria a minha presença que os estava afugentando. Afastei-me e fiquei atrás de cercado que me encobria totalmente e os animais começaram a se aproximar e seguir o trajeto que lhes era sugerido até o curral onde passariam a noite.

Nesses deslocamentos, é necessário que o rebanho esteja acostumado com o tipo de transporte que o criador utiliza, porque se estiver habituado com o cavalo ou com a condução a pé e se tentar conduzir com motocicleta o rebanho pode não aceitar a presença do veículo e

pode se dispersar. Porém, encontrei em Uauá pessoas que conduzem os animais em motocicletas. Essas diferenças vão depender do hábito e do elo que são construídos com o tempo. De acordo com Grandin e Deesing (2008, p. 35-48), a condução mais eficiente é aquela que se aproxima do comportamento dos predadores sem gerar uma tensão excessiva nos animais. Esse controle sobre a tensão pode se dá pela distância em relação aos animais, que deve ser próxima o suficiente para fazê-los se deslocarem e afastada a ponto de não os deixar demasiadamente apreensivos.

Figura 20 – José Augusto chegando ao ponto pretendido e seguido por parte da sua criação



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 21 – Criador de Uauá conduzindo parte da sua criação que pastava em área externa



Fonte: Arquivo pessoal.

A condução de um rebanho se dá sob diversos fatores: chocalhos usados por alguns animais do rebanho, comandos de voz do criador e odores que conectam mães e filhos e animais que se conhecem. Uma cena muito interessante que pude certa vez observar em Uauá foi dois rebanhos se encontrando e se separando em seguida. José Augusto soltou um grupo

de animais que estava preso ao lado da sua casa e esperava que os animais o seguissem para área de pastagem distante da casa. Os animais foram à parte externa e pareciam seguir o rumo pensado pelo proprietário, mas, a certa altura do caminho, resolveram retornar para as proximidades da casa.

Com isso, quando já seguíamos por outro caminho para encontrá-los mais adiante, o criador percebeu que tinham voltado e me sugeriu seguir porque ele retornaria a cavalo para conduzi-los ao local desejado. Afastei-me um pouco da estrada por onde os animais passariam para não intimidá-los e eles passaram tranquilamente. Ele os conduziu e nos encontramos próximo à entrada da propriedade vizinha, por onde passariam até o local de pastagem. Os animais quando atingiram o local de entrada pararam e aguardaram a abertura, seguindo adiante quando puderam entrar.

Antes de chegarem ao local pretendido pelo criador, aquele grupo se misturou a outros animais da propriedade por onde passavam até chegar à área de pasto do proprietário deles. Como durante a marcha alguns que ficam na periferia do grupo se afastam um pouco, estes ficaram bem ansiosos quando perderam o referencial do grupo a que pertenciam e se viram em meio a outros animais que não conheciam. Foram muitos berros em várias direções e com diferentes objetivos: os animais que já estavam na propriedade vizinha talvez pedissem comida ou tentassem entender aquela movimentação, enquanto os integrantes do grupo em deslocamento berravam para reencontrar os membros do seu grupo, também tentando identificar os berros conhecidos e os sons dos chocalhos do seu grupo.

Pouco tempo depois e com um pouco de correria e barulho, os componentes do grupo em deslocamento se reencontraram e voltaram a demonstrar certa tranquilidade, diminuindo a intensidade dos berros e sem correrem de forma desordenada, seguindo apenas uma direção. Durante esse encontro, ocorreram algumas confusões e alguns animais ficaram desorientados, mas quando se localizaram os animais de referência que portavam os chocalhos voltaram a se acalmar.

I.5 - Comercialização dos animais e os produtos da caprinovinocultura

Os veículos de transporte de animais são caminhonetes em sua maioria, embora apareçam alguns caminhões também. Tais veículos têm as carrocerias equipadas com grades confeccionadas com finas hastes de madeira nos sentidos vertical e horizontal, espaçadas entre si, de modo a permitir a ventilação e entrada de luz solar. O espaço no interior das carrocerias pode ser dividido com o uso de grades móveis, colocando os animais concentrados, se a quantidade não for suficiente para lotar a carroceria do veículo.

A transferência dos animais de um veículo a outro é feita com o levantamento dos animais pelo pescoço, arremessando-os a certa distância do piso da carroceria dos veículos. Comentei sobre este método com um criador e ele disse que as lesões não ocorrem devido à prática adquirida pelos comerciantes. Em Uauá, vi um comerciante que comprou cerca de 25 animais e os colocou concentrados em pé em metade da carroceria de uma caminhonete, deixando a outra metade para futuras aquisições.

Aquela concentração ocorre para que durante o deslocamento do veículo os animais não fiquem se deslocando devido às irregularidades das estradas sem pavimentação e nas frenagens. A aglomeração faz com que cada animal sirva de suporte para outros. Seria concebível naquela situação citar a noção de bem-estar, não como conforto durante o percurso e tempo, mas como a densidade que, embora deixando todos os indivíduos em pé, mantém o conjunto menos vulnerável a choques e deslocamentos não intencionais na carroceria do veículo, evitando lesões.

Há diferenças significativas no comportamento dos animais no ambiente em vivem e nas feiras. Uma das causas de inquietação nos animais nas feiras é forma que me pareceu ser referente à verificação da gordura sob a pele de carneiros e ovelhas, já que estes costumam ter mais gordura do que os caprinos. Os interessados nos animais se aproximam e realizam movimentos bruscos com as pontas dos dedos em sentido perpendicular à pele dos animais, provocando movimentos de reação nas regiões que são atingidas.

Na feira de Uauá, vi um bode grande, pouco menor do que um bezerro, todo preto, chegar à feira conduzido por laço no pescoço e tendo as patas também amarradas aos pares, com folga suficiente para ele caminhar com passos lentos. A pessoa que o conduzia disse que ele era “da caatinga” e por isso era bravio. Em poucos minutos depois de chegar à feira, este animal foi comprado, e precisou de cinco pessoas para colocá-lo na carroceria da caminhonete que o transportou, tanto pelo peso quanto pela força que ele possuía.

Na mesma feira, ouvi os berros de um cabrito que acabara de ser separado de outro animal, talvez sua mãe. Ele berrava de dentro da carroceria da caminhonete olhando na direção do outro que saía em veículo semelhante. Depois de alguns minutos, ele parou de berrar e dava alguns passos contínuos no espaço dividido com outros animais. Na carroceria do mesmo veículo, outro animal, aparentando ser mais velho do que o anteriormente citado, tentava fugir. Ele erguia as patas dianteiras e se projetava para a frente, mas não conseguia ter impulso porque havia pouco espaço entre ele e os demais animais.

As relações dos animais entre si no ambiente em que vivem costumam ser bem diferentes do que se pode observar nas feiras. Vê-los caminhando e observando o que ocorre

em torno deles, não com a apreensão comum nas feiras, quando alteram constantemente a direção dos olhares, mas com a curiosidade que é percebida ao olharem continuamente para qualquer pessoa que passe por eles.

De um modo geral, é bastante significativa a diferença de comportamento dos animais no ambiente em que vivem e nas feiras. A mudança brusca de ambiente, o movimento de pessoas e veículos, o barulho e as transferências entre veículos interferem significativamente no comportamento deles. A altivez e autoconfiança demonstradas nos locais onde vivem podem ser facilmente contrastadas com a ansiedade, reclusão e inquietação percebida nas feiras. A interferência humana sobressai significativamente na feira, embora esta também exista nos criadouros. A diferença entre a regularidade de estímulos e a mudança nas relações que compõem o ambiente interfere na forma como os animais se comportam em cada um desses ambientes.

Quanto à procedência dos animais, existe um tipo registro emitido por órgãos vinculados às secretarias de agricultura baiana e pernambucana, mas este é um detalhe pouco observado no tipo de feira que observei em Uauá. Entre os documentos emitidos por esses órgãos, existe uma autorização de transporte, quando se cruza os limites entre estados. Tal documento tem mais uma função tributária do que sanitária. Esses órgãos também prestam assessoria técnica aos criadores associados, como orientação sobre vacinação, retirada de chifres por método cirúrgico e castração de machos, além de atestar a procedência genética de um animal com raça definida, por meio de amostras do sangue e da identificação de características externas.

Figura 22 – Comércio de animais na feira de Uauá



Fonte: Arquivo pessoal.

Há dois mercados paralelos referentes a animais criados dentro da indústria da carne: um que leva em consideração o potencial de cada animal como fornecedor de carne, e outro que considera as matrizes genéticas como o atributo principal da negociação. O mercado das matrizes genéticas gira em torno de uma reprodução biológica de animais que, em tese, constam entre as opções alimentares, mas talvez nunca sejam de fato abatidos. A utilidade econômica das matrizes genéticas está baseada em projeções monetárias fundamentadas em aspectos estéticos que, em princípio, atendem às expectativas alimentares, mas que só servem como parâmetros formais para definir uma escala de valores.

Por outro lado, os animais sem raça definida ou resultantes de cruzamentos que os desvalorize como matrizes servirão para o abate e têm seus valores atribuídos pela composição física. Há alguns cruzamentos visando apenas à condição de fornecimento de carne, ao passo que entre as raças valorizadas como matrizes genéticas a interferência humana ocorreu em prol de uma utilidade estética. Depois de alguns anos produzindo leite, algumas desses produtores de material genético podem ser comercializadas como apenas carne. Em Araripina conheci um criador que tinham alguns desses animais com raça definida, mas os eventos que ele frequentava não eram o tipo de feira que ocorre em Uauá. Eram eventos de maior porte, com exposições de animais e leilões.

Além dos criadouros, existem as feiras organizadas periodicamente em áreas urbanas, onde comerciantes e criadores se encontram. As feiras de animais não seguem uma lógica centralizadora nem dispõem de uma logística como a agricultura, que atrai a maior parte da produção para determinado centro de comercialização. Há várias feiras que ocorrem nas diversas cidades em que há criação de animais para abate. Algumas são mais conhecidas do que outras, mas cada uma delas tem sua importância dentro do conjunto de relações envolvendo comerciantes, criadores e consumidores locais residentes em centros urbanos. O local onde os animais a serem comercializados ficam expostos é em terreno sem pavimentação, talvez para melhor absorver fezes e urina dos animais.

Nesses pontos, os comerciantes ficam atentos a cada veículo que chega transportando animais. Fiquei com a impressão de que é sempre o comerciante quem mais lucra com os animais, por meio do processo de compra e revenda. Um animal até crescer e ficar em condições de ser vendido pode consumir muitos recursos e trabalho de quem o cria, enquanto o comerciante apenas compra dentro de uma faixa de preço pré-estabelecida prevendo certa margem de lucro, sem considerar todo o investimento anterior em determinado animal. O trabalho diário não pode ser mensurado com precisão, o que talvez até sirva para ocultar

possíveis prejuízos dos criadores. Há razões culturais que mantêm a caprinovinocultura ativa, mesmo em condições desfavoráveis.

Figura 23 – Os animais chegam à feira em cabrestos ou veículos específicos



Fonte: Arquivo pessoal.

É muito complicado calcular valores informais e frações monetárias que circulam nas atividades econômicas que não têm registros formais de fluxo pelos atores envolvidos. Isso acaba ocultando a quantidade de trabalho para atingir determinado objetivo, como a criação de um animal desde os seus primeiros momentos de vida até sua comercialização. Operando entre a informalidade e a inserção em comércios dos centros urbanos, grande parte dos produtos da caprinovinocultura, no processo de inclusão na formalidade econômica, entra com valores relativamente baixos. A relação de cumplicidade do humano criador e o animal sob sua posse é diferente daquela que se estabelece entre um comerciante e o mesmo animal.

O proprietário secundário cria outros vínculos com o animal desde a sua aquisição até o abate ou renegociação. Dentro de uma lógica que atribui precedência aos centros urbanos, cujos mercados definem as regras e valores das atividades que ocorrem na periferia desse sistema integrado por fluxos de mercadorias e pessoas, a criação econômica de animais depende dos preços definidos na fase de transformação monetária do valor do trabalho e cada transação financeira de revenda revela a discrepância financeira entre o valor recebido pelo trabalho e o preço final de oferta dos produtos.

No que se refere aos valores de mercado, estes podem variar de acordo com o sexo e tamanho dos animais, além de outras características. Porém, isso depende muito das expectativas em relação aos animais, se para o abate ou para criação, pois as fêmeas podem ter mais valor se quem compra estiver pensando em procriação, mas pode ser menos valiosa

se já tiver idade avançada para os padrões de procriação, se for de linhagem genética depreciada e tiver peso inferior a um macho adquirido para o abate. Da mesma forma, um macho pode ser avaliado como fornecedor de carne ou como reprodutor.

Alguns criadores vendem para o abate as fêmeas que procriaram por alguns anos e quando a produção de leite delas começa a decrescer. Os sinais de idade são perceptíveis na textura do pelo, nas tetas, nas orelhas, na consistência da pele abaixo do pescoço, nos chifres, entre outros aspectos. Em geral, os machos são mais comercializados do que as fêmeas, pois um rebanho com várias fêmeas só precisa de um macho para gerar novos filhotes e produzir leite, e para isso mantém-se apenas um com as características julgados importantes, disponibilizando-se os demais para o abate.

Em Araripina conheci um homem que compra animais adultos para engorda e vende a restaurantes porque ele disse ser mais rentável do que manter um rebanho regular. Do nascimento dos filhotes até eles atingirem a fase adulta, às vezes, é preciso comprar ração, o que inviabiliza o retorno financeiro. Na manutenção regular de um rebanho, é preciso considerar alguns fatores como a provisão de alimentos, surtos de doenças e a presença de predadores.

Como o cálculo entre os criadores que dispõem de menos recursos financeiros se baseia na aquisição de animais como menor valor de mercado, mas que apresentem maior resistência, o investimento em animais que funcionam como matrizes genéticas é visto como algo que se distingue significativamente do modo tradicional de criação no sertão nordestino, principalmente pelos aspectos estéticos envolvidos na definição dos valores. Além disso, a rigidez imposta pelos órgãos que atestam as raças, que inclui amostras de sangue para atestar genótipos e verificação dos aspectos visuais, como textura e cor dos pelos, pode levar à desclassificação de um animal que apresente características distintas dos padrões da sua raça.

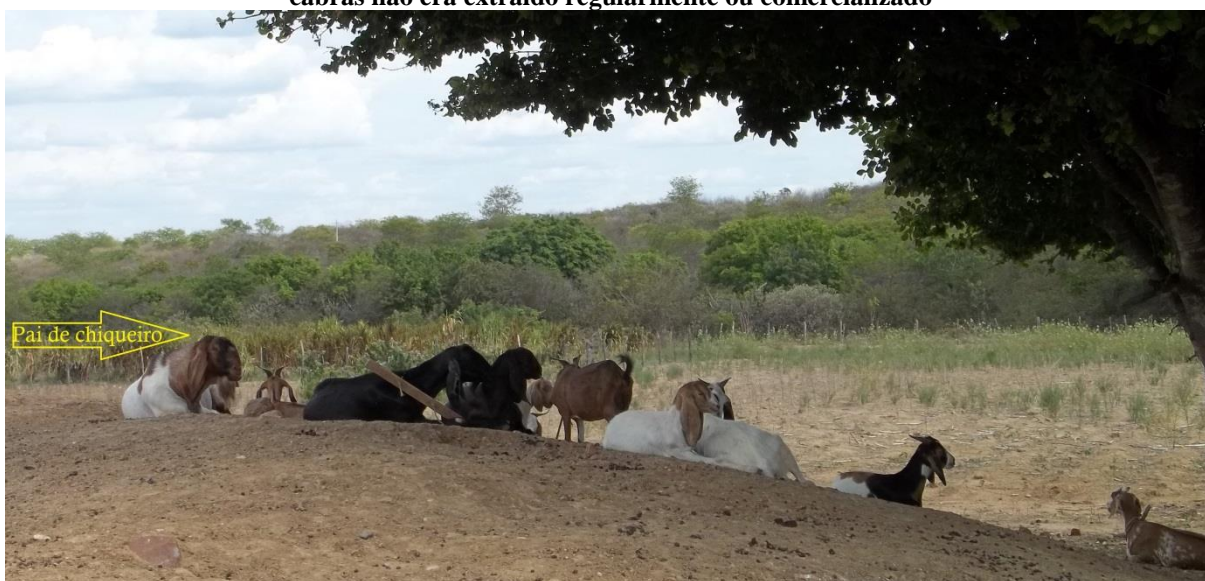
Procurei saber o que criadores que têm rebanhos menos valorizados pensam a respeito deste tipo de investimento e, entre estes, há certo consenso de que tal perspectiva, para ser viável economicamente, depende de investimentos relativamente altos e também implica certo grau de risco, porque são animais mais frágeis, que resultam de cruzamentos entre raças com determinados objetivos, principalmente para desenvolver maior peso.

Visando à qualidade dos produtos finais, o controle da sexualidade do rebanho está entre as práticas como maior destaque. Como mostrado por Dantas (2008), em pesquisa feita no sertão do Rio Grande do Norte, a castração de porcos se dá com a expectativa de melhorar a textura da carne e reduzir certos odores provocados por hormônios. De forma semelhante, José Augusto, em Araripina, separava bodes e cabras para evitar a transferência do odor

exalado pelos machos para o leite das fêmeas, porque se eles estivessem juntos o odor se propagaria para as fêmeas, filhotes e também teria repercussões no leite.

O principal macho do rebanho, denominado de “pai de chiqueiro”, só costuma ficar com as fêmeas durante o período de fecundação. Depois disso, eles são mantidos afastados quando se pretende comercializar o leite, podendo-se permitir a convivência se o leite das cabras não for comercializado ou usado na fabricação de queijo. Segundo José Augusto, é por isso que se costuma dizer que o leite caprino tem sabor de urina, porque o odor dos bodes tem a urina como principal meio de propagação. Os bodes adultos costumam urinar na própria cabeça, às vezes até mesmo na boca, para depois espalhar seu odor pelo ambiente onde vivem, inclusive no corpo das fêmeas, o que deixa a cabeça do macho com uma constantemente aparência de suja. O odor é bem forte, por isso, na definição do espaço onde o macho fica é preciso levar em consideração, inclusive, a circulação dos ventos.

Figura 24 – “Pai de chiqueiro” e cabras vivendo juntos na propriedade de Maurílio, onde o leite das cabras não era extraído regularmente ou comercializado



Fonte: Arquivo pessoal.

O controle do ato sexual nos animais que vivem em rebanhos é algo que vai variar em função do momento e das conveniências do criador, seja incentivando a procriação ou contendo-o, para propiciar o aumento de peso nos machos castrados e a isenção de odores no leite e na carne. Carne e leite, como principais itens da caprinovinocultura, embora dependam do ato sexual para a ampliação do rebanho e, por conseguinte, para a indução da produção de leite, dependem da contenção da sexualidade para atender a determinados aspectos da transformação de um animal em alimento, principalmente para atender a determinado público consumidor.

Os criadores costumam trabalhar com cruzamentos genéticos - que aparecem como raças - conhecidos e adaptados às condições climáticas do sertão nordestino. As raças preferidas são as que apresentam os melhores rendimentos para cada tipo de proposta: cabras da raça Sani são mais recomendáveis para a produção de leite, enquanto carneiros e ovelhas das raças Santa Inês e Dorper têm preferência na produção de carne. Mesmo dentro dessa aparente formalidade que a definição de raças sugere, cada criador pode experimentar diferentes tipos de cruzamentos para atender seus objetivos, dentro de uma combinação entre a menor demanda por alimento e a constituição física dos animais quanto à produção de carne e leite.

Um dos aspectos que distinguem significativamente os criadores das localidades onde estive em Uauá e Araripina, quanto às suas características socioeconômicas, é a presença, grosso modo, de alguns criadores com mais recursos financeiros em Araripina do que em Uauá. Na cidade baiana, não ouvi dos criadores qualquer menção à comercialização de sêmen e óvulos de animais, com a expectativa de reprodução de animais com determinadas características, ao passo que em Araripina, conheci um criador que o faz e também expõe seus animais com procedência atestada em eventos de grande repercussão na Região Nordeste. Dentre os cuidados com esses animais com procedência atestada, alguns só saem dos currais para caminhar por tempo definido para não perderem peso, ficando separados por sexo nos currais. Estes são muito mais valorizados podem ter o valor estimado entre vinte e quarenta vezes superior aos demais sem raça definida.

Um dos principais produtos da criação é o leite, que só é extraído das cabras. Os tipos de ovelhas criadas naquela região não costumam fornecer leite em volume suficiente para extração, além de não haver o hábito de se consumir leite de ovelhas no sertão, embora existam em outras regiões do país ovelhas resultantes de cruzamentos genéticos que têm o leite consumido. O leite das cabras é extraído praticamente durante todo o tempo, inclusive durante a gestação. Apenas pouco tempo antes de parirem é que se para de extrair o leite - cerca de sessenta dias antes. O leite parece ser o produto comercializado, em volume, maior do que a carne.

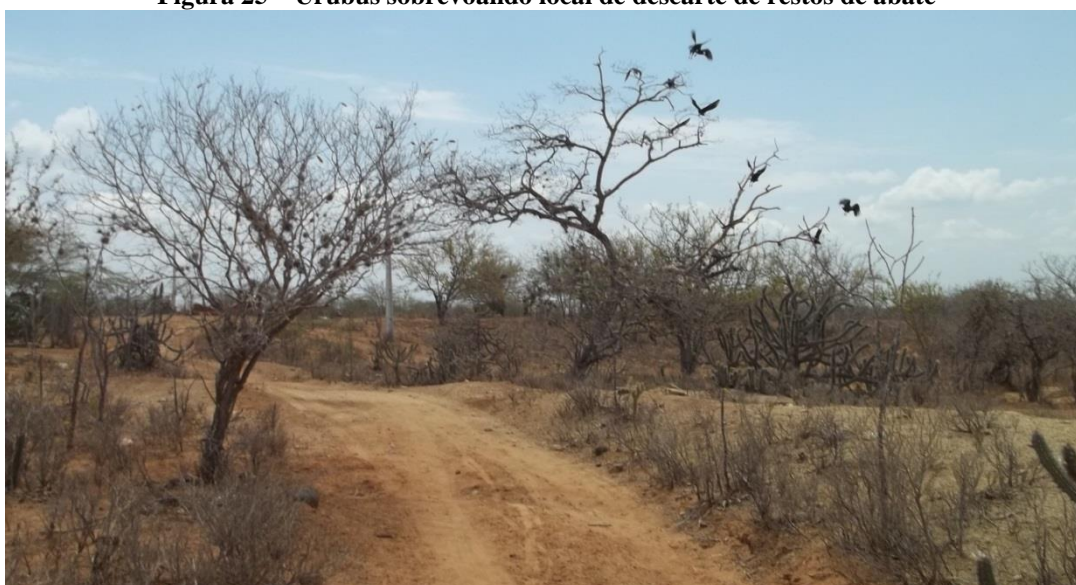
Em algumas propriedades, é extraído um pequeno volume de leite para consumo interno e o restante é consumido pelos filhotes, pois sempre há filhotes em fase de amamentação. Parte desse leite pode ser usada para fabricar o queijo coalho. Na propriedade de José Augusto, há uma pequena produção de queijo em escala comercial. No processo de fabricação que tradicionalmente utilizava o coalho extraído do intestino dos animais é utilizada uma substância em pó produzida na Noruega.

Quanto à carne, os criadores dizem que a do carneiro é mais macia e gordurosa do que a do bode. Podem ser adotados alguns cruzamentos genéticos que tornem o animal mais corpulento para a produção de carne. Há ainda outro produto resultante do abate, o couro. Nas feiras é comum encontrar barracas onde são comprados couros. Algumas pessoas levam peças unitárias ou várias, acomodadas em sacos plásticos, depois de terem passado por algum tratamento para reduzir a umidade e evitar a putrefação. Aquele couro vai para curtumes para ser posteriormente transformando em calçados, bolsas, chapéus, bainhas de facas e facões e diversos outros utensílios.

A carne de bodes e carneiros tem forte apelo cultural, havendo até a sua inclusão no cardápio da merenda escolar da rede pública. Algumas prefeituras adquirem os animais vivos e depois os encaminham a abatedouros. Em Petrolina, existe um local conhecido por “Bodódromo” com apelo culinário em torno da carne de bode. Embora não conste nos cardápios apenas pratos feitos com carne de bode, a referência à figura do bode tem um forte apelo comercial, atraindo turistas que procuram comidas com rótulo de regionais, de exóticas, ou outros que atribuem uma vinculação estreita com determinado espaço geográfico.

Em algumas ocasiões, ouvi críticas de comerciantes sobre o fechamento de alguns abatedouros mantidos por prefeituras, quase sempre sob a alegação de questões sanitárias, o que inviabilizaria a ampliação daquele mercado, segundo os informantes. Alguns proprietários de restaurantes compram os animais vivos e contratam os serviços de alguém que trabalha abatendo animais em locais improvisados, chamado de “magarefe”, embora algumas pessoas pronunciem “magarebe”.

Figura 25 – Urubus sobrevoando local de descarte de restos de abate



Fonte: Arquivo Pessoal.

Apesar dessa movimentação em torno da carne do bode que acompanhei, não foi possível conhecer os locais de abate, fossem os abatedouros minimamente estruturados ou situações caseiras. Esta última opção talvez tenha sido mais difícil de encontrar porque estávamos no mês de janeiro, logo depois das festas de final de ano e algumas áreas do sertão nordestino passavam por um longo período de estiagens, que ainda se prolongou pelos meses posteriores à minha estadia por lá. Próximo à casa de José Augusto, em Uauá, passei duas vezes por uma casa em que foram abatidos bodes, quando já haviam concluído o trabalho. A primeira vez que passei por lá, imaginei que se tratasse disso porque havia alguns urubus em determinado ponto e um odor de madeira queimada, que normalmente é usada para aquecer a água utilizada para limpar as vísceras.

Além disso, não procurei tais situações, porque eu dispunha de pouco tempo e havia muitas coisas que desejava ver e ouvir. A minha maior preocupação com a interação e a comunicação entre criadores e animais me fizeram tomar certas decisões que talvez tenham me afastado do abate. Imagino que eles ocorressem em maior volume nos centros das cidades, para abastecer bares e restaurantes que, naquela região, quase todos têm em seus cardápios a carne de bode. Nas casas das pessoas que frequentei em momento algum me foi oferecida carne de bode, apenas queijo de leite de cabra.

I.6 – Mantendo uma tradição

Voltar o olhar para um local afastado das grandes concentrações urbanas, onde o ser humano interage com o ambiente e procura se adaptar ao ritmo de trabalho possível, com a interrupção das atividades pouco antes do almoço e a retomada no meio da tarde, evitando o período de radiação mais intensa do sol, foi um exercício que provocou inquietações. Diante das peculiaridades do sertão, o criador encontra o alimento mais rentável para os animais nas folhas das árvores típicas do sertão, o umbuzeiro e o juazeiro, e aproveita as características da vegetação local para manter a palma como reserva, principalmente nos lugares onde a água é mais escassa. Em função das expectativas relacionadas aos produtos da caprinovinocultura, o controle da sexualidade dos animais é um fator com grande relevância. Em determinados momentos ela é estimulada, em outros é contida. A produção de leite e a procriação dependem do estímulo, porém a qualidade do leite é prejudicada pelos odores hormonais expelidos pelos machos.

Também foi possível perceber que o contato regular produz alguns elementos de comunicação que humanos e animais aprendem a utilizar nas interações cotidianas, os diretos e os indiretos. Em relação a estes últimos, o chocalho é como um controle a distância do que o

criador espera que seus animais façam quanto aos deslocamentos, se mais ou se menos. Como comunicação direta, o reconhecimento da voz dos criadores em meio a outros criadores chamando seus animais de forma semelhante, o “hã, hã, hã...”, permite uma correspondência entre chamada e resposta. A comunicação presente nos diversos tipos de interação entre humanos e animais não é exclusiva da perspectiva de proteção. Ela se modifica em cada configuração, mas é uma ferramenta que possibilita a realização dos diversos empreendimentos, inclusive nas relações de predação.

Perguntava-me ao deixar o sertão, até que ponto toda a divisão social do trabalho urbana acentua a compaixão por alguns animais e interfere na percepção sobre outros? Até que ponto eu poderia dar razão aos militantes dos direitos dos animais que têm a alimentação como bandeira, que argumentam que nos centros urbanos a carne chega aos consumidores em embalagens que não lembram o formato do animal que lhe deu origem e, por isso, a percepção sobre algumas espécies fica prejudicada? Não eram indagações novas ou originais, mas elas adquiriam outras conotações para mim depois daquela experiência.

Inicialmente, não percebi como um discurso, mas com a análise posterior dos registros de campo, compreendo que os criadores também tinham os seus. Havia quase um determinismo implícito no discurso, quando indicavam que herdaram aquela condição e procuraram aperfeiçoar o que receberam. Herança, não sentido da transmissão direta de patrimônio entre gerações consanguíneas, mas quanto às condições materiais encontradas no contexto em que vivem e o que fizeram a partir delas.

A justificativa mais comum entre os caprinovinocultores estava baseada nas tradições locais. Sair da região, ir a outros lugares, voltar, retomar as atividades com os animais ou conciliá-la com outras que assegurassem um retorno econômico satisfatório, enquanto a criação fosse mantida em paralelo, eram situações facilmente encontradas entre os sertanejos daquela região em torno de Petrolina e Juazeiro.

Analisando a situação de alguns criadores, a atividade que eles desenvolviam não parecia ter uma viabilidade financeira inquestionável – penso mais nos criadores, mas talvez isso não se aplique aos comerciantes que compram e revendem animais -, embora isso não parecia representar um problema. Por isso, procurar compreender as peculiaridades de uma atividade, cujo método de criação concilia cuidados minuciosos, comercialização dos animais e abate - de fato ou presumido no ato de vender -, sem qualquer tipo perceptível de culpa ou contradição, foi um exercício enriquecedor para pensar as questões sobre a proteção animal que virão nos capítulos subsequentes.

Nesse sentido, posso ter passado a impressão de que a criação de animais no sertão nordestino se resume a uma produção artesanal de carne e leite, mas não foi essa minha intenção. Reconheço que trabalhar no sertão por um curto período e com o pensamento voltado para a comparação com outras expressões das relações interespecíficas talvez me tenha feito tratá-lo dessa forma. A minha cabeça estava voltada para a cidade e foi nesses termos que acabei compondo o primeiro capítulo, já que parte daqueles animais serve para abastecer um mercado urbano. A comparação com os cães e gatos também me forçou a enfatizar muito o aspecto funcional da criação.

Apesar disso, acredito na possibilidade de um diálogo entre essas diferentes formas de interação com animais que produza uma análise menos segmentada das relações interespecíficas. É com essa proposta que esta tese está organizada daqui por diante, resultando no diálogo possível até o momento entre as diferentes perspectivas no quarto capítulo.

Capítulo II

Os animais urbanos: os protetores e os protegidos

II.1 - Cuidando dos abandonados

A convivência dos humanos com os ancestrais dos atuais cães, iniciada entre 14 e 12 mil anos, e dos gatos domésticos, cujo início estimado fica entre 4 e 3 mil anos atrás (SERPELL, 1996, p. 4), depois de tantos milênios produziu em terras brasileiras grandes populações dessas duas espécies. Diversos fatores influenciaram na atribuição de preferências intencionais e casuais a essas e a diversas outras espécies de plantas e animais que encontraram condições favoráveis à expansão, como aponta Sullivan (1994) em relação aos ratos, que acompanham a dinâmica humana de ocupação do espaço e se alimentam do lixo descartado, enquanto outras espécies podem ter ficado em desvantagem.

Figura 26 – Cães livres no centro de Petrolina-PE



Fonte: Arquivo pessoal.

Deixando de lado momentaneamente outras atribuições que cães e gatos possam ter exercido ao longo desse processo - se inicialmente entraram no espaço doméstico humano como trabalhadores ou colaboradores: os gatos como predadores de pequenos animais indesejáveis e os cães como auxiliares de caça e guardiões do espaço doméstico (SERPELL, 1996, 2000) -, para os objetivos deste capítulo eles serão tratados como animais de companhia, tomando como referência algumas convenções que podem ser sintetizadas pela definição de Haraway (2003, p. 14): aqueles que não comemos nem somos comidos por eles.

Apesar do despertar de um interesse pela reconstrução dessa trajetória, é preciso dar esse salto para nos situar nas questões atuais. Qualquer resumo disso, por mais detalhado que fosse, apresentaria um aspecto caricato desse relacionamento para apontar possíveis origens de algo que se tem configurado atualmente como um problema: cães e gatos que vivem ou se deslocam livremente em locais públicos. Isso não significa negar a importância dos diversos

fatores que resultaram na configuração atual. Porém, trazê-los como ilustração talvez não ajudasse muito na visualização das questões mais recentes aqui neste ponto.

Atualmente, em áreas urbanas⁶ brasileiras existem populações de cães e gatos em diferentes situações: há aqueles que vivem assim desde o nascimento, procriando e dando continuidade a isso; outros que são deixados nas ruas por seus antigos proprietários; há os que fogem de casa e não conseguem retornar, muitas vezes assustados com os ruídos dos fogos de artifícios em momentos festivos; ainda existem aqueles que, em determinados lugares, se deslocam entre as ruas e as casas dos seus proprietários livremente, normalmente em áreas urbanas periféricas; entre outras possibilidades.

Em Araripina, no sertão pernambucano, conheci um cão chamado Lobinho que pertence ao casal Maurílio e Edileusa. Ele percorre periodicamente alguns quilômetros, alternando a permanência na casa em que vive desde filhote e o núcleo mais povoado do distrito onde fica localizada a propriedade da família. Ele pode ficar ausente de casa por vários dias e retornar espontaneamente ou acompanhando algum membro da família. Até mesmo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro há histórias de animais que pertencem a algumas pessoas e vivem alternando seus locais de permanência entre as ruas e suas casas.

A forma como esses animais que se deslocam livremente são vistos pode variar de um local a outro, em função de diversos fatores. Há algum tempo, muitos animais sobrevivem nessas condições, mas o gerenciamento estético dos espaços urbanos articulado com a noção de saúde pública influencia significativamente a vida deles, principalmente onde a concentração urbana é mais acentuada, como nas regiões centrais de cidades da área metropolitana do Rio de Janeiro.

Em 1973, a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu o seu 6º Informe Técnico sugerindo a eliminação de animais errantes para reduzir o número de potenciais transmissores da raiva, que naquele momento representava o principal desafio de saúde pública referente a contágio:

O cão errante [*stray*] continua como uma ameaça na transmissão da raiva e, portanto, um programa eficientemente conduzido para a eliminação desses animais é necessário. Tal programa requer a operação de um local de acomodação ou abrigo para os animais em que os errantes possam ficar temporariamente retidos, e se não reclamados ao final de um curto período, eliminados [*destroyed*] (OMS, 1973, p. 35, tradução minha).

⁶ Sem tomar como orientação a dualidade entre urbano e rural/área de preservação ambiental, que resulta do gerenciamento estatal das regiões econômicas, parece mais produtivo ter como referência a ocupação territorial, independentemente da densidade populacional e do perfil econômico. Em alguns momentos, quando me referir ao espaço urbano, estarei mais interessado em situar o leitor em relação aos lugares em que há circulação regular de pessoas e animais do que na classificação estatal formal.

Nas últimas quatro décadas, em diferentes países, surgiram discussões sobre a forma de tratar esses animais. Na década de 1980, populações de gatos que viviam em estaleiros na cidade inglesa de Portsmouth e no cemitério parisiense Père-Lachaise foram tratadas como pragas. Embora Dards (1983, p. 134) não cite especificamente se foi usado algum método de controle na cidade inglesa, ela faz menção ao debate sobre o tratamento que tais gatos deveriam receber: se pestes a serem erradicadas ou se deveria haver outra abordagem, enquanto Delaporte (2007, p. 4, 7) cita uma discussão em torno da adoção do controle populacional ou a eliminação dos gatos e o uso de estricnina pela administração do cemitério.

Durante o tempo em que essa recomendação da OMS esteve em vigor, os métodos podem ter variado de um lugar a outro e muitos animais devem ter sido eliminados seguindo essa sugestão. As chamadas zoonoses – conjunto de doenças mutuamente transmissíveis entre animais e humanos – estiveram no centro dessas discussões. Porém, em 1992, a OMS emitiu seu 8º Informe Técnico⁷, baseado em dados estatísticos que mostravam que a eutanásia⁸ de animais como medida sanitária era ineficaz. Essa era a sinalização de mudanças conceituais, que também podem ter sido influenciadas por protestos de defensores dos direitos dos animais.

Apesar das muitas mudanças que ocorreram no tipo de ação estatal voltada para os animais, atualmente a noção de saúde pública ainda é um forte referencial nas formas de administrar o espaço urbano. É em torno dela que algumas discussões ocorrem. Pensando no controle da *leishmaniose visceral*, BORGES *et al.* (2009, p. 1041) apontam o “risco do convívio tão próximo e cada vez mais estreitado” entre humanos e animais quanto ao

⁷ “A raiva canina é quase inteiramente limitada aos países em desenvolvimento. Medidas de controle, tais como o confinamento dos cães nas casas dos seus proprietários, captura e remoção, e controle populacional de cães, têm falhado amplamente ao serem adotadas e mantidas nesses países. Grande parte do problema tem estado na insuficiência em compreender a relação dos cães com a sociedade e das tentativas de impor abordagens de controle da raiva que têm sido bem sucedidas em países desenvolvidos. No entanto, programas de imunização adaptados à estrutura social agora são possíveis e estão sendo desenvolvidos em muitos países. Com o objetivo de atingir uma grande proporção da população de cães, tais programas devem ser baseados na ecologia local da população canina, na compreensão da sociedade local, sob a coordenação de setores relacionados da sociedade, e culturalmente adaptados à educação para o controle da raiva. *Programas de eliminação de cães por eles mesmos não são efetivos no controle da raiva*” (OMS, 1992, p. 27, tradução e grifos meus).

⁸ Gradativamente, o termo sacrifício foi sobreposto por eutanásia no vocabulário da proteção animal e de médicos veterinários. Demorei um pouco para admitir esse uso, quando eu insistia em registrar sacrifício, porque eu partia do princípio que a noção de eutanásia se refere a um tipo de intervenção que visa antecipar um desfecho que começa a se esboçar por um quadro de saúde precário em certos animais, enquanto sacrifício seria um tipo de intervenção que não faz distinção entre animais debilitados e saudáveis. Recentemente, comecei a considerar que essa fosse uma divergência do pesquisador com as questões que encontrava no seu campo de investigação, principalmente depois de conversar sobre o assunto com o médico veterinário Mário Chavão. A minha orientadora tentou me mostrar isso algumas vezes, não com a indicação de que seria um embate pessoal com o campo, mas que era necessário considerar a manutenção do vocabulário nos registros, tal como ele é utilizado pelos informantes e, posteriormente, procurar descobrir os processos que levaram às mudanças semânticas. Essa discussão será ampliada no quarto capítulo.

desenvolvimento de doenças, em pesquisa realizada em Belo Horizonte-MG; e Andrade *et al.* (2007) citam a ineficácia da eliminação de cães como método de controle, em Araçatuba-SP. Apesar de descartada a eutanásia como medida preventiva, ela é regulamentada pelo Ministério da Saúde para ser utilizada em animais já contaminados.

Ainda nessa direção, LIMA *et al.* (2010) mencionam a “posse responsável” a ser seguida pelos pais para que as crianças não contraíam doenças transmitidas por animais que também se desloquem fora do espaço residencial, em Recife-PE; e Siqueira, Ribeiro e Salerno (2008), utilizando conclusões de outros pesquisadores, no Brasil e no exterior, mostram como os animais de companhia contribuem para a propagação da *prototecose*, uma doença causada por algas que atuam no sistema digestivo. Estes autores são da área de saúde e as conclusões a que chegam são bem ilustrativas para compreender como os animais estão situados nas discussões sobre questões sanitárias.

O Deputado Estadual paulista Feliciano Filho⁹, menciona que tentou inibir a utilização de cavalos em veículos de tração animal no estado de São Paulo, pensando no bem-estar dos animais, mas só conseguiu convencer seus pares a aprovarem o projeto de lei depois que inseriu alterações no texto fazendo referência aos carrapatos, que também podem transmitir doenças para os humanos e poderiam se propagar excessivamente em núcleos urbanos devido à ausência de seus predadores naturais, que são aves encontradas em número razoável em localidades com extensas áreas verdes, que não são vistas nos centros das cidades.

Desse modo, a noção de saúde pública ainda é um forte referencial com apelo argumentativo que às vezes desloca a discussão sobre o aperfeiçoamento das condições sanitárias para os riscos que os animais podem representar para a saúde humana, como intermediários na contaminação. Talvez isso se explique pela lógica administrativa de contenção de gastos estatais e priorização dos humanos, mas não resolve qualquer deficiência estrutural sanitária que desequilibre as relações ecológicas e provoque a contaminação por micro-organismos nos humanos e nos animais que vivem próximo a eles.

Em meio a essas discussões, surge a noção de abandono como uma condição em que os animais que se encontram livres e dispersos são colocados. Essa ideia de abandono está, de certo modo, vinculada às concepções estéticas dos espaços urbanos, não como uma das origens, mas como um desdobramento. Os abandonados são aqueles que estão à margem, que sobraram na distribuição espacial entre áreas de trabalho, de lazer, de passagem comum de

⁹Disponível em: <<http://www.felicianofilho.com.br>>. Acesso em: 24 de novembro de 2012.

pedestres, que interferem na dinâmica do movimento de pessoas, automóveis e na paisagem e, por isso, tornam-se indesejados por algumas pessoas.

Essa ideia de abandono como me parece estar construída, nos termos que são colocados por muitas pessoas que atuam em prol desses animais, também decorre da conotação política que o trabalho voltado para os animais que vivem nas ruas adquiriu. Ele é o referente discursivo que sintetiza uma série de situações quando as autodenominadas protetoras constroem seus argumentos. Talvez, as pessoas que faziam esse trabalho antes da década de 1990 usassem outros termos e tivessem outros discursos. Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, principalmente nas áreas centrais das cidades, abandono é uma das palavras mais utilizadas entre as que compõem o vocabulário da proteção animal.

Ela é uma denominação atribuída a diversas situações, tenha o animal vivido sob a responsabilidade de alguém e em determinado momento ter sido descartado, ou descender de outros que também tenham vivido nas ruas desde o nascimento. É possível que essa ideia de abandono pressuponha uma responsabilidade moral coletiva que, afora a origem do animal considerado abandonado, atribui a cada ser humano certa parcela de responsabilidade sobre esses animais. No âmbito do estado do Rio de Janeiro, a Lei Estadual nº 4.808/2006, no Artigo 23, diz que é vedado “o abandono de animais em áreas públicas ou privadas”, formalizando juridicamente a noção de abandono.

Esses animais têm alguns locais preferidos para se acomodar. Os cães podem ser vistos com mais regularidade se deslocando pelas ruas, enquanto os gatos se mantêm por mais tempo em áreas relativamente restritas, talvez por isso a OMS enfatizasse mais os cães em suas publicações (OMS, 1973, 1992). Praças e parques públicos, imóveis desabitados, cemitérios, ou qualquer estrutura em que eles consigam se instalar podem servir de abrigo. Em um dos cemitérios de São Gonçalo-RJ, no que leva o nome da cidade, são encontrados cães, galos e galinhas, em meio aos gatos que estão em maior número. As aves são sobreviventes de rituais de sacrifícios que foram incorporadas pelos funcionários à população de animais que vivem naquele local.

A busca pelo alimento é um dos desafios diários desses animais. Eles também são vistos como potenciais predadores da fauna nos locais onde vivem, como indicado no trabalho de Campos (2004). São tidos como agentes que interferem nos frágeis ecossistemas localizados na periferia das concentrações urbanas. Fitzgerald e Turner (2000, p. 152-153) argumentam que gatos acostumados ao ambiente doméstico podem rapidamente adquirir um comportamento “feral”, e a capacidade auditiva deles torna-os caçadores mais dinâmicos do

que os cães em ambientes urbanos. No entanto, essas investigações não apontam números conclusivos acerca do impacto desse tipo de predação sobre as espécies silvestres.

Figura 27 – Animais em cemitério de São Gonçalo-RJ



Fonte: Arquivo pessoal.

As matilhas de cães predadores que atacam rebanhos de cabras e ovelhas em Araripina-PE, citadas no capítulo anterior, também estão inseridas nessa lógica. São animais que, segundo especulação das pessoas com as quais conversei a respeito, auxiliaram caçadores na captura de animais da fauna sertaneja e, por alguma razão, foram deixados para trás. Imagino também ser possível que tenham se dispersado de residências, quando encontraram condições mais interessantes caçando do que se dependessem exclusivamente do alimento obtido nas casas onde viviam. Nas proximidades da casa de Maurílio e Edileusa, há um pequeno grupo de gatos que vive ao lado de um açude onde pessoas da localidade costumam pescar. Estes gatos adquiriram o hábito de disputar com pescadores os peixes capturados com anzóis, quando são retirados da água, além de comer as vísceras de peixes e as sobras de iscas que são deixadas nas margens do açude.

Nos centros das cidades, esses animais também podem se concentrar nas proximidades de depósitos de lixo, restaurantes, bares, lanchonetes, supermercados, açougues, feiras, ou qualquer outro local onde possam encontrar alimento em meio ao material que é descartado. Vivem procurando o que comer e às vezes contando com a simpatia das pessoas que os encontram pelas ruas e interpretam o olhar deles como um pedido de compartilhamento do que estão comendo.

As possibilidades de sucesso nas investidas deles dependem da aceitação que encontram em cada lugar. Diante disso, surgem as protetoras, que se propõem a suprir essa defasagem entre animais livres à procura de alimento e a quantidade de alimento que encontram. O que dá para sintetizar em relação a elas é que o trabalho é realizado em maior proporção pelas que dispõem de mais tempo livre, como aposentados, pessoas que não

trabalham, ou que tenham alguma flexibilidade nos seus horários de compromisso. A maioria das protetoras é composta por mulheres. Há pessoas que não se envolvem diretamente com os trabalhos manuais, por não disporem de tempo suficiente, que apenas auxiliam financeiramente aquelas que executam os trabalhos ou pagam pelo trabalho de outras para que haja continuidade. Mais adiante, há uma seção neste capítulo dedicada a esses trabalhadores da proteção animal, que têm algumas diferenças em relação às protetoras.

Figura 28 – Cães em frente a uma lanchonete no centro de São Gonçalo-RJ



Fonte: Arquivo pessoal.

Alimentar animais de forma itinerante é algo muito comum. Algumas pessoas percorrem lugares onde há concentração de animais. Elas descobrem esses lugares e alguns animais se habitam a esperá-las nesses pontos. O instrumental é constituído basicamente por carrinho metálico com alça para puxar, composto por eixo com duas rodas e trançado metálico, do tipo que se costuma levar a feiras e supermercados para acomodar as compras, além de garrafas com água e leite, ração sólida e úmida, e algumas vasilhas para acomodar a comida e a água. A

Figura 29 – Instrumental básico usado para alimentar animais em locais abertos



Fonte: Arquivo pessoal.

comida para os animais pode ser industrializada, alguma mistura caseira e restos de comida de casa ou de restaurantes. Outro aspecto que costuma ser lembrado é a instalação de pequenos abrigos para os animais, em períodos de chuva e de frio.

Em 2011, conheci uma mulher que fazia um percurso iniciado na Marina da Glória, passando pelo Parque do Flamengo e Passeio Público, e às vezes se estendendo até o Campo de Santana, no centro do Rio de Janeiro. Ela distribuía uma pasta cozida e passada no liquidificador, com fígado de frango e alho. Sobre tal composição, quando a vi no Campo de Santana, sempre em manhãs de sábado, outras pessoas que iam com frequência àquele parque comentaram comigo que o alho não seria adequado para os gatos, mas não falavam diretamente a ela. A mulher dizia que o alho seria para combater problemas respiratórios nos felinos, e seguia seu trabalho sem se incomodar com as críticas, que já eram de seu conhecimento.

Em todas as ocasiões, eu a encontrei já trabalhando e andando rápido para concluir o seu percurso e dizendo que precisava retornar para cuidar de coisas da casa, algo que só conseguia fazer nos finais de semana, porque saía cedo de casa e retornava tarde nos outros dias. Esse tipo de atividade ocorre em maior proporção nos finais de semana. Não me lembrei de perguntar o seu nome, embora parecesse que nos conhecíamos há algum tempo quando ela me avistava. Como sugere Pétonnet (2008), nesse tipo de pesquisa às vezes é preciso fazer parecer que o encontro foi casual. O pesquisador precisa ouvir o que o informante tem a ensinar ou mostrar, sem interferir muito no seu trabalho. Por isso, essa aparente cumplicidade misturada com um pouco de reserva, em que as pessoas nem sequer sabem os nomes umas das outras, mas se cumprimentam, conversam e trocam impressões, como é comum em grandes centros urbanos, era uma postura necessária nesses momentos.

Além do trabalho itinerante, algumas pessoas estabelecem uma relação mais regular com determinado grupo de animais. Em certa manhã de sábado, no Parque do Flamengo, na Zona Sul do Rio de Janeiro, acompanhei o diálogo entre uma mulher e um homem, que depois me disse ser morador de rua. Quando os avistei, eles conversavam e a mulher advertia o homem para que não voltasse a ocorrer o que ela avaliava como um sério problema: o recolhimento de um dos gatos por uma pessoa desconhecida para um local também desconhecido, possivelmente a casa dessa pessoa. “Você tem que fiscalizar isso! Não pode ser assim!”, dizia a mulher.

Quando a mulher se afastou e consegui conversar com o homem, ele me disse que aquela mulher morava próximo ao local em que estavam e ele era morador de rua e passava por aquele local casualmente. Nessa condição por quinze anos, ele disse que aquele não era

um dos seus locais preferidos e não conhecia as pessoas envolvidas com o gato e tampouco o animal, mas pôde me relatar que era um dos gatos que aquela mulher e outras pessoas cuidavam naquele local que fora levado, o que a deixara irritada. Antes de a mulher se afastar, ainda conversamos rapidamente e ela me desejou sorte na pesquisa e disse estar meio pessimista quanto ao futuro desses animais que vivem nas ruas.

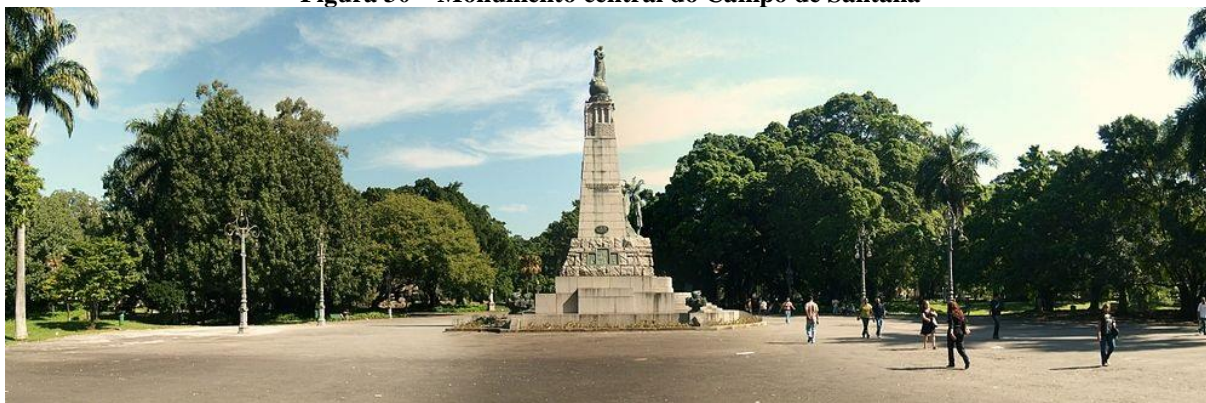
O principal objetivo deste capítulo é mostrar o trabalho que é realizado por pessoas que atuam fora de suas casas cuidando de animais que vivem nas ruas. Cada pessoa atua de acordo com seus recursos financeiros; com suas capacidades de locomoção, em função da distância e das condições físicas; do tempo disponível; e de outros tantos fatores que definem as singularidades. Embora eu tenha anunciado que os cães e gatos constituem o centro das discussões deste capítulo, cabe uma pequena inserção de um breve relato de um trabalho realizado com aves em parque público da cidade do Rio de Janeiro, que se articula com questões que surgiram no Campo de Santana e está dentro dessa ideia de abandono. De uma forma um pouco diferente do habitual, essa ideia de abandono também foi utilizada por um grupo de pessoas que resolveu cuidar das aves do Parque Eduardo Guinle.

II.2 - Campo de Santana: diversidade urbana do centro do Rio de Janeiro

O Campo de Santana, cujo nome oficial atual é Praça da República, por ter sido o local em que ocorreu o evento que ficou registrado como “Proclamação da República”, em 15 de novembro de 1889, é um parque público localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro e administrado pela prefeitura do município. Ainda no período monarquista, outros eventos simbólicos referentes à organização das instituições políticas brasileiras também ocorreram naquele local. Atualmente, o seu principal portão de acesso fica voltado para a Avenida Presidente Vargas, mas o seu formato e sua composição monumental sintetizam o acúmulo de intervenções arquitetônicas que modificaram o centro da cidade a partir do século XIX.

Com grades em torno de toda a sua extensão e quatro portões de acesso desde o final da década de 1960, o parque fica aberto de 7 às 17 horas todos os dias, exceto em ocasiões específicas, quando o templo católico dedicado a São Jorge, localizado em uma das ruas laterais, recebe grande número de devotos, em 23 de abril, ou durante os desfiles militares do dia 7 de setembro. Para estes desfiles, um palanque é instalado na calçada voltada para a Avenida Presidente Vargas e uma parte da estrutura é colocada no interior do parque.

Figura 30 – Monumento central do Campo de Santana



Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/5/5f/Campo_de_Santana.jpg/1000px-Campo_de_Santana.jpg

Na sua parte central, há um monumento em homenagem ao brasileiro Benjamim Constant, com frases que remetem à implantação do regime republicano no Brasil e menções ao movimento positivista, denotando a vinculação daquelas pessoas que propuseram o republicanismo com esse movimento. Ao lado desse monumento, em pontos proporcionalmente distribuídos, há quatro figuras simbolizando as estações do ano: duas femininas representando o outono e a primavera e outras duas masculinas fazendo referência ao inverno e ao verão. Ainda é possível avistar quatorze figuras temáticas espalhadas em pontos específicos, em meio às imponentes e centenárias árvores e os quatro lagos artificiais.

Por esses detalhes, o Campo de Santana costuma ser requisitado como cenário para pequenas produções audiovisuais e fotografias, além de ser uma das atrações turísticas do centro da cidade. É possível encontrar, em certos dias, pessoas usando roupas que remetem a determinadas épocas históricas para filmagens ou posando para fotografias temáticas. As produções podem variar entre as mais simples, com uma pequena equipe e aparelhagem modesta, e outras com veículos, equipes de apoio numerosas e equipamentos mais sofisticados. Para essas maiores, pode ser isolado algum trecho do parque para evitar interferências.

A administração do espaço é realizada por uma subdivisão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a Fundação Parques e Jardins, que cuida da conservação das instalações e dos animais que pertencem ao parque e compõem a paisagem, como peixes, patos, gansos, pavões e cutias. Essa composição com árvores, lagos e animais mesclados com corredores projetados, por onde os visitantes caminham, está vinculada a uma concepção de parques urbanos originada na Europa ainda no século XIX, de acordo com Macedo e Sakata (2010, p. 19), quando áreas arborizadas passaram a ser construídas nos centros urbanos e tal modelo foi trazido para o Brasil.

Próximo aos portões de acesso há placas com informações nas duas faces, tendo uma delas o mapa do parque, as descrições dos seus pontos temáticos e a localização de banheiros e do prédio da administração. Na outra face, ficam as “regras para o bom uso do parque”, que são: manter o parque limpo; não danificar as plantas e não retirar objetos do parque; não pisar na grama; usar os sanitários públicos e não as árvores com tal finalidade; maiores de 12 anos devem descer da bicicleta ao entrar no parque; conservar os bancos e não deitar neles; não retirar animais ou abandonar outros no interior do parque, porque são crimes; não circular com cães, nem mesmo com guia; não tomar banho nos lagos ou fazer churrascos, piqueniques e promover jogos no parque; não alimentar ou molestar os animais; e não realizar qualquer tipo de venda dentro do parque. Como tais regras têm mais uma função instrutiva do que de regulamentação, com uma breve caminhada é possível perceber grande flexibilidade na observação delas, inclusive a manutenção e a abertura dos banheiros, que nem sempre ocorre.

De segunda-feira a sábado, as pessoas que procuram as lojas que vendem produtos importados de baixo valor nas proximidades do parque deixam-no bastante movimentado. As grandes referências desse tipo de comércio são as ruas da Alfândega e Buenos Aires, juntamente com a concentração de pequenas lojas em torno do prédio da Estação Central do Brasil e dos vendedores ambulantes que se deslocam entre esses dois pontos e o próprio parque. Lanches, roupas, bebidas, sorvetes, objetos de decoração, relógios, material para costura, equipamentos eletrônicos com diversas finalidades, espelhos, itens de maquiagem, utilidades para casa, entre tantos outros itens, são vendidos em bancas móveis, expostas pelo lado de fora nas grades do parque ou mesmo no solo.

No entorno, ainda ficam o prédio do Arquivo Nacional, a Faculdade de Direito da UFRJ, a sede do Instituto Estadual de Hematologia (HEMORIO) e o Tribunal de Contas do estado do Rio de Janeiro. O Hospital Municipal Souza Aguiar e o Quartel Central do Corpo de Bombeiros, também localizados nas ruas laterais, influenciam no som característico do ambiente ao redor do parque, provocado pelas sirenes de ambulâncias e dos veículos de prestação de socorro que circulam diariamente. Separados do parque pela Avenida Presidente Vargas, o Palácio Duque de Caxias, pertencente ao Exército Brasileiro, e a Estação Central do Brasil, são outros pontos históricos do centro da cidade, juntamente com outras construções

Figura 31 – Relógio da Estação Central do Brasil visto do interior do parque



Fonte: Andreia Santa Helena.

antigas nas ruas laterais. Um grande fluxo de pessoas que se deslocam pelo parque vai em direção à Estação Central do Brasil ou sai dela.

No interior do parque e nas suas proximidades são encontrados guardas municipais distribuídos entre a proteção ao patrimônio e o controle do comércio ambulante no centro da cidade. Os guardas na parte interna se deslocam em bicicletas e também se diferenciam dos demais por não portarem equipamentos de proteção usados em situação de confronto com os vendedores ambulantes. A relação entre guardas e ambulantes varia entre a hostilidade e a cooperação. Em alguns momentos, os guardas passam anunciando aos comerciantes a aproximação da equipe de coordenação das operações de fiscalização, permitindo que o material seja guardado antes da apreensão e evitando confrontos.

Ao longo do dia, o estado de ansiedade dos comerciantes oscila entre a descontração, que pode ser percebida pelas brincadeiras vinculadas ao anúncio das mercadorias, e a tensão provocada pela aproximação dos guardas municipais para recolhimento de mercadorias e barracas. Em muitas ocasiões, o simples anúncio da aproximação de guardas, que rapidamente se propaga, provoca certa correria de ambulantes com suas mercadorias, até encontrarem novo local para acomodação. Eis o cotidiano regular dos ambulantes do centro da cidade: anunciar, vender e observar os possíveis clientes, além da movimentação dos guardas e demais comerciantes.

Em meio a tudo isso e indiferentes à divisão entre os animais que pertencem ao parque e os que foram abandonados lá, peixes, patos, gansos, pavões, cutias, gatos e até mesmo os gambás interagem entre si de alguma forma e aprendem a conviver com essa intensa movimentação. Animais adultos e seus filhotes caminham tranquilamente entre as alamedas, comedouros e a vegetação rasteira ao longo do dia. Os animais só se sentem incomodados quando ocorrem confrontos entre guardas e ambulantes dentro do parque, quando policiais tentam capturar alguém ou durante os desfiles militares, quando bandas de música, veículos e aeronaves que realizam voos a baixas altitudes provocam altos ruídos, podendo interferir na distribuição dos animais pelo parque durante alguns dias.

Entre os patos, as fêmeas procuram lugares seguros para fazer seus ninhos e chocar os ovos, que podem ser aberturas em troncos de árvores, a parte alta dos monumentos, e cavidades nas estruturas de concreto que imitam troncos de árvores e pedras que formam as pontes sobre dois dos lagos artificiais. Os pavões se exibem para suas fêmeas e para o público que às vezes interrompe a caminhada para assistir à exposição. Gansos caminham tranquilamente entre as pessoas, sem esboçar agressividade ou bicar as pernas. Os peixes que

restaram nos lagos nadam à procura de pedaços de pão e grãos de pipoca arremessados pelos visitantes.

Figura 32 – Patos e gansos nadando em lago



Fonte: Mauro Matos.

Figura 33 – Pata chocando ovos em cavidade em estrutura de ponte



Fonte: Arquivo pessoal.

Entre as alamedas, viam-se gatos com variados tamanhos, tipos de pelo e combinação de cores e tramas. Os gatos estiveram em maior número, variando sazonalmente entre trezentos e quinhentos, em função de fatores como o recolhimento feito por algumas pessoas e

mortes provocadas por doenças, principalmente as respiratórias em períodos frios, acompanhado do abandono de gatos que fora regular naquele parque. Entre os gatos, a grande maioria era descartada, mas havia histórias curiosas de pessoas que residem em acomodações precárias que existem no centro da cidade e deixavam seus gatos com a expectativa de recuperá-los posteriormente. Isso nem sempre funcionava porque o animal poderia ser levado por outra pessoa ou tentar voltar ao local onde vivia, e o desfecho nem sempre era o esperado.

Em função da presença dos gatos, por alguns anos também esteve presente no local outro órgão da administração municipal, a Secretaria Especial de Promoção e Defesa dos Animais (SEPDA), conduzindo um posto de esterilização que também dava suporte médico veterinário aos gatos que viviam no parque. Aquele posto foi mantido até o segundo semestre de 2012 realizando esterilizações de gatos do parque e de moradores do município, dentro de um programa municipal de controle populacional para cães e gatos, até os gatos serem removidos e suas atividades transferidas para o abrigo municipal.

Figura 34 – Gatos espalhados pelas alamedas



Fonte: Arquivo pessoal.

As cutias, com a discrição habitual, muitas vezes despertam a atenção de quem passa, pelo som produzido com o atrito dos dentes nos grãos de milho que seguram com as patas dianteiras, enquanto ficam apoiadas ao solo apenas com os membros traseiros. Sem serem contabilizados como moradores do parque, os gambás são vistos com menos frequência, dentro de lixeiras ou subindo em árvores. As fêmeas muitas vezes usam as lixeiras para acomodar os filhotes nos primeiros momentos depois do nascimento, mesmo em dias quentes, quando a incidência do sol sobre o plástico produz um intenso aquecimento interno. Quando alguém se aproxima, mesmo que por curiosidade, mostram os dentes e produzem sons para sinalizar que não desejam que seus filhotes sejam tocados. No final da tarde ou durante a noite, os gambás podem ser vistos subindo nas jaqueiras e procurando grãos de milho e ração para as aves que sobraram nos comedouros e algum resíduo da ração deixada para os gatos.

Figura 35 – cutias e patos comendo milho



Fonte: Andreia Santa Helena e Arquivo pessoal.

Às vezes, além dos gatos que eram mais comuns, também eram deixados coelhos no parque. Até mesmo uma galinha d'Angola certa vez apareceu, mas talvez tenha sido apenas uma sobrevivente de algum ritual de oferenda, que é muito comum encontrar pelo parque. Alguns dias depois, a galinha não foi mais vista. Cães também eram deixados com certa frequência, mas eram recolhidos e encaminhados a abrigos da prefeitura ou levados por algum interessado. Alguns micos que vi algumas vezes por lá também podem ter sido deixados de forma similar.

Muitos turistas que visitam o parque querem registrar imagens dos animais ou com os animais, mas esta última alternativa é mais complicada, porque depende da adequação dos animais à estética da fotografia. Em geral, quando se tenta interagir e estabelecer esse tipo de composição, os turistas tendem a se frustrar com a incompreensão dos animais. Os gatos eram os que mais se aproximavam dessa expectativa, mas quando feitas aproximações com os outros animais para fotografias, a maioria se dispersava. As cutias até admitiam aproximação, mas o contato direto era normalmente evitado por elas, e eram justamente elas as mais procuradas para essas fotografias. Os patos e gansos não costumavam despertar grandes interesses, exceto quando articuladas com gatos e cutias, compondo uma heterogeneidade capaz de despertar o interesse de alguns turistas.

Analisando diversas situações em que observei turistas com esse tipo de expectativa, a convivência entre espécies, sem agressões, com a mistura de formas, cores e ritmos dos movimentos corporais, circulando entre humanos e se mesclando com a tensão cotidiana de uma metrópole, era o que parecia despertar mais interesse. O registro dessa diversidade, ou a impossibilidade de realizá-lo nos moldes pretendidos, muitas vezes separava o entusiasmo da frustração entre turistas. Como sugerido por Berger (2009), o gesto de olhar para os animais também indica um tipo de saudosismo pelo distanciamento que se vai construindo entre os

humanos e os animais com a urbanização. O “lazer contemplativo”, que Macedo e Sakata (2010, p. 13) indicam, está entre as funções destes parques urbanos, que criam um contraste com as construções da cidade e produzem a sensação de um reencontro com a natureza.

Quanto à alimentação dos animais, durante o período em que ocorreu a pesquisa, entre março e dezembro de 2011, o parque a fornecia milho e ração industrializada para patos, gansos, pavões e cutias, e em alguns momentos para os gatos. Nunca vi os peixes que ainda restavam nos lagos sendo alimentados por funcionários. A alimentação dos animais que são efetivamente do parque pode ser uma mistura de ração industrializada com grãos de milho seco ou apenas este último, distribuídos pelos diversos comedouros. É comum ver patos, gansos e cutias comendo juntos. Os gatos, tidos como negligenciados, em determinado momento despertaram comoção e passaram a ser alimentados por algumas pessoas regularmente, tendo uma maior variedade de comida, resultantes do número de pessoas que os alimentam. Os felinos não se interessavam pelo que era oferecido aos outros animais, mas estes tinham bastante interesse na comida dos primeiros.

Os gatos também têm algumas peculiaridades em relação aos demais. Em certos momentos eles subiam nas árvores e não conseguiam descer, levando as pessoas que passavam ou que os alimentavam a solicitarem auxílio no quartel do Corpo de Bombeiros localizado ao lado do parque. Tais pedidos podiam ser atendidos ou não, dependendo da disponibilidade dos equipamentos no momento, da localização da árvore e do interesse do pessoal do quartel. Alguns militares alegavam incompatibilidade entre os equipamentos e a estrutura do parque quando não retiravam os gatos das árvores, enquanto outros faziam improvisações e conseguiam resgatá-los.

Figura 36 - Bombeiros resgatando gato em árvore do Campo de Santana



Fonte: Andreia Santa Helena.

Um desses resgates que acompanhei também foi visto por diversas pessoas que passavam pelo local, dentro e fora do parque. Curiosidade, admiração, reprovação e tensão

eram sentimentos diferentes em torno daquela movimentação. A condutora de um automóvel que passava por uma das ruas laterais parou para assistir; alguns vendedores ambulantes deixaram suas mercadorias e foram verificar o que estava acontecendo, quando avistaram o veículo de resgate dos bombeiros entrando no parque; algumas pessoas que circulavam pelo parque naquele início de tarde de domingo pararam para ver; e as pessoas que solicitaram a remoção, que estavam alimentando os gatos, aguardavam apreensivas pelo desfecho.

Entre os comentários era possível ouvir alguns como: “Tudo isso por causa de um gato?”; “Tomara que ele esteja bem!”; “Ele parece estar tranquilo...”; “Tem que ter cuidado para ele não se assustar e pular”; “Será que ele não consegue descer sozinho?!”; entre tantos outros. A chegada até o gato, que assistia a tudo sem demonstrar apreensão, ocorreu com uma escada móvel que foi apoiada no solo e segurada por três homens, enquanto o quarto subiu e foi até o animal, utilizando luvas contra possíveis arranhões e mordidas. Em outras ocasiões, os pedidos não foram atendidos e os gatos depois de algum tempo não foram mais vistos no alto, levando-se a deduzir que tenham descido. Ao final, a mulher que havia parado o veículo aplaudiu o trabalho dos bombeiros, juntamente com outras pessoas nas proximidades, mas nem todos os presentes aplaudiram, dentre estes eu, que tinha as mãos ocupadas registrando o evento.

Entre os frequentadores habituais do parque, há pessoas que moram próximo e o visitam com regularidade. Algumas fazem isso durante décadas e observam as transformações que ocorreram, como a retirada dos flutuantes com pedais que ficavam dentro dos lagos e a gradativa perda de referência daquele espaço como um local de lazer dos moradores do centro da cidade. Algumas crianças quando saem da escola passam pelo interior do parque para ver os animais e tentar contato com eles.

Figura 37 – Uma tarde com céu encoberto e um pouco de frio no Campo de Santana



Fonte: Arquivo pessoal.

Diariamente, o parque é usado para a prática de atividades físicas, com pessoas correndo ou caminhando em meio às outras que apenas passam pelo local, e às vezes reclamando dos animais deitados nas alamedas e dos utensílios que eram deixados com comida e água para os gatos. Vendedores de balas usam o parque para colocar em sacos plásticos as combinações que vão oferecer nos sinais de trânsito e nos ônibus, geralmente com dez unidades, e muitos desses deixam as embalagens no local onde estiveram trabalhando, que depois são espalhadas pelo vento. Algumas pessoas usam o espaço para ler, conversar ou mesmo para consumir algum tipo de bebida adquirida nas proximidades.

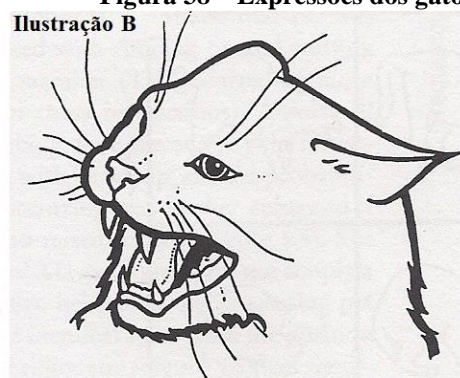
Há quem apenas caminhe contemplando as árvores, abraçando-as por alguns instantes e seguindo, sem se incomodar com os olhares curiosos e comentários. Certa vez, conversei com uma mulher que disse passar diariamente pelo parque quando trabalhava no centro da cidade, e depois que se aposentou volta a visitá-lo para observar os animais, sempre que se desloca de onde reside, na cidade de São João de Meriti, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, até o centro do Rio de Janeiro. Existem ainda os vendedores ambulantes e funcionários de lojas que se encontram no parque para conversar e decidir a combinação de números que farão nas apostas diárias do chamado “jogo do bicho”. De pessoas que apenas cruzam o parque, em determinado dia ouvi um casal conversando sobre os animais e, observando as cutias, a mulher dizia: “Ai, que nojo!”.

Ainda é possível ver pessoas passeando com cães, mesmo com a advertência contrária nas placas. Certa vez, vi um homem que passeava com cão preso por coleira. Alguns gatos ficavam indiferentes à presença do cão, e outros ficavam de pé, erguendo o corpo, com a pelagem eriçada e

produzindo uma curvatura que resulta em efeito visual que dá a impressão de um tamanho maior ao que realmente se



Figura 38 – Expressões dos gatos



possui (Ilustração A). Dependendo da aproximação do cão, tal gesto era acompanhado pelo som da aspiração do ar e pela mudança na expressão facial, com os dentes visíveis e as orelhas voltadas para trás (Ilustração B).

Prostitutas e travestis circulam diariamente pelo parque, às vezes perguntando as horas aos homens que passam como forma de iniciar algum diálogo. Quando esta chance surge,

anunciam suas pretensões. O parque também tem certo rótulo de lugar de liberdade sexual, onde homossexuais se encontram e trocam gestos de afeto sem serem censurados, sejam homens ou mulheres. Geralmente, essas pessoas não usam as alamedas principais, por onde ocorre um fluxo maior de transeuntes, preferem as secundárias, embora evitem as mais periféricas para evitar assaltos.

Pregadores evangélicos lendo textos bíblicos, entoando cânticos ou discursando diante das pessoas que cruzam o parque, sem um direcionamento específico, podem ser vistos frequentemente, principalmente em dias comerciais. Já vi um grupo de católicos com um grande crucifixo que realizava abordagens individuais e erguia o instrumento sobre as cabeças das pessoas que aceitassem suas orações. Dentre tantos tipos de divulgação, alguns religiosos apenas distribuem panfletos com mensagens ou extratos da bíblia, embora às vezes também apareçam aqueles com discursos que apontam as discrepâncias entre as práticas recorrentes no parque e os textos bíblicos.

Dentro do parque os assaltos são recorrentes. É comum encontrar alguém pedindo informação sobre a unidade policial mais próxima ou solicitando dinheiro para ajudar no transporte, depois de sofrer assalto. Bolsas podem ser encontradas com objetos pessoais ou mesmo documentos, descartadas depois que o material com algum valor comercial foi recolhido. Muitas vezes, objetos como espelhos, escovas para cabelo e para os dentes, crachás, itens de maquiagem e notas fiscais são descartados de forma que é possível deduzir o caminho que o assaltante fez com a bolsa enquanto descartava o que não lhe interessava.

Certo dia, passei ao lado de um banco em que estavam sentados um homem, uma mulher e uma criança. Os dois adultos conversavam em altura que poderia ser ouvida sem qualquer esforço por quem passasse próximo a eles. A mulher questionava o homem por algum razão, e ele prontamente disse: “se o segurança atrapalhar meu lado, eu acabo com ele! É só jogar a arma no chão e ficar tranquilo...”. A mulher ainda argumentava que a pessoa a quem ele referia também tinha família, assim como eles dois, e que ambos estavam trabalhando, cada um ao seu modo.

Policiais militares podem ser encontrados no parque em determinados períodos, mas em outros só são vistos quando ocorre algum assalto, e coincide de estarem passando pelas proximidades, ou quando o percurso feito com os veículos inclui o parque. Considerando que a distribuição de policiais no espaço físico depende de diversos fatores, sobretudo de decisões políticas, tenham elas caráter institucional ou público, a conciliação entre as demandas e a visibilidade que cada local adquire interfere nessa distribuição. Logo, quando surgem denúncias que vão parar nos jornais, televisão e nas rádios, o policiamento tende a ocorrer

regularmente naquele parque, até que alguma demanda em outro lugar desloque as atenções. Em determinados momentos, o policiamento no interior do parque é feito a cavalo, mas esta modalidade é bastante contestada por frequentadores, pelo risco de esmagamento dos demais animais e pelas fezes dos cavalos espalhadas pelas alamedas.

Também existem os vendedores de drogas. Eles costumam ficar nas áreas periféricas, mas se deslocam regularmente ao longo do dia por toda a extensão do parque. Não costumam oferecer os produtos que comercializam, apenas atendem a um público que já os conhece e tem alguma intimidade com o parque. Não parece que portem grandes quantidades, porque os volumes não ficam visíveis, embora não dê para deduzir isso porque existem boas condições de ocultação na vegetação rasteira e árvores de grande porte com troncos irregulares. Certa vez, vi um veículo policial que circulava por dentro do parque e, rapidamente, um homem que já me haviam indicado como sendo um dos vendedores de drogas pegou um gato que estava ao seu lado e começou a acariciar, permanecendo assim até os policiais deixarem o parque.

Contudo, a discrição não é uma prática constante entre essas pessoas. Funcionários do parque dizem que passaram a manter portas fechadas depois que foram abordados solicitando a troca de dinheiro por notas de menor valor no interior dos prédios, com a declaração de que seria para dar troco aos compradores de drogas. Muitos frequentadores do parque os conhecem e conseguem distinguir diante da diversidade os vendedores dos usuários que têm o parque como local de referência.

O odor de maconha em certos momentos do dia é constante dentro do parque. Com o tempo, percebi que determinados frequentadores ao chegar prontamente começavam a fumar, sem antes procurar um dos vendedores, o que me levou a supor que consomem maconha que não foi adquirida no local. O parque é um local relativamente tranquilo para isso, pela sua extensão, com áreas periféricas que normalmente são evitadas por quem apenas transita por ele entre um lugar e outro, além da diversidade humana que o compõe.

Mauro, uma das pessoas que alimentavam os gatos, disse já ter se assustado com um homem pulando as grades para o interior do parque, depois do seu fechamento, justificando que desejava apenas fumar um cigarro de maconha. Alguns vendedores ambulantes se organizam em círculos para fumar maconha enquanto preparam os pacotes com as balas que vão oferecer nas ruas e ônibus. Existe um conjunto de fatores que favorecem a utilização do parque como local propício para o consumo de maconha, dentre estes, o rótulo informal de um espaço de liberdade onde os diferentes convivem, interagindo ou não.

Dentro dessa composição heterogênea também aparecem os moradores de rua, que estão entre os frequentadores mais numerosos e regulares do parque. Passei a registrar assim

aquelas pessoas que vi comendo restos de comida descartados em lixeiras e às vezes tinham os animais do parque como seus concorrentes; que tomavam banho, barbeavam-se, escovavam os dentes e lavavam as roupas com a água esverdeada dos lagos; que diversas vezes encontrei dormindo nos bancos e nas sombras das árvores com seus pertences em volta ou trocando de roupa em público; que pediam dinheiro e comida às outras pessoas que passavam pelo parque; que ouvi outras responsabilizando-as por agressões, mortes e até mesmo por comerem os gatos; entre tantas outras situações.

Figura 39 – Morador de rua dormindo em banco do parque



Fonte: Arquivo pessoal.

retornavam pulando as grades durante a noite. Essa foi uma forma homogeneizadora e, de certo modo, arbitrária que encontrei para registrar pessoas muito diferentes. Porém, ela foi necessária para que eu pudesse verificar com mais atenção o trabalho das pessoas que cuidam dos gatos. Esta foi, sobretudo, uma imposição resultante dos objetivos principais da pesquisa, que ocorreu na medida em que a pesquisa avançava e eu precisava decidir pela observação de um dos segmentos de frequentadores do parque em detrimento de todos os outros, pois o que me havia levado ao parque fora o trabalho voltado para os gatos.

Uma aproximação com esses moradores de ruas, certamente, me custaria a antipatia de pessoas que cuidavam dos gatos, pois não eram benquistas por estas, e poderia provocar um tipo de expectativa que eu não conseguiria controlar, porque algumas delas pedem constantemente dinheiro ou qualquer alimento que estejamos portando. Com a necessidade de continuar frequentando o parque, aprendi a evitar a aproximação daquelas pessoas desviando o olhar quando tentavam estabelecer contato e várias vezes fingi não ouvir os chamados. Entretanto, cedi em algumas ocasiões e dei algum dinheiro ou biscoitos que tinha nas mãos, embora em nenhuma dessas situações eu tivesse me sentido coagido a fazê-lo.

Além disso, optei por observá-los a certa distância, tratando como moradores de rua as pessoas que eu não percebia vendendo drogas. Uma dessas pessoas que passei a registrar com certa regularidade era um homem que eu encontrava sempre sentado em banco de onde se podia avistar o templo católico dedicado a São Jorge, que ficava a maior parte do tempo

Eram pessoas que tinham intimidade com o parque, que colocavam seus objetos ocupando os espaços, como um relógio de parede afixado a uma árvore ou roupas expostas secando. Elas chegam pela manhã e lhes é solicitada a saída no horário de fechamento. Algumas

sozinho, sem demonstrar sinais de embriaguez como outros e portando alguns pertences em saco plástico. Muitas vezes o vi cochilando sentado, porém nunca deitado nos bancos, às vezes lendo jornais ou conversando com outras pessoas. Cumprimentei-o diversas vezes, mas nunca tive a iniciativa, embora ele se mostrasse acessível.

Quanto ao uso dos bancos, uma das formas de disciplinar os moradores de rua encontrada pela administração do parque foi colocar divisórias no centro que impossibilitava a ocupação de cada banco por uma só pessoa. Embora não se possa dizer que tais divisórias resolveram todos os problemas que os funcionários pretendiam, ao menos se possibilitou que em cada banco se acomodassem duas pessoas, mesmo se dormissem. A preocupação contida nas placas ao lado dos portões de acesso sobre o uso dos bancos, que seriam para sentar e não para deitar, faz os funcionários, durante os deslocamentos que fazem durante o dia, solicitarem aos usuários do parque que se mantenham sentados, o que levava alguns moradores de rua a optar pelo tronco das árvores quando desejavam deitar.

Nos finais de semana, como é mais recorrente, algumas pessoas e instituições passam distribuindo comida para esses moradores de rua no centro da cidade, indo até esses espaços públicos onde é mais comum encontrá-los. Certa vez, ouvi uma mulher que havia levado alimentação para os gatos lamentando por isso, argumentando que este seria mais um incentivo a permanecerem no parque e à ociosidade: “Como vão deixar o parque se têm tudo aqui? ... Até comida! Esse povo tem que ser castrado!”, fazendo analogia com a esterilização dos gatos. O critério para distribuição costuma ser bem flexível e qualquer pessoa que se interessar pela comida pode recebê-la, mesmo que não se declare morador de rua.

A única vez que consegui conversar com um desses moradores de rua fora da rede de constrangimentos que me impediram no centro da cidade foi no Parque do Flamengo, outro espaço administrado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, durante o episódio narrado na seção anterior, em que uma mulher cobrava do homem o controle sobre os gatos. A minha ida àquele parque tinha o propósito de verificar o trabalho com os gatos e a quantidade deles, que não vi em grandes números - talvez chegassem a poucas dezenas, em contraste com as centenas do parque do centro da cidade – e eu não pretendia frequentar o local por muito tempo, como ocorreu no centro. Assim, os fatores que me impediram de fazer isso no centro da cidade não apareciam no parque da Zona Sul. Ele tinha algumas roupas usadas que ganhava e vendia no que ele chamou de brechó, quando expunha as melhores peças sobre caixas de papelão e sacos plásticos. Ele até me perguntou se eu teria alguma peça para doar.

Conhecer aquele homem me fez perceber a heterogeneidade contida na rotulação de morador de rua. Ele disse que fora levado no dia anterior pelo serviço de assistência social do

município a um abrigo no Bairro de Santa Cruz, onde ele e outros foram cadastrados e liberados. Ele reclamava dos procedimentos, quando foi colocado junto com vários outros moradores de rua e temeu pela sua segurança, julgando imprudente dar o mesmo tratamento a pessoas tão diferentes. Depois de liberados, segundo ele, em torno do abrigo formou-se uma grande concentração de pessoas com as mais diferentes histórias e visões sobre como sobreviver nas ruas. Ele disse que só usa álcool, mas havia outras pessoas que usavam outras substâncias e isso tornava a situação difícil para ele, porque não tinha afinidade com elas e temia ser agredido ou ter seus pertences apropriados por elas.

No dia seguinte, ele e diversos outros estavam de volta aos locais de onde foram retirados no dia anterior, com a ajuda dos trens que têm como destino a Estação Central do Brasil no centro da cidade e outros pontos da cidade através das conexões entre linhas, pulando os muros das estações ou passando por buracos que dão acesso às plataformas de embarque. Assim como aquele homem, diversas pessoas que optaram por viver no centro da cidade e têm o Campo de Santana como ponto de referência e passam constantemente por esses procedimentos de recolhimento, cadastramento e liberação, realizado pelo serviço de assistência social do município. Todas aquelas pessoas são conduzidas voluntariamente quando, por alguma razão, se deixam convencer com os argumentos apresentados, podendo retornar ou não ao local de onde foram recolhidas.

Quanto às crianças que vivem nas ruas, estas podem ser recolhidas compulsoriamente, mas, segundo uma antiga frequentadora do parque do centro da cidade, às vezes elas passam a vender balas como uma forma de não chamar a atenção das instituições voltadas para menores de idade. Elas seguem alternando períodos de permanência nas ruas, passagens por instituições e convivência com familiares. Em determinado dia acompanhei uma discussão entre duas mulheres e um garoto que se dizia morador de rua. Ele tentava pegar um pato dizendo que era para brincar, mas só conseguiu arrancar-lhe algumas penas quando o animal fugiu. Depois ele tentou pegar uma cutia, mas foi advertido por um funcionário e, por fim, concluiu o que ele chamava de brincadeira arremessando dois filhotes de gato dentro de um dos lagos do parque. Os gatos foram recolhidos e cuidados por uma das mulheres.

Por outro lado, nem todos os contatos eram tensos. Certo dia, uma mulher e um homem cujos trajes sugeriam que fossem moradores de rua observavam Mauro e Adriana alimentando os gatos, enquanto patos e cutias que eram afastados para não alcançarem a comida dos gatos, e a mulher dizia: “fala com eles [patos e cutias] moço! Eles entendem!”. Em outra ocasião, em cena semelhante, um homem com sinais de embriaguez observava os cuidados com os gatos e o movimento dos outros animais e falava: “eles [patos e cutias]

pensam que são gatos, mas não são!”. Tentei me aproximar dele para verificar se ele poderia falar mais sobre isso, mas o estado de embriaguez em que ele se encontrava nos impediu de prosseguir.

Essas pessoas transitam pelo centro da cidade diariamente e o parque é o lugar que as acolhe. Elas procuram formas de obter dinheiro, como certa vez vi um homem com um pedaço do cano de descarga de automóvel, que ele desamassou usando as grades do parque, e depois saiu pela calçada oferecendo aos pedestres, não como peça de automóvel, mas pelo metal da sua constituição, que ele dizia ser chumbo. Em torno do parque também é possível encontrar esses moradores de rua nas mais diferentes situações, como um homem que avistei dormindo no chão envolto em saco plástico. Imagino que ele tenha tentado se proteger da chuva quando se deitou, porque naquele dia o céu esteve encoberto em alguns momentos, mas quando o vi o céu estava sem nuvens e ele suava enquanto dormia por estar envolto pelo plástico, mas o possível estado de embriaguez em que se encontrava o impedia de acordar.

Em meio a essa heterogênea composição, também havia os protetores que cuidavam dos gatos do Campo de Santana, enquanto os felinos estiveram por lá. Eram pessoas de diversas partes da cidade e até de outras cidades, com as mais diferentes profissões, que eram levadas a trabalhar no parque por diferentes razões, mas uma das principais era a visibilidade que o parque propiciava aos seus moradores. Havia animais vivendo em diversos outros lugares, porém os que estavam no parque do centro da cidade ganhavam certo destaque. Em se pensando naquela situação como um problema, os gatos do Campo de Santana pareciam adquirir certa autonomia em relação aos outros animais vivendo em locais públicos.

Havia diversos fatores atribuindo tal destaque: as centenas de gatos, concentração que não localizei semelhante em outros espaços abertos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro; o tratamento diferenciado que recebiam da administração do parque em comparação com os outros animais que viviam no local; e a conotação política que o trabalho com animais adquiriu nas últimas décadas. Isso não significa que todas as pessoas que se propunham a cuidar dos gatos daquele parque desejassem visibilidade para si, embora isso também houvesse. Refiro-me à prioridade que aqueles gatos adquiriram, porque quem não conhecia outras concentrações de animais e se comovia com os gatos do Campo de Santana o faziam, em grande proporção, em função desse destaque.

O trabalho dos protetores seguia uma dinâmica muito parecida com a descrita por Delaporte (2007) no cemitério parisiense Père-Lachaise na década de 1980, quando um grupo de pessoas cuidava de cerca de trezentos animais. Havia muitas questões que surgiam no cemitério que se assemelhavam com o Campo de Santana, referentes aos improvisos para se

adaptar ao espaço, algumas dificuldades e a própria origem dos animais, que eram abandonados, embora as peculiaridades de cada espaço originassem questões diferentes.

A realização daquele trabalho se dava em contato com os demais frequentadores do parque, com seus encontros e desencontros. Certa vez, logo depois de relatos sobre envenenamento de gatos, em setembro de 2011, ouvi um homem, que eu tinha visto algumas vezes pelo parque, perguntar a duas mulheres que alimentavam os gatos sobre a continuidade de animais mortos, e elas disseram que havia parado. Ele disse que tinha tomado providências, juntamente com seu “pessoal”, e uma delas respondeu: “Graças a Deus, temos vocês aqui!”. Quando ele se afastou, perguntei sobre ele e me disseram que era um dos fornecedores de droga do parque, que abastece os vendedores. As mulheres não pareceram convencidas sobre a versão daquele homem e é possível que ele não tenha feito coisa alguma, porque nem se chegou a um consenso sobre número de gatos mortos, onde estavam os corpos e se fora realmente envenenamento a causa da morte dos corpos encontrados.

Quanto aos moradores de rua, a relação entre eles e as pessoas que cuidavam dos gatos em certos momentos era tensa. Mas era uma tensão controlada porque não se sabia quem era apenas morador de rua ou vendedor de drogas, assim como estes não pretendiam despertar a antipatia das pessoas que cuidavam dos gatos. Diante disso, optava-se por manter um relacionamento sem muitas agressões. Esses moradores de rua às vezes pediam as garrafas descartáveis com água para os gatos, os pães que seriam distribuídos para cutias e aves e diziam que eles também sentiam fome, e a resposta poderia ser o silêncio, a entrega de garrafas e alimentos, ou algum comentário dizendo que os animais não tinham como trabalhar, mas os moradores de rua teriam. Em determinado dia, um morador de rua questionava Mauro, depois que lhe fora negada uma garrafa com água, mesmo sabendo que fora abastecida no banheiro do parque, e dizia: “Vai me negar água para poder dar ao gato?!”. Os problemas com gatos mortos ou com lesão aparente costumavam ser associados aos moradores de rua com certa frequência.

Nos finais de semana, o parque recebe um público diferente daquele que o frequenta em dias comerciais: praticantes de atividades físicas que correm ou caminham pelo seu interior, visitantes que se deslocam para o centro da cidade com outros objetivos e passam pelo parque, moradores da vizinhança lendo jornais, pessoas que alimentavam os gatos em maior número do que em outros dias, e aquelas que voltavam de algum evento noturno. Quanto a estas últimas, é mais comum vê-las aos domingos dormindo nos bancos com trajes que sugerem que tenham passado a noite em algum evento ou casa noturna. Algumas destas

chegavam antes da abertura do parque, sentavam nas calçadas aguardando abrir os portões e acabavam dormindo por várias horas, às vezes com as pernas nas vias automotivas.

Estudantes de paisagismo e arquitetura também costumavam aparecer para visualizar as instalações do próprio parque e os prédios no seu entorno, e alguns moradores de rua e vendedores de drogas os classificavam como “grupos de estudos”. Em determinado domingo, vi um desses grupos e me afastei um pouco para observá-lo em contato com o pessoal que cuidava dos gatos, quando percebi o interesse de alguns no trabalho com os animais. Ouvi um dos integrantes dizer a outro: “... Dá vontade de perguntar: ‘E para as criancinhas, não sobra nada?’”. Pessoas curiosas perguntavam sobre os gatos, por que estariam ali, a quem pertenciam e quem eram os cuidadores, e as respostas costumavam ser: “Foram abandonados aqui e trabalhamos voluntariamente por eles”; “Se quiser levar um para casa, pode levar!”.

Dentro desse contexto, o tipo de contato que tive com as pessoas que cuidavam dos gatos variou muito. Algumas se mostravam acessíveis, mas com outras não consegui aproximação. Havia um homem que realizava a limpeza em volta de um cômodo onde os gatos doentes ficavam abrigados, uma espécie de enfermaria, que tudo que soube sobre ele foi passado por outras pessoas: que doava mensalmente medicamentos para os gatos, que residia em bairro da Zona Sul e provavelmente era aposentado, porque estava no parque de segunda-feira a sábado pela manhã e nos finais de tarde.

Diante disso, uma das primeiras regras que precisei adotar foi perguntar pouco sobre as pessoas, inclusive a umas sobre as outras, para evitar qualquer confusão. Mesmo algumas mais falantes não gostavam de comentar sobre si, e sobre a realização daquele trabalho costumavam dizer que se comoveram com a situação dos gatos e decidiram ajudá-los. Havia um tipo de intimidade aparente entre pessoas que se conheciam naquele local que se misturava com certa discrição. Algumas informações sobre protetores surgiram espontaneamente, que foram registradas, mas optei por privilegiar a descrição da dinâmica do trabalho com os gatos e não investir esforços em busca de informações que não me parecessem importantes para a execução do trabalho.

A execução do trabalho consistia em distribuir comida e água aos gatos. O alimento era normalmente levado até o local, mas a água era obtida no próprio parque, nas poucas torneiras instaladas em locais reservados para evitar que os moradores de rua também as utilizassem para tomar banho, nos banheiros e nos encanamentos que levam água aos lagos e ao reservatório do parque. Era um trabalho que sujava as mãos, porque a ração industrializada tem gordura na sua constituição e as composições caseiras são pastosas e úmidas. Algumas pessoas se habituavam a fazer o trabalho seguindo determinado sentido de rotação e sempre

seguiam o mesmo roteiro, outras seguiam aleatoriamente. Devido às dimensões do parque e à quantidade de gatos, o reabastecimento de água precisava ser feito diversas vezes durante o percurso.

Figura 40 – Eu auxiliando Andreia, Danilo e Cláudia em deslocamento



Fonte: Arquivo pessoal.

O método de trabalho de cada pessoa dependia da disponibilidade de tempo e das suas características pessoais, como a opção por jornais e materiais descartáveis e a extensão da área percorrida. Alguém que tinha outros compromissos e não poderia perder tempo esperando os animais se alimentarem deixava para trás as vasilhas com comida. No início, imaginei tratar-se de uma diferença entre gerações quanto aos cuidados com os resíduos deixados para trás, porque os mais velhos aparentavam ter mais cuidado com isso, mas com o tempo, a diferença me pareceu estar relacionada à disponibilidade de tempo, sendo mais fácil para pessoas aposentadas ter tempo disponível do que para as que ainda trabalham ou têm filhos pequenos e outros compromissos. Deixar vasilhas com comida também era uma forma de disponibilizar comida para os animais para ser consumida de acordo com conveniência deles.

Cada pessoa se deslocava de acordo com suas condições físicas, andando mais ou menos, e em função da quantidade de comida que julgava adequada ou que conseguia levar. Dificilmente uma só pessoa ou os pequenos grupos conseguiam alimentar todos os gatos do parque. Havia também aquelas pessoas que simpatizam com o trabalho de quem alimenta animais, que sugeria rotas que pudessem atender um maior número de animais e indicando os pontos onde os gatos recebiam menos comida.

No trabalho de alimentar animais em locais abertos, um dos fatores que se destacam é o imprevisto. Pratos descartáveis – que podem ser reaproveitados –, sacos plásticos, folhas de revistas e jornais, garrafas descartáveis cortadas, pedaços de madeira para levar comida até

onde os animais estejam, quando estes não aceitam aproximações, ou mesmo o arremesso de embrulhos com comida em locais sem acesso.

Em dias chuvosos, eram estendidas sombrinhas e guarda-chuvas para evitar molhar a ração sólida ou a colocação do alimento em lugares que a chuva não alcançasse. Nesses dias, alguns animais ficavam abrigados e não se expunham à chuva, mesmo que ficassem sem comer, o que fazia o trabalho seguir em ritmo mais lento porque se esperava os animais aparecerem.

Figura 41 – Alimentação dos gatos em dia chuvoso



Fonte: Andreia Santa Helena.

Ir ao encontro dos animais, em vez de só esperar que eles se aproximassem era uma prática. Em meio à variedade de hábitos dos animais como as mais diversas origens, que vivem nas ruas desde o nascimento ou que foram abandonados, era necessário um atendimento individualizado em determinados pontos para que o maior número de gatos pudesse ser alimentado, e a verificação para que outros não se apropriassem da comida daqueles menos propensos a aproximação com os protetores, deixava-se comida em determinados pontos e esperava-se que os animais a procurassem.

Não existia uma uniformização do trabalho. Algumas pessoas desenvolviam seus próprios métodos. Júlia, Joaquim e Adilson foram três pessoas que conheci no parque, que na época tinham idade em torno dos oitenta anos e eram aposentados. Joaquim e Júlia ficavam, em horários distintos, em banco localizado em uma das alamedas secundárias que pode ser visto à esquerda de quem entra pelo portão voltado para a Rua Buenos Aires, próximo ao antigo banheiro transformado em posto de esterilização de gatos. No período da manhã, ainda é possível encontrar Joaquim todos os dias distribuindo comida que ele leva da sua casa para os gatos. Ele reside nas proximidades do parque e o frequentava há mais de cinquenta anos, e costumava dizer que sempre deu alguma atenção aos gatos, levando para eles arestas de carne do açougue em que trabalhava, mas passou a estar com eles por um período do dia depois que se aposentou.

Júlia chegava ao parque por volta das 12 horas e ficava até o fechamento, oferecendo comida aos gatos que habitavam as proximidades do mesmo banco em que Joaquim ficava. A ração que ela usava era fornecida por uma mulher que recebia doações para manter a

alimentação dos gatos. Na época que conheci Júlia, ela se deslocava do município de Seropédica até o centro da capital fluminense, de segunda a sexta-feira e disse que fazia tal trabalho desde 1995, quando ninguém a pagava por isso, distribuindo ração doada por outras pessoas ou fornecida pela administração do parque. Embora Julia e Joaquim ocupassem o mesmo espaço, às vezes eles não se viam porque estavam em horários distintos.

Joaquim dizia que seu trabalho estava direcionado principalmente aos filhotes, porque estes não conseguiam acompanhar o ritmo dos adultos durante a distribuição de ração itinerante, e muitos não tinham ainda condições físicas para disputar comida com os adultos. Por isso, ele dizia sentir valorizado o trabalho que fazia. Depois que o parque fechava, Júlia ainda percorria toda a sua extensão, pela parte externa, colocando ração para os gatos entre as grades e por baixo delas, dividindo a calçada com pedestres, vendedores ambulantes e pessoas que aguardavam os ônibus em pontos espalhados ao redor do parque. Algumas pessoas a cumprimentavam, principalmente comerciantes, e transmitiam-lhe informações sobre os gatos, principalmente as mudanças de comportamento que poderiam indicar problemas de saúde, outras apenas olhavam com curiosidade para compreender o que ela fazia.

Seguindo seu trajeto habitual em sentido horário, que geralmente se iniciava no portão voltado para a Rua Buenos Aires, Júlia percorria todo o parque, mesmo quando a ração acabava antes da conclusão do percurso. Com chuva, céu encoberto e no período do ano em que o pôr do sol ocorre logo depois das 17 horas, ela começava o trabalho externo mais cedo. Certa vez, uma mulher a perguntou se ela realizava aquele trabalho regularmente e ela disse que sim, que estava realizando uma missão e que cada pessoa tem a sua, mas a dela faltava pouco para ser concluída. Não consegui conduzir o diálogo na direção de uma discussão sobre esse término de missão, devido ao barulho e ao trânsito de outras pessoas durante nosso deslocamento e depois daquele momento não me pareceu pertinente retomar essa ideia.

Em nossos diálogos, ela costumava falar sobre o período que chegou ao Rio de Janeiro, saindo de Pernambuco, entre o final da década de 1930 e início dos anos 1940, quando a cidade ainda era capital federal. Ela falava do primeiro governo Getúlio Vargas, dizendo que chamavam o período de ditadura, mas ela dizia que a cidade era mais bem cuidada, referindo-se à presença de militares nas ruas como um fator positivo em comparação com o momento atual. “Atualmente”, certa vez disse ela, “existem esses meninos que vivem nas ruas porque falta quem cuide deles. Naquela época, isso não acontecia. Falam muitas coisas deles, mas são meninos!”.

Em alguns trechos do percurso, o seu trabalho seguia em ritmo mais lento, quando as pessoas que aguardavam os ônibus bloqueavam o seu acesso aos gatos e ela solicitava uma

abertura. Com vários volumes que incluíam seus pertences, a ração a ser distribuída aos gatos, as vasilhas ou folhas de jornal e revistas para acomodar a ração e uma vareta usada para afastar patos, gansos e cutias, chamada por ela de “espanta pato”, ela se deslocava de forma relativamente rápida, se comparada à quantidade de obstáculos que precisa contornar e pelo material que transportava. Pelo lado de fora era mais difícil controlar as disputas por comida, entre os próprios gatos e entre estes e cutias, gansos e patos, por isso a vareta era importante. Apesar disso, alguns patos e cutias não se incomodavam com o contato com a vareta e seguiam decididos a comer a ração destinada aos gatos.

Alguns felinos reconheciam-na a certa distância e se dirigiam a ela, mesmo quando não portava ração, e ela os identificava no meio da vegetação no escuro da noite. Imagino que se desenvolve um tipo de percepção seletiva que é propiciado por uma prática constante, que privilegia o apelo de determinados sons e movimentos em meio a tantos outros. Mesmo no escuro, ela conseguia distinguir os gatos que já haviam recebido alimento em outro local, porque alguns costumam acompanhar as pessoas que distribuem comida, dizendo: “Você já ganhou. Volte lá onde deixei sua comida!”.

Às vezes, ela se deslocava por alguns metros, chamando-os até encontrar um buraco por onde pudesse colocar a ração. Entre aqueles que estavam sonolentos e não percebiam a aproximação de Júlia, o odor e o atrito dos grãos manuseados faziam-nos ficar atentos e interagir rapidamente com ela através de miados e movimentos corporais, esfregando-se nas grades. Os gatos também desenvolveram um tipo de percepção para distinguir a pessoa que os alimentava das demais que circulavam em grande número em volta do parque no período noturno. É possível que o odor do alimento, que é captado de forma mais eficiente pelos felinos do que por humanos, segundo Fitzgerald e Turner (2000), tivesse participação importante nesse processo. Muitos deles quando a viam aproximar-se, em meio a tantos pedestres, começavam a se esfregar nas grades e miar de forma mais intensa.

Nos diálogos verbais com os gatos, ela procurava falar sobre as razões que a faziam reduzir as porções para poder atender um número maior de animais; porque havia grãos de procedência distintas misturados, embora ela soubesse que eles não gostavam das misturas e que alguns comeriam seus grãos preferidos e deixariam os outros para trás, que patos e cutias depois comeriam. Quando a ração acabava antes de concluir o percurso, ela os procurava e tentava explicar-lhes que naquele dia a quantidade de ração fora insuficiente, mas argumentava que Adilson, que recebia ração da mesma mulher que fornecia a Júlia e também era pago para fazer o trabalho, distribuía comida internamente de forma itinerante durante o período em que o parque permanecera aberto. Em outros pontos, Júlia passava rapidamente

para que os gatos não a vissem: “Não quero que eles me vejam! A minha ração acabou...”. Mesmo sem ração, e sendo cobrada pelos gatos, que miavam pela parte interna, ela fazia todo o percurso conversando com eles.

Nos diálogos, também apareciam expressões como: “Vai comer ou ficar de brincadeira com a comida, fazendo charme?”; “Vai comer ou vai pensar se come? ...Se não for comer, eu pego de volta”, quando os gatos não começavam imediatamente a comer e ela se via diante da decisão de deixar aquela quantidade de ração ali, e correr os riscos de ser comida por cutias, gansos e patos, ou recolher para distribuir mais adiante para outros gatos que estivessem mais famintos. Quando alguns gatos saíam para a parte externa, em pontos com buracos nas grades e telas, ela dizia: “Tem que entrar! Se sair, não vou dar a comida”; “Vão para dentro, se não vão virar churrasco”.

Às vezes, ela respondia às próprias indagações com se fossem os gatos: “Vai ficar aí brincando, Dona Júlia? A gente está com fome!”. Quando algum gato a acompanhava por determinado trecho o seu deslocamento: “Já dei. Volte lá e pegue sua comida que o pato está comendo”. Essa era uma situação comum, pois mesmo depois de receber a ração, alguns gatos optavam por segui-la e deixar a comida para trás. Quando procurava um espaço para enfiar a vasilha com ração, e os gatos se concentravam à sua frente miando e tentando alcançar o que ela tinha nas mãos, ela dizia: “Calma! Calma! Vou dar...”. Em outras ocasiões, quando o gato tinha excesso de secreção nas narinas e olhos, ela dizia: “Coma, que vai melhorar...”. Quando alguns gatos não eram avistados por ela: “Por que vocês não miaram, para eu ver vocês?”. Nesses momentos, alguns pedestres que passavam sorriam e seguiam adiante.

Na parte externa, eu procurava escrever o mínimo possível. A cena de uma mulher distribuindo ração aos gatos pelo lado externo do parque já era algo que gerava certa curiosidade entre os pedestres, e se ela estivesse acompanhada por alguém fazendo anotações, a situação se tornava ainda mais curiosa. Até mesmo na parte interna do parque, quando alguém parava para observar o trabalho, eu evitava anotar para não tornar minha presença ainda mais destacada. Quando eu não estava anotando eu me diluí entre as demais pessoas que cuidavam dos gatos. Às vezes, eu me afastava um pouco para poder visualizar as pessoas observando o pessoal que alimentava os gatos e os comentários.

Encerrado o trabalho, Júlia se despedia dos vendedores ambulantes que conhecia e se dirigia ao local onde pegaria o transporte de volta à sua casa. Quando eu a estava acompanhando, ela me agradecia. Em determinado dia, respondi que imaginara estar sendo ajudado no meu trabalho e não a ajudando, mas ela disse que a ajuda vinha da simples presença: “Não é preciso muito. A presença já é muito importante...”. Naquele momento ela

me disse que já teve a bolsa puxada algumas vezes por garotos que circulam pelo centro da cidade tentando roubar os pertences de pedestres, mas conseguiu resistir a todas as tentativas. A minha presença, segunda ela, os inibia.

Depois de alguns meses acompanhando seu trabalho, não de forma contínua, perdemos o contato quando ela parou de ir ao parque, coincidindo com relatos sobre envenenamento de gatos no parque, cujos corpos sendo removidos em saco teriam sido vistos por uma vendedora ambulante conhecida de Júlia. Essa informação ganhou certa proporção e causou uma grande comoção em torno de um suposto “massacre” dos gatos do Campo de Santana, que nunca se confirmou em números, em agosto de 2011. No entanto, Júlia vinha comentando comigo que talvez parasse de ir diariamente ao parque porque mudaria de residência e ficaria mais difícil seu deslocamento. Talvez tenham sido as duas coisas juntas.

Algum tempo depois, em manhã de sábado, ela passava próximo ao parque, avistou-me e chamou. Conversamos rapidamente - ela por fora e eu pelo lado de dentro - e ela seguiu para a unidade da Legião da Boa Vontade (LBV) – instituição que oferece apoio a pessoas carentes e moradores de rua –, para dar continuidade ao seu trabalho de vários anos naquela instituição atendendo moradores de rua, quando nos vimos pela última vez. Lamento por não ter registros fotográficos de Júlia e não os ter conseguido com outras pessoas, porque ela ia ao parque apenas de segunda a sexta-feira, enquanto a maior parte dos protetores só estava por lá nos finais de semana. Na época em que convivi com Júlia, eu ainda não tinha o hábito de fotografar, acreditando firmemente que isso seria apenas um detalhe, mas mudei de opinião.

Joaquim continuou com o seu trabalho diário todos os dias, sendo uma referência no parque no tratamento dos filhotes de gatos que surgiam. Habituei-me a ouvi-lo antes de cada dia de trabalho de campo naquele parque, pois ele me informava sobre os diversos assuntos que ocorreram no dia anterior: novos assaltos, confrontos entre vendedores ambulantes e guardas municipais, imposições da administração do parque relacionada aos gatos, pessoas que se interessavam pelos gatos e não podiam estar lá regularmente que tinham ido cumprimentá-lo. Era também o momento em que ele também expunha suas considerações sobre os funcionários do parque.

Passei a ter Joaquim como uma referência, pois isso me dava a sensação de que havia uma figura fixa em meio às outras que pareciam sempre móveis, que eu não via por dias ou não mais voltava a ver. Angustiava-me um pouco não avistar Joaquim no parque ao chegar, e quando o via caminhando lentamente e puxando seus pertences em carrinho, chegando com um pouco de atraso em relação ao seu horário habitual, era como se os elementos que compunham o meu campo de pesquisa estivessem se posicionando em seus lugares.

Por mais pertinente que seja a “observação flutuante” proposta por Pétonnet (2008), a mobilidade e a inconstância dos movimentos e traços que descaracterizavam o Campo de Santana como um espaço tradicional de pesquisa etnográfica me causava certo desconforto. Alguns elementos físicos estavam lá de forma constante, como as instalações do parque, os gatos, os funcionários, Joaquim, Adilson, às vezes Júlia, guardas municipais, ambulantes, vendedores e usuários de maconha, mas o complemento do que me levava até lá, as pessoas que apareciam para cuidar dos gatos, era um elemento constantemente móvel, permutado, alterado, reformulado, desarrumado e fluido.

Figura 42 - Joaquim, com Danilo, Cláudia e Rosanna ao fundo alimentando os gatos



Fonte: Andreia Santa Helena.

O trabalho de distribuir comida para animais em locais abertos é uma atividade que exige certa flexibilidade. Geralmente, aparecem novos animais onde antes já havia alguns e, conseqüentemente, surge a necessidade de dividir a comida entre todos os presentes, o que pode significar a redução das porções individuais para atender a todos, inclusive aos pombos e pássaros que se aproximam, e no Campo de Santana ainda haviam os patos e as cutias. Luiz Cláudio, que frequentou o Campo de Santana por diversos meses, certa vez me disse: “Estou desviando a ração dos gatos que alimento no meu trabalho e próximo à minha casa. Por isso, fico angustiado quando a ração acaba antes que eu termine de alimentar todos os gatos que encontro aqui”.

Outra grande preocupação era evitar o desperdício e recolher sobras. Com o auxílio de vasilhas, em vez de colocar o alimento diretamente no solo, já se conseguia conter e reaproveitar as sobras deixadas pelos primeiros animais alimentados. Quando possível, a fixação das vasilhas também era feita para que os animais não as virassem, assim como a preferência por recipientes fabricados com materiais mais pesados que resistissem aos ventos

e toques involuntários dos próprios animais. Os pratos descartáveis eram opções baratas, mas bastante frágeis e vulneráveis ao vento.

O reaproveitamento das sobras também visava evitar a presença de formigas, baratas, ratos, pombos e outros animais que não estivessem entre os prioritários no planejamento de quem distribuía a comida. Em se tratando dos gatos, a forma como estes costumam comer, principalmente por estarem habituados a receber alimento regularmente, os deixava em desvantagem em relação a outras espécies que poderiam comer de forma mais rápida. Tal desvantagem deixava de existir em pontos do parque menos assistido pelos protetores, onde os gatos disputavam a comida entre si e batiam em patos e cutias.

Havia um homem que levava vísceras e peles de frango para os gatos, que eram recolhidos em abatedouro, juntamente com legumes que ele recolhia em feira para os demais animais. Enquanto ele distribuía, os patos e gansos também se interessavam pelas vísceras e peles de frango. Era uma cena curiosa avistar patos bicando vísceras de frango, contrariando muito do que se supõe sobre os hábitos alimentares das aves, e alguns gatos habituados a comer ração sem se interessarem pelas sobras de abatedouro, mas havia alguns mais famintos que entravam na disputa com as aves pelas vísceras.

Este tipo de alimento não é recomendável por médicos veterinários, devido ao grande volume de gordura e riscos de perfurações internas pelos ossos das aves que se fragmentam em farpas. Essas informações foram passadas ao homem por Mauro e por mim, a pedido de Ione, uma professora aposentada que estava envolvida com aqueles gatos há alguns anos. Ele nos disse que fazia aquilo imaginando estar alimentando os gatos, porque antigamente os animais de estimação comiam sobras de comida e não ração. Imaginamos que ele se aborreceria e não mais voltaria ao parque, mas dias depois ele estava novamente distribuindo apenas legumes para as aves e cutias. Eu ainda o vi algumas vezes passando pelo lado de fora do parque com seu carrinho amarelo com detalhes verdes, vendendo água de coco.

Também já encontrei sardinhas cruas inteiras que pareciam ter sido arremessadas pelo lado de fora, quando ainda frescas. Quem as deixou, possivelmente, acreditava que gatos apreciam peixes, sem levar em consideração que, por serem alimentados frequentemente com ração industrializada e outros tipos de alimento cozidos e manipulados, não desenvolveram preferência por alimentos crus. Para mim, parecia muito interessante que algumas pessoas pensassem em formas de alimentar os gatos, e cada uma delas encontrasse a sua maneira, embora os animais tivessem suas preferências, apesar disso causar aborrecimento em quem alimentava os gatos regularmente, porque o peixe em decomposição, se comido, poderia causar alguns problemas digestivos nos animais.

Certamente, a ideia de abandono parecia um referencial bastante significativo para certa diversidade de pessoas, embora cada uma o interpretasse de forma bem peculiar. Jogar sardinhas cruas e frescas para gatos supostamente famintos era um gesto tão expressivo quanto alimentá-los com ração industrializada que custava muito mais do que um simples peixe. Talvez o parque já estivesse fechado quando a pessoa que arremessou os peixes passou pelo local, e também não dispusesse de tempo ou de desinibição suficiente para levar comida para os gatos seguindo a dinâmica dos protetores. Confesso que ficava bastante inibido no início, quando acompanhava algum grupo de forma a me integrar a ele e percebia muitas pessoas passando pela calçada do parque e nos observando, como se fossemos cuidadores de animais em zoológicos.

O tipo de alimento oferecido aos gatos variava bastante entre ração industrializada, restos de comida de casas ou restaurantes, arestas de carnes colhidas em açougues e pequenos comércios. Entre os protetores, não se costumava deixar os gatos comerem algo que já estivesse em estado de fermentação ou de deterioração avançada, embora os próprios animais pudessem encontrar tal tipo de comida em lixeiras ou descartados no gramado. Tudo o que estivesse nessas condições era recolhido e jogado nas lixeiras. O arroz era um dos itens essenciais na elaboração de cardápios, que poderia ser usado como alternativa mais econômica aos alimentos industrializados ou complemento, com a adição de carne moída ou fígado de frango, podendo ainda ter a adição de legumes. O fígado de frango cozido era muito bem aceito pelos gatos.

Os patos e gansos são muito ágeis comendo. Em poucos segundos eles poderiam ingerir uma quantidade de ração que um gato levaria alguns minutos. Às vezes, as aves eram afastadas de um lado e elas se deslocavam para o oposto, correndo de forma desajeitada com o impulso das asas, para depois fazer nova tentativa. As cutias costumam pegar um grão de cada vez e só voltam a pegar outro quando trituram e ingerem o anterior, mas as aves ingerem continuamente os grãos, por isso eram as mais temidas como concorrentes dos gatos. Os pavões às vezes bicavam os gatos para estes deixarem a ração e eles se aproximarem. A maior parte das disputas por comida era entre os próprios gatos. Raramente os felinos batiam em cutias, patos, gansos e pavões.

Quanto aos nomes dos animais, Delaporte (2007, p. 8) propõe uma diferença entre nome de chamado e nome de referência. O primeiro tipo refere-se ao atribuído ao animal e este passa a atendê-lo quando ouvido, e o de referência é aquele atribuído e, mesmo não sendo atendido pelo animal, funciona como um marco que permite a troca de informações sobre determinado animal entre as pessoas que cuidam dele. Pelo que tenho observado, para quem

cuida de vários animais, a atribuição de nomes é uma forma de singularizar cada indivíduo e condensar informações a respeito de cada um, sua história, seus problemas, como foi iniciado o contato, em que circunstâncias e que fatores propiciaram isso. Com o tempo, a história de cada animal pode ser lembrada com detalhes a partir de uma simples citação do nome.

Figura 43 – Gatos e cutias dividindo a comida



Fonte: Andreia Santa Helena e Mauro Matos.

Um nome de chamado pode ser utilizado também como um nome de referência, desde que conhecido por outras pessoas, mas o contrário não pode ocorrer, pois um nome de chamado depende de o animal desejar responder ao som ouvido. Em locais abertos, os nomes de referência são mais comuns do que os de comunicação direta. Eles propiciam a certo número de pessoas que se alternam em dias e horários distintos nos cuidados com os animais a transmissão de informações, evitando que se fique relatando as características dos animais quando se deseja comunicar algo sobre eles entre os cuidadores.

Os nomes, em geral, são descrições condensadas do animal que o recebe e permitem a comunicação entre diferentes pessoas acerca do mesmo animal. Tais nomes podem ser escolhidos aleatoriamente entre os mais usuais atribuídos aos humanos; de personagens de filmes, séries e de desenhos animados; que façam referência às características do animal, como cor, pelagem, tamanho e temperamento; entre outros fatores possíveis. Os critérios para atribuição de nomes variam entre as motivações pessoais, de quem o faz, e a alusão a eventos ou personagens conhecidos por outros cuidadores, o que também pode funcionar como uma referência temporal, que pode ser alterada em momento futuro. No Campo de Santana, um mesmo animal poderia ter vários nomes, atribuídos por diferentes grupos de pessoas, principalmente quando era mais um nome de referência do que de chamado.

Um dos critérios usados para definir os nomes era a aparência dos animais. Havia um gato que aparentava estar com problemas de pele e falhas na pelagem, que foi chamado por alguém, em forma de brincadeira, de “Sucata” e esse nome continuou sendo usado em tom de

brincadeira. Havia certa resistência com o nome, mas ninguém propôs um novo, e Sucata continuou sendo o nome de referência daquele animal, mesmo depois de se descobrir que ele não tinha problemas de pele, mas na verdade algumas tonalidades no pelo entre preto e cinza claro, que o deixavam com a aparência meio desbotada típica de animais com sarna.

Em função dos compromissos pessoais, a alimentação dos gatos poderia ficar interrompida de segunda a sexta-feira, enquanto aquelas pessoas que tomaram a iniciativa de cuidar deles trabalhassem. Para que isso não ocorresse, outras eram pagas para estar no parque nos dias comerciais. Os voluntários propriamente ditos só costumavam estar no parque de forma regular nos finais de semana. Adilson e Júlia eram duas dessas pessoas pagas para distribuir ração fornecida por Ione, que captava doações para tal aquisição. Neste mesmo capítulo, em seção posterior, farei algumas considerações sobre esses trabalhadores da proteção animal.

Figura 44 – Adilson (esq.), Thais, outro protetor, Mauro e Ione alimentando os gatos



Fonte: Mauro Matos.

Para os problemas de saúde corriqueiros, cujas lesões não fossem de grandes proporções, foi improvisada uma enfermaria no parque, que ficou por alguns anos funcionando em espaço cedido pela Fundação Parques e Jardins que estava sob a responsabilidade da SEPDA. Havia gaiolas metálicas e embalagens de transporte utilizadas para acomodar os gatos em tratamento, pois se o animal nessa condição ficasse solto poderia não ser encontrado no horário da medicação. Dione era a pessoa que estava praticamente todos os dias administrando a medicação dos gatos, seguindo as prescrições de médicos veterinários da SEPDA, que compareciam de segunda a sexta-feira, que definiam os tratamentos ou a remoção dos animais com doenças infectocontagiosas para o Centro de Controle de Zoonoses do município, que seriam tratados ou submetidos à eutanásia, dependendo da avaliação dos profissionais. Alguns gatos depois de passarem por tratamento e serem soltos, passavam a viver próximo à enfermaria, às vezes tentando retornar às gaiolas

onde estiveram acomodados. Havia alguns que eram tratados tranquilamente do lado de fora da gaiola sem qualquer risco de fuga.

Figura 45 – Enfermaria e destaque para Ione (esq.) e Dione (dir.) cuidando dos gatos



Fonte: Mauro Matos.

Aos domingos, Dáris e Carmem assumiam o trabalho na enfermaria, enquanto Dione deveria folgar, embora ela também aparecesse para trabalhar em alguns domingos, e durante a semana outras pessoas também apareciam para auxiliar Dione, com mais frequência Maria e Ione. Em alguns momentos alguma pessoa era paga para auxiliar Dione, como Margareth e Zé que estiveram por bastante tempo fazendo isso, e diversas outras pessoas que vi se alternando. Zé às vezes chegava para trabalhar embriagado e dependendo do grau de embriaguez a produtividade dele era baixa. Com exceção de Zé, Margareth, Ione e Maria, as demais pessoas que vi passarem pela enfermaria ficaram por pouco tempo, fossem pagas ou voluntárias.

O local onde a enfermaria ficava instalada era em área do parque onde eram guardadas ferramentas, ração para as aves e cutias e estavam instalados o vestiário e o banheiro dos funcionários da manutenção. Naquela enfermaria, acompanhei uma situação curiosa: uma discussão entre um voluntário que estava diariamente no parque e Dione. Ela encontrou uma cutia bastante debilitada, a ponto de permitir ser pega por ela, o que não é comum, e a colocou em gaiola, mas o homem dizia que a gaiola fora adquirida com doações voltadas para os gatos, logo, seria injusto acomodar uma cutia nela, porque o parque deveria ser acionado para cuidar dos animais pelos quais era responsável. Com insistência, a mulher conseguiu manter a cutia dentro da gaiola e ela foi atendida por um médico veterinário que realizava trabalho voluntário no parque, mas morreu depois de alguns dias porque o ferimento era grande.

Aquele espaço conhecido por bambuzal, por ter uma grande plantação de bambu, onde ficava a enfermaria e os demais cômodos citados anteriormente, também tinha um espaço onde os filhotes abandonados no parque eram mantidos expostos à espera de adoção. Estes eram os filhotes muito pequenos que precisavam de atenção especial, que ainda não tinham condições de ficar no espaço cuidado por Joaquim. Esses filhotes ficavam sob os cuidados de Dione, Ione, Margareth, Zé e outras pessoas que frequentavam o bambuzal.

Gradativamente, a existência daquela enfermaria foi deixando de ser um ponto consensual. Em determinado momento, ela foi pensada como um local reservado onde os animais com problemas de saúde pudessem ser tratados sem a necessidade de retirá-los do parque, mas ela acabou, aos poucos, recebendo uma quantidade de animais superior à sua capacidade, em função dos diversos problemas corriqueiros que acometem os animais, e sua eficácia começou a ficar comprometida. Além disso, ela passou a funcionar como um centro operacional que funcionava integralmente. Ou seja, o trabalho dos protetores que aconteceria sem um controle centralizador passou a tê-la como ponto de articulação e referência.

Isso tinha um custo: prover medicamentos, alimentação e muito trabalho para manter os animais em tratamento, além da limpeza de cada uma das subdivisões onde os animais ficavam instalados por mais de uma vez ao dia, removendo fezes e urina e repondo água e comida. As doações, quando solicitadas por campanhas na *internet* atendiam a determinada demanda, um tipo específico de tratamento para determinados animais ou alguns por um tempo estimado, mas não se conseguia ter uma regularidade de doadores. Dione criou uma modalidade chamada de apadrinhamento, que ela solicitava a pessoas que visitavam aquela parte do parque e se interessavam pela história dos gatos. Enfim, era uma situação de difícil controle que funcionava de forma precária, não pelo trabalho, mas pelo descompasso entre a receita e as despesas.

O controle populacional dos gatos do parque passava pelo espaço da enfermaria e do posto de esterilização mantido pela SEPDA. Alguns gatos com tratamento finalizado, que ainda não haviam sido esterilizados, eram encaminhados para o cômodo anexo ao posto de esterilização, chegando um dia antes da cirurgia e permanecendo por uma semana depois do procedimento, para que os pontos fossem removidos. As cirurgias eram realizadas por profissionais daquela secretaria. As outras vagas eram preenchidas com outros gatos do parque capturados aleatoriamente pelos protetores.

Isso, no entanto, era apontado como insuficiente porque o número semanal de esterilizações não costumava a chegar a dez, por impossibilidade de captura de animais ou por falta de condições de saúde aceitáveis pelos profissionais para que a cirurgia ocorresse. Esse

era um ponto de discussão constante entre os protetores e o pessoal da secretaria. Aquele posto funcionava de segunda a sexta-feira e atendia aos gatos do parque na quinta-feira e à população do município nos demais dias, apenas realizando cirurgias de esterilização.

Figura 46 – Posto de esterilização, com destaque para o cômodo onde os gatos do parque ficavam



Fonte: Mauro Matos.

O controle de animais esterilizados era feito por pequenos cortes em uma das orelhas do animal submetido à cirurgia, que eram realizados pelo médico veterinário durante o procedimento. Eram marcas visíveis, que poderiam ser um simples entalhe ou o corte da ponta da orelha. Isso facilitava a identificação e evitava ter que apalpar o abdômen das fêmeas para verificar se já estavam estéreis, já que nos machos era mais fácil identificar pelo volume do saco escrotal que fica menor. Essa é uma prática bastante difundida, até mesmo no Cemitério Père-Lachaise Delaporte (2007, p. 4) localizou tal hábito. Por algum tempo, as médicas veterinárias que trabalhavam no parque deixaram de realizar tais marcas, contrariando os pedidos dos protetores, e isso dificultou bastante o controle.

Equilibrar as ações em torno dessa ideia de abandono era uma das questões que se colocavam regularmente para aqueles protetores. Que espécie deveria ser alimentada e como distribuir as responsabilidades com a administração do parque? Embora houvesse algumas pessoas, como o homem que distribuía vísceras aos gatos e legumes para patos e cutias, que pensavam no conjunto de animais, independentemente das divisões temáticas: gatos *versus* animais do parque; domesticados (que poderia incluir os patos) *versus* silvestres (apenas

cutias); abandonados *versus* colocados para compor a paisagem; a maior parte das ações estava voltada para os gatos.

Algumas pessoas gostavam de enfatizar que o compromisso que tinham se restringia aos gatos, apenas, porque os outros animais foram colocados no local pela administração, enquanto os felinos foram deixados lá por pessoas que resolveram descartá-los. Certa vez ouvi uma mulher dizendo, quando viu um pato disputando comida com um gato: “O gato morrendo de fome e o pato comendo a ração dele”, em tom de lamentação. Em outra ocasião, uma mulher que passava pela calçada do parque e via Júlia distribuindo ração, enquanto espantava patos e cutias com seu “espanta pato” e perguntou por que a comida era oferecida só aos gatos e ela respondeu que os demais recebem alimentação do parque e aquela ração era específica para gatos. A mulher se mostrou convencida e disse: “Então, é justo!”.

Entre os próprios gatos, havia os preferidos de determinadas pessoas. Em meio às centenas de gatos, determinados indivíduos que tinham preferências. Normalmente, isso não surgia aleatoriamente, elas costumam estar relacionadas ao histórico de saúde do animal e à forma como cada um chegou ao parque, tanto o gato quanto quem o protegia, mas também tinha a ver com a simpatia do animal que se aproximava e interagia. Além disso, a prioridade atribuída aos gatos daquele parque, em comparação com outros em diversos lugares e condições similares, também causavam alguns desconfortos durante discussões sobre a participação dos órgãos estatais no gerenciamento dos animais que vivem em locais públicos.

Os gatos do Campo de Santana que apareceram em determinado momento como negligenciados, tanto pelas pessoas que os deixaram lá quanto pela administração do parque, foram deslocados de uma posição marginal para outra de destaque, quando passaram a mobilizar e articular diversas pessoas. Acredito que essa mudança tem a ver com a perspectiva política relacionada aos animais que foi ganhando forma nas últimas duas décadas. O animal abandonado passou a constar entre os objetivos de políticas públicas e resultou na criação da SEPDA no ano 2000, com o Campo de Santana adquirindo certa visibilidade por ter muitos desses animais sem donos.

Uma situação desvantajosa inicial, pela qual os felinos passaram, foi substituída por outra que os transformou em receptores preferenciais dos cobertores que eram levados para se protegerem do frio, dos abrigos instalados e de tantos outros improvisados em caixas de papelão e embalagens de ração, além de uma enfermaria improvisada e orações organizadas com certa frequência em benefício deles. Eles também dispunham de vasilhas com água, para evitar que fossem aos lagos com a água esverdeada para saciar a sede.

Figura 47 – Alguns dos abrigos improvisados para os gatos



Fonte: Andreia Santa Helena.

No entanto, os outros animais também recebiam alguma atenção. As próprias pessoas que alimentam os gatos levavam frutas e legumes frescos, grãos secos de milho e pão para os outros animais, embora a principal intenção fosse desviá-los da comida dos gatos. Também eram oferecidos alimentos aos pombos que visitavam o parque. Não na mesma proporção dos gatos, algumas pessoas tinham o hábito de levar comida para os animais do parque, algumas delas recolhiam em feiras o material descartado pelos comerciantes ou compravam. Certo dia, uma mulher com um mamão retirava os pedaços e arremessava na direção das grades para patos e cutias que a observavam. A maior parte do que ela jogava voltava para o lado externo, quando se chocava com as grades.

Figura 48 – Milho oferecido aos patos (esq.) para estes não comerm a ração dos gatos



Fonte: Arquivo pessoal.

Entre as pessoas que alimentavam os gatos, algumas deixavam certa quantidade de ração, mesmo sabendo que seria comida por patos, gansos, cutias e pavões. Era possível ver restos de comida com arroz, feijão, legumes e carnes, deixados em algum ponto, atraindo mais os animais do parque do que os gatos. Diversas vezes, os patos comiam o atum enlatado e a ração pastosa que era distribuída aos gatos, composta por fígado de frango, arroz e legumes. Normalmente, o ato regular de espantar patos, gansos, cutias e pavões enquanto se alimentava era um hábito pouco efetivo, porque quase sempre os patos e gansos conseguiam furar o bloqueio ou depois que as pessoas se afastavam do local eles avançavam e comiam mais rápido do que os gatos.

Apesar das insuficiências constatadas pelas pessoas que alimentavam os gatos, quanto à assiduidade e à quantidade, aqueles gatos recebiam alimento regularmente, e isso talvez os tornasse menos combativos, se comparados a outros que precisam descobrir fontes de alimento em situação de escassez, como em lixeiras, e nas sobras de lanches arremessadas ao interior do parque pelos transeuntes. Gatos de determinados pontos do parque, onde o alimento não chegava na mesma proporção e regularidade, já que a ocupação do espaço não era homogênea, costumavam ser mais agressivos quando viam a comida, eram menos generosos com os demais animais, e as hierarquias entre os próprios felinos se mostravam de forma mais objetiva.

Alguns gatos evitavam o confronto até mesmo com outros felinos, e insistiam em pedir ração às pessoas quando outro tomava posse da vasilha onde comiam. Os gatos que já viveram em residências e foram abandonados depois de adultos eram os que mais tinham dificuldade de adaptação à disputa pelo alimento. Como as pessoas nem sempre dispunham de tempo para equilibrar as relações entre os animais, quanto à quantidade que cada um comeria, quando elas se afastavam os animais precisam se entender entre si, e isso significa que alguns comiam mais que outros ou que alguns não teriam comida.

Figura 49 – Patos dentro dos bededouros dos gatos



Fonte: Mauro Matos.

Diante dessa diversidade de animais, algumas pessoas que passavam pelo parque perguntavam se poderiam levá-los para casa e a resposta costumava ser: “Os gatos, sim”. Os outros animais, na condição de propriedade do parque, não poderiam. Às vezes algumas pessoas demonstravam frustração quando descobriam que não podem pegar uma cutia e levar

para casa, em função do pertencimento ao parque e da legislação que as classifica como “silvestres”. É possível que alguém já tenha tentado levar alguma, mas elas não gostam de contato e têm dentes afiados. Em determinadas épocas do ano, o número de patos no parque diminui e se costuma dizer que são capturados e consumidos, sendo os principais suspeitos os moradores de rua. Os pavões machos, que são os que possuem a plumagem colorida, também têm suas penas retiradas com certa frequência, mesmo com os altos sons que eles emitem.

Em certas ocasiões, visitantes dirigiam-se aos funcionários para comunicar a falta de comida para os animais, tanto os do parque quanto os gatos. A resposta mais comum dizia que em breve eles seriam alimentados, porque estava prevista a distribuição regular de comida. Imagino que muitas dessas pessoas que faziam tal comunicação não tinham ideia das divisões de trabalho e responsabilidades que existiam naquele local.

O trabalho com os gatos causava dois tipos de visibilidade, uma positiva e outra negativa. Ele atribuía reconhecimento a quem o fazia. Algumas pessoas que passavam cumprimentavam os protetores, dizendo admirá-los: “Acho tão bonito o trabalho que vocês fazem...”; “Parabéns!”; “Que Deus abençoe vocês pelo que estão fazendo por eles!”; “Que Deus te dê em dobro o que está fazendo!”. As respostas variavam entre um simples obrigado, um aceno com a cabeça e a retribuição das felicitações: “[Que Deus abençoe] A todos nós!”. Outros olhares curiosos ou indiferentes acompanhavam o trabalho, sem qualquer comentário, alguns desses eram turistas.

O lado negativo da visibilidade tinha algumas repercussões. Uma delas era o abandono regular de gatos, que às vezes provocava algumas situações de tensão, quando quem havia deixado os gatos era visto e alcançado, porque isso levaria ao aumento da população de gatos no parque, sendo um dos objetivos das pessoas que cuidavam deles a redução. Além disso, essa constante inserção de novos animais demandaria mais alimentos e todos os outros cuidados que eram normalmente direcionados aos que já viviam no parque.

Certa vez, enquanto acompanhava um grupo de pessoas alimentando alguns gatos no centro de parque, ouvi um homem que estava sentado em um dos bancos dizendo a outro ao seu lado: “Esse trabalho poderia ser feito com crianças”. Ele não foi ouvido, mas poderia ter recebido alguma resposta pouco polida, como em outras ocasiões ocorreram - quando se costumava responder que, em geral, quem faz tal comentário não realiza qualquer tipo de filantropia. Em outro dia, um homem aparentando estar embriagado, chamava a atenção de todos que alimentavam os gatos e dizia: “Seus otários! Quem tem que fazer isso é o Prefeito!” e repetiu isso algumas vezes. Pelo lado externo, já ouvi um homem cantando parte de uma

música enquanto observava protetores cuidando dos gatos: “Troque seu cachorro [sic] por uma criança” e olhando para quem ele pretendia provocar, mas não houve resposta.

Em certo dia, uma mulher que passava pela calçada parou e falou a Mauro e a mim, pois eu o acompanhava naquele momento: “O trabalho é bonito, mas cuidado para não esquecer os humanos”. Ela dizia que distribuía comida para moradores de rua há 49 anos. Frequentemente, algumas pessoas faziam algumas provocações com as outras que alimentavam os gatos, dizendo que pretendiam usá-los para fazer churrasco e que seria bom estarem bem alimentados porque ficariam mais apetitosos; outras imitavam os miados e observavam se seriam correspondidas, tentavam assustar os gatos, jogavam água ou algum objeto na direção deles. Em geral, eram homens que tinham tais atitudes e é possível que na maior parte das vezes quisessem chamar a atenção das mulheres que alimentavam os gatos. O desfecho disso tudo poderia ser uma simples demonstração de indiferença ou uma breve discussão.

Os gatos, assim como os outros animais, vendedores ambulantes e as pessoas que cuidavam dos felinos produziam algum tipo de sujeira. Aquela gerada pelo pessoal que cuidava dos felinos era constituída, principalmente, por folhas de jornal, pratos descartáveis e garrafas plásticas improvisadas como bebedouros para os gatos. Por se tratar de uma atividade regular, a maior parte dos protetores enquanto trabalhava recolhia aquilo que se transformou em lixo que fora deixado anteriormente por outras para atender aos gatos. Esses resíduos se misturavam com outros produzidos por vendedores ambulantes e pelos demais frequentadores do parque.

Certa vez, passou um homem que falava alto e de forma incisiva comigo, Mauro, Rosanna e Adriana: “Vocês vão tirar esses bichos [os gatos] daqui, não é?!”. Mauro respondeu também de forma ríspida e ainda trocou algumas palavras com ele, que disse imaginar que fôssemos funcionários da prefeitura e esperava que os gatos fossem removidos do parque por causa do odor das suas fezes no parque.

Sobre a saúde e a integridade física dos animais, periodicamente surgiam relatos de gatos mortos, que rapidamente ganhavam grande repercussão. Antes que eu iniciasse a pesquisa naquele parque, houve uma mobilização em torno disso, entre abril e maio de 2011. Desses momentos tensos, o que acompanhei enquanto estive fazendo pesquisa ocorreu em agosto daquele ano, quando a principal testemunha seria uma vendedora ambulante amiga de Júlia. Era comum encontrar gatos mortos pelo parque, alguns com sinais de esmagamento, mas a maioria dos corpos que vi não tinha estes sinais. Nessas situações, começavam a surgir

especulações sobre envenenamento, que eram potencializadas pelo uso da *internet*, cuja constatação dependia de exames laboratoriais, que na maior parte das vezes não foram feitos.

Esses testes para serem realizados sem custos para os protetores, dependiam de um trâmite administrativo entre a SEPDA e o Instituto Jorge Vaitsman, vinculado à Secretária de Saúde, que quase sempre eram dificultados pela indisponibilidade de funcionários para assinar os requerimentos. Entre essas supostas mortes por envenenamento, as sugestões em torno dos causadores variavam muito, até as disputas político-partidárias eram mencionadas, além dos diversos frequentadores. Quando eram provocadas por lesões, os moradores de rua estavam sempre entre os principais suspeitos. Essas discussões podiam durar alguns dias entre telefonemas, mensagens eletrônicas e nas chamadas redes sociais na *internet*, até que fosse perdendo força.

Figura 50 – Eu auxiliando Adriana e Rosanna a contar os gatos



Fonte: Mauro Matos.

O número de gatos no parque dificilmente foi preciso em algum momento. Quando comecei a pesquisa, os protetores diziam haver cerca de quinhentos. Em contagem realizada em setembro daquele ano, da qual participei, depois das mortes, foram localizados quase trezentos

gatos, com um método mais confiável do que o anterior, pois a maioria dos animais contabilizados foi marcada com esmalte para unhas e aqueles que não aceitavam contato eram minoria. Também não era possível saber quantos gatos foram recolhidos por diversas pessoas que se comoveram com a especulação sobre envenenamento, que poderia ser qualquer uma que visse as publicações na *internet*. Reportagens em jornais, rádios e uma equipe de televisão fizeram menção ao episódio dos “gatos mortos por envenenamento no Campo de Santana”, até quase o final daquele ano.

É difícil definir em que medida toda essa mobilização fora intencional ou casual, mas apesar de todo o desgaste que foi causado, a repercussão de tal episódio também produziu resultados positivos para os gatos. Naquele momento de comoção, apareceram pessoas novas para trabalhar pelos gatos, para contribuir com o trabalho ou financeiramente, doações de alimentos e outros acessórios e o diálogo com a administração do parque voltou a ocorrer, o que resultaria posteriormente na remoção dos gatos para um abrigo construído pela prefeitura.

Talvez aquela dinâmica de trabalho precisasse desses momentos que mesclavam tensão com compaixão para que o problema dos gatos ganhasse visibilidade. A propagação do

episódio dos “gatos mortos por envenenamento no Campo de Santana”, até onde posso analisar com as informações que obtive, foi um momento de definição que revelou tensões internas que permeavam o trabalho do grupo de protetores com os gatos daquele parque. Ao mesmo tempo em que surgiram novas pessoas interessadas em ajudar os gatos, outras que já trabalhavam pelos gatos há algum tempo se dispersaram devido à forma como foi conduzido o problema: quantos gatos morreram de forma natural ou foram mortos? Pelas mudanças no método de contagem e pelo número encontrado, talvez não tenham sido muitos, embora a imprensa anunciasse centenas. Qual a validade, do ponto de vista moral, de se insistir na ideia de envenenamento em massa se isto não poderia ser comprovado? Enfim, ficaram as especulações em torno da informação das centenas de mortos...

Aquele acontecimento provocou a aceleração da rotatividade de pessoas trabalhando pelos gatos do Campo de Santana, que já era alta. Havia pessoas que avistei poucas vezes e tive contato apenas em ocasiões específicas, ou uma única vez. Ao final do período de trabalho de campo naquele parque, havia uma grande quantidade de nomes registrados que já não mais o frequentavam, tendo muitas dessas pessoas se afastado por divergências com outras. Diversas vezes recebi a recomendação de registrar nas minhas anotações que “o trabalho com os animais ficava comprometido pelas divergências entre os humanos”.

O interesse pelos gatos era o fator que as aproximava e as divergências acerca deles era o que muitas vezes as afastava. Permanecer trabalhando pelos gatos ou se afastar sem deixar informações eram situações comuns que poderiam variar de uma pessoa a outra e diferenciá-las em função da tolerância e de diversos outros aspectos pessoais. Algumas se mantinham durante anos fazendo o mesmo trabalho, enquanto outras ficavam por poucos meses, semanas ou dias.

Imagino que essa rotatividade era provocada pela própria dinâmica daquele tipo de trabalho, que demanda muito envolvimento e desgaste físico e emocional com a precária situação de saúde dos gatos, que parecia estar sempre aquém do desejado. Era um tipo de trabalho que ocorria com recursos limitados, que entrava em choque com os critérios de médicos veterinários da SEPDA como a não esterilização de gatos com problemas de saúde que, no entanto, não os impediam de procriar, e, somando-se a isso todas as dificuldades de convivência entre os voluntários que às vezes resultava de diferenças no modo de trabalhar. Parecia que era um trabalho com prazo de validade que variava de uma pessoa a outra, mas todas em determinado momento pensavam em parar.

Toda essa mobilização em torno desse assunto iria resultar posteriormente na divisão entre as pessoas favoráveis à remoção dos gatos do parque para um abrigo municipal, cujo

projeto já estava pronto há algum tempo, e outro que não era favorável a essa remoção. A presença dos gatos naquele parque não era uma condição consensual. Desde que passei a realizar a pesquisa, não percebi entre funcionários da administração, as pessoas que cuidavam dos gatos e as demais que frequentavam o parque - que poderiam ser simpáticas, indiferentes ou não gostar deles – um diálogo que sinalizasse a formação de um consenso acerca da remoção ou permanência dos gatos no parque.

Em algum momento anterior ao ano de 2011, foram instalados abrigos dentro do parque, construídos especialmente para os gatos e pintados na cor verde, para ficarem camuflados no meio da vegetação. Algumas pessoas me disseram que tais abrigos foram instalados durante o mandato de um prefeito cuja esposa tinha envolvimento com a proteção aos animais e por isso foi possível tal

Figura 51 – Primeiro modelo de abrigos instalados



Fonte: Andreia Santa Helena.

intervenção. Em administração posterior, os abrigos foram recolhidos e colocados em área do parque reservada, onde ficam guardadas ferramentas, os veículos usados na manutenção, a ração dos animais, e onde ficava a enfermaria improvisada para os gatos. Estes mesmos abrigos foram espalhados outra vez pelo parque em 2011 e, no ano seguinte, os gatos foram, finalmente, removidos para um abrigo público construído pela administração do município, o “Gatil São Francisco de Assis”.

Em determinado momento, anterior ao início desta pesquisa, estabeleceu-se um acordo entre a administração do parque e alguns protetores, quanto à remoção dos animais: cada uma das partes com objetivos distintos, embora ambas falassem que a prioridade era a proteção dos animais, que estariam expostos aos perigos de uma cidade como o Rio de Janeiro, cujo centro agrega grande diversidade, principalmente moradores de rua. Administrações anteriores já desejaram remover os gatos pelas constantes cobranças que as pessoas que cuidavam deles faziam e pelos inconvenientes que resultavam dessa relação pouco amistosa.

Entre os anos de 2011 e 2012 ocorreram algumas reuniões entre os representantes dos protetores e funcionários da Prefeitura do Rio de Janeiro, que aconteciam de forma improvisada depois de alguma manifestação organizada em frente ao prédio da prefeitura para cobrar algo para os gatos do parque. O tema da remoção dos gatos aparecia entre os pontos de

pauta dessas reuniões, mas o novo abrigo não estaria inserido em noção de política pública extensiva aos outros animais da cidade vivendo em locais públicos, ele se restringiria a receber os animais que viviam naquele parque do centro da cidade.

Por se tratar de um espaço tombado, todas as tentativas de construir ou instalar abrigos para os gatos entravam em choque com os impedimentos definidos pelo tombamento, embora outras intervenções ocorressem, como a instalação de portões para impedir o acesso de moradores de rua a determinados pontos do parque, entre estes uma gruta artificial que fica circundada por um lago também artificial, localizado próximo ao prédio da administração.

Os primeiros abrigos, confeccionados em madeira, com telhados padronizados e na cor verde, foram recolhidos para área da manutenção do parque. Certa vez, Ione me disse que os funcionários da administração esperavam que a transferência dos abrigos para local reservado atraísse os gatos para lá e os fizesse deixar os locais com maior circulação de pessoas, mas isso não aconteceu, e os animais permaneceram espalhados pelo parque, distribuídos em diversos grupos tal como estavam habituados.

Com isso, foram feitas outras tentativas, instalando-se outro tipo de abrigo, mais discretos, que ficavam sob os bancos espalhados e também pintados na cor verde. Porém, estes demandavam grande esforço para limpar, e com o acúmulo de sujeira passaram a ser evitados pelos gatos. Também foram colocadas nesta época pelos protetores vasilhas plásticas envoltas por estrutura de concreto que serviam como bebedouros para os gatos (Figura 49), que apresentavam maior durabilidade e não se transformavam em lixo depois de esvaziadas.

Quando a construção do “Gatil São Francisco de Assis” ficou definida, o local escolhido era próximo ao sambódromo, onde desfilam as escolas de samba durante o carnaval, no local onde são disparados os fogos de artifícios durante os desfiles. As pessoas contrárias à remoção dos gatos chamaram a atenção para este ponto, mas o pequeno grupo que se autodeclarou representante dos protetores, e dos próprios gatos, levou adiante o diálogo com os funcionários da prefeitura e a obra foi concluída.

A divisão ficou mais explícita neste ponto: de um lado o questionamento do projeto do abrigo, tal como estava sendo conduzido, e do outro a defesa da remoção dos gatos do parque como medida de proteção contra moradores de rua e demais perigos do centro da cidade. Embora a discussão tenha sido conduzida como se houvesse uma polarização entre dois grupos, havia muitas pessoas que não se envolveram com ela e continuaram cuidando dos

Figura 52 – Segundo modelo de abrigos



Fonte: Mauro Matos.

gatos, independentemente do local onde estivessem. Joaquim era uma dessas, mantendo-se no parque cuidando dos remanescentes. No final de 2013 encontrei-o e ele continuava fazendo o mesmo trabalho.

De certo modo, a proposta de transferência dos gatos para um abrigo fechado era uma forma de pressionar a SEPDA a ter uma maior participação na administração das necessidades dos animais, além de projetar um melhor gerenciamento sobre as incertezas que tinham a ver com a pequena receita em relação às necessidades. Haveria espaço para os animais viverem soltos, subindo em árvores e se abrigarem das chuvas em dias chuvosos, médicos veterinários para cuidar deles e outras coisas que se desejou ter no Campo de Santana.

Os gatos foram transferidos para o “Gatil São Francisco de Assis” alguns meses antes do carnaval de 2013. Quando o evento se aproximava, organizou-se um “abaixo assinado” pela *internet*, por iniciativa do grupo que apoiara a construção do abrigo, para que os fogos fossem disparados de outro local. Enquanto isso, a solução encontrada pela SEPDA foi remover provisoriamente os gatos para instalações que pertencem ao Centro de Controle de Zoonoses do município, com a promessa de conduzi-los de volta ao centro da cidade depois do desfile das agremiações mais bem classificadas nos desfiles das escolas de samba, que ocorre no sábado seguinte à “quarta-feira de cinzas”.

Depois da remoção, gatos continuaram sendo abandonados no Campo de Santana. Alguns desses foram levados ao abrigo, mas outros permaneceram no parque como antes. Os antigos moradores do parque passaram a viver em deslocamentos pela cidade. Foi um momento que não pude acompanhar de perto, porque nessa divisão de grupos eu estava mais identificado com o lado contrário ao abrigo. Embora o espaço fosse administrado por funcionários da prefeitura, o acesso ao abrigo passou a sofrer interferências das pessoas que o apoiaram. Chegara o momento de buscar outros campos de pesquisa e seguir meu projeto de mapear certa diversidade de situações.

II.3 – Parque Eduardo Guinle: as aves abandonadas da Zona Sul do Rio de Janeiro

A área que já fora uma reserva de caça, segundo as placas informativas expostas no local, foi adquirida por Eduardo Guinle e nas primeiras décadas do século XX teve construída uma edificação residencial de grandes dimensões com um amplo jardim em anexo. Na década de 1940, a propriedade foi adquirida pelo Governo Federal, com o imóvel sendo incorporado ao Ministério das Relações Exteriores, sendo posteriormente foi cedido ao governo estadual e transformado na residência oficial do Governador do estado do Rio de Janeiro, e o jardim cedido à prefeitura da na época capital federal, recebendo o nome de Parque Eduardo Guinle.

Figura 53 – Lago do Parque Eduardo Guinle



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 54 – Trecho do córrego com abrigo para aves



Fonte: Arquivo pessoal.

A composição dos elementos do parque é semelhante à do Campo de Santana: um lago onde as aves colocadas para compor a paisagem nadam em meio a um amplo espaço arborizado. O parque está estruturado de acordo com o “padrão romântico”, com seus “espaços de contemplação e de recreação infantil”, segundo Macedo e Sakata (2010, p. 147).

A água que se acumula na parte baixa do terreno e forma o lago desce por um córrego natural que no seu trajeto forma pequenas concentrações que atraem as aves por quase toda sua extensão. A área do Parque Eduardo Guinle é bem menor do que a ocupada pelo Campo de Santana, e talvez por isso eu tenha ficado com a sensação de que a proporção de aves em relação ao espaço é maior do que no parque do centro da cidade.

Aquele parque é administrado pela Fundação Parques e Jardins, assim como os demais parques urbanos da cidade do Rio de Janeiro. Do ponto de vista de um grupo de moradores da localidade, o espaço passou a ficar mal cuidado a partir de 2009, quando ocorreram mudanças

na administração municipal, e por isso decidiram intervir para que se mantivessem as opções de lazer do bairro. Nesse processo, as aves receberam atenção especial com a criação do grupo “Abraça Aves”, cujo objetivo era mantê-las alimentadas e saudáveis, por meio da diversificação da alimentação composta por ração e legumes, assim como a limpeza regular do entorno do lago, onde as fezes das aves ficavam acumuladas.

Dessas pessoas que cuidavam das aves, só conheci Nedina Levy, que me deu detalhes sobre a dinâmica de trabalho que me pareceu bem semelhante àquela praticada com outros animais em locais abertos. A ideia de abandono a

Figura 55 – Nedina Levy limpando as fezes das aves no gramado



Fonte: Arquivo pessoal.

que ela se referia não ficava restrita apenas às aves, mas ao conjunto que também incluía as instalações do parque. Ela usava um desinfetante que não destruía o gramado.

Embora os elementos discursivos apresentassem semelhanças com o trabalho voltado para cães e gatos, que incluía a denominação de “protetor”, o que talvez fosse resultado de uma difusão minimamente sistematizada da dinâmica de trabalho que aparece rotulada como proteção animal, essa era uma ideia de abandono bem peculiar. Apesar de a palavra parecer familiar, havia diferenças entre aquelas aves e os cães e gatos vivendo em espaços abertos: elas tinham um lugar naquele parque e não eram intrusas inseridas aleatoriamente. O espaço fora projetado para patos, gansos e marrecos para situá-los entre os elementos paisagísticos, diferentemente de outros animais que destoariam se fossem aleatoriamente “abandonados” dentro daquela proposta estética.

Além disso, não era qualquer ave que servia àquele projeto visual. Só as comportadas aves aquáticas poderiam ser inseridas naquele contexto. Fui levado àquele parque pela notícia de que um galo chamado de Roberto Carlos, que também vivia no local fora encontrado morto com sinais de envenenamento¹⁰. Segundo a reportagem, ele poderia ter sido envenenado por algum morador do entorno do parque que estaria incomodado com o canto matinal do animal. Aquele galo era um sobrevivente da catástrofe ocorrida na Região Serrana fluminense, que desabrigou muitas pessoas e animais em janeiro de 2011, além das muitas mortes que foram provocadas pelos deslizamentos e pelo volume de água das chuvas. Flávia

¹⁰ Jornal *O Globo*, edição de 30 de abril de 2012, Seção RIO, pág. 14. Também disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/o-galo-ja-nao-canta-em-laranjeiras-4771424>>.

Trindade no documentário “O Abrigo” faz uma cobertura disso, com ênfase nos cães e gatos que ficaram desabrigados e foram localizados, recuperados e encaminhados para adoção.

Figura 56 – Abrigo do galo Roberto Carlos



Fonte: Arquivo pessoal.

Apesar de instalados e usufruindo de condições similares às das demais aves durante o dia, o galo e uma galinha que era sua companheira dependiam de alguns cuidados especiais: foi instalada uma casinha para os dois no interior do parque, onde ficavam durante a noite, para evitar a dispersão e a captura por alguém que se interessasse em comê-los, enquanto as demais aves ficavam soltas pelo parque. Depois da morte do galo, a

galinha foi levada para uma propriedade rural, ficando no parque apenas as aves aquáticas.

Os filhotes das aves do parque também recebiam um tratamento diferenciado durante a noite. Havia uma estrutura metálica para acomodá-los (Figura 52), para evitar que fossem predados por garças, ratos ou outras aves predadoras ou mesmo que fossem roubados. Os ninhos com ovos também poderiam ser ocultados com essa preocupação. Nos primeiros dias depois do nascimento, os filhotes com as mães eram recolhidos à noite e soltos novamente pela manhã.

Esses nascimentos só aconteciam porque as aves conseguiam burlar o controle populacional feito pelos protetores, ocultando ovos e ninhos, que às vezes eram instalados no meio da vegetação do lago. Nessas situações, o trabalho de chocar os ovos precisava ser constante para que a temperatura da água não interferisse no processo de maturação, o que levava essas fêmeas a ficar permanentemente nos ninhos até os filhotes nascerem, comendo o que conseguissem alcançar ou que fosse arremessado ao local onde estivessem. Esse controle era feito com a remoção dos ovos antes de serem chocados, assim como a contínua redução do número de machos para diminuir a probabilidade de ovos fecundados. Os ovos recolhidos eram doados a instituições filantrópicas, segundo Nedina Levy.

O controle de natalidade, além de impedir uma superpopulação de aves no parque, também visava evitar que nascessem novas aves com má formação nas articulações das patas, possivelmente como resultado do compartilhamento de traços genéticos entre animais com ascendência comum, pois havia certa recorrência de filhotes com dificuldades de locomoção. Alguns desses animais precisam aprender a nadar com auxílio das pessoas que cuidavam deles, por meio de objetos improvisados, como uma coleira para cão que servia como suporte para evitar afogamentos, até que conseguissem desenvolver o próprio equilíbrio enquanto

nadassem. Como não havia o interesse na reprodução, não havia qualquer tipo de manejo para evitar essa propagação dos problemas fisiológicos.

Apesar de haver envolvimento de pessoas do entorno do parque com o espaço e com seus animais, o trabalho voltado para os animais também sofria interferências de quem não concordava com a forma de conduzi-lo. Os abrigos espalhados para acomodar as aves (Figuras 54 e 56) eram questionados porque interferiam na estética e contrariava as normas que tratam de processos de tombamento. Era um problema semelhante ao que acontecera no Campo de Santana relacionado aos abrigos para os gatos, que são até parecidos entre si quando ao formato.

Assim como em outros lugares, havia pessoas que se envolviam com a execução do trabalho e outras que apenas colaboravam financeiramente com os custos da manutenção das aves. Nedina Levy distribuía comida duas vezes ao dia, pela manhã legumes e verduras e no final da tarde o milho. Às vezes, a comida só era distribuída à noite, para evitar a concorrência dos pombos. Como estes se recolhem durante a noite, as aves do parque podiam comer sem a presença dos indesejáveis pombos. Nesse trabalho, ela contava com uma pessoa remunerada que a auxiliava.

De uma forma geral, a situação das aves do parque Eduardo Guinle era diferente das aves do Campo de Santana, já que neste último as aves e cutias não estavam entre as prioridades de proteção, ao passo que no parque da Zona Sul as aves estiveram em certo momento em figuração semelhante aos gatos do centro da cidade, quanto à ideia de abandono. No entanto, a galinha e o galo, em certo sentido, depois que as aves aquáticas foram reposicionadas no plano estético inicial, estavam em posição semelhante aos gatos de centro da cidade, ou seja, figuras dissonantes em destaque que precisavam ser removidas de uma configuração que não as tinha como elementos constitutivos.

II.4 - Trabalhadores da proteção animal urbana

Quando iniciei esta pesquisa, ouvi com certa frequência de pessoas com algum tipo de envolvimento com a proteção animal menções ao aspecto econômico, como algo que não se adequava com a ideia despreziosa de proteção. De certa forma, eu segui por algum tempo essa indicação, tentando colocar em oposição o trabalho voluntário e o remunerado, como se representassem polarizações adequadas. Isso era causado por uma visão ainda bastante limitada do campo, porque, com essa atitude, eu desprezava as nuances que existem entre esses dois supostos extremos, que também passavam pelas relações econômicas, e apostava em um tipo de contraste que impunha uma série de inconsistências.

O próprio médico veterinário é o agente que circula com toda a tranquilidade entre as diversas expectativas relacionadas aos animais, sem que o aspecto econômico interfira no seu papel de componente das relações interespecíficas e, quando ele fica ausente em determinada configuração, isso se dá mais pela falta de recursos de quem se vê como responsável pelo animal do que propriamente por uma questão política. Este profissional pode atuar tanto na indústria da carne, auxiliando na insensibilização dos animais antes do abate, quanto cuidando de animais nos diversos tipos de criadouros ou abrigos.

Dentro do próprio conjunto de ações que compõem a proteção animal têm surgido expressões econômicas em meio ao ainda predominante trabalho voluntário. São trabalhadores informais que complementam as ações de outras pessoas que não têm tempo disponível para fazer o trabalho que gostariam e, por isso, recorrem a elas; há pessoas fazendo hospedagem para animais retirados das ruas antes do encaminhamento para a adoção, que são remuneradas de alguma forma pelas que se declaram responsáveis por esses animais. Existem pequenas conexões econômicas permeando diversas relações que são difíceis de mapear porque estão dispersas em meio às interações e são pouco evidenciadas.

Ao longo deste capítulo, fiz menção a pessoas que prestam serviços a outras para que os animais sejam assistidos continuamente. Em locais abertos, elas se tornam fundamentais porque em muitos momentos é preciso ter disponibilidade para resolver problemas que surgem repentinamente, o que altera qualquer planejamento prévio de um roteiro a ser seguido com tempo definido. Embora a forma colocada com mais destaque no trabalho com animais seja a modalidade voluntária, por atribuir mais distinção a quem o faz, há pessoas que recebem algum tipo de remuneração pelo trabalho que executam em lugar de outras que não dispõem de tempo ou condições de saúde para tal.

Em diversos lugares por onde passei durante a pesquisa conheci algumas dessas pessoas, que poderiam ser tão efetivas trabalhando pelos animais quanto quaisquer outras que trabalhassem voluntariamente. Esta é uma situação diferente da que foi verificada nos abrigos, que serão tratados no próximo capítulo, onde são encontrados trabalhadores formais com registro. Entre estes trabalhadores registrados, a peculiaridade fica por conta da atividade, cuidar de abrigos de animais, mas seus empregadores seguem as normas quanto ao uso de equipamento de proteção e demais aspectos previstos pela legislação trabalhista, enquanto essas prestadoras de serviço informais não podem ser tratadas apenas como trabalhadoras.

Essa diferença foi se revelando gradativamente em alguns comentários que sugeriam diferenças entre protetores, que partiam sempre dos voluntários em relação aos outros, já que os remunerados não costumavam falar sobre isso. “Ele (ou ela) recebe dinheiro para fazer

aquele trabalho”, embora aquela que rotulasse outra de trabalhadora remunerada muitas vezes não tivesse a mesma assiduidade que a tida como simples trabalhadora demonstrava, nem o comprometimento que a levava a executar o trabalho para além do que fora previamente definido.

Essa diferença também era sinalizada pelas prestadoras de serviço, já que elas costumavam atender às indagações, muitas vezes, justificando o grau de responsabilidade que tinham sobre determinado assunto, o porquê de ainda não terem feito algo e quando fariam. Os valores envolvidos me pareciam pequenos, mas não posso estimar o quanto é muito ou pouco para cada pessoa, porque a maior parte delas parecia dispor de poucos recursos financeiros. Elas costumam chegar ao local de trabalho sem gastos, por terem mais de 65 anos ou algum problema de saúde que lhes dê isenção de tarifas, ou ainda por residirem próximo ao local de trabalho e chegarem caminhando.

É difícil contabilizar a proporção entre os voluntários e os prestadores de serviço porque esta última é uma condição pouco valorizada, o que leva quem se encontra nela a ocultá-la. Em geral, essas prestadoras de serviço são pessoas habilidosas com os animais, que às vezes conseguem ter mais compreensão do comportamento e do que eles estão comunicando com movimentos corporais e sons emitidos do que outras que são levadas àquele tipo de trabalho apenas pela compaixão pelos abandonados. Essas pessoas podem até ser escolhidas aleatoriamente, mas o “gosto pelos animais” que aparentem ter é o principal fator de efetivação no trabalho.

Quando, por exemplo, em determinados momentos os protetores voluntários se juntam para realizar algum tipo de trabalho pelos animais, com a perspectiva de melhor gerenciar e potencializá-lo, mas se verifica um descompasso entre as intenções e as condições práticas para a elaboração dele, as prestadoras de serviço surgem como o elo que possibilita essa integração. As perspectivas pessoais mudam, as pessoas mudam de planos, mudam de residência e de emprego, ou mesmo o perdem, adoecem – muitas das vezes em decorrência do trabalho com os animais - e muitas outras coisas acontecem durante determinado intervalo de tempo, seja ele de semanas, meses ou anos. E quando isso ocorre e quem se ausenta pretende colaborar financeiramente, novamente estão as prestadoras de serviço ocupando essas lacunas que permitem a manutenção de uma complexa rede de pessoas.

Algumas dessas prestadoras de serviço usam tal atividade como complemento da renda oriunda de aposentadoria ou de pequenas atividades informais. Conheci um homem que nos dias comerciais, quando o centro da cidade do Rio de Janeiro fica bastante movimentado,

revendia biscoitos de polvilho pelas ruas e nos finais de semana recebia certo valor para auxiliar um grupo de pessoas que cuidavam de gatos que vivem no Campo de Santana.

Durante o trabalho, essas diferenças aparecem em situações que exigem tomadas de decisões, como o encaminhamento de um animal para clínica veterinária e a assunção das responsabilidades financeiras; quando as prestadoras de serviço evitam participar de discussões sobre a forma de trabalho; ou ainda nas formas de tratamento relativas à divisão de responsabilidades – que podem ser mais ou menos participativas, de acordo com a posição relativa de cada uma. “O meu compromisso é com os animais” ou “estou aqui pelos animais, por isso, não me incomodo com as broncas” são formas de evitar o envolvimento em discussões e de indisposição com aquelas que pagam pelos serviços.

Comecei a perceber algumas diferenças funcionais em determinados lugares onde as pessoas trabalhavam em grupo, quando as remuneradas me sugeriam conversar com as que lhes pagavam, talvez imaginando que eu estivesse interessado mais no discurso e descrição interpretativa do trabalho do que propriamente na sua execução, e eu respondia que preferia acompanhar o trabalho. De certa forma, tais sugestões estavam relacionadas aos graus de instrução formal da pessoa indicada, como por exemplo: “aquela pessoa sabe explicar melhor. Ela é professora, ...É médica, ...É bióloga, ...É advogada, ...É arquiteta, etc”.

Contudo, na execução do trabalho propriamente dito, o fator de maior relevância na tomada de decisões e iniciativas era o tempo de trabalho de cada indivíduo com a proteção animal e o correspondente reconhecimento construído, o que fazia desaparecer outros tipos de distinção, principalmente os que se baseavam no suposto tipo de motivação que levava cada pessoa àquele trabalho, suspendendo provisoriamente a diferença entre voluntário e prestador de serviço.

Na área metropolitana do Rio de Janeiro, tem sido construído certo grau de institucionalização da proteção animal, caracterizada pela efetivação de práticas econômicas que demonstram uma divisão do trabalho. Existe um homem cuja atividade regular de trabalho é resgatar animais nas mais diversas situações: em cima de árvores; debilitados que precisam de ajuda, mas não permitem aproximação; que fogem de casa; entre outras situações. Por cada resgate, ele recebe pagamento, embora também faça trabalhos voluntários. Entretanto, tal trabalho desperta alguns comentários, como o que ouvi de um médico veterinário que o criticava e dizia que ele não deixa claro publicamente que o seu trabalho “não é filantrópico”. Há também abrigos que cobram pela hospedagem de animais retirados das ruas por quem não dispõe de espaço para acomodação.

O trabalho declaradamente remunerado dentro da proteção animal, além do exercido pelo médico veterinário, apesar de útil, desperta alguma resistência, como se fosse a distorção de algo imaginado para ser voluntário e despretensioso. Entretanto, antes de fazer qualquer consideração sobre tal resistência, é conveniente lembrar que quem faz a crítica talvez a faça com receio de perder o controle sobre aspectos que estiveram monopolizados pelos profissionais diplomados que, com o auxílio dos assistentes, controlavam desde a captura até a acomodação de animais em clínicas.

Entre pessoas que praticam a proteção aos animais sem interesses profissionais, essa fragmentação de atividades parece ser bem aceita, porque atende às demandas que surgem no cotidiano de forma bastante pontual e dinâmica, com custo inferior ao praticado pelos profissionais diplomados e por clínicas. As críticas a isso, às vezes têm fundamento quando envolve doses de medicamentos e tratamentos que podem ser mal direcionados, mas em muitas situações parece ser a “autoridade técnica” que parece ficar ameaçada com a propagação de conhecimentos que são tão efetivos na resolução de uma série de problemas de saúde de animais quanto os prescritos por “profissionais técnicos”.

Assim, é possível perceber diferenças entre trabalhadores da proteção animal: há um lado voluntário, também visto como altruísta, que corresponde à maior parte da força de trabalho; há uma parcela que recebe algum tipo de remuneração, mas são valores modestos que mais servem para auxiliar na própria execução do trabalho, nos deslocamentos e na alimentação, e acaba se diluindo e se confundindo com o trabalho voluntário, ainda mais porque quem se encontra nesta condição não costuma declará-la publicamente; e há uma pequena parcela que começa a entrar em processo de institucionalização e se declara como atividade econômica. Dependendo da extensão do trabalho e da quantidade de pessoas envolvidas, pode ocorrer alguma divisão do trabalho.

O fator de distinção dessa atividade era o recebimento de algum valor por algo que alguém faria espontaneamente, mas imagino que esse cálculo seja um pouco complexo, porque também é preciso considerar a origem dos recursos aplicados em prol dos animais, que pode ser dividido entre alimentação, medicamentos e execução do trabalho. Se os recursos não forem doados por uma única pessoa ou instituição, mas por uma coletividade que se dispõe a contribuir, de certo modo, todos os que trabalham com esses recursos estão trabalhando por outras e para outras. Ou seja, o aspecto remuneratório ganha ênfase quando visualizado em pequena escala, pois se a rede de contribuintes produz uma aparência de diluição e o fator econômico perde sua evidência objetivada pela unidade monetária, ele não é questionado.

II.5 – O trabalho de descaracterização do abandono

Por meio dessas diversas conexões entre pessoas que se engajam nos cuidados aos animais urbanos, com as diferentes conotações de abandono, o principal desafio quando os animais são mantidos em locais abertos é alterar as condições em que vivem e manter uma regularidade para que a sensação mais acentuada de abandono seja desconstruída. Apesar disso, eu ouvi em muitos momentos a descrição dos gatos do Campo de Santana como animais abandonados, mas me parecia uma acepção de abandono direcionada ao que está desvinculado da ideia de propriedade ou de pertencimento por direito a determinado espaço.

Uma tentativa de ter algum tipo de controle sobre esses animais em locais abertos é a formalização dos chamados animais comunitários, pela Lei Municipal do Rio de Janeiro nº 4.956/2008, que define como:

Art. 1º - [...] aquele que, apesar de não ter proprietário definido e único, estabeleceu com membros da população do local onde vive vínculos de afeto, dependência e manutenção; Art. 4º - Serão responsáveis-tratadores [...] aqueles membros da comunidade que com ele tenham estabelecido vínculos de afeto e dependência recíproca e que para tal fim se disponham voluntariamente [...].

Esta parece ser uma proposta de gerenciar isso sem levar à reclusão, mas essas experiências devem ser bastante desafiadoras e precisam conviver com a oposição. Em determinados lugares existem pessoas que não simpatizam com o trabalho voltado para os animais e sugerem a interrupção da alimentação como uma forma de afastá-los do local. Por outro lado, as pessoas que alimentam os animais costumam dizer que a simples interrupção da distribuição de alimento não é suficiente para evitar os indesejáveis, porque, pela forma como se costuma descartar o lixo nas cidades brasileiras, podem surgir ratos e, entre estes e os gatos, os felinos não representam grandes riscos para a saúde humana como os roedores.

Regras definidas por administrações de parques e praças públicas, por convenções de condomínios ou a simples resistência de outras pessoas representam obstáculos para quem se dispõe a alimentar animais errantes, sendo a retirada de vasilhas com alimentos e água e de abrigos improvisados as formas mais comuns de demonstração de insatisfação. Interferir na estética dos espaços públicos com recipientes, sacos plásticos e pedaços de papel utilizados para acomodar os alimentos, ou mesmo quando o alimento é colocado diretamente no solo, está entre as principais críticas direcionadas às pessoas que alimentam os animais.

A “profanação do espaço dos mortos”, que aparecia no cemitério parisiense como uma crítica ao trabalho das pessoas que cuidavam dos gatos (DELAPORTE, 2007, p. 6) tem seu equivalente na “profanação dos monumentos tombados e da estética dos espaços urbanos”. O

trabalho de alimentar animais em locais públicos costuma encontrar algum tipo de resistência, e um dos argumentos que aparecem regularmente tem a ver com a normatização da utilização do espaço, que pode estar articulada com a preservação dos monumentos, em se tratando de espaços tombados, ou com a noção de saúde pública, quando se refere aos animais nas ruas e em outros locais abertos.

Embora tenha adquirido diferentes conotações, a ideia de abandono tem sido um forte referencial que orienta as pessoas que desenvolvem trabalhos com os animais em áreas urbanas. É ela que conecta diferentes trajetórias de animais e humanos, e destes entre si, cujos desdobramentos visam modificar as condições e influenciar outras pessoas para que essa integração, ou reencontro dos humanos com a “natureza”, que fica representada pelos espaços verdes nos centros urbanos e seus animais, possam ocorrer. Porém, quando a isso se junta uma noção de proteção que visa impedir que o contato dos animais com a diversidade humana seja permeada por uma agressividade humana residual que ameaça esse convívio, o desfecho pode ser a reclusão dos animais tidos como mais abandonados – que no Campo de Santana eram os gatos – em espaço fechado, independentemente das projeções que apontavam um desfecho semelhante ao verificado em outros abrigos para cães e gatos.

A cidade tem seus espaços de encontros onde diversidade urbana troca suas impressões, desconstrói ou reforça seus múltiplos estereótipos. Entre os encontros e desencontros, o ritmo da cidade segue alternando sua intensidade e modificando as configurações constituídas entre seus diversos habitantes, humanos e não humanos. No momento em que a cidade do Rio de Janeiro se prepara para receber eventos esportivos de destaque internacional, o seu centro sofre intervenções em nome de uma limpeza estética, que articulada com uma proposta bem peculiar de proteção, levou os gatos para um abrigo e talvez ainda tenha novos desdobramentos relacionados aos moradores de rua.

Capítulo III

Propostas e tipos de acomodação para animais

III.1 – Orientações classificatórias na rotulação dos espaços

Seguindo a tipificação que nos fizemos partir dos animais de fazenda e passar pelos de companhia, neste ponto do texto é pertinente retomar essas rotulações para mostrar que apesar de elas parecerem muito formais e antiquadas, quando contrastadas com o dinamismo dos dados etnográficos, são referências importantes na definição das ações e, em parte, explicam as dificuldades que cada um dos segmentos encontra durante o trabalho.

Os tipos de acomodação para animais mostrados neste capítulo são um santuário, com uma breve explanação sobre a concepção de proteção em que eles se constituem; uma seção dedicada a vários espaços onde são mantidos cães e gatos retirados das ruas; e a descrição de um local para recebimento de animais silvestres. A partir desses três modelos que atendem a “animais de fazenda” que não serão consumidos, a “animais de companhia” que ficaram desacompanhados pelo abandono, e a “animais silvestres” que foram impedidos de ser transformados em animais de companhia, foi possível comparar as propostas políticas que passam por essas questões classificatórias.

O trabalho de campo nessas condições resumiu-se a visitas, na maior parte das vezes únicas. No santuário e no local de recebimento de animais silvestres existe a preocupação de não incomodar os animais, e nos abrigos para cães isso se impõe porque os diálogos com os responsáveis podem ficar inviáveis com os latidos simultâneos de dezenas ou centenas de cães. Parte das informações é complementada com conversas fora desses locais, antes ou depois das visitas. Com isso, possivelmente há um aspecto discursivo que ganha destaque nessas condições que não foi possível identificar, já que foram as condições possíveis encontradas para a pesquisa.

III.2 - Proposta dos santuários e detalhes sobre um deles para animais de fazenda

Há uma série de empreendimentos que recebem o nome de santuário. Eles são espaços de acolhimento para animais quando a recondução para a vida em liberdade é julgada inviável. São animais que estiveram em circos, zoológicos, como animais de estimação, e em outras situações possíveis, que os fizeram perder ou não desenvolver certas habilidades próprias das suas espécies. São espaços fechados, com extensões que podem variar de um empreendimento a outro, onde se recria um ambiente semelhante ao que os animais

conheceriam em seus habitat, com adaptações para induzi-los a praticar atividades, e não se permite visitação.

A maior parte dos santuários se destina a receber animais silvestres nas condições acima citadas e os chamados exóticos, que também podem ser classificados como silvestres, mas são oriundos de regiões do planeta distintas daquelas em que estejam vivendo, o que inviabiliza a soltura deles em espaço aberto, devido ao impacto que podem causar sobre as relações ecológicas já existentes nos espaços disponíveis e à falta de condições ou recursos para levá-los ao habitat de origem. O principal fator que leva os animais aos santuários é a inadaptação à vida livre. No discurso oficial, tanto daquele que obteve autorização para entrar quanto dos outros dois, os animais são mantidos pelo restante de suas vidas, não havendo transferências depois de instalados.

Figura 57 – Santuário dos Grandes Primatas em Sorocaba-SP



Fonte: <http://www.projetogap.org.br/santuarios-afiliados/sorocaba>

Diferentemente do que eu imaginara quando comecei a procurar informações sobre os santuários, embora eles realizem trabalhos de estímulo do comportamento habitual das espécies em liberdade, a proposta principal deles não é reconduzir esses animais à vida em liberdade. Esse trabalho tem o propósito de estimular os animais a procederem de forma similar a que fariam em seus habitat de origem, sem a expectativa de que aprendam tudo de modo satisfatório. É apenas uma proposta de reaprendizagem dos hábitos tidos como naturais, que representa uma mediação entre o cativeiro tradicional e a vida em liberdade.

Fiz contatos com três santuários e o único que a administração permitiu a minha entrada foi o Santuário das Fadas, localizado em Petrópolis-RJ, na Região Serrana fluminense. Os administradores do Santuário Ecológico Rancho dos Gnomos, localizado em Cotia-SP, me responderam que não estavam “participando de trabalhos de escolas e universidades”, por não disporem de tempo, e que as informações que poderiam me fornecer estavam disponíveis na página eletrônica da instituição. O Santuário dos Grandes Primatas,

localizado em Sorocaba-SP, por integrar uma rede internacional de apoio aos primatas com quatro unidades desse tipo no Brasil, tem um serviço de atendimento ao público.

Diante de uma nova tentativa frustrada de visitar um santuário, mas dessa vez contando com um serviço de atendimento ao público, a responsável por isso, Jaqueline Ramos, se dispôs a responder a todas as perguntas que encaminhei. Foi uma situação curiosa, porque eu tinha que elaborar perguntas a partir do que eu imaginava ser um santuário e não do que ele se revelasse aos meus olhos. Com os primeiros contatos tive alguma ideia da divisão do espaço e a partir dali fui elaborando algumas perguntas, que foram todas respondidas, até que percebi que a interação por correio eletrônico era bastante limitadora e não haveria mais progresso a partir daquele ponto.

Comparando as informações que me foram passadas em 2011 com recente verificação na página eletrônica da instituição, o número de animais praticamente se manteve. Aquela é uma das unidades do Projeto dos Grandes Primatas (*Great Ape Project - GAP*) e tem 48 primatas, nove leões, três ursos e dois tigres. Com exceção de um leão que fora de zoológico, os demais ursos e felinos foram de circos.

Em 22 de outubro de 2011 enviei algumas perguntas mais específicas, que foram respondidas três dias depois:

PS: O tratamento que se dá a cada animal é sempre individual ou há algum trabalho em grupo (que pode ser dividido por espécie, faixa etária, procedência, etc.)?

JR: *No caso dos chimpanzés: é feito mais individualmente, pois cada um tem um histórico de vida único e diferente. Quando é possível, depois de um tempo, juntar duplas ou grupo, o trabalho passa a ser mais no grupo, mas sempre com o acompanhamento individual.*

PS: Em geral, qual a maior dificuldade de recuperação, entre os animais oriundos de circos ou de zoológicos?

JR: *Problemas psicológicos, principalmente de animais que vivam em exibição em zoológicos. Existem casos mais graves que o animal fica dependente de remédio para controlar ansiedade/depressão.*

Intrigado com a informação passada durante os primeiros contatos, sobre a presença de grandes predadores, perguntei se isso causava algum desconforto aos primatas:

PS: Os felinos e ursos ficam separados dos primatas, ou eles conseguem se avistar mutuamente?

JR: *Ficam separados. Dependendo do recinto, alguns chimpanzés podem conseguir avistar e/ou ouvir, mas de longe, justamente para evitar estresse.*

Pensando nisso algum tempo depois, imagino que talvez soasse mais estranho para o pesquisador do que para os primatas. É difícil saber qual a noção de predação há entre animais nascidos e criados em cativeiro, que às vezes convivem entre si separados apenas por grades

ou paredes. Talvez o contato com cuidadores e visitantes seja mais inquietante do que com outros animais presos em recintos fechados.

Em outra mensagem encaminhada em 27 de outubro de 2011 e respondida quatro dias depois, pergunto sobre o trabalho propriamente dito com os animais:

PS: Como os profissionais que atuam diretamente com os animais denominam o trabalho que realizam (exemplo: recuperação da autoestima, ressocialização, etc)?

JR: *É um trabalho de resgate, recuperação e cuidado no dia a dia.*

PS: Inicialmente, cada animal fica isolado enquanto passa pelo processo de reintegração à natureza, e qual a extensão dos cômodos onde ficam?

JR: *Os animais que vão para os santuários afiliados ao projeto GAP¹¹ não são reintegrados à natureza. São espécies exóticas e de cativeiro que, infelizmente, não têm condição de voltar a viver em seu habitat. De uma forma ou de outra já dependem do homem para sobreviver. A função do santuário é proporcionar um lar em cativeiro com as melhores condições de vida possível, prezando o seu bem-estar. Todo o animal novo que chega ao santuário passa por uma avaliação geral de saúde e fica um período de, no mínimo, um mês em observação pelos profissionais, antes de se iniciar qualquer contato maior ou integração com outros animais. Isso é um procedimento padrão, exigido inclusive pela legislação. Os recintos (não chamamos de cômodos) são amplos, variando de 1.000m² a 3.000m², em média. Mas na verdade são bem maiores, pois todos são interligados, o que permite que os animais usufruam de um grande espaço.*

Logo depois disso, consegui fazer contato com Patrícia Fittipaldi, fundadora e administradora do Santuário das Fadas, que concordou com a minha presença. Dois anos depois, quando finalizava esta tese, voltei a fazer contato com a instituição voltada para os grandes primatas porque um dos seus hóspedes, o chimpanzé Jimmy, fora transferido do zoológico de Niterói-RJ ainda em 2011 e essa história foi resumida no quarto capítulo, porque mostra um tipo de estratégia jurídica que tem sido usada por militantes, e também por isso essa breve descrição das instalações e propostas de trabalho nesta seção. Desta última vez, não obtive resposta.

Embora as três instituições ostentassem a palavra “santuário” na denominação oficial, havia propostas distintas em cada uma delas. O projeto de apoio aos grandes primatas, que teve a iniciativa de dois filósofos, a italiana Paola Cavaliere e o australiano Peter Singer, a partir de um livro editado por ambos em 1994, intitulado “*The Great Ape Project: Equality Beyond Humanity*”, ganha certa repercussão porque, apesar de não ser o seu argumento principal, ele evoca um apelo conservacionista relativo a espécies que sofreram significativas reduções populacionais provocadas pelas restrições de espaço impostas pelas fronteiras internacionais e pela caça; ao passo que o Santuário Ecológico Rancho dos Gnomos e o

¹¹ Originalmente “Great Ape Project”, mas para manter a sigla em português ela foi adaptada para “Grupo de Apoio aos Primatas”.

Santuário das Fadas têm discursos articulados de forma mais direta com o movimento denominado de abolicionismo animal.

Essa ideia de abolicionismo será discutida com mais detalhes no quarto capítulo. Grosso modo, ela se caracteriza a partir das articulações acadêmicas interdisciplinares com um forte movimento internacional de militantes, que propõe um tratamento para os animais que não os tome como simples objeto de interesse humano, mas como seres que sofrem e têm sentimentos, tal como os humanos. O segmento dessa discussão tido como mais brando é chamado de bem-estarista, cujo integrante a receber as maiores críticas é Peter Singer.

Aqueles rotulados de bem-estaristas argumentam que as mudanças na forma de olhar para os animais é um processo em que se precisa admitir a convivência entre antigas práticas e os novos procedimentos para que as mudanças sejam consistentes e educativas, enquanto os que se veem como abolicionistas mais radicais, cujo representante acadêmico mais destacado é o jurista estadunidense Gary Francione, propõem uma transição menos flexível. Essa polarização é mais um recurso discursivo do que propriamente uma segmentação, porque bem-estarismo é uma definição pejorativa que não é autoatribuída e o abolicionismo animal é o movimento que agrega todas essas pessoas em torno da discussão sobre a capacidade de sofrer presente em todos os seres sencientes.

De algum modo, todos esses santuários estão inseridos nessa concepção abolicionista, porque alguns autores que escreveram os artigos publicados no livro editado por Cavaliere e Singer dialogam entre si em torno das noções de abolicionismo e bem-estar animal. No entanto, o argumento do projeto de apoio aos grandes primatas adquire uma conotação conservacionista que transcende o abolicionismo enquanto um movimento de militância que questiona as prerrogativas humanas sobre os animais, porque ele também ganha legitimidade dentro de um movimento global conservacionista em que estão articulados militantes, acadêmicos, instituições privadas, corporações transnacionais e os Estados nacionais.

Por outro lado, os santuários das fadas e o dos gnomos apresentam a ideia de abolicionismo de uma forma mais centralizada. Eles partem da premissa de que os animais devem ter determinados direitos, principalmente a liberdade, e não devem ser objeto de entretenimento para os humanos. Eis uma das razões para se restringir a entrada de visitantes, o que os distingue de circos, zoológicos e parques onde animais estão entre as atrações. O Santuário Rancho dos Gnomos acolhe animais que viveram em circos e zoológicos, entre outras possibilidades, e o Santuário das Fadas recebe os chamados animais de fazenda.

Fundado em 2007, em Petrópolis-RJ, o Santuário das Fadas tem como proposta receber animais de fazenda, ou seja, aqueles que tradicionalmente compõem o cardápio

humano ocidental, como vacas, cabras, porcos, galinhas e patos, ou que têm um papel de auxiliar nos trabalhos, como os cavalos e burros. No local também há bodes que foram recolhidos de rituais de sacrifícios ou foram adquiridos antes que se tornassem objeto de oferenda, através da compra ou de ameaças de denúncia de “maus-tratos” que convenceram os antigos proprietários a cedê-los.

Na condição de militante vegana, a médica veterinária Patrícia Fittipaldi pensou no santuário como um espaço para receber diversos animais que estivessem submetidos a maus-tratos ou explorados, que poderiam ser cadelas criadas para gerar filhotes que depois seriam vendidos, animais tracionando carroças, animais expostos à venda, animais que seriam abatidos, entre outras situações consideradas inadequadas pelos militantes, que lhes oferecesse outro estilo de vida.

Figura 58 – Caprinos e bovinos que vivem no Santuário das Fadas



Fonte: Arquivo pessoal.

Ela costuma dizer que pensava encontrar na universidade outras pessoas que também gostassem de animais, mas ficou decepcionada ao longo do curso, porque não percebia toda a empatia que imaginara haver entre médicos veterinários e os animais, quando o aspecto econômico parecia ser predominante. Foi na militância pelos animais que, segundo ela, encontrou o tipo de conexão com os animais que imaginara encontrar na medicina veterinária. Atualmente, ela vive com o marido naquela propriedade localizada na cidade de Petrópolis-RJ cuidando dos animais com o auxílio de um funcionário e algum voluntário que surge aleatoriamente.

Juntamente com outras pessoas, ela costuma estar envolvida em atos públicos de protesto: um contra a exibição de aves que compunham uma exposição em galeria de arte, alguns contra os rodeios no interior do estado de São Paulo e as vaquejadas na cidade de Duque de Caxias-RJ, e recentemente contra as condições em que vivem os cavalos e bodes utilizados em passeios turísticos em Petrópolis-RJ. Também costuma protestar contra redes

internacionais de lanchonetes, porque os hambúrgueres são feitos com carne de animais submetidos a tratamentos violentos. Neste último tipo de protesto, os militantes costumam levar cartazes e faixas falando do sofrimento dos animais, além de servirem sopa de legumes na porta das lanchonetes.

No santuário, a prioridade é oferecer tranquilidade e privacidade aos hóspedes, que permanecerão lá até o final de suas vidas, como Patrícia costuma enfatizar. Os recursos para manutenção das instalações e alimentação dos animais é resultado de doações que são solicitadas pela *internet* e podem ser feitas em forma de apadrinhamento de determinado animal, que tem um custo mensal estimado com valor variando de acordo com a espécie, ou de outra forma para quem não consegue se adequar a alguma das categorias de padrinhos e madrinhas, mas deseja contribuir. Em todas as formas de contribuição, a falta de regularidade é o principal desafio administrativo com que a instituição precisa conviver.

Figura 59 – Patrícia ao lado de bezerros em imagens de divulgação



Fonte: Patrícia Fittipaldi.

Patrícia usa a sua simpatia nas fotografias ao lado dos animais que são expostas no perfil do Santuário das Fadas no *facebook*. Essa é uma das suas ferramentas para manter sua página com atividades constantes, possibilitando a

interação com um grande público e a divulgação do que está sendo feito em cada momento. Muitos comentários são feitos, que não se restringem aos animais, mas também à sua beleza e simpatia.

Para incentivar os doadores a manterem a regularidade, Patrícia abre as portas da propriedade para receber os padrinhos e madrinhas nos finais de semana. Isso contraria um pouco o princípio de não intervir na privacidade dos animais, mas é uma forma de mostrar o que está sendo feito com o dinheiro das doações e estimular a regularidade. Este é um dos pontos em que ela precisa ser flexível para reduzir as possibilidades de descontinuidade de receita.

Dentro da ideia de abolicionismo, Patrícia costuma dizer que uma das regras que ela estabeleceu é não intervir nas relações entre mães e filhotes. Como as pessoas na propriedade não consomem o leite das vacas, na condição de veganos, as fêmeas prenhes que chegam à propriedade amamentam seus filhotes até estes se desinteressarem pelo leite, já que não há

utilidade para o leite nem qualquer expectativa de controle sobre ganho de peso e outros parâmetros usados pela indústria da carne que justifiquem a intervenção nesse processo. Alguns desses filhotes não resistem porque são resultados de processos gestacionais delicados ou porque a mãe morre sem amamentá-los logo depois do parto, faltando o colostro já citado no primeiro capítulo por Maurílio.

Quanto à origem, os animais têm as mais diferentes procedências. Apesar de dizer que os cães e gatos não estão entre as suas prioridades, Patrícia diz que toda a sua trajetória começou com eles: “Comecei meu trabalho ajudando cães e gatos que eu encontrava pela rua e depois começaram a aparecer outros animais na minha vida”. São várias histórias dos animais que se misturam com a própria história dela, já que nos relatos aparecem detalhes de quando cada animal foi encontrado, em que condições e o que ela fazia no momento.

Figura 60 – Aves e porcos separados em cômodos distintos no Santuário



Fonte: Arquivo pessoal.

Em relação aos outros animais, os cães representam o ponto de dissonância. Eles ficam em volta da casa e são barulhentos. Correm em grupo latindo quando avistam qualquer movimento, na estrada que costuma ter pouco movimento, e quebram um pouco o ritmo da propriedade, que se não fosse por eles seria bem silenciosa. Também há alguns gatos, que ficam soltos na propriedade durante o dia e à noite são recolhidos para evitar que se dispersem pelo mato. Cães e gatos também são deixados no portão da propriedade com certa frequência. De todos os animais na propriedade, só estes são encaminhados para a adoção.

Alguns dos animais são resultados de “apreensões” que ela realizou em situações que considerou maus-tratos, como um coelho que estava sendo comercializado em uma feira, e ela, acompanhada por outra militante, disse pertencer à fiscalização ambiental e o levou. Que chegaram a ela nessas condições, ainda existe uma vaca que foi encontrada ferida e faminta na entrada da sua propriedade, cujos proprietários tentaram recuperá-la, mas foram ameaçados

de denúncia por maus-tratos aos órgãos públicos; um cão que estava sendo comercializado em feira e uma cadela que era reprodutora de filhotes para a venda.

Quando esse argumento não convence, a ameaça de denúncia por maus-tratos acompanhada de uma proposta de compra por valor abaixo do pretendido pelo proprietário, para que a denúncia não seja efetuada, é outra estratégia. Há um bode que seria utilizado para fazer churrasco e fora encontrado faminto, que foi adquirido nestes termos; e um casal de porcos que foi adquirido quando ainda bem pequenos, que estavam sendo criados para abate em condições que ela considerou precárias. Entrar em alguma propriedade para recolher animal que esteja em condições inadequadas também está entre os métodos de atuação, mas nestas situações é preciso apoio de outras pessoas, que pode ser o marido ou amigos.

O sacrifício religioso de animais também está entre as situações combatidas por vários militantes. Este tem sido um dos pontos que estão recebendo muitas críticas da militância, que vai desde as manifestações até as propostas e leis que impeçam isso. Dos animais sob os cuidados do Santuário das Fadas, alguns deles têm relação com sacrifícios. Há um cabrito que foi encontrado com perfurações que se imagina ter escapado de um ritual, que recebeu cuidados e se recuperou. Este animal ficou com sequelas e tem dificuldade para caminhar. Quando indagada na Câmara Municipal do Rio de Janeiro durante uma apresentação no “Fórum QuartAnimal” Patrícia disse: “Não sou contra a religião. O meu problema é com o sacrifício”. Também há uma galinha que foi retirada de uma oferenda.

Alguns animais chegam à propriedade em forma de doação, como alguns papagaios, que passam os dias reproduzindo os sons que ouvem, dentre estes os latidos dos cães; uma calopsita solitária, e um galo branco que ficava separado das demais aves por ser mais frágil, já que era um animal desses produzidos por meio de diversos cruzamentos genéticos para abate, e o rápido ganho de peso é acompanhado de problemas de saúde que se apresentam ao longo de tempo. Quando o galo foi deixado, a pessoa que o levou entregou biscoitos e queijo, que era a alimentação com a qual ele estava mais habituado. Também há um coelho que Patrícia supõe ter sido dado como brinde ou usado em algum tipo de decoração na semana da páscoa, que ela encontrou próximo à casa dos seus pais na cidade do Rio de Janeiro.

Animais recebidos de órgãos públicos, como o Centro de Controle de Zoonoses do Rio de Janeiro, também estão na propriedade. Esses animais são recolhidos por fiscais, se estiverem vivendo em condições classificadas como maus-tratos e, se os proprietários não pagarem as multas e se comprometerem tratá-los de forma diferente, eles são doados a instituições de proteção aos animais, depois de cumpridos determinados prazos definidos pela legislação municipal. Apenas pessoas jurídicas podem receber estes animais.

Não houve tempo para investigar o trâmite jurídico-administrativo que compõe estes casos, mas parece que a não reclamação do animal pelo antigo proprietário não costuma ocorrer porque haveria a possibilidade de ser processado judicialmente por maus-tratos. Disso, surge uma população de animais de grande porte sob a responsabilidade de órgãos públicos, como bois e cavalos, que precisa ser escoada para ceder lugar a outros que estejam passando pelos mesmos problemas.

Em novembro de 2011, quando estive naquele santuário, ao longo da estrada havia muitas marcas do grande volume de água que destruiu muitas casas e provocou mortes na Região Serrana fluminense, no início daquele ano. Uma parte do santuário também foi atingida, sendo o curral dos bois e vacas a parte mais danificada. Alguns dos animais que vivem naquele local foram acolhidos naquele momento. Ela mencionou a história de uma égua que pertencia a um criadouro de animais para competição que estava soterrada e foi socorrida por ela, em que foi constatada fratura em um dos membros. Ela disse que se disporia a receber a égua se os proprietários não mais a quisessem, mas o animal acabou sendo submetido à eutanásia por médica veterinária a serviço do proprietário.

Os animais silvestres do entorno da propriedade também aparecem por lá. Gambás, aves feridas e cobras são visitas frequentes, que são afugentadas, quando se trata de cobras, ou são tratados e devolvidos à mata os feridos. Em meio a tudo isso, ainda surgem pedidos de resgate, que não são atendidos por falta de veículos de transporte, de recursos com tal finalidade e de espaço para acomodação de todos os animais que aparecem.

Todas essas histórias estão baseadas em relatos seus, que ouvi quando conversamos pessoalmente na propriedade e em duas apresentações suas em que estive como espectador, uma na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e outra na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Essas apresentações costumam ser bem dinâmicas, onde ela expõe fotografias dos animais quando chegaram e depois dos cuidados que receberam. O roteiro que ela segue vai de acordo com a ordem em que as fotografias são colocadas e há interação com o público constantemente.

A propriedade é composta pela casa e por um relativamente amplo espaço externo, que fica um pouco limitado pela inclinação do terreno, como é possível perceber na figura 58. Só alguns cães e gatos frequentam o interior da casa. Na parte externa, as espécies ficam divididas pelo porte e características: vacas, bois e cavalos ocupam o mesmo espaço, que é separado dos bodes e cabras, enquanto galinhas, galos, patos e coelhos ficam em espaço cercado com tela e um pequeno lago para as aves aquáticas. Os coelhos precisam de atenção especial porque eles cavam buracos e conseguem fugir. As aves se deixadas soltas podem se

dispersar pela vegetação em torno da propriedade ou serem atacadas por cobras ou aves predadoras.

Até o primeiro semestre de 2013 havia em torno de 125 animais, contabilizados individualmente independente da espécie, mas esses números podem variar constantemente com a chegada de novos moradores ou a morte de outros. A inserção de novos animais é algo que precisa ser contido para que não se crie uma superpopulação e se reproduzam internamente situações que, em princípio, a proposta daquela instituição visa evitar, como a concentração de animais em pequenos espaços, como ocorre em criadouros comerciais e em outros lugares, cuja situação é frequentemente classificada como maus-tratos pela militância.

Figura 61 – Coelhos, calopsita e gatos no Santuário



Fonte: Arquivo pessoal.

O equilíbrio entre segurança e liberdade dos animais é um dos desafios constantes. Animais que são tidos como potenciais fugitivos como os coelhos recebem atenção especial, já que no entorno há propriedades com produção comercial de verduras e legumes em que coelhos podem causar alguns prejuízos. O isolamento das aves também tem a ver com a possibilidade de esmagamento por cavalos ou bois, se compartilharem o mesmo espaço.

Patrícia costuma dizer que por se tratar de animais que resultam de diversos cruzamentos genéticos que visam o aumento rápido de peso, é preciso fazê-los praticar atividades, mas isso é algo difícil de colocar em prática porque a principal atividade que certas espécies se dispõem a realizar depende de espaço para deslocamentos. São situações diferentes das que ficam visíveis na figura 57, em que há brinquedos para os primatas praticarem atividades no santuário de Sorocaba-SP. As características corporais de cada espécie exigem tipos específicos de investimento visando induzir-lhes a praticar atividades.

A propriedade não recebeu grandes intervenções para acomodar os animais. Ocorrem muitas improvisações, como a própria Patrícia costuma indicar, como nos procedimentos cirúrgicos e no recebimento de novos animais, quando alguns chegam e são inseridos entre os

outros, já que não existe um espaço para realizar essa transição. Tal espaço de transição, se existisse, seria para haver uma correspondência com o que ocorre com as espécies silvestres, que foi citado por Jaqueline Ramos, do Projeto GAP, quando elas precisam passar por um período de isolamento antes do contato com outros. No Santuário das Fadas, esta seria mais uma precaução de segurança do que um cumprimento da legislação, já que as normas aplicáveis aos animais de fazenda são emitidas por órgãos vinculados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, enquanto as normas referentes aos animais silvestres são emitidas por aqueles vinculados ao Ministério do Meio Ambiente.

No tratamento dos problemas de saúde dos animais, além do convencional com medicamentos industrializados, Patrícia usa os florais de Bach, que são fórmulas compostas por combinações de substâncias extraídas de flores e ervas visando resolver determinado problemas de saúde, de comportamento e de relacionamento, havendo uma fórmula específica para cada um; a terapia com cristais, que podem ser energizados nas águas das cachoeiras e das chuvas, que depois desse tratamento são colocados dentro das vasilhas onde os animais bebem água; e a homeopatia.

Quanto à interação com os animais e sua proposta de recuperação da confiança que o animal possa ter no ser humano, na sua apresentação na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, ela disse: “Todo animal que recebe carinho, atenção e respeito fica carinhoso e acaba aceitando contato”. Em outro momento durante a mesma apresentação: “As pessoas só dão o que têm a oferecer. Se a energia que têm é boa, será essa que vão passar para os animais, e se for ruim, será passada da mesma forma”. Mais adiante: “Geralmente, depois de uma semana de contato, a gente consegue recuperar a confiança que o animal tem no ser humano e ele descobre que aquelas pessoas que estão cuidando dele não são iguais àquelas que o maltrataram”.

Carinho e gratidão são duas das definições que ela usa para definir a sua percepção sobre os animais, depois de algum tempo sendo cuidados por ela. Em fotografia de divulgação, que ela usa na divulgação do Santuário, há três vacas que são colocadas dentro da área com pasto, que pela sua interpretação estariam confusas e satisfeitas com a chegada à nova moradia que dispunha de mais espaços do que os antigos criadouros onde viviam. Ela costuma dizer que consegue observar bem a gratidão com que os animais se expressam depois de estarem recuperados.

Quando o sol começa a baixar, os animais, ainda na área de pasto onde ficam durante o dia, começam a olhar em direção à passagem por onde se deslocam até o curral onde ficam durante a noite. Berros e mugidos são ouvidos com mais frequência neste momento, que

significa o desejo de ir ao curral e que se aproxima o horário da próxima refeição. Patrícia identifica cada tipo de som, se é uma simples movimentação de final de tarde ou se é um pedido de ajuda para algum incômodo, como a presença de uma cobra ou pessoa estranha, ou problema de saúde no emissor do som.

Outro detalhe que precisa ser observado é o respeito aos limites de contato que os próprios animais estabelecem. Alguns aceitam contato e carinho, mas outros só interagem a certa distância. Quando conversamos no Santuário, Patrícia falava das dificuldades de fazer o animal recuperar a confiança no ser humano, depois de ter sido criado com agressões e com palavras ríspidas. Também existem os problemas de relacionamento entre os animais que precisam ser separados, na maior parte das vezes provisoriamente, para que eles consigam ser inseridos em meio aos outros em tentativas posteriores. Quando estive lá, não havia animais da mesma espécie separados por problemas de relacionamento.

Sobre os animais entre si, Patrícia cita diversas histórias de convivência amistosas, havendo duas vacas que vivem na propriedade tidas como melhores amigas uma da outra. Também existe um galo que já fora utilizado em brigas de rinhas que vive entre outras aves sem esboçar qualquer tipo de agressão. As aves e os coelhos convivem tranquilamente.

Como o objetivo do santuário é proporcionar aos animais melhores condições do que aquelas em que estiveram anteriormente, sem a expectativa de reprodução e escoamento comercial disso, o controle populacional se faz necessário para que a procriação não dê origem a uma superpopulação. Para os equinos, bovinos, suínos e caprinos, a esterilização é feita apenas nos machos, já que a intervenção é menos extensiva e invasiva do que se feita nas fêmeas. Em não havendo animais dos dois sexos em condições férteis, a intervenção nas fêmeas se torna desnecessária.

Para as aves não são usados métodos contraceptivos cirúrgicos como acontece com as espécies em que as crias se desenvolvem no ventre das fêmeas. Apenas a remoção dos ovos é suficiente para que não haja procriação. Porém, algumas conseguem burlar o controle e esconder os ninhos. Quando percebe os ovos já sendo chocados no ninho, Patrícia não costuma intervir, deixando os filhotes nascerem. Quanto ao tratamento do que comporia a produção de uma fazenda, os ovos são doados e os filhotes se encarregam de consumir o leite até que as vacas e cabras não o produzam mais, já que não vai haver estímulo nem novas gestações.

A alimentação dos animais é composta por ração industrializada e capim colhido em outros lugares, quando a área de pasto não tem o suficiente. Há um vizinho da propriedade que produz legumes e verduras com o método chamado de orgânico, ou seja, sem o uso de

fertilizantes e pesticidas industriais, que também fornece os itens sem valor comercial e leva em troca os dejetos dos animais que servem para fertilizar a plantação. Às vezes ela também precisa recorrer a um tipo de produto que a proposta do seu projeto é combater, o leite extraído de vacas em escala comercial. Por diversos motivos, algumas vacas ou cabras não produzem leite para as crias e, nestes casos, é preciso recorrer a vizinhos que têm produção comercial de leite para manter a alimentação dos filhotes ainda em fase de lactação.

Tirar animais da exploração que transforma seus corpos em carne, que os faz produzir leite de forma constante por intervenções humanas, que os torna trabalhadores que recebem apenas a alimentação, que não recebe os tratamentos adequados quando são acometidos por algum problema de saúde, entre diversas outras situações, estão entre as situações que essa militância se propõe a mudar.

A ideia de liberdade em oposição às noções de exploração e maus-tratos é o que movimenta um complexo conjunto de militantes, contribuintes, trabalhadores que cuidam da manutenção das instalações e os idealizadores desses projetos. Pode ser uma ideia muito peculiar de liberdade, já que a lógica da propriedade privada e os diferentes interesses econômicos, que passam ou não pelos animais, impõem os limites a essas propostas, mas é a liberdade possível e aplicável dentro das condições materiais encontradas.

Essas propostas de abolicionismo animal se constituem como projetos viáveis entre militantes e diversas pessoas que talvez não sigam os princípios do veganismo, mas têm suas críticas à indústria da carne e à pecuária de grandes proporções, principalmente ao modo como os animais são criados para atender aos parâmetros de produtividade da indústria. Essa é um tipo de crítica que ecoa em várias direções e possibilita o engajamento de financiadores a esses projetos alternativos.

III.3 - Abrigos, lares e afins para cães e gatos

A denominação “abrigo” aparece com certa frequência direcionada aos espaços usados para acomodar animais. Embora ela não tenha uma aplicação restrita a cães e gatos, é bastante comum estar relacionada ao tipo de acomodação para estas duas espécies. Ela é uma rotulação relativamente neutra, que não costuma ter uma conotação política valorativa ou depreciativa, sendo mais uma forma genérica de classificar determinados tipos de instalação.

O tradicional modelo de “abrigo” para cães e gatos, que pode ser sintetizado como um espaço fechado, administrado por órgãos públicos ou instituições privadas, onde são colocados animais retirados das ruas, começa a ser desconstruído como um modelo aplicável à proteção animal. Dos tipos de abrigos que têm surgido, os “lares” são apresentados como a

alternativa positiva, enquanto as situações depreciadas são chamadas de “depósitos”, “acúmulos” e “coleções” de animais.

A partir de uma investigação que procurou encontrar certo número de acomodações para cães e gatos, que pudessem mostrar a típica diversidade da proteção animal, seguindo uma amostragem aleatória que não definiu previamente critérios socioeconômicos, regiões das cidades, ou qualquer outro, mas apenas seguindo as informações que surgiam durante a pesquisa, cheguei a esses lugares que estão descritos nesta seção. Quanto aos rótulos valorativos ou depreciativos, achei importante considerá-los como referências, a partir das formas como as próprias pessoas definiam o trabalho que realizavam e do que outras pudessem comentar, embora não os tenha adotado como orientação metodológica.

Neste ponto da tese, com exceção da SUIPA e do abrigo “S.O.S. Cãopanheiros”, que são conhecidos e há vídeos, fotografias e informações sobre eles na *internet*, não utilizarei os nomes das pessoas e a localização do que será descrito, apenas a região da cidade, se mais para o centro ou para a periferia. Diferentemente das atividades realizadas em espaços abertos, cuja execução é vista por qualquer pessoa que passe, esta modalidade de trabalho que acontece em espaços fechados costuma ser cercada de precauções.

Tais precauções têm seus fundamentos: esses locais, na maioria das situações, são as próprias residências das protetoras; as leis municipais que tratam de animais de companhia costumam estabelecer o número máximo de dez animais por casa, com exceção das instituições de proteção formalizadas juridicamente; esses locais se amplamente conhecidos podem se tornar pontos de referência para abandono de animais; a vizinhança costuma realizar denúncias aos órgãos públicos sobre excesso de animais e condições de higiene.

A maioria das pessoas que acolhem animais tidos como abandonados não desejou ter um grande número deles, de acordo com o que disseram aquelas com as quais conversei quando perguntadas a respeito do início da trajetória. Uma concentração de cães e gatos pode ter diversas origens, sendo a mais comum delas gradual e não planejada, que se inicia com um simples gesto de ajudar determinado animal e, daquele momento em diante, o olhar para esses necessitados passa a ser mais regular na proporção em que eles surgem feridos ou famintos.

No estado do Rio de Janeiro, há uma grande quantidade de abrigos particulares, cujas instalações, dimensões e condições dos animais variam de acordo com os recursos dos responsáveis e a quantidade de animais. Há alguns que pertencem aos municípios, mas nem todos os municípios possuem abrigos públicos. Desses lugares, começo por aqueles que são administrados pelo município do Rio de Janeiro: o Gatil São Francisco de Assis e o abrigo da

Fazenda Modelo. Em seguida, passo para os abrigos particulares de grande porte e depois para os menores até chegar aos que são chamados de lares pelos seus responsáveis.

O **Gatil São Francisco de Assis** foi construído na Avenida Presidente Vargas, no centro da cidade, especialmente para receber os gatos que viviam no Campo de Santana. Na época da inauguração, ele foi anunciado com capacidade para acomodar cerca de 300 gatos. No seu interior também foram instalados um centro de esterilização vinculado ao programa municipal de controle populacional para cães e gatos; um ambulatório para atendimento dos animais abrigados; e alguns pequenos abrigos em formato semelhante ao da figura 51, distribuídos entre edificações e árvores.

Como citado no capítulo anterior, o projeto do abrigo e a sua localização não foram condições consensuais. Dentre os pontos inadequados apontados por protetores, cabe destacar os principais: o abrigo ficaria entre vias de automóveis bem movimentadas e relativamente barulhentas; havia o receio de que usuários de “crack” que se concentravam nas proximidades pudessem invadi-lo durante a noite; a queima de fogos durante o carnaval também seria um grande inconveniente; e o tipo de tela instalada para delimitar o espaço foi considerada imprópria, pois permitiria escalada e fuga dos gatos.

Apesar disso, os gatos foram instalados lá no final de 2012 e, no processo de transição, a alimentação dos animais continuou sendo fornecida pelos protetores e por doações. Algumas pessoas que antes cuidavam daqueles gatos no Campo de Santana passaram a fazer o mesmo trabalho no abrigo, enquanto outras permaneceram cuidando dos remanescentes que não se permitiram capturar para mudar de residência e os novos abandonados que chegavam ao parque. Funcionários da prefeitura e protetores voluntários dividiam as responsabilidades.

Antes do carnaval de 2012, os gatos foram transferidos para o Centro de Proteção Animal na Fazenda Modelo e não foram reconduzidos de volta ao gatil logo depois do carnaval, como havia sido anunciado pela SEPDA. Isso gerou nova polêmica porque no abrigo onde os gatos ficaram provisoriamente funciona o Centro de Controle de Zoonoses, onde animais com doenças infectocontagiosas são submetidos à eutanásia, e havia o receio de que os gatos não voltariam. Esta e diversas outras polêmicas foram se acumulando na relação entre os protetores e funcionários da SEPDA desde a inauguração do abrigo.

O **Centro de Proteção Animal na Fazenda Modelo**, da SEPDA fica localizado em Guaratiba, na Zona Oeste da cidade, é administrado pelo Centro de Controle de Zoonoses do município do Rio de Janeiro. O nome tem a ver com o projeto inicial desenvolvido naquela propriedade: uma escola de técnicas agrícolas e agropecuárias. Depois disso, no local passou a

funcionar um abrigo para moradores de rua, até que deixou de ter essa função e recebeu algumas secretarias municipais, entre estas a SEPDA e a Secretaria de Saúde.

As instalações foram adaptadas para receber os animais recolhidos pelo Centro de Controle de Zoonoses, que administrativamente estava vinculado à Secretária de Saúde e operacionalmente à SEPDA. Com capacidade para receber cerca de 350 cães, 160 gatos e 25 equinos e bovinos, o abrigo agrega as mudanças conceituais relacionadas aos cães e gatos que ocorreram no município nas últimas duas décadas e mostra a diversidade de orientações que incidem sobre os animais que são levados até lá: políticas de saúde pública e de proteção aos animais definida pela Lei dos Crimes Ambientais - que também são chamadas de “bem-estar animal”. Essa vinculação a duas secretarias também tem a ver com a distribuição orçamentária, pois o maior volume de recursos continuaria na área de saúde.

Aquele abrigo costuma ser objeto de críticas de protetores e instituições de proteção aos animais pelas condições em que os animais ficam abrigados, pela limpeza dos cômodos, por animais considerados saudáveis serem submetidos à eutanásia, e por outras diversas razões. As denúncias formais são encaminhadas ao Ministério Público estadual - já que não caberia serem encaminhadas à SEPDA porque é a administradora do espaço - ou ao Conselho Regional de Medicina Veterinária, pois há profissionais trabalhando no local que estão submetidos às normas daquele órgão. A maior parte dessas denúncias é rotulada de “maus-tratos” por quem as realiza.

O maior abrigo do estado do Rio de Janeiro fica localizado no bairro de Benfica, na capital fluminense, e pertence à segunda instituição mais antiga de proteção aos animais do Brasil, a **Sociedade União Internacional Protetora dos Animais (SUIPA)**, fundada em 1943. O abrigo tem uma população que varia em torno dos três mil animais, em proporção aproximada a 80% de cães e 20% de gatos. A receita da instituição é oriunda de doações dos

Figura 62 – Entrada da SUIPA



Fonte: Google.

associados e outra parte sai das indenizações por serviços médicos veterinários oferecidos pela clínica da instituição, a preços inferiores aos praticados por outras clínicas particulares.

Na sua primeira denominação oficial, no lugar da atual palavra “internacional” havia “infantil” porque os fundadores levavam seus filhos para auxiliar no tratamento dos cães recolhidos das ruas. No final da década de 1950, as crianças deixaram de participar do trabalho e o nome foi modificado. A administração é composta por Diretoria e Conselho Fiscal que são definidas a cada três anos por assembleia de sócios, sendo a presidência ocupada por um dos membros da Diretoria.

No início, os animais eram atendidos em um barracão instalado na Avenida Castelo Branco, que posteriormente passou a ser chamada de Avenida Suburbana e atualmente tem o nome de Avenida Dom Hélder Câmara. Pelo espaço ocupado atualmente pela SUIPA, deduz-se que daquele barracão as instalações foram se expandindo para a parte inferior de um trecho elevado da ferrovia utilizada pelos trens urbanos fluminenses até adquirir o atual formato. O terreno pertence à Prefeitura e está cedido à instituição por tempo indeterminado. Gradativamente, pessoas começaram a se instalar naquela região e depois se formaram as comunidades do Jacarezinho e de Manguinhos com grandes populações atualmente.

Ao lado da SUIPA existe em funcionamento uma escola municipal e, passando ao lado, um canal que recebe os esgotos daquela área. Fiquei imaginando o barulho que chega àquela escola, dos latidos dos cães e do atrito dos trens sobre os trilhos. Os momentos iniciais nas dependências da SUIPA são irritantes, e o primeiro impulso que vem é esquecer a pesquisa e partir, mas depois de alguns minutos os ouvidos acabam se adaptando ao barulho. Os latidos não são constantes. Os cães podem ficar silenciosos por vários minutos e voltar a latir quando avistam algum funcionário ou visitante.

Há cerca de 150 funcionários registrados, entre trabalhadores da manutenção, da área administrativa e da clínica veterinária - que inclui os médicos veterinários e seus auxiliares. As normas trabalhistas são observadas, como o uso de equipamentos individuais de proteção, que consistem em protetor auditivo, botas, aventais, luvas e outros acessórios que podem variar de acordo com a função exercida. Tais cuidados são fiscalizados com certo rigor porque a instituição já sofreu muitas ações trabalhistas.

Sobre o quadro de funcionários, o setor de recursos humanos quando admite alguém costuma avaliar a afinidade da pessoa com os animais. Não é apenas uma relação trabalhista, segunda a Presidente Izabel Nascimento, porque é necessário ir além da formalidade e haver um envolvimento mais consistente. Quando estive na SUIPA em setembro de 2011, fui recebido inicialmente por um médico veterinário, enquanto a Presidente atendia a equipes de reportagens, e em seguida ele me atendeu. Ela contou várias histórias de funcionários, que

mesmo fora do horário de expediente, realizam alguma ação de resgate de animal encontrado nas proximidades da SUIPA, já que muitos animais são abandonados nas proximidades.

Tal como ocorre com os abrigos do município, a SUIPA também é acusada de maltratar os animais com certa frequência, em função da superpopulação. Uma dessas denúncias ocorreu em 2010, e foi investigada pelo Ministério Público estadual e também foi organizada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara Municipal do Rio de Janeiro em dezembro daquele ano com o mesmo objetivo. A CPI se concentrou na ideia de maus-tratos e na precariedade das instalações, enquanto as ações do Ministério Público estadual também incluíram a parte contábil da instituição. Não foi possível pesquisar os desdobramentos formais disso, e ao que me parece não houve punições, mas a Presidente e o funcionário que me recebeu disseram que houve uma significativa queda de receita, com a desvinculação de doadores, devido à investigação contábil baseada em suspeitas de irregularidades nas contas.

Naquele mesmo ano, também foi emitida uma decisão judicial que determinava a gradual redução da população daquela instituição, com transferência para abrigo que a Prefeitura da capital fluminense deveria construir, decisão que foi confirmada em 2011 em instância superior¹². Ao longo do seu tempo de existência, a SUIPA tem servido como uma espécie de abrigo público, para onde animais removidos de lugares como condomínios, imóveis particulares, ou resgatados nas mais diversas situações por Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e Guarda Municipal foram encaminhados.

Quanto às instalações, a clínica mais parece um hospital para animais, com diversos equipamentos e cirurgias acontecendo durante quase todo o horário de expediente, inclusive as ortopédicas com certa complexidade. Imagino que seja uma das mais bem equipadas da área metropolitana. Os associados têm descontos no atendimento, mas qualquer pessoa pode recorrer aos serviços da clínica, pagando valores tabelados de acordo com o procedimento. As pessoas que declararem não ter condições de pagar pelo atendimento, apenas assinam um documento fazendo tal declaração e ficam isentas de qualquer questionamento posterior. Os animais do abrigo também são esterilizados na clínica.

Fui levado pela Presidente até próximo a um dos canis. Ela disse que seria arriscado entrar, e eu não iria insistir diante de tal declaração. Quanto às imagens, o primeiro funcionário que me atendeu disse que estavam sendo contidas por causa das muitas denúncias

¹² Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/justica-manda-prefeitura-construir-abrigos-para-animais-2705303>> e <http://www.ogritodobicho.com/2011/08/vinganca-da-sepda-contra-suipa-foi-um_15.html>. Acesso em: 27 de novembro de 2012.

que ocorriam, por isso não fiz registros. Os cômodos têm diferentes tamanhos e o número de cães ou gatos que ficam instalados em cada um varia de acordo com o espaço. Na parte interna dos canis e gatis há estruturas de concreto onde os animais ficam durante a lavagem dos cômodos. Algumas coisas são improvisadas, como um compartimento próximo à entrada em que os animais em recuperação ficavam acomodados, na época em que estive lá.

Os gatos são menos propensos a se envolver em brigas generalizadas, mas os cães precisam ficar agrupados de acordo com a afinidade entre eles, evitando o contato entre aqueles que demonstrem incompatibilidade entre si. A organização social dos cães segue certas hierarquias, havendo os machos ou fêmeas chamados de *alfa*, que Bradshaw e Nott (1995, p. 116) argumentam que a domesticação dos ancestrais dos cães pode ter começado com os humanos assumindo o papel do cão *alfa*. Kohn (2007, p. 12) também faz menção a isso para se referir ao treinamento de cães para a caça entre povos indígenas.

Essa definição de macho ou fêmea *alfa* é amplamente usada por protetores quando se referem ao gerenciamento dos cães agrupados. Cães *alfa*, se dividindo o mesmo cômodo, podem entrar em atrito pela predominância, por isso é preciso verificar esse tipo de liderança inata em cada animal antes de organizar os grupos. A própria Presidente da SUIPA admitiu no seu depoimento à CPI da Câmara Municipal que ocorrem mortes de cães durante a noite, em função de brigas¹³.

Com isso, quando há muitos animais querendo liderar e falta espaço para todos eles, alguns ficam presos por correntes ou em pequenos canis individuais. Izabel disse que a forma como o animal fica acondicionado nas dependências da SUIPA, por mais restritiva de movimento que seja, é sempre melhor do que a morte, como às vezes ocorre em outros lugares. Essa informação de não submeter os animais à eutanásia, seja por doença ou por incompatibilidade de relacionamento com outros, é constantemente reforçada pela Presidente.

De acordo com informações no sítio daquela instituição,¹⁴ na sua origem há uma proposta alternativa à visão estatal da época sobre animais errantes, que era a antecipação do recolhimento para evitar a eutanásia se fossem capturados pela “carrocinha”, como eram chamados os veículos do Centro de Controle de Zoonoses que recolhiam animais. Aquela instituição foi se constituindo como um modelo a partir da sua distinção com a visão sanitaria da época e, atualmente, os lares vão se constituindo em oposição aos abrigos que a têm como modelo.

¹³ O vídeo encontra-se disponível em: <<http://vimeo.com/18201971>>. Acesso em: 21 de novembro de 2013.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.suipa.org.br/index.asp?pg=suipa.asp>>. Acesso em: 18 de abril de 2013.

Em relação às adoções, a instituição só libera animais se o interessado residir na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. De acordo com a própria Presidente, o método de trabalho no processo de adoção procura testar a convicção do adotante quanto ao desejo de adotar, porque não justificaria doar animais sem muitos critérios sob a alegação de que a instituição tem uma superlotação, porque em momento posterior o animal poderia retornar ou ser abandonado em outro lugar, o que contraria a proposta daquela instituição.

Conheci um casal que estava passando alguns meses no Rio de Janeiro, em função de trabalho, que foi à SUIPA com a intenção de adotar um gato, mas o pedido foi recusado porque eles não tinham ainda comprovante de residência do Rio de Janeiro. Diante disso, eles foram ao Campo de Santana e adotaram um dos gatos que viviam no parque. Tal postura é bastante questionada por protetores. Ouvi muitas pessoas questionando as razões para esse rigor. Até mesmo a Procuradora do Ministério Público estadual que deu depoimento à CPI da SUIPA fez menção a isso.

Izabel Nascimento lembrou que durante o tempo em que trabalhou como comissária de bordo constatou que em outros países a adoção de animais de abrigos públicos é um processo complexo, que visa evitar que os animais voltem a ser abandonados. Nos Estados Unidos, por exemplo, para adotar um animal de um abrigo é preciso inicialmente pagar um valor de 140 dólares e ainda cumprir uma série de procedimentos. Portanto, o rigor nas adoções é um critério importante.

Nem todos os animais que saem da SUIPA interpretam a nova moradia como um processo de ascensão. Ela contou a história de um cão idoso que viveu por muitos anos na SUIPA e que foi adotado. Mesmo tendo sido levado para uma casa confortável, o animal entrou em depressão e só se recuperou quando levado de volta ao canil onde vivia com muitos outros cães.

Quanto à ideia de maus-tratos, reproduzo parte do depoimento de Renato Costa, representante do Conselho Regional de Medicina Veterinária – RJ que esteve como convidado na CPI da SUIPA que ocorreu em 7 de dezembro de 2010 na Câmara Municipal. Perguntado sobre sua ida à SUIPA como parte da investigação conduzida pelo Ministério Público estadual, cujo relatório encontrava-se com os membros da CPI, ele respondeu:

[...] Fomos à SUIPA para fazer aquilo que cabe ao Conselho Regional de Medicina Veterinária, que é a fiscalização do exercício da profissão de médico veterinário. Ali funciona uma clínica veterinária, regularmente inscrita no Conselho [...]. A clínica funcionava em condições satisfatórias, dentro de toda a regulamentação que ela deve respeitar [...]. Na verdade, causou até surpresa que a SUIPA tivesse mais equipamentos do que o mínimo solicitado para o funcionamento de uma clínica

veterinária [...]. A avaliação da clínica foi absolutamente condizente com aquilo que o Conselho preconiza.

Perguntado pelo Presidente da CPI, o Vereador Elton Babu, se sua visita se restringiu à Clínica, Renato Costa respondeu:

[...] Fui convidado a visitar a parte do abrigo [...]. O abrigo sim, não está em condições de excelência [...]. Há um número muito grande de animais sendo abrigados. A única consideração a ser feita é porque [...] nem o Centro de Controle de Zoonoses, nem o Instituto Municipal de Medicina Veterinária [Jorge Vaitsman] recebiam animais de rua ou animais sem dono em suas instalações para que os retivesse e os tratasse [...]. Dentro das limitações do local, faziam o que era possível [...].

O Relator da Comissão, o Vereador Carlos Eduardo perguntou sobre as condições de bem-estar dos animais, e a resposta de Renato Costa foi a seguinte:

[...] [M]aus-tratos, no meu entender, é uma coisa. Falta do trato é outra [...]. Maus-tratos poderiam estar junto de trato nenhum. Existe trato naquele abrigo! Eu observei diversos animais alojados da forma possível, a lhes dar conforto dentro daquilo que era possível oferecer. Eu faria um paralelo que se alguém entrasse no dia seguinte ao terremoto do Haiti no hospital de campanha, veria situação caótica, mas ninguém diria que ali havia maus-tratos [...]. Então [...], vi chegar animais naquele momento... Sem dono, em condições de convulsões, animais desfigurados, com queimaduras, e que não poderiam ser encaminhados a outro lugar. Aqueles animais não tinham dono. Alguém chegou ali e os deixou na porta da SUIPA [...]. Esses animais foram recebidos e encaminhados ao tratamento que era possível de ser dado, sem dúvida nenhuma. Não era um tratamento “classe A” [...], devido ao número de animais, mas maus-tratos eu veria de uma maneira muito diferente, no meu entender, do que o trato que era possível dar.

Outro integrante da CPI, o Vereador Sebastião Ferraz pediu que Renato Costa ampliasse um pouco mais a explanação sobre o quadro geral do que observou na SUIPA, e segue a resposta:

[...] Eu sei muito bem o que é maltratar os animais. Mesmo numa clínica em bairro de classe média alta, como estou, chegam animais destratados e maltratados em profusão. Recebi há uma semana a solicitação de realizar eutanásia num cão de quatorze anos porque ele roncava demais e estava atrapalhando o sono do seu proprietário. Portanto, o ser humano é capaz de atos de extrema benevolência e é também capaz de atos de extrema crueldade. E o que aparece no dia a dia na SUIPA, assim como também em outras clínicas, mas acabam sendo direcionados, sobretudo, à SUIPA, são animais vítimas de situações terríveis. Queimaduras, violência física... E esses animais eram sim, lá recebidos e dado a eles o tratamento. Então, respondendo à pergunta [...], a minha impressão ao chegar lá, foi de profunda tristeza [...]. No meu entender, a grande tristeza ali era o que fizeram àqueles bichos [...] e como eles estavam, mas era louvável a ação daqueles que estavam ali tentando ajudar [...]. Não foram aqueles que estão lá ajudando que causaram isso a eles [...].

Tal argumento seria retomado por Izabel Nascimento quando a encontrei na SUIPA no ano seguinte à CPI. Ela dizia que é injusto acusar aquela instituição de maltratar os animais, porque ela é o ponto de convergência de diversas ações e omissões que produzem o abandono de animais. A SUIPA apenas ocupa o lugar para onde são escoadas sequências de maus-tratos

que adquirem visibilidade quando os animais se encontram no abrigo, mas quem faz tal tipo de acusação não costuma pensar que quem de fato maltratou foi quem permitiu que o animal estivesse naquele estado.

Aquela instituição ocupava - e certamente ainda ocupa - um papel de representante mais destacada da proteção aos animais. Em alguns momentos, ela recebeu denúncias de que alguém estaria maltratando determinado animal e seus representantes se posicionaram a respeito, tomando a iniciativa de formalizar as denúncias. Em um desses episódios, a Presidente lembra que a instituição foi punida judicialmente e teve que pagar indenização a uma pessoa acusada de maus-tratos, porque durante o julgamento não foram apresentadas provas que legitimassem a acusação. Com isso, atualmente ocorre apenas a orientação a quem constata algum problema, quanto ao registro em delegacias de polícia ou, no máximo, a SUIPA ratifica uma denúncia antes de ser enviada ao Ministério Público estadual com algum tipo de prova documental.

Em novembro de 2013, a instituição divulgou nota explicando que não teria condições de quitar uma dívida de cerca de 14 milhões de reais em tributos, decorrentes da retirada na década de 1990 dos títulos de “entidade filantrópica” e de “utilidade pública”, concedidos pelo Governo Federal. A instituição fez algumas tentativas, mas não conseguiu a revisão dessa decisão, porque a ideia de filantropia seria exclusiva para entidades que atendem a seres humanos. O valor corresponde ao somatório de todo o período¹⁵. A Presidente da SUIPA enviou ofícios à Presidente da República e ao Governador do estado pedindo o perdão da dívida e um grupo de advogados foi à Brasília-DF tentar negociação, pois o pagamento implicaria interromper as atividades principais da instituição e, em havendo algum tipo de sanção administrativa pelos órgãos estatais, a SUIPA teria que fechar.

Outro abrigo particular fica localizado na cidade de Squarema-RJ, na Região dos Lagos, o **abrigo S.O.S. Cãopanheiros** é administrado pela advogada Isabel Ruliere e mantido com seus próprios recursos e auxílio de amigos. Na entrada, em meio a outras informações, há um pequeno cartaz com o seguinte aviso: “Diante do grande número de animais que estamos abrigando atualmente, não podemos aceitar filhotes ou cães adultos. Agradecemos a compreensão”. São 290 cães que vivem juntos, sem qualquer tipo de separação. A proposta de Isabel de criar todos juntos é para reduzir o trabalho, pois se ficassem separados haveria muitos cômodos para limpar e a alimentação teria que ser distribuída de forma fracionada. Ela

¹⁵ Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/11/divida-milionaria-da-suipa-ameaca-futuro-de-animais-de-rua-no-rio.html>>. Acesso em: 15 de novembro de 2013.

disse que acredita que o cão criado sem o confinamento do canil é mais comunicativo e tranquilo.

Contando com uma equipe de sete funcionários, os animais recebem cuidados em tempo integral, inclusive durante a noite. Por estarem todos juntos, os funcionários ficam atentos a brincadeiras típicas entre cães, envolvendo mordidas e projeção de um animal sobre outro, para evitar focos de brigas, assim como disputas por brinquedos ou qualquer objeto que os cães encontrem e possam ser disputados por eles. Os funcionários conseguem controlar os animais, mas quando Isabel está por perto ela assume o controle, advertindo quando observa brincadeiras que possam resultar em brigas.

Figura 63 – Isabel com os cães e funcionários ao fundo cuidando da manutenção



Fonte: Arquivo pessoal.

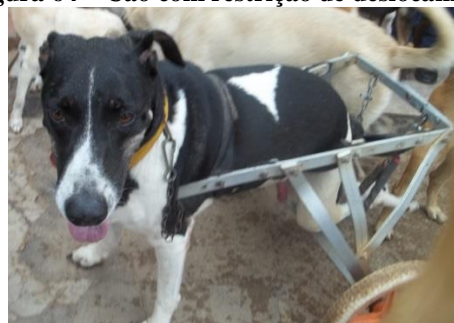
Os cães têm as mais diferentes histórias e cada um tem seu nome, que não são apenas nomes de referência, pois cada animal atende quando chamado. A maior parte daqueles animais foi encontrada por ela ou outras pessoas em situações precárias ou feridos.

Alguns se deslocam com o auxílio de carrinhos

adaptados, porque foram agredidos ou atropelados e perderam parte dos movimentos. A memorização dos nomes é uma forma de manter viva a história de cada animal. Pode parecer impossível lembrar os nomes, mas esse foi um processo lento e gradual. Os animais não chegaram todos ao mesmo tempo, por isso as lembranças são acumuladas e mantidas ativas.

O trabalho começa às 8 horas, com o recolhimento de fezes do pátio e lavagem dos cômodos onde há piso, seguida pela distribuição de ração às 9 horas. Ao longo do dia, o trabalho consiste em recolher as fezes e observar se algum animal apresenta sintomas de

Figura 64 – Cão com restrição de deslocamento



Fonte: Arquivo pessoal.

problema de saúde, para que sejam cuidados pelos funcionários, os casos mais simples, ou chamado um médico veterinário ao abrigo.

O relacionamento com os vizinhos tem sido amistoso, pois estes também auxiliam no controle do abrigo, comunicando a Isabel quando ocorre alguma movimentação dos cães, mas nem sempre foi assim. No entanto, há alguns anos, um vizinho entrou com ação judicial alegando sujeira e barulho, mas a fiscalização não localizou sujeira que indicasse má administração. Não houve punição para o abrigo, mas isso incentivou Isabel a formalizar o abrigo como uma instituição de amparo a animais abandonados, evitando futuras decisões que a obrigassem a reduzir o número para se adequar ao permitido aos imóveis residenciais.

Atualmente, há combinação entre ela e os vizinhos do abrigo para que ela só chegue ao local a partir das 10 horas e, se ausentar do abrigo, só retorne depois das 16 horas. A presença dela é suficiente para gerar uma grande agitação entre os animais, que se aproximam em grupo e latem todos ao mesmo tempo. Na entrada também há um pedido para as pessoas não tocarem a campainha antes das 10 ou depois das 18 horas, evitando incômodos aos vizinhos.

Estes vizinhos são moradores regulares, e não veranistas ou turistas que visitam aquela cidade nos finais de semana. As praias daquela região são muito procuradas em finais de semana e feriados, por isso, existe uma população móvel muito grande naquela cidade. Isabel é uma dessas moradoras de finais de semana. Ela reside na cidade do Rio de Janeiro, sendo mais comum encontrá-la em Saquarema nos finais de semana e feriados. Assim, a presença de funcionários se torna uma necessidade para manter as instalações e os animais bem cuidados.

Figura 65 – Comedouros e bebedouros



Fonte: Arquivo pessoal.

Por volta das 16 horas, começa a segunda distribuição de ração e a preparação para o período noturno, que consiste na limpeza e recolhimento das fezes dos animais, havendo a substituição de funcionários por aquele que trabalha no período noturno. A limpeza regular só ocorre durante o dia. O trabalho noturno tem mais a função de evitar que os animais briguem entre si do que propriamente em cuidados minuciosos, já que os cães também reduzem o ritmo de atividades durante a noite, ou simplesmente dormem.

As instalações do abrigo são monitoradas por câmeras e isso facilita o trabalho do funcionário noturno, que pode visualizá-los em toda a extensão da propriedade. Esta também é uma forma de ela administrar à distância o trabalho, já que é possível visualizar pela *internet* toda a movimentação. Há um espaço sem pavimentação para os animais se movimentarem, com uma estrutura em madeira no centro e duas rampas para subir ou descer (Figura 65), e áreas cobertas para se abrigarem das chuvas, que também é onde ficam os comedouros. Há bebedouros na parte interna e no pátio. Em dias quentes, os bebedouros também são transformados em banheiras pelos cães.

Durante a permanência no interior do abrigo, os animais ficam em torno de quem entra. Não existe qualquer tipo de agressividade, mas me foi sugerido não abaixar porque eles poderiam me derrubar tentando contato. Um cão puxa o cadarço do sapato até conseguir desamarrar, outro morde e calça e balança a cabeça lateralmente, outros tentam se debruçar. Enquanto se estende a mão em direção a um deles, outros também querem atenção e começam a disputar a preferência. Nesses momentos era necessária a intervenção de Isabel e dos funcionários para evitar que isso resultasse em briga. Os latidos que aconteceram quando entrei acompanhado de Isabel e da minha esposa Mônica - depois das 16 horas, como combinado com a vizinhança – aos poucos foram diminuindo, até os cães ficarem calmos. Do silêncio à agitação e o retorno ao silêncio são movimentos que se alternam ao longo do dia.

A forma de observá-los e conseguir registrar o conjunto que compõe o abrigo era fingindo indiferença em relação aos cães. Se eles não me percebessem retribuindo o olhar eu poderia caminhar devagar e imaginar como seria o abrigo sem a minha presença: alguns deitados, outros trocando mordidas entre si em forma de brincadeira, algum bebendo água, outro subindo na rampa que leva ao brinquedo instalado no centro do pátio, algum já instalado no alto dormindo, alguém chamando a atenção de algum cão. Ficar calado e fazer poucos movimentos fazia com que os animais ficassem menos atentos a mim do que eu a eles. Um elemento reconhecidamente fora do contexto que precisava disfarçar sua presença e se tornar parte a paisagem para conseguir anotar.

Todos os cães são esterilizados, mas às vezes era possível observar algum macho realizando o movimento de cópula sobre fêmeas ou, de forma mais rara, sobre outros machos, o que poderia gerar alguma breve tensão entre eles. A maior parte dos animais fica disponível para adoção. Só aqueles que andam com a ajuda de equipamentos ou os mais idosos não são disponibilizados. Alguns adotados acabam retornando quando não ocorre adaptação com as pessoas que os adotaram. Mesmo com o aviso na entrada de não estarem recebendo animais, ainda ocorrem alguns abandonos na entrada do imóvel.

Regularmente, com o auxílio dos funcionários, Isabel realiza alguns deslocamentos pela cidade acompanhada pelos cães¹⁶. O objetivo é tirar os animais da ociosidade, pois mesmo havendo certo espaço no interior do abrigo, os movimentos são contidos pelas dimensões. Não acompanhei nenhum desses deslocamentos porque as condições de tempo não estavam favoráveis, mas pela descrição e pelos vídeos disponíveis é possível perceber como eles funcionam. Há dois tipos de deslocamento, um que ela faz com todos os animais em torno do quarteirão onde o abrigo fica localizado e outro com um grupo de quatorze animais que vão do abrigo até sua casa e depois retornam.

Neste último tipo, os animais atravessam vias utilizadas por automóveis, por isso é preciso ser um grupo pequeno para que ela tenha o controle, cujas técnicas ela disse ter aprendido assistindo ao programa de César Millan, um adestrador de cães que tem um programa em canal da rede de televisão fechada, mantendo os animais sempre atrás dela e coordenando com a intensidade da voz os movimentos e as paradas, já que vão sem coleiras.

Além dos abrigos já mencionados, há outro que é interessante citar. Localizado em bairro periférico de São Gonçalo-RJ, o **abrigo da Protetora A** no início de 2012 acomodava 138 cães. A alimentação dos cães é mantida com recursos dela própria e de doações de pessoas conhecidas. Ela também faz caldos com legumes e arroz para complementar a alimentação com ração industrializada. Os vegetais utilizados são recolhidos da área de descarte de local de comercialização de frutas, verduras e legumes que fica próximo ao local onde mora. O abrigo recebe com certa regularidade visitas do serviço de Vigilância Sanitária do município, baseadas em denúncias de excesso de animais, barulho e sujeira.

Quanto à sujeira, em todas as visitas, os fiscais não constataram qualquer situação que pudesse justificar uma interdição ou outras providências administrativas ou criminais. Quanto ao número de animais e ao barulho, o município não tem abrigo público, portanto, não ocorre

¹⁶ Há vídeos com esses deslocamentos disponíveis em: <<http://www.youtube.com/watch?v=0owoofLmAOI>>, <http://www.youtube.com/watch?v=K_ZRKDdVQSY>, <<http://tv.globo.com/programas/mais-voce/O-programa/noticia/2012/10/passeio-inusitado-dona-de-ong-leva-diariamente-290-caes-para-dar-uma-voltinha.html>>. Acesso em: 15 de julho de 2013.

remoção, apenas a recomendação de não receber mais animais, mas esse controle ela não consegue fazer porque muitos animais são deixados no portão de entrada e são encontrados quando ela chega pela manhã.

Por não estar formalizado como instituição, poderia ser emitida alguma ordem de adequação ao número de animais permitido pela legislação municipal a imóveis residenciais, que é de dez animais, mas isso não costuma ocorrer porque os órgãos municipais também poderiam ser acionados juridicamente na busca por alternativas. No entanto, conheci uma mulher que recebeu tal determinação, baseada em queixas de vizinhos, que soltou os gatos na rua onde mora porque não conseguiu encontrar alternativa.

Semelhante ao que acontece no abrigo de Saquarema, a Protetora A disse que não chega cedo para não incomodar os vizinhos, só chegando depois das 8 horas, já que o abrigo fica distante do local onde mora, porque a sua chegada é motivo de agitação entre os cães. Há uma irmã dela que vive na propriedade com os animais e que também auxilia na limpeza e nos cuidados dos animais. O abrigo tem uma área coberta, que são os cômodos de uma casa que já estava construída no terreno antes da aquisição, sendo um dos quartos utilizado pela pessoa que vive no local e os demais cômodos são utilizados pelos animais. A propriedade também tem uma área aberta que recebe luz do sol que é totalmente pavimentada.

Ao chegar pela manhã, ela precisa abrir o mais rápido possível o portão porque os cães conseguem farejar sua chegada, concentrando-se na entrada, e podem se agredir de forma bastante intensa na disputa pela preferência no acesso à Protetora A. O local é lavado duas vezes ao dia, com as fezes recolhidas e descartadas na rede de esgotos. Os banhos nos animais ocorrem nos finais de semana, em grupo de vinte a trinta animais. O trabalho cotidiano consiste em observar cada animal para verificar problemas de ouvido, de pele, digestivos, parasitários e qualquer comportamento que denuncie problemas de saúde.

Figura 66 – Cães distribuídos pelo pátio do abrigo



Fonte: Arquivo pessoal.

Ela recorre a vários médicos veterinários, de acordo com o problema que pretende resolver, com os preços praticados pelos tipos de intervenção e com as habilidades de cada um: traumas ortopédicos para um; esterilizações, problemas digestivos, de ouvido e de pele para outro; cirurgias abdominais que variam de acordo com o problema, podem ser feitas por um terceiro. Quanto ao pagamento, ela consegue comover os profissionais e conseguir descontos e parcelamentos, além da ajuda financeira de outras pessoas para o pagamento. Há um médico veterinário que não cobra pelas consultas, apenas pelo valor dos medicamentos, vacinas e cirurgias, quando ocorrem. Quando o problema do animal é avaliado pelo profissional de recuperação muito difícil e onerosa, ela autoriza a eutanásia, principalmente em tumores cancerígenos em estágio avançado.

Figura 67 – Cães na parte coberta do abrigo



Fonte: Arquivo pessoal.

Em geral, cada animal tem um histórico que é lembrado em detalhes. “Agressão”, “sofrimento”, “abandono”, “miséria”, “maus-tratos” e “trauma” são expressões usadas com certa frequência quando a Protetora A se refere aos animais. O tratamento às vezes precisa ser personalizado para atender aos problemas de cada animal. Os nomes remetem ao histórico de cada animal. Existe uma cadela que perdeu os movimentos quando atropelada por um motociclista e quase ter sido morta, em seguida, por esfaqueamento pela pessoa que a atropelou, ao constatar que ela havia ficado bastante machucada. Atualmente, a cadela passa os dias em carrinho infantil e usa fraudas. Ela é chamada de Lázara porque teria ficado três dias agonizando.

Figura 68 – Cadela Lázara em carrinho infantil



Fonte: Arquivo pessoal.

Há uma cadela que ela chama de “a justiceira” que tenta separar as brigas. Outra cadela que perdeu a visão e a Protetora A disse que vive, por vontade própria, isolada dos

demais desde que chegou já com o problema. Há uma cadela no abrigo que foi esfaqueada por um morador de rua e depois foi recolhida por ela, que ainda exibe as cicatrizes. Alguns animais lhes foram entregues pelos antigos proprietários, que ela observou que costumam ser mais reclusos do que os demais que estiveram nas ruas. Há um cão que só vive em cima de um móvel, por vontade própria, que só desce para comer e realizar suas necessidades fisiológicas, e às vezes para brigar com os demais.

A convivência com a vizinhança é meio tensa. Ela disse que durante a noite todos os animais são recolhidos para a área coberta e são mantidos presos para evitar que comam algum alimento envenenado jogado por vizinhos. Quando os deixava soltos, ela disse que encontrava diariamente cães mortos ao chegar pela manhã. Não era apenas envenenamento, mas também carne com pedaços de vidro ou pequenos pregos que ao ser ingerida produzia hemorragias internas e os animais morriam em decorrência disso. Esse recolhimento também evita brigas ocasionadas por disputas por algum objeto arremessado para o interior do imóvel.

Assim como em outros abrigos, a permanência no local é difícil porque não é possível conversar. Pode haver momentos alternados de silêncio e barulho. A postura de ficar calado e imóvel tem seus limites, pois quando é preciso solicitar alguma informação os cães voltam a se agitar. Em determinados momentos, os cães latem insistentemente e depois param repentinamente, mas basta um deles latir para que os latidos sejam generalizados.

Ela demonstra muito orgulho pelo trabalho que faz e não aparenta temer a ação dos órgãos estatais porque seus integrantes se veem impossibilitados de aplicar a legislação em seus detalhes. Ela só lamenta pelo fato de o município de São Gonçalo-RJ não ter um programa de esterilização de animais como existe na capital do estado e pelo pequeno número de pessoas dispostas a adotar um animal que vive em abrigo, principalmente os adultos. Quanto aos recursos para a continuidade do seu trabalho, ela não gosta de fazer muitas projeções baseadas nas incertezas, procura planejar cada dia por vez.

Outro abrigo que apresento agora, também fica localizado em São Gonçalo-RJ, em bairro próximo ao centro da cidade. O **abrigo da Protetora B** é sua própria casa, que em determinado momento ficou pequena para acomodar cerca de oitenta animais e estes ficaram divididos entre a sua casa e lugares alternativos em que ela conseguia autorização para abrigar os animais ou pagava algum tipo de aluguel. Cerca de 90% são cães e 10% são gatos, que foram encontrados nas proximidades do local onde ela reside e inicialmente começaram a ser alimentados ou receber algum tipo de atenção, até seguirem-na até sua casa e se instalarem lá. Ela é aposentada por invalidez e mantém os animais com o valor dessa aposentadoria, juntamente com algumas doações que recebe.

Quando ela começou a ficar conhecida no bairro, constantemente passaram a ser deixadas ninhadas de cães ou gatos recém-nascidos ou animais adultos no seu portão. Todo animal colocado na sua porta ela passou a acolher. Sobre isso ela disse que não deixaria na rua porque seria atropelado e se recusasse o animal, quando conseguia avistar a pessoas que levou, o animal poderia ser descartado em qualquer outro lugar sem alguém para cuidar dele. Quando conversamos, ela lembrou que uma mulher deixou filhotes de cães um pouco crescidos na sua porta e, ao se afastar, os filhotes a acompanharam, mas como a mulher se mostrou indiferente, ela os levou para o interior da casa porque eles poderiam ser atropelados.

Figura 69 – Local onde a Protetora B manteve animais por algum tempo



Fonte: Arquivo pessoal.

Alguns filhotes acabavam morrendo precocemente porque não foram amamentados pelas mães e outros contraíam algumas doenças pelo contato com animais doentes. Ela disse que nem fica mais tão triste quando perde animais, porque são muitas perdas ao longo dos anos. No entanto, prefere que deixem na sua porta a deixarem em lugares em que não tenham chance de sobrevivência porque morrerão com algum tipo de cuidado. Ela disse que costuma alertar as pessoas que deixam os animais que eles podem morrer com doenças que irão adquirir de outros, mas elas ficam indiferentes. Ela também disse que até consegue doar animais, mas alguns retornam porque as pessoas se arrependem quando crescem.

Os gatos ficavam todos na sua casa presos em gaiolas. Alguns cães mais agressivos que não se integravam com os demais ficavam presos por correntes, porque falta espaço para todos. No terreno onde ela instalou uma extensão do seu abrigo todos os animais ficavam

presos por correntes porque não havia muro. Alguns ficavam soltos na frente da sua casa, também porque brigavam com os do interior da casa. Estes que ficavam na parte externa a acompanhavam nos seus deslocamentos entre a sua residência e o terreno onde parte dos animais ficava. Pela grande quantidade, ela não consegue realizar a esterilização de todos eles. Alguns se reproduzem.

Figura 70 – Cães e gatos na casa da Protetora B



Fonte: Arquivo pessoal.

Ela disse que já foi diversas vezes denunciada, mas os fiscais do serviço de Vigilância Sanitária disseram que o município não tem onde acomodar a quantidade de animais que estão sob a responsabilidade de todas as pessoas que são denunciadas, portanto, se tem quem cuide deles eles não irão puni-las. Ela também passou a não deixar os animais irem à frente da casa porque alguns vizinhos os envenenavam. Ela lembra de uma gata que foi envenenada pelos seus vizinhos e estava grávida que morreu agonizando e os filhotes morreram no ventre da mãe porque não tinha recursos para levar a um veterinário.

No segundo semestre de 2013, foi feita uma campanha por outras protetoras que conheciam a Protetora B pelo *facebook* expondo a situação dos animais e da sujeira que havia no terreno onde ela mantinha alguns cães. Em certo momento, elas fizeram contato com uma equipe de reportagem, que foi ao local juntamente com policiais da Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente, localizada no bairro de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, que foram pressionados pelos jornalistas a os acompanhar para verificar as denúncias de maus-tratos.

Com isso, dias depois, ela recebeu a notificação do órgão estadual de fiscalização ambiental, o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), para reduzir o número de animais. Diferentemente de denúncias feitas anteriormente contra a Protetora B, a inspeção desta última vez foi feita por médicos veterinários e técnicos da Polícia Militar, sem qualquer

contato com os órgãos municipais. Depois disso, ela conseguiu doar cerca de mais de metade dos animais. A maior parte foi para outras protetoras que também tinham certo número de animais. Quando eu concluía este texto ainda não havia tido um desfecho para essa história.

Embora eu tenha construído esta seção com uma espécie de amostragem, esta não pôde ser aleatória, já as pessoas que mantêm esses abrigos dificultam o acesso à parte interna deles, justificando falta de tempo, não dispor da limpeza adequada e não desejarem que os animais fiquem agitados com a presença de pessoa desconhecida. Nesses lugares, em geral, restringe-se o acesso. A exceção é a SUIPA, que tem uma política de permitir o acesso às instalações, já que depende da divulgação do trabalho para viabilizar contribuições, e pela proporção que ela ocupa na proteção a cães e gatos.

Cheguei ao S.O.S Cãopanheiros através da mediação de uma pessoa que conhecia a Mônica e tinha contato com Isabel, embora eu imagine que teria conseguido ser recebido sem tal mediação, já que ela consegue manter seu trabalho de acordo com a legislação e tem funcionários regulares. No entanto, este é um tipo de exceção, pois a grande maioria dos abrigos encontra-se em situações precárias e seus responsáveis, na maioria das situações, agem como se estivessem tentando se ocultar. Omitem a quantidade de animais e diversos outros detalhes, só permitindo o acesso a algumas pessoas. Assim, quando eu estive em alguns lugares, não era apenas “um pesquisador”, mas o marido da Mônica, e por isso também é que são todos da cidade onde moro.

O último que pretendo apresentar é o **abrigo que pertence à Protetora C**, uma professora da rede pública municipal de São Gonçalo-RJ que também reside em bairro próximo ao centro da cidade. Os cães que ela possui foram recolhidos de forma gradual. Alguns eram alimentados por ela no centro da cidade, no mesmo local em que foi registrada a figura 28, mas não são os mesmos animais, pois o momento da fotografia é posterior. Ela disse que levou para casa os dez cães que alimentava naquele local porque assumiu novos compromissos profissionais e não disporia mais do horário em que os alimentava, nem daria para improvisar abrigos em noites frias e dias chuvosos como ela costumava fazer. Esses animais se juntaram a outros que ela já tinha em casa.

Todos os contatos foram feitos com a mediação da Mônica. Marcamos uma primeira visita e quando já em frente à sua casa, depois de ter combinado previamente horário e dia, ela disse que não teria condições de nos receber. Combinamos para outro dia e ao chegar telefonamos avisando. Ela nos recebeu no portão e conversamos ali mesmo. Praticamente não houve diálogo, ela falava continuamente explicando como procedia com seus animais sem

que eu conseguisse inserir um comentário ou pergunta. Ao fundo, ouvíamos os latidos dos cães que percebiam a presença de pessoas desconhecidas.

Próximo ao portão, e já me incomodando pelo forte odor, sacos que embalam ração estavam cheios de fezes dos animais, que ela colocaria em frente à casa para recolhimento pela coleta de lixo. Embora eles estivessem com a abertura amarrada, os sacos pareciam estar embalados há alguns dias. Foram minutos tensos conversando em frente à sua casa e observando os sacos. Em seguida, despedimo-nos e saímos, já que ela não fez menção de nos convidar a entrar.

Achei necessário registrar essa história porque é um tipo de situação que costuma ser verificada entre algumas pessoas que começam a cuidar de animais e em determinado momento passam a não se incomodar com sujeira e barulho. As protetoras B e C aparentam ter algum tipo de problema mental, e não dá para estimar se foi isso que as levou a realizar o trabalho com animais ou se decorre dele. Suponho que seja a última opção. Eu não tenho condições de fazer uma descrição adequada, mas sobre a Protetora C ela demonstra uma ansiedade que se verifica no modo de falar e na gesticulação dos braços. É um estado mental de agitação constante. A protetora B não apresenta a mesma ansiedade, mas recebe espontaneamente animais que ela sabe que não conseguirá cuidar e que estima que irão morrer com problemas de saúde.

No estado do Rio de Janeiro e em outras partes do país deve haver um grande número de abrigos, que devem variar entre aqueles bem cuidados, como a SUIPA e o S.O.S. Cãopanheiros, e os menos cuidados como os das protetoras B e C. É na crítica a abrigos como estes dois últimos que surgem os empreendimentos chamados de lar. Quando comecei a pesquisa, pessoas como as protetoras B e C eram rotuladas por outras como “acumuladoras”, “coleccionadoras” ou “donas de depósito de animais”. Com o tempo, tais denominações começaram a despertar em mim a hipótese de que, além dos problemas, havia um viés socioeconômico na acusação direcionada àquelas pessoas que não ofereciam as melhores condições de acomodação para seus animais.

Foi só com a ida a esses lugares que pude verificar isso. Conheci outras pessoas com números menores de animais e que tinham problemas semelhantes aos grandes abrigos, como a antipatia de vizinhos, mas conseguiam manter alguma organização, apesar dos recursos escassos. A Protetora A, apesar do grande número de cães, consegue manter uma organização do espaço. Há diversos tipos de arranjo em torno desses abrigos. Alguns são como hospedagem para pessoas que não dispõem de espaço e mantêm os custos dos animais que ficam sob a responsabilidade de outras; há pessoas que mantêm um grupo pequeno de cães e

gatos misturados com expectativa de recuperá-los, quando não têm boa aparência, para posterior encaminhamento à adoção; e existem os trabalhos em menor escala, nos quais as pessoas envolvidas impõem certo número de animais e só acolhem novos quando conseguem escoar alguns.

Em contraste com os abrigos, começam a surgir os lares, que não apresentam muitas diferenças físicas em relação a eles, mas as pessoas que dizem ter lares elaboram discursos que em princípio distinguem-nos da proposta de acolhimento de animais que aumenta até se encontrar dificuldades para manter os animais. O que é definido como um lar, grosso modo, é o espaço residencial sobre o qual não se tem a expectativa que ele perca suas funções de moradia e descanso, que pode acolher animais, mas com o cuidado de não levar para o seu interior um número maior do que se possa cuidar sem sacrificar a vida pessoal. É uma diferença em relação aos abrigos que se baseia na restrição, que precisa conter a sensação de ajudar o maior número visível de animais em nome da viabilidade do projeto.

Estive no **lar da Protetora D**, a quem conheci organizando um evento de adoção na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro e a ideia de “lar” que passei a incorporar às minhas anotações teve início nas conversas com ela. É uma mulher que aparentava não ter mais de 30 anos, que trabalha normalmente, e mantém um trabalho de resgate de cães ou gatos encontrados perdidos, feridos ou abandonados, que são acondicionados em suas casas ou de pessoas que se dispõem a abrigá-los e são remuneradas por isso. O local onde ela mantinha seus animais era um imóvel da família em bairro próximo ao centro do Rio de Janeiro que tem imóveis antigos com mais de um pavimento construídos em terrenos amplos, e outros detalhes que anunciam que não se trata de um bairro pobre. Há funcionários que cuidam do imóvel e dos animais durante a semana que residem em uma das casas construídas no terreno.

Ela me mostrou os seus animais, que eram muito bem cuidados, distribuídos pelos cômodos da casa principal que estava desabitada. Em determinado momento, uma cadela pequena quis avançar em outra muito grande, que já havia batido nela algumas vezes. O momento foi meio tenso porque se iniciou uma briga e eu estava sem saber o que fazer, e de certa forma me sentindo culpado, pensando se não teria sido a minha presença que fez as cadelas brigarem. A briga começou quando a Protetora D acariciava a cadela maior e a pequena não gostou do que viu. Ela não tem gatos no imóvel porque os cães matam felinos e micos que aparecem na propriedade.

Ela me mostrou uma cadela chamada Neve, cujo nome tem a ver com as condições em que o animal foi encontrado: tremendo em noite muito fria. A minha presença bagunçou um pouco a sua rotina e alguns animais escaparam e burlaram a distribuição de espaço que era

definida por meio das afinidades. Neve chegou a mostrar os dentes para outra que se aproximou do seu espaço e da sua cama. A Protetora D dedica mais atenção a esses animais com um histórico de sofrimento, pois antes de pensar em encaminhá-los para a adoção é preciso recuperar aspectos comportamentais que ela julga essenciais para o retorno ao convívio com pessoas. Depois de afastar a cadela que entrou no espaço de Neve, ela procurou acalmá-la.

A sua proposta de trabalho consiste em atender a um número reduzido de animais e de forma detalhada, tratando individualmente cada um. Ao perguntar como ela definiria aquela situação, ela disse que seria um “lar de passagem ou temporário”. A sua meta e da outra pessoa que contribui com os custos é que os adotantes deem atenção especial aos animais adotados, ou mesmo exclusiva, porque seriam todos resgatados das ruas e com muitos traumas, como a cadela Neve que aceita aproximação, mas tem medo de humanos.

Conheci ainda o **lar da Protetora E**. Uma mulher que reside em bairro periférico de São Gonçalo-RJ e mantém poucos animais nos grandes canis que ela construiu em sua própria casa. Dividindo-se entre a administração de um comércio que possui nas proximidades da sua casa e os cuidados aos animais, ela me disse: “Meu limite corresponde à preservação da minha vida particular, com meus compromissos. Por isso, é que penso no conforto”. “O critério para recolhimento, é o que me toca, mas só recolho aqueles que estão em piores condições”. Ela disse que pega alguns cães que vivem no bairro onde ela mora, leva a uma clínica para esterilização e depois devolve às ruas, quando eles parecem adaptados. Mensalmente, ela também organiza um evento de adoção em Niterói-RJ com animais de outras pessoas que são levados de volta no final, se não forem adotados.

Por fim, trago o **lar da Protetora F**. Um imóvel residencial em bairro afastado do centro de Niterói-RJ, mas que não se caracteriza como um bairro precário em infraestrutura e pela aparência dos imóveis. O aspecto periférico a que me refiro tem mais a ver com o posicionamento físico em relação ao centro da cidade do que a questões socioeconômicas. No local, há diversos gatos, alguns separados dos demais enquanto passam por tratamentos e aguardam o momento de serem submetidos a testes para verificar se possuem algumas doenças comuns em gatos, que são provocadas por vírus e não têm cura. Em se confirmando um diagnóstico positivo, os animais não são disponibilizados para adoção. Há brinquedos para os gatos se manterem em atividade e diversas estruturas afixadas nas paredes para os animais dormirem ou escalarem. A Protetora F também conta com uma funcionária que a auxilia na manutenção da limpeza.

A discriminação é uma marca tanto dos abrigos quanto dos lares. No entanto, a quantidade de animais dos abrigos inviabiliza isso. Todas essas pessoas que têm empreendimentos caracterizados como lares evitam expor a localização e muitos vizinhos nem sabem a quantidade de animais no interior das suas casas. Contudo, o que considero ser o fator que propicia a chegada de novos animais, que são deixados na porta, é a composição socioeconômica do entorno. Os abrigos das protetoras A e B ficam em localidades muito pobres, onde há constantemente certo número de animais dispersos e se reproduzindo. É possível que a maior parte dos animais pertença a moradores, o que faz os donos das fêmeas procurarem descartar as crias em local onde imaginam que serão acolhidas.

O que se pode sintetizar quanto a essa diferenciação é que essa ideia de lar tem sido construída por uma nova geração de protetores. Refiro-me a geração não no sentido restrito de uma faixa etária específica, mas a pessoas que têm envolvimento mais recentes com a proteção aos animais dentro de uma perspectiva ampliada e que elaboram algumas reflexões sobre os riscos de não definir limites para o número de animais a ser acolhido, pois parece que a proposta dos abrigos, de acolhê-los para livrá-los do abandono e dos maus-tratos, cai em um paradoxo que decorre do direcionamento de novos animais a esses locais de referência. Em relação aos lares, tenta-se afastá-los desse paradoxo por meio da convicção de que não é possível resolver todos os problemas.

No entanto, nos lares também surge uma população residual de animais que não encontram adotantes interessados, por terem algum problema de saúde ou não estarem dentro dos padrões de beleza aceitáveis. Essa diferenciação deles em relação aos abrigos ocorre mais no plano discursivo, quando se fala nos números aceitáveis de animais e na não transformação da própria residência em local onde vivem animais que algum humano insiste em morar junto.

III.4 – Algum espaço para os animais silvestres

Localizado no interior da Floresta Nacional Mário Xavier, a uma distância aproximada de 75 quilômetros da capital fluminense, no município de Seropédica, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, fica um dos Centros de Triagem de Animais Silvestres (CETAS) que recebe hóspedes de diversas procedências. Único empreendimento desse tipo no estado do Rio de Janeiro, aquela unidade está vinculada ao IBAMA, mas pela definição de CETAS no sítio¹⁷ daquele órgão também podem existir abrigos particulares com tais características.

¹⁷ “É todo empreendimento autorizado pelo IBAMA, somente de pessoa jurídica, que tem por finalidade receber, identificar, marcar, triar, avaliar, recuperar, reabilitar e destinar animais silvestres provenientes da ação da fiscalização, resgates ou entrega voluntária de particulares”. Disponível em:

A principal atribuição dos CETAS é receber e reencaminhar os animais aos seus habitat de origem; a outras unidades mais próximas desses habitat, quando os animais forem originários de outras localidades; ou a locais com autorização legal para acomodar animais classificados como silvestres, quando não for possível a recondução dos animais aos respectivos locais de origem, devido ao grau de domesticação em que os animais se encontrem e outros aspectos técnicos. Em princípio, os CETAS são locais de passagem, mas alguns animais podem ficar nas suas dependências durante anos, se não for possível conciliar as prescrições legais com as condições encontradas para encaminhamento dos animais.

Figura 71 – CETAS de Seropédica-RJ e a unidade da Polícia Militar instalada no seu interior



Fonte: Arquivo pessoal.

Segundo o médico veterinário Daniel Marchesi, funcionário do IBAMA que me recebeu em outubro de 2013 quando estive no local, antes da criação dos CETAS, animais silvestres encontrados feridos em rodovias, apreendidos em operação policial em situação de comercialização ou em transporte com este propósito, descartados pelas pessoas que os tinham em suas casas, e em diversas outras situações, dependiam do apoio de zoológicos e de uma logística complexa para que o tratamento dado estivesse de acordo com as recomendações da legislação.

Diante disso, algumas soluções encontradas por policiais eram soltar os animais fora dos seus habitat, não apreender os animais comercializados ou deixar para trás os feridos, já que a responsabilidade pela guarda passava a ser de quem tomou a iniciativa de cumprir a legislação. Entre as consequências dessas práticas estão os chamados desequilíbrios ecológicos causados por espécies exóticas – originárias de outros habitat – sobre as populações dos locais onde foram soltos, como os pequenos micos que são originários do nordeste brasileiro e atualmente interferem na reprodução de aves em áreas florestais do Rio de Janeiro, alimentando-se dos ovos no ninho e predando os filhotes, segundo o funcionário do IBAMA.

A maior parte dos animais que chegam ao Rio de Janeiro pelo comércio ilegal é oriunda de outras localidades do país, principalmente do norte e do nordeste, o que torna mais complexa a rede de distribuição de animais que o CETAS fluminense precisa acionar quando os recebe. Em estados do norte e do nordeste, por exemplo, a recondução dos animais apreendidos aos locais de origem pode ser feita nas proximidades, sem a necessidade de grande apoio logístico, pois em geral são originários da própria região em que foram encontrados, segundo o funcionário.

Apesar de instalado no interior de uma área florestal que pertence à União, o CETAS de Seropédica fica vulnerável a invasores que desejam furtar equipamentos e animais para comercialização. O mais comum é o furto de equipamentos, mas é possível que alguém se interesse pelos animais, já que alguns deles têm valores bem altos no mercado clandestino de espécimes silvestres. A continuidade do trabalho é um desafio constante e soluções são buscadas para conciliar a relação entre a quantidade de animais apreendidos com comerciantes ilegais, a disponibilidades de recursos e meios de reconduzi-los ao habitat de origem e campanhas educativas que desestimulem as pessoas a desejarem ter espécimes silvestres.

Em maio de 2012, aquela unidade ficou sem receber animais por alguns dias, devido às obras de instalação do isolamento acústico colocado para proteger os animais dos ruídos das obras de construção do Arco Metropolitano¹⁸. A recomendação era que os animais apreendidos fossem encaminhados a outros estados ou a zoológicos.

Outro exemplo de soluções alternativas encontradas para contornar questões orçamentárias dos órgãos estatais é uma resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), órgão intersetorial consultivo e normativo que trata de assuntos relacionados ao meio ambiente em âmbito federal. Emitida em 25 de junho de 2013, a Resolução nº 457/2013, citada no terceiro capítulo, que representa um tipo de flexibilidade com os comerciantes ilegais de animais para poder trabalhar em meio à grande demanda de intervenções.

Esta é uma medida aparentemente controversa, porque pode manter com o infrator o objeto da infração, mas parece ser uma solução encontrada em meio às dificuldades que os órgãos de controle ambiental costumam ter para administrar suas superlotações. Essa norma gerou uma série de protestos pela *internet*, nas redes sociais e sítios de discussão entre

¹⁸ O Arco Metropolitano é uma rodovia que conecta alguns municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro com o objetivo de concentrar o tráfego de veículos de transporte de carga. Esta é uma obra que está relacionada ao Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) e outras intervenções na infraestrutura de transporte do estado do Rio de Janeiro, dentro do chamado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, que começou a ser executado em 2007.

militantes. Em 2011, um funcionário do IBAMA em Manaus-AM teria falado em eutanásia de pássaros apreendidos, por serem originários da Venezuela, que pelas normas não poderiam ser liberados em território brasileiro. Dez dias depois, outra matéria dizia que só alguns pássaros eram venezuelanos e a proposta de eutanásia não teria sido feita por funcionário (O GLOBO, edição de 24/06/2011, p. 9; e edição de 05/07/2012, caderno Razão Social, p. 16).

Quando estive no CETAS de Seropédica, havia falcões, urubus, uma coruja, uma cobra branca de origem asiática, algumas araras, vários macacos-prego e uma grande quantidade de barulhentos filhotes de papagaios. Naquele momento, araras, papagaios e macacos-prego eram os mais numerosos entre os hóspedes e é possível que haja uma demanda maior por eles no mercado clandestino. Não foi possível obter números e espécies para atestar isso, porque seria necessário seguir alguns procedimentos administrativos que não estavam em meus planos justamente no momento de fechamento do texto desta tese. Também não foram permitidas fotografias dos animais.

Segundo Daniel Marchesi, os macacos-prego são muito procurados como animais de estimação. Normalmente, eles são adquiridos filhotes, mas quando crescem mudam o comportamento e podem se tornar agressivos. Isso leva os antigos proprietários a encaminhá-los a locais como os CETAS ou soltarem em áreas de florestais. Ele também mencionou um projeto de soltura de animais considerados inadaptáveis à vida silvestre em áreas do nordeste em que foram construídas ilhas artificiais, porque não há demanda por esses animais seja em santuários, zoológicos ou outros de tipos de empreendimento para recebê-los.

A capacidade de acolhimento de animais daquele CETAS é variável, pois vai depender das espécies que estejam abrigadas. Por exemplo, uma jaguatirica pode ocupar o lugar de uma centena de pássaros; aves predadoras não podem ficar com animais que possam ser predados. Pode haver mais de uma espécie por compartimento, mas esse compartilhamento de espaço tem que respeitar as diferenças de comportamento, possíveis brigas e relações de predação. Assim, em alguns momentos atinge-se a lotação máxima, dependendo das espécies e pode chegar a recusar novos animais.

No processo de encaminhamento dos animais, a prioridade é para a recondução aos ambientes abertos, onde os animais vivem livres, mas como essa opção nem sempre é a mais viável, em se tratando de animais oriundos de outros países que não fazem fronteira com o Brasil e aqueles que já estão excessivamente domesticados. As opções alternativas são os chamados santuários conservacionistas, zoológicos e criadores comerciais que têm autorização formal para reproduzir em cativeiro animais silvestres e comercializá-los. Há diversos animais que se percebe não serem capazes de viver em liberdade e aprender a

encontrar o próprio alimento, mas eles só podem ficar sob a responsabilidade de pessoas jurídicas. A legislação não permite pessoas físicas manterem consigo animais silvestres.

A convivência diária possibilitada pela alimentação dos animais e retirada de restos de comida e fezes dos cômodos possibilita a interação dos tratadores com os animais. Os filhotes de papagaio que foram apreendidos pela polícia e estavam provisoriamente hospedados no CETAS, ao perceberem a presença dos cuidadores começavam a emitir sons pedindo comida. A alimentação daqueles animais é feita por seringas e de forma individual, como uma composição pastosa com nutrientes adequados à espécie. A alimentação dos animais segue os protocolos definidos pelo IBAMA, a maior parte come frutas e legumes, mas os carnívoros também recebem carne.

Figura 72 – Gaiolas apreendidas com as aves



Fonte: Arquivo pessoal.

III.5 - Encaminhamento de cães e gatos para adoção

Existem bovinos, caprinos e suínos que são fornecedores de material genético e, mesmo dentro da indústria da carne, não são abatidos porque têm o valor definido pelas características físicas que os aproximam de parâmetros ideais de fornecedores de carne; outros animais são criados para servir de companhia, como cães, gatos, aves, roedores, pequenos porcos, e até mesmo cavalos¹⁹; algumas espécies tidas como silvestres também são reproduzidas em cativeiros para ornamentar e compor paisagens; entre outras possibilidades.

Em torno desses animais, há um amplo mercado que tem suas atividades orientadas pelos aspectos financeiro e classificatório, este último definindo que animais são usados na alimentação, quais podem viver em ambientes domésticos e os que estão impedidos de enquadramento nessas duas categorias. Os criadores provocam cruzamentos que geram animais com determinadas características. Para não estender excessivamente essa discussão, ficaremos restritos aos cães e gatos e a uma breve menção aos rotulados como silvestres que nascem dentro dessa concepção.

Os criadouros de animais da fauna silvestre estão amparados pela Lei Federal nº 5.197/1967. Até 2007, as autorizações dependiam de decisões administrativas dos órgãos ambientais, mas com a Resolução nº 394/2007 do CONAMA estabeleceu-se a criação de uma “lista pet”, onde seriam definidas as cerca de cem espécies que poderiam ser comercializadas,

¹⁹ Estes também podem ser pensados como símbolos estéticos que remetem a um período anterior ao desenvolvimento das máquinas como meio de transporte.

a maioria aves²⁰. Não consegui encontrar a lista até o fechamento deste texto, e imagino que ainda não foi divulgada. É possível que o retardo seja decorrente de pressões de criadores e de militantes dos direitos dos animais, por razões opostas, de ampliar ou restringir. A ideia da lista parece sinalizar no sentido da regulamentação de práticas corriqueiras cuja interpretação pelo viés da criminalização não conseguiram conter.

Quanto aos cães e gatos, parte da diversidade dessas duas espécies resulta de intervenções humanas para atingir determinados padrões de aparência. Os gatos têm variações menos contrastantes. A maior raça desses felinos é a *maine coon*, que pode atingir mais de dez quilos de peso corporal, sobre a qual há diversas hipóteses quanto à origem, dentre elas que teria resultado do cruzamento com espécies de felinos domésticos com selvagens. Também existe a raça *sphynx*, que é completamente sem pelos, como resultado de uma combinação genética rara, e o cruzamento entre indivíduos com tais características produziu esta raça. Gatos peludos e de pequeno porte são maioria entre os que compõem o mercado de animais de estimação. A diversidade entre eles fica mais relacionada à pelagem, com a textura, o comprimento e as tramas que formam a coloração.

A situação dos cães é bem mais diversificada. Ao longo da convivência com os humanos, os cães passaram por diversos cruzamentos visando o desenvolvimento de determinadas habilidades, para a caça, a guarda, a detecção de odores, transporte de mensagens, tração, entre outras funções (*National Geographic Brasil*, edição 21, janeiro de 2002) e com combinações genéticas entre um número de genes relativamente pequeno ocorre toda a diversidade de dimensões corporais, cores, textura e volume dos pelos (*National Geographic Brasil*, edição 144, março de 2012).

Karin Graf (2010) relata a sua experiência junto com seu marido depois de adquirirem um cão da raça *dogue alemão* com a simples expectativa de tê-lo em casa, e foram convencidos pela criadora que lhes vendeu o animal a levá-lo a uma exposição, que é um tipo de competição organizada pelas associações de criadores onde cada animal disputa inicialmente com outros da mesma raça e, se for vencendo as etapas, pode competir com cães de outras raças pela composição corporal e proporcionalidade que os aproxime de um cão ideal. Na primeira experiência, o animal foi premiado e daquele momento em diante se tornaram competidores. Samantha Oliveira (2006) também relata sua experiência particular nesse tipo de evento como parte da sua pesquisa.

²⁰ Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/dener-giovanini/presidente-do-ibama-fala-com-exclusividade-sobre-a-lista-pet-4/>>. Acesso em: 30 de novembro de 2013.

Todas as raças que são apresentadas nesses eventos são cruzamentos provocados pelos criadores e resultam de diversos experimentos visando atenuar ou acentuar determinada habilidade, traço, composição física de maior ou menor porte, comportamento mais adequado para a caça, para a guarda, para funções na guerra, entre outras atribuições, e o registro desses processos fica condensado no pedigree atribuído a cada animal. As competições são organizadas em torno dessas composições corporais que adquiriram atualmente outras funcionalidades para criadores e proprietários desses animais.

Embora as utilidades tenham se modificado ao longo do tempo, criadores continuam reproduzindo algumas raças com as mesmas características que as tornaram conhecidas em algum tipo de emprego no passado. No Brasil, existem mais de oitenta associações de criadores, os chamados *Kennel Clubs*, filiadas à Confederação Brasileira de Cinofilia (CBKC), realizando registros de nascimentos e óbitos desses animais e estabelecendo critérios para a definição das raças e o reconhecimento de novas (OLIVEIRA, 2006, p. 10).

No entanto, a manutenção desses traços genéticos tem um custo: o desenvolvimento recorrente de determinados problemas de saúde, que às vezes implica a morte precoce (*National Geographic Brasil*, edição 144, março de 2012). Determinadas raças experimentam períodos de grande procura por um público consumidor de cães com raça definida que oscila periodicamente de acordo com a “raça da moda” (*O Globo*, edição de 1º de junho de 2012, p. 26 a 31. A matéria apontava o *bulldog francês* como a “raça da moda” do momento no Rio de Janeiro).

De acordo com Pellegrini (2005), a ideia de raça desperta pouco interesse investigativo entre pesquisadores porque ela representa variações dentro da mesma espécie, sem chegar ao ponto de ser uma subespécie pelos critérios dos biólogos (*Ibidem*, p. 2). Entre geneticistas, o interesse se resume a interação entre os genes, projetando-se para os seres humanos os resultados (*Ibidem*, p. 7-10). Segundo a autora, a ideia de raça impõe um problema da mesma ordem que a diferenciação entre domesticados e selvagens, que aparentemente são indivíduos da mesma espécie que apenas estão situados em configurações que podem induzir a processos fisiológicos diferentes (*Ibidem*, p. 4). Por meio da manipulação das raças, o mercado de animais segue com as interações entre criadores e consumidores.

Quando estive no CETAS de Seropédica e fui encarado por macacos-prego que estavam presos, por algum momento imagino ter me aproximado do que leva algumas pessoas a desejar ter certos animais em cativeiro. O olhar e a vivacidade deles me encantavam, embora os dentes me assustassem, já que o funcionário que me atendeu disse que poderia ser

um gesto de hostilidade ou uma simples expressão casual decorrente da vida em cativeiro. De fato, o contato com alguns animais desperta um impulso de querer perpetuar aquele momento, e deve ser isso o que movimenta esse mercado.

Se pensarmos que os mercados têm centros e periferias, o comércio de animais silvestres e domesticados sem atestado de procedência está em sintonia com as expectativas que integram todo esse conjunto. É preciso que exista um público consumidor para que alguém se disponha a oferecer animais em diferentes condições, e assumindo os riscos pelo transporte, no caso dos silvestres, e de apreensões, tanto em relação aos silvestres quanto aos domesticados de companhia comercializados em vias públicas. Alguns desses animais também são comercializados em lojas de produtos para animais.

No discurso de pessoas que atuam na proteção animal, a compra de animais é um dos fatores que provocam as maiores críticas, porque há animais disponíveis para a adoção que são preteridos quando alguém prefere comprar um a adotar outro mais necessitado, além de alimentar um mercado periférico de reprodução de animais que não oferece as melhores condições de acomodação. Tal crítica também se aplica ao consumo de espécimes silvestres, mas em menor proporção porque a fiscalização fica mais concentrada neste tipo de comércio.

O parque Campo de São Bento, em Niterói, é um lugar conhecido pela venda clandestina de animais. Em julho de 2013, uma operação policial realizada em conjunto com uma secretaria municipal apreendeu alguns animais e as pessoas que os vendiam²¹. Em junho de 2010, algumas pessoas comercializavam animais na calçada ao mesmo tempo em que ocorria um evento de adoção no interior do parque, separadas apenas pelas grades e por alguns metros (*O Globo*, edição de 20 de junho de 2010, caderno Niterói, página 7). Tal situação gerou discussões e foram chamados policiais ao local pelas pessoas que organizavam o evento de adoção, tendo o mesmo desfecho do episódio que aconteceria três anos depois.

De certa forma, o evento de adoção e os vendedores de cães em caixas de papelão disputavam o mesmo público. Não são todas, mas algumas pessoas que procuram os eventos de adoção têm a expectativa de conseguir um animal com aquelas características valorizadas no mercado de “*pets*” e talvez não tenham recursos ou não se disponham a pagar os preços praticados pelos criadores filiados às associações locais e que emitem atestado de procedência. Além disso, as pessoas que organizam os eventos de adoção costumam enfatizar os traços de beleza dos animais para convencer os adotantes, que são justamente as características que remetem aos animais com raça definida.

²¹ Disponível em: <<http://www.ofluminense.com.br/editorias/cidades/operacao-combate-venda-ilegal-de-animais-em-niteroi>>. Acesso em: 21 de outubro de 2013.

É dentro dessa configuração que os eventos de adoção acontecem. Além de cuidar dos animais que vivem nas ruas ou abrigá-los de forma permanente ou provisória, como mostrado em capítulos anteriores, o encaminhamento desses animais para adoção é um dos principais fatores a serem considerados em qualquer planejamento de protetores, em se pensando na continuidade do trabalho. Se os cães e gatos acolhidos permanecerem, em pouco tempo o espaço de acomodação atinge o limite e criam-se superlotações, como acontece na origem da maior parte dos abrigos.

Certa vez, enquanto conversava com Isabella Gomes, que participava da organização de evento de adoção na Praça Edmundo Bittencourt em Copacabana, Rio de Janeiro, ela disse: “O animal resgatado poderá ficar com o grupo pelo resto da vida, porque não há garantia de que todo animal será adotado e vai se adaptar à adoção. Quando o animal é resgatado, passa a ser nosso”. Dessa maneira, um dos fatores que mais a incomodavam era o descompasso entre o número de animais recolhidos, que normalmente são chamados de resgatados, e a quantidade efetivamente encaminhada.

Com a expectativa de melhorar essa relação entre o número de resgatados e o de adotados, foram encontradas formas de exposição dos animais disponíveis: eventos de adoção em locais públicos; fotografias nas chamadas redes sociais da *internet* (especialmente o *facebook*); e a divulgação em lojas de produtos para animais (chamadas de *petshops*) e clínicas veterinárias. Nestas duas últimas, normalmente são deixados apenas filhotes porque animais adultos causam certos inconvenientes, como barulho e podem ficar agitados e agressivos. Na *internet* há certa comodidade porque as fotografias e informações ficam expostas permanentemente e não há desgaste para o animal.

Gradativamente, a divulgação eletrônica tem se tornado o principal meio de ação porque atinge um número maior de pessoas e as informações podem ser repassadas continuamente. Algumas protetoras como Neuza Oliveira, que reside em São Gonçalo-RJ, e Isabella Gomes, que reside na cidade do Rio de Janeiro, disseram-me que pela *internet* os processos de adoção são mais criteriosos e fáceis de administrar porque a interação com os adotantes ocorre de forma mais tranquila do que nos eventos de adoção, sem o barulho da agitação dos cães e interferências de outras pessoas nos diálogos.

Apesar disso, a modalidade mais tradicional resiste a essas inovações e é mantida em funcionamento. Os eventos de adoção, que já foram chamados de “feiras”, mas teve o nome modificado porque se criou um consenso de que feira é para mercadoria, e como estão tratando de animais de companhia, a palavra mais adequada seria evento. Tais eventos têm

como fator principal no planejamento a visibilidade. Em geral, são realizados em praças e parques públicos, onde costuma haver circulação regular de pessoas.

Preferencialmente, eles ocorrem em horário de maior circulação de pessoas com disponibilidade para observar os animais e poder levá-los. Assim, os finais de semana são os dias preferidos, especialmente os sábados, pois além de haver mais pessoas em condições de adotar animais, os próprios organizadores têm mais disponibilidade nesses dias. As condições meteorológicas também influenciam na organização, porque a chuva além de causar desconforto para os animais e organizadores afugenta os possíveis adotantes. Os eventos podem ser cancelados ou remarcados para outra data quando chove. Normalmente, os organizadores já anunciam previamente a data alternativa.

Durante o período de exposição, os cães podem ficar em cercados ou presos por coleiras, e os gatos ficam em gaiolas. A diferença se dá porque os cães têm menos desenvoltura do que gatos para pular obstáculos, por isso podem ficar em cercados sem cobertura, enquanto os gatos precisam ficar em gaiolas para evitar fugas, mas isso também tem a ver com as dimensões corporais de cada espécie e com a faixa etária. Filhotes de gatos também podem ficar em cercados, desde que não esbocem a intenção de fugir.

Figura 73 – Gília registrando uma adoção em evento no Campo de São Bento em Niterói



Fonte: Arquivo pessoal.

No entanto, a visibilidade que se busca no planejamento tem um custo. Muitas vezes, a convivência com grande fluxo de pessoas que não estão interessadas nos animais, mas com eventos paralelos é comum. Certa vez, fui a um desses eventos de adoção na Praça do Largo do Machado, na cidade do Rio de Janeiro, em julho de 2011, quando acontecia ao mesmo tempo no local uma manifestação de professores da rede pública estadual que estavam em greve, com a presença de carros de som em que discursavam representantes de partidos políticos e sindicalistas.

A primeira impressão que tive foi imaginar que o evento de adoção havia sido cancelado devido ao desconforto para os animais, mas logo localizei a estrutura montada e os animais expostos. Em agosto de 2011, fui a outro evento de adoção (Figura 75) no Campo de São Bento em Icaraí, Niterói, organizado por Gília Barcellos. No local havia uma grande movimentação de pessoas que circulavam entre barracas que vendiam roupas e lanches, além de uma banda de música de uma escola pública que, somado ao som das conversas entre as pessoas, produzia altos níveis de som. Embora houvesse divisões de espaço entre a feira, a exibição da banda e o evento de adoção, os sons de cada um dos eventos se misturavam e se confundiam.

A estrutura dos eventos é constituída, em geral, por uma tenda para abrigar os responsáveis pela organização, onde é feito o controle dos animais que chegam e que são adotados, que pode ser substituída pela sombra de uma árvore; algumas gaiolas e cercados metálicos para gatos e cães; jornais para forrar o piso das gaiolas e facilitar a limpeza dos dejetos dos animais e sacos para recolher o lixo; ração e água para os animais; assim como embalagens próprias para o transporte dos animais durante dos deslocamentos; e algumas embalagens improvisadas para fornecer aos adotantes, que são geralmente caixas em papelão com diversos furos. Os animais podem ter diversas procedências, e as pessoas que os levam se responsabilizam em recolhê-los de volta se não forem adotados.

Figura 74 – Eventos de adoção na Praça Estephânia de Carvalho, São Gonçalo, e em Florália de Niterói



Fonte: Arquivo pessoal.

Quanto aos critérios definidos para se adotar um animal, estes variam um pouco, de acordo com os recursos de quem promove a adoção e da quantidade de animais sob sua responsabilidade, entre outros fatores que podem interferir sobre determinados detalhes, mas há alguns que são básicos e estão presentes na maioria dos acontecimentos deste tipo. As três principais observações são: verificar se a casa onde o animal vai viver tem condições de

mantê-lo seguro, quando se orienta sobre a colocação de grades e telas em janelas e locais por onde os animais possam fugir ou cair, principalmente em apartamentos; a advertência de que, em média, viverão por mais de uma década, e em alguns casos mais raros por quase duas; que eles demandam atenção e é saudável para os cães, física e emocionalmente, que passeiem regularmente; e que não lhes seja dada qualquer marca de ração porque algumas provocam problemas de saúde, principalmente urinários e digestivos.

A entrega do animal pode ocorrer apenas depois de uma visita à casa do candidato a adotante, se for necessária alguma adequação do ambiente ou não se dispuser naquele momento de condições para transportar o animal. Alguns grupos²² doam animais vacinados e esterilizados, mas essa não é uma regra, porque depende de certos valores financeiros. É mais comum irem todos vacinados e apenas os adultos esterilizados, pois existe um período adequado para a cirurgia em filhotes. Informações sobre outros animais que os candidatos a adotantes já tiveram são levantadas, para verificar se existe alguma possibilidade de o ambiente estar infectado, evitando-se inserir um novo e saudável animal em local contaminado.

Os candidatos a adotantes também respondem a perguntas para verificar o grau de comprometimento com o animal. Os organizadores solicitam documento de identificação e comprovante de residência. Os chamados “termos de adoção” são fichas individuais preenchidas com dados pessoais dos adotantes, com nome completo, número de documento de identidade, endereço e contatos, além de se comprometerem, assinando, a cuidar dos animais ou devolvê-lo se desistirem. Tal controle também serve para contabilizar as adoções. Os modelos variam, mas o fator mais importante é o registro dos contatos do adotante.

Também se verifica a disponibilidade de espaço que a pessoa tem para que seja sugerida a espécie mais adequada a cada pessoa, se cão ou gato. Algumas pessoas que residem em locais com pouca área externa, frequentemente são orientadas a não adotar cães, sugerindo-se gatos. Como os felinos demandam menos espaço e exploram-no de forma mais ampla, subindo em móveis, eles são os mais sugeridos para quem vive em apartamento, além de serem menos barulhentos do que os cães, o que evita problemas com outros condôminos. O animal a ser adotado também precisa estar adequado às características do adotante como, por exemplo, uma pessoa que caminha com dificuldade não pode levar um cão muito jovem ou agitado.

²² Essa ideia de grupo não é uma composição fixa, definida e constante. Alguns se desfazem e surgem novas composições. Mantenho a palavra “grupo” porque as próprias pessoas costumam usá-la regularmente. Como tais eventos demandam trabalho para montar e desmontar, as organizações em grupos facilitam a organização.

Não se costuma doar animais a crianças sem o consentimento dos responsáveis, mas isso provoca algumas situações complicadas. No mesmo evento de adoção no Campo de São Bento (figura 75), chamou-me a atenção uma menina aparentando ter entre 6 e 8 anos segurando as patas de um gato que estava em gaiola, enquanto o gato segurava a mão da menina com as duas patas e aparentava interpretar aquilo como brincadeira. Enquanto fazia carinho no gato, a menina chorava discretamente. O choro se dava pela recusa dos pais em adotar o gato. Porém, uma prima da menina aparentando ter um pouco mais de idade conseguiu convencer os pais a adotar um gato. Quando a primeira percebeu que a prima levaria um gato e ela não, começou a chorar com mais intensidade, mas o máximo que conseguiu foi a concordância da prima sobre visitas futuras ao seu gato.

Depois de consumada a adoção, pode ocorrer o controle posterior, por telefone, correio eletrônico ou indo pessoalmente ao endereço indicado na ficha, mas essa é uma regra meio flexível porque ela depende da disponibilidade das pessoas que promovem as adoções. De um modo geral, isso é feito em pequena escala dentro do conjunto de adoções promovidas. Esse acompanhamento também tem um caráter informativo, para assessorar os novos adotantes sobre o comportamento dos animais, preferências, e sugerir procedimentos que possam resolver possíveis problemas. Com a experiência, evita-se doar animais a pessoas que se encaixem em determinados estereótipos – sem telas nas janelas, que já tenham perdido alguns animais por doenças, entre outros aspectos, para evitar esse acompanhamento.

Embora a expectativa seja que o animal permaneça com quem o adotou, alguns retornam a quem doou, quando surgem dificuldades de adaptação ou incompatibilidade entre adotante e adotado. Por isso, costuma-se pedir para não passar o animal a outra pessoa, devolvendo-o a quem promoveu a adoção. Alguns protetores pedem fotografias e garantias de que o animal está sendo cuidado como combinado. Acredito que nesse momento posterior também tem um aspecto sentimental envolvido, porque às vezes o animal esteve por certo tempo com quem o doou e surgem as comparações entre o antes e o depois.

Quanto ao comportamento dos animais nos eventos de adoção, muitos deles ficam apreensivos, agitados ou tentam fugir. É possível que a movimentação de pessoas, o barulho e o local desconhecido causem certo desconforto para os animais. Os cães costumam demonstrar com mais clareza sinais de agitação - por meio da respiração, do olhar inquieto e de movimentos repetitivos – enquanto gatos são mais contidos e, às vezes, só demonstram apreensão pelo movimento das orelhas e balanço da cauda em movimentos laterais. No entanto, há alguns animais que se habituaram a esses ambientes, devido às constantes idas e

retornos sem que surjam interessados em adotá-los, que não aparentam sentir desconforto. A maior parte dos que chegam agitados se acalma depois de certo tempo.

Em meio a tudo isso, é preciso considerar os fatores que levam alguém a se interessar por um animal oferecido para adoção. Do ponto de vista dos organizadores, os animais precisam estar saudáveis e ter uma aparência compatível com isso, mas existem outros elementos que chamam a atenção dos possíveis adotantes. Algum detalhe curioso da pigmentação, tipo de pelagem, combinação de cores, características que lembrem raças valorizadas no mercado de animais de companhia, entre outros aspectos.

Os parâmetros que orientam protetores e adotantes podem ser divergentes. Pessoas que tiveram poucos contatos com animais têm preferência por aqueles animais com determinadas características de raças conhecidas, enquanto os organizadores procuram convencer que todos têm um tipo de beleza. Os gatos com traços de siameses estão entre os mais procurados, assim como os completamente brancos com olhos azuis. Os animais jovens também são bastante procurados. Há uma pequena demanda por animais adultos porque estes são tidos como de difícil adaptação ao local e ao espaço, mas se tiverem traços de raças valorizadas as chances de eles serem adotados é grande.

Isso às vezes produz algumas divergências entre as pessoas que estão oferecendo os animais e as que os procuram, quando os candidatos insistem em perguntar sobre as raças e os organizadores dizem que são todos sem raça definida (SRD), também conhecidos por viralatas. Isabella Gomes disse que muitas pessoas tentam associar cada animal a uma raça específica, mas ela as desencoraja, dizendo que são todos “sem raça definida”.

Há pessoas muito diferentes frequentando esses eventos, cujas expectativas variam. Algumas procuram um substituto para outro animal que já tiveram e morreu ou desapareceu de casa. Embora algumas prefiram que o animal adotado seja bem diferente do anterior porque a lembrança pode incomodar, na maior parte das vezes, quando decidem ter um animal em substituição a outro, elas procuram um que lembre o anterior, principalmente a cor e o sexo, mas nem sempre localizam e podem adotar um com algum tipo de semelhança.

Essa ideia de continuidade de animais que já morreram, há cerca de uma década, foi uma aposta de laboratórios que se especializaram em clonagem de animais, mas a expectativa de mercado promissor não se confirmou²³. É possível que a lembrança provoque um primeiro impulso quando se decide ter novamente um animal, depois de uma perda, mas é difícil fazer qualquer dedução acerca da expectativa de se ter um animal similar a outro sem um estudo

²³ Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/primeiro+gato+clonado+faz+10+anos+em+mercado+que+produz+poucas+replicas/n1597124741146.html>>. Acesso em: 20 de outubro de 2013.

amplo em torno disso, porque a matéria diz que não se confirmou uma expectativa dos laboratórios em torno de uma grande demanda, mas alguns clones foram produzidos. Talvez os custos tenham inibido quem não o fez e teve vontade.

Com isso, a divulgação dos animais disponíveis faz alguma articulação com essas expectativas de possíveis adotantes, enfatizando determinadas características que possam ser bem aceitas. De certo modo, privilegiam-se os mais belos, mais jovens, com características de raças conhecidas, sem falhas nas patas e orelhas e com boa saúde. Até mesmo quando são feitas fotografias para divulgação, os protetores procuram evidenciar os aspectos de beleza dos animais.

Apesar de todo o empenho dos protetores, surgem os negligenciados. Gatos completamente pretos e mesclados em preto e branco são os menos valorizados. Em relação aos cães a cor preta não tem a mesma conotação que tem nos felinos. Algumas pessoas declaram que têm preferência por gatos pretos, mas a procura por eles é tão pequena que quando surgem interessados suspeita-se que sejam praticantes de rituais de sacrifício. Entre os gatos, as fêmeas também despertam menos interesse, porque algumas pessoas partem da ideia de que os machos são mais propensos a afugentar roedores, o que não se confirma em estudos, segundo Fitzgerald e Turner (2000, p. 160).

Quanto ao comportamento sexual dos animais, uma das principais recomendações dos protetores é que eles sejam esterilizados, porque isso evita a procriação indesejada, o aumento da população de animais abandonados e tem repercussões sobre o comportamento dos animais no espaço residencial, deixando-os mais calmos e sem os estímulos hormonais regulares que os deixa em agitação por alguns dias, ao menos duas vezes ao ano. Em alguns eventos, quem adota se compromete, quando se trata de filhotes que não atingiram o estado de maturidade necessária para serem castrados, que ocorre em torno do sexto mês.

Na cidade do Rio de Janeiro existe o serviço de esterilização para cães e gatos, mas outros municípios vizinhos não possuem, impedindo que haja uma padronização de procedimentos entre os diversos grupos que atuam na área metropolitana. Alguns médicos veterinários facilitam o pagamento e praticam preços mais acessíveis para os protetores, mas nem todas as pessoas que promovem adoções conseguem pagar por isso, mesmo quando os valores estão abaixo da média.

Animais esterilizados também evitam que o mercado de animais seja alimentado, pois muitos animais que chegam às mãos dos protetores têm traços bem marcantes de raças valorizadas, e é possível que o cruzamento com outro animal também com traços acentuados produzam filhotes bem parecidos com os padrões das raças, mas esta é uma probabilidade

pequena porque dificilmente se encontra algum animal com características de raças valorizadas jovens e sem castrar, como seria o perfil do animal para a procriação.

Esse tipo de evento também tem sido utilizado como ferramenta por órgãos das administrações municipais na articulação com os movimentos de proteção em torno dos animais abandonados. Eles estão ganhando certa popularidade, quando prefeituras começam a entrar nesse campo e seguir a mesma dinâmica dos grupos de proteção, como as de Curitiba-PR²⁴, Niterói-RJ²⁵, Recife-PE²⁶. No entanto, alguns eventos geram críticas dos protetores porque divergem de certos princípios. Certa vez, a SEPDA realizou um desses eventos em manhã de quinta-feira no Campo de Santana com animais que estavam em abrigos do município, o que foi criticado por protetores porque teria sido mais proveitoso se tivesse ocorrido no final de semana. Certamente, aquela era uma forma de conciliar o evento com o horário de expediente dos funcionários.

Parte da logística dos eventos de adoção depende dos chamados lares temporários. Diferentemente do que supus, quando comecei compilar informações sobre eles, não são os animais mais debilitados os preferidos, mas os filhotes e em melhores condições de saúde, pois, é preciso considerar o cálculo da maior probabilidade de adoção e não os que exigem maiores cuidados, porque em se optando por animais mais fragilizados, ocorre o risco de não surgir adotante e o lar provisório se transformar em permanente.

Nesse processo de resgatar os animais, às vezes, é preciso acomodá-los em algum lugar até serem encaminhados para adoção. Eis que se cria o lar temporário, que pode ser a casa de algum protetor, de alguma pessoa conhecida, mesmo que não esteja diretamente envolvida com o trabalho de proteção, ou abrigos remunerados que já existem na área metropolitana do Rio de Janeiro. Este último tipo, representa um processo de institucionalização em curso de certas práticas dos protetores, já que o discurso voluntário e

Figura 75 – Evento de adoção organizado pela SEPDA no Campo de Santana em 2011



Fonte: Andreia Santa Helena.

²⁴ Disponível em: <<http://www.protecaoanimal.curitiba.pr.gov.br/Conteudo/VisualizarEvento.aspx>>. Acesso em: 20 de outubro de 2013.

²⁵ Disponível em: <<http://www.ofluminense.com.br/editorias/cidades/feira-de-adocao-de-animais-no-campo-s-bento-faz-um-ano>>. Acesso em: 20 de outubro de 2013.

²⁶ Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/prefeitura-realiza-3a-feira-de-adocao-de-caes-e-gatos-neste-domingo-30/>>. Acesso em: 20 de outubro de 2013.

altruísta começa a ser permeado por relações econômicas que, mesmo informais, complementam as ações e dão um maior alcance aos objetivos.

O lar temporário é, sobretudo, um espaço de transição entre o primeiro momento de resgate e o posterior encaminhamento do animal. A meta é ter esses lares temporários como locais de rotatividade e não de permanência. Os animais em lares temporários podem conviver com outros que já



Fonte: Arquivo pessoal.

Tenham sido admitidos como moradores permanentes do local, ou seja, tal espaço não se caracteriza pela sua exclusividade ou finalidade, mas pela condição de cada animal especificamente. Assim, é conveniente que cada acolhedor temporário não absorva um número grande de animais nesta condição para não interferir demasiadamente na rotina da casa e propiciar as melhores condições de habitualidade possível aos hóspedes.

Esse número de segurança vai variar de acordo com o número de articulações que cada pessoa que oferece lar temporário consegue fazer para encaminhar os animais sob sua responsabilidade. Uma das principais preocupações com lares temporários é com os tratamentos de saúde em andamento. Outro aspecto importante tem a ver com as características das espécies: os cães demandam mais espaço do que os gatos. Enquanto os lares temporários para gatos podem ser apartamentos, os cães costumam ficar em casas.

Assim, uma das impressões que se pode ter dos eventos de adoção é que o trabalho dos organizadores acaba adquirindo um aspecto performático, que tenta sensibilizar outras pessoas e propagar a informação de que há um número grande de animais com um pequeno número de pessoas responsáveis por eles. Os animais adotados, em média, correspondem a cerca de um quinto do total levado. Além disso, esses eventos acabam sendo bem desgastantes porque as pessoas ficam o dia inteiro trabalhando e às vezes com sol, poeira e barulho, e ainda têm que conduzir os animais aos locais onde estavam antes, algumas vezes lares temporários.

III.6 – O gerenciamento espacial e as implicações classificatórias

Como todas as descrições deste capítulo resultam de visitas simples a cada um dos espaços em que foi admitida a presença de um pesquisador, deve haver um aspecto discursivo

que se impôs nos relatos dos responsáveis que complementaram as breves observações. Por motivos já mencionados anteriormente, as condições práticas da pesquisa só foram possíveis nestes termos.

A maior ou a menor concentração populacional em cada um desses empreendimentos está diretamente relacionada ao grupo classificatório em que os animais são colocados. Os domesticados de fazenda estão inseridos dentro de uma ideia de utilidade material que os torna menos numerosos em relação aos domesticados de companhia. Estes últimos além de não terem o mesmo tipo de utilidade que os de fazenda, ainda têm índices de reprodução mais altos. A quantidade de animais silvestres acomodados em abrigo pode variar de acordo com a demanda por eles no mercado clandestino em sintonia com a regularidade das operações policiais.

Outro ponto que observei em comum foi a intervenção de quem administra esses diferentes espaços nas disputas por comida e mesmo nas relações de predação. Por mais “natural” que fosse um animal silvestre preda outro no CETAS, isso não seria admissível em espaço controlado por pessoas que estão orientadas por uma visão de preservação da autonomia dos animais em suas relações, mas desde que elas ocorram em ambiente aberto, em que condições mínimas de defesa das presas sejam garantidas. No conjunto de locais para instalação de animais tratados neste capítulo, barreiras físicas ou a divisão do alimento em partes iguais, que ignore as relações hierárquicas entre os animais, produzem algo que vejo como a extensão de uma moralidade humana.

Essa ideia de moralidade estendida já foi sugerida por Darwin (1952)²⁷ com outra conotação, mas a vejo nas tentativas de conter as disputas pelo alimento; da inibição da expressão das hierarquias entre os animais; e, principalmente, das relações de predação que são contornadas. Essas intervenções humanas indicam outra direção para aquilo que Gould (1996, p. 27-66) aponta como expressões corriqueiras entre os animais, inclusive, na mesma ninhada, quando alguns indivíduos recebem mais atenção dos pais do que outros e o alimento nem sempre é compartilhado entre os animais que habitam determinado espaço. A mediação humana impede que uns comam mais do que outros ou que alguns fiquem sem comida.

Os três tipos de acomodação para animais mostrados neste capítulo – ou talvez quatro, se considerarmos a proposta dos lares com autonomia em relação aos abrigos -, têm semelhanças que decorrem do espaço fechado e do seu gerenciamento. Com exceção do

²⁷ “Nossos cães domésticos descendem de lobos e chacais, e embora eles não tenham ganhado em astúcia e possam ter perdido em cautela e desconfiança, eles têm progredido em certas *qualidades morais*, tais como afeto, confiança, temperamento e, provavelmente, inteligência em geral” (DARWIN, 1952, p. 295, tradução e grifos meus).

CETAS, em que talvez a reprodução de animais silvestres seja um fator positivo, nos demais tipos de acomodação para animais ela é evitada. Os santuários, abrigos e lares são concebidos para administrar excessos populacionais, cuja visualização desses excessos é enquadrada por orientações políticas distintas, ao passo que o CETAS segue um princípio oposto, de evitar um déficit populacional entre espécies silvestres.

Dentro dessa lógica deficitária, algumas espécies têm despontado como prioritárias em situações como o resgate e recuperação de pinguins atingidos por um vazamento de óleo na costa da África do Sul, em junho de 2000, descrita por Denapoli (2011). A alimentação daqueles pinguins ficou comprometida quando os estoques disponíveis de sardinha foram totalmente consumidos. Diante disso, o governo sul-africano permitiu o descumprimento temporário de uma norma criada para proteger as sardinhas, que restringia o volume que cada pescador poderia pescar diariamente, para que as aves fossem alimentadas (*Ibidem*, p. 109).

Naquele contexto, é possível supor que as sardinhas estariam menos ameaçadas de extinção do que os pinguins, mas não me arrisco a pontar em que lado elas estariam, se mais próximas dos silvestres ou dos domesticados. Do ponto de vista etimológico, até o pinguins ficariam em posição delicada, já que não são da “selva”. Na visão estatal, essa distinção entre silvestres e domesticados parece decorrer de uma separação entre o que as práticas econômicas estabeleceram como usuais até determinado momento, deixando de fora do conjunto dos domesticados aquelas espécies com menor grau de contato com os seres humanos, pouca afinidade, ou com um histórico de relações pouco amistosas.

Suzuki (2007), analisando a criação dos espaços turísticos na África, com a criação dos *safaris*, relata que a substituição de fazendas de gado por parques habitados por animais tidos como em estado selvagem simbolizava a reformulação do espaço para atender aos objetivos turísticos. Mesmo quando já habituados com a presença humana, os leões eram apresentados como selvagens, rótulo que só tem sentido se forem negligenciadas as mudanças que ocorreram nos ambientes naturais provocadas pela intervenção humana antes da criação dos parques.

Neste caso, os rótulos servem para permear significativamente as ações e emoções de administradores dos parques e de turistas que procuram espécimes em seus “habitat naturais”, embora todos saibam, ou suspeitem, que não está em jogo uma ideia de veracidade, mas o estabelecimento de uma configuração baseada em certas expectativas. Mesmo quando a agressividade de um leão for inferior a de um animal qualquer tido como domesticado ou o senso de territorialidade de uma matilha de cães errantes for menos acentuada do que a de um grupo de gansos que procure proteger as bordas do lago onde vivem em um jardim ou parque

qualquer, as referências semânticas evocadas pelas espécies atuam como motivação, em detrimento das configurações singulares.

Além disso, a domesticação não se processa exclusivamente pelo aprisionamento, acondicionamento e pelo contato direto, ela também pode ocorrer por meio do compartilhamento do espaço, no limite entre áreas habitadas e a floresta. Como aponta Fuentes (2007), sobre a movimentação de macacos em torno de um templo budista em Bali, Indonésia, “os macacos estão protegidos quando em volta do templo e os humanos ganham benefício financeiro substancial pela presença dos macacos, por meio do turismo” (*Ibidem*, p. 125, tradução minha). Primatas humanos e não humanos interagem sem a necessidade da delimitação do espaço de interação e dos movimentos.

Dentro dessa discussão, Digard (1988, p. 34, tradução minha) argumenta que essa fronteira é constantemente cruzada por animais no sentido do estado selvagem: “Todos os dias, em todas as partes do mundo (mais ou menos), gatos, cães, cavalos, porcos ‘retornam’ à vida selvagem”. Esta é uma polarização extremamente formal que não explica o lugar de cada animal dentro do conjunto de elementos que compõem as relações interespecíficas. Apesar disso, são referenciais administrativos estatais muito fortes, e também orientam as ações de cada um dos grupos envolvidos com os diversos segmentos da proteção animal.

Como mostrado no capítulo anterior, até mesmo a proteção aos silvestres depende de economia predatória em que esses animais são procurados. Quando não é possível reconduzir os animais silvestres aos habitat de origem, eles podem ser encaminhados a zoológicos e criadores comerciais que reproduzem para a comercialização. Vejo o interesse em animais com determinadas características como um tipo de predação que não se consuma pela matéria, mas pela apreensão que atende a um desejo de possuir, deter, conter, consumir no sentido de ter, para depois ser visto acompanhado por um animal raro e que tenha custado certa quantia em dinheiro e atribuí distinção social.

Por outro lado, a forma de expor cães e gatos nos eventos de adoção também produz novos padrões de beleza que cria um novo mercado de animais de companhia, que não são comprados, mas excluem os que não têm uma das patas, falhas no pelos ou qualquer outro detalhe que os tornem pouco atrativos aos adotantes. Pode ser que a continuação das relações modifiquem as visões, mas o caminho percorrido passa pelos paradoxos e explora as nuances de economia predatória que é mobilizada em prol da política protecionista.

Capítulo IV

Ações políticas pelos animais: caminhos da institucionalização

IV.1 – Os animais na legislação e os movimentos pela inclusão

A morte de uma cadela da raça *yorkshire* no final de 2011, no estado de Goiás, em decorrência de agressões da sua proprietária, foi amplamente divulgada por meio de um vídeo que circulou na *internet*. Isso provocou grande comoção e diversos protestos. Em 22 de janeiro de 2012 ocorreram manifestações simultâneas em diversas cidades brasileiras pedindo punição para a mulher, sendo a Praia de Copacabana o local escolhido para a concentração no Rio de Janeiro.

O episódio da morte da cadela em Goiás e outras histórias, classificadas como maus-tratos a animais, produziram discussões sobre a ampliação das penas para este tipo de ação e resultaram na elaboração de um projeto, por um grupo de juristas, propondo mudanças no Código Penal para tramitação no Congresso Nacional, que foi concluído no primeiro semestre de 2013. É possível que outros movimentos similares tenham contribuído para a inserção dos cuidados com os animais na legislação brasileira. Talvez, não com a mesma conotação, intensidade, ou perspectiva de proteção que tem sido mais usual atualmente, mas, de algum modo, pode ter havido alguma iniciativa que levou a isso.

Em outubro de 2013, quando eu já finalizava este texto, surgiu outra grande mobilização envolvendo cães da raça *beagle* e pequenos roedores que estavam sendo usados como cobaias em testes laboratoriais por uma instituição privada, na cidade de São Roque-SP, e foram retirados do local por um grupo de manifestantes e depois alojados em locais não revelados. Durante vários dias ocorreram discussões sobre o aspecto jurídico da retirada dos animais e sobre as pesquisas envolvendo animais. Essa mobilização incentivou a formalização de um pedido ao Poder Executivo, feito pela Frente Parlamentar em Defesa dos Animais, composta por deputados federais, restringindo as pesquisas envolvendo animais.

Com a análise do histórico da citação dos animais na legislação brasileira a partir do século XX, é possível visualizar a gradativa inserção de determinados temas. Em 1924, foi emitido o Regulamento das Casas de Diversão Pública, que proibia rinhas de aves, corridas de touros e outras modalidades de entretenimento envolvendo animais. Uma década depois, em 1934, no primeiro governo Getúlio Vargas, foi emitido um decreto definindo punições para atos de agressão contra animais, acomodá-los em condições precárias, exigir esforço excessivo dos animais de tração, praticar tiro ao alvo ou depenar aves vivas, entre outras práticas.

Quatro anos mais tarde, em 1938, foi emitido o Código de Pesca, que, com inserções posteriores, definiu parâmetros para tal atividade e proibiu o uso de armadilhas e substâncias tóxicas na pesca. Em 1941, foram estabelecidas punições para os chamados “atos de crueldade contra os animais” na Lei das Contravenções Penais. Em 1943, ocorreu a regulamentação da caça e, com alterações posteriores, segundo alguns juristas, resultou na proibição apenas da modalidade profissional (CASTRO, 2006; LEVAI, 2004; LOURENÇO, 2008 e RODRIGUES, 2010).

No período entre 1944 e 1963, que corresponde à fase final da Segunda Guerra Mundial e todas as repercussões posteriores, com a chamada Guerra Fria, a morte de Getúlio Vargas, e um período de acirradas disputas em torno das instituições políticas brasileiras, que resultaria, em 1964, na instauração compulsória de um governo militar, não localizei citações referentes aos animais na legislação brasileira. Em 1964, foi publicada lei admitindo animais vivendo em condomínios, sobrepondo-se às convenções condominiais contrárias. Em 1967, a proibição da caça profissional foi instituída, embora tenha sido mantida a esportiva, e ficava definido como propriedade da União o objeto da caça, e não mais do caçador.

Com isso, é possível perceber que as proibições tinham como foco disciplinar atividades como a caça, o uso dos animais no trabalho de tração e o tipo de entretenimento que se fazia com os animais, embora a restrição não significasse a imediata mudança de hábitos. Poderia haver questões muito pontuais orientando a formulação dessas leis, mas este é um trabalho de pesquisa que exige muito tempo para se chegar às discussões que precederam a elaboração de cada uma delas. É difícil especular se as motivações tiveram alguma participação de movimentos em prol dos animais ou se ocorreram em função de questões econômicas, ou ainda se uma pessoa com algum tipo influência teria articulado a elaboração dos textos.

Na década de 1970, no âmbito internacional, ocorreram dois eventos significativos: a Conferência de Estocolmo, coordenada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1972, para discutir temas ambientais e propor o diálogo entre países em relação ao clima; e a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, em 1978, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). No Brasil, em 1979, foram definidas normas para a vivissecção de animais em experiências científicas.

A partir da década de 1980, começa a haver uma articulação da legislação brasileira com temas ambientais mundiais. No início daquela década, foram publicadas diretrizes para a Política Nacional do Meio Ambiente – quando já se percebe alguma influência dos eventos organizados pela ONU - e a regulamentação do funcionamento dos jardins zoológicos,

respectivamente em 1981 e 1983. Em 1987, ocorreu a publicação da lei que proibia a pesca ou molestamento intencional a cetáceos (baleias, golfinhos e botos).

Na Constituição de 1988, o Artigo 225 diz que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”. Até que o Artigo 32 da Lei Federal nº 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais), diz que é crime “praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos”, padronizando, assim, os cuidados referentes aos diversos animais, sem distinção classificatória. Os três tipos classificatórios encontrados na legislação brasileira - silvestres, exóticos (oriundos de fora do território brasileiro ou resultado de cruzamento com espécies de fora) e domésticos ou domesticados (tanto os de companhia quanto os usados na alimentação) - passaram a ficar amparados pela legislação em relação às agressões que pudessem ser cometidas aleatoriamente.

A partir do ano 2000, no Brasil, começaram a ser discutidos parâmetros para a implantação do chamado “abate humanitário”, que consiste na utilização de técnicas que diminuem a sensação de dor durante o abate de animais. Em 2009 foi lançado um programa conduzido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, juntamente com a WSPA Brasil (*World Society for the Protection of Animals*) para aumentar a fiscalização dos locais de abate e do cumprimento das normas, além de oferecer algum tipo de assessoria. Embora esta não seja propriamente uma proposta de proteger os animais, possivelmente, ela decorre das discussões sobre os direitos dos animais.

Desse modo, definem-se linhas de ação para a articulação do que os movimentos em defesa dos animais chamam de bem-estar com as diversas práticas econômicas envolvendo animais, além da contenção dos excessos e dos atos, mesmo despreziosos, que possam provocar algum tipo de lesão, independentemente do rótulo classificatório em que estejam colocados, se selvagens, domesticados ou exóticos. A ideia de tutela sobre a totalidade de animais vivendo no país, já presente nas leis emitidas no início do século XX, provoca a caracterização de crimes, contravenções e outras modalidades de enquadramento jurídico das ações humanas direcionadas aos animais.

Entre as pessoas que defendem os direitos dos animais, há certo consenso de que é necessário haver, além dos serviços já oferecidos, delegacias especializadas e administradas por policiais que simpatizem com a proteção animal, para que os registros das denúncias sejam feitos visando o maior rigor nas punições. Além disso, também se sugere que os registros de denúncias sejam feitos nas delegacias comuns, mesmo com a resistência dos

policiais, para que isso posteriormente seja transformado em números que subsidiarão políticas públicas e o aperfeiçoamento da legislação.

Deve haver grande número de leis estaduais e municipais pelo país tratando de aspectos mais específicos, como esterilização de cães e gatos, a utilização de cavalos e burros em tração, definindo regras para o comércio de animais, e tantas outras matérias que derivam de demandas locais. No âmbito do estado do Rio de Janeiro, a Lei nº 4.808/2006 define normas para acomodação, manutenção das instalações e transporte de cães e gatos, com a proposta de normatizar a criação doméstica de animais de companhia.

Nesse processo de institucionalização da proteção animal, muitas discussões começam nas câmaras municipais, por ser o espaço de ação legislativa mais acessível a certo número de pessoas. Elas são as vias mais elementares de articulação direta entre os movimentos de proteção animal e legisladores. Esse contato resulta em audiências públicas para discutir temas relacionados aos animais, na inserção de projetos voltados para os animais no orçamento e na elaboração de projetos de lei que instituem determinados serviços, principalmente os de esterilização de cães e gatos.

IV.2 – Em busca da inserção das demandas da proteção animal no orçamento

Em 30 de junho de 2011, ocorreria uma Audiência Pública na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, cujo título era “Justiça, equidade e igualdade para os animais no Rio de Janeiro”, que, devido à ausência de dois vereadores componentes da “Comissão Permanente dos Direitos dos Animais”, foi transformada em debate. A mudança no tipo de evento tinha efeito apenas sobre os desdobramentos jurídicos dele, sendo mantida a programação. A mesa estava composta pelo Vereador José Everaldo, que presidia o evento e era o único membro presente da comissão, um coronel da Polícia Militar, o titular da Secretaria Especial de Promoção e Defesa dos Animais (SEPDA), dois representantes da Secretaria de Saúde de Defesa Civil e um advogado e professor de direito.

Depois da fala do jurista, Daniel Lourenço, sobre os animais na legislação brasileira, que deu início aos comentários dos componentes da mesa, os representantes de secretarias municipais e o policial falaram sobre a discrepância entre a legislação e a escassez de recursos para a sua aplicação pelos órgãos públicos. Tatiana Vieira, Superintendente de Vigilância e Fiscalização Sanitária em Zoonoses da Secretaria de Saúde de Defesa Civil, disse:

[...] O que a gente busca [...] é a vigilância, a fiscalização de todos os agravos relacionados às zoonoses e, como a própria definição de zoonose, que é uma doença comum aos homens e aos animais. É óbvio que a saúde humana sempre é pensada em primeiro lugar, mas não existe saúde humana sem a saúde animal [...]. O animal é tão vítima quanto o ser humano. A gente não pode trabalhar só ações referentes ao

ser humano e esquecer que o animal também está ali, se submetendo às mesmas condições [...]. O nosso objetivo em saúde pública é ver não só o que acontece na cidade do Rio de Janeiro em relação às zoonoses, em relação ao ser humano, mas [também] em relação aos animais. Não adianta a gente não se preocupar com bem-estar animal e ignorar esta realidade que a gente tem aqui, focando só nas ações direcionadas ao ser humano [...]. O que a proteção faz é muito importante, porque muitas vezes ela sinaliza o que, do lado de cá, do lado do Poder Público, não visualizamos. A gente tem que trabalhar em conjunto [...], em parceria mesmo [com os protetores] [...]. A gente lida com animal, com ser humano. [...] É ver todo o complexo, que vive em conjunto, sem dissociação alguma [...]. Mas sem esquecer o bem-estar animal, da posse responsável, que é uma coisa que deve ser sempre reforçada. Trabalhar com educação é muito importante [...].

Outro representante da Secretaria de Saúde de Defesa Civil, o Subsecretário de Vigilância, Fiscalização Sanitária e Controle de Zoonoses, Arnaldo Cunha também falou:

[...] Nesta secretaria, a gente tem uma gama enorme de atribuições, de atividades, que são importantíssimas para a saúde pública, e para a saúde pública humana e, conseqüentemente, animal também. Essa harmonia precisa existir e a gente tem que estar atento para evitar problemas, não só para os seres humanos, como também para os animais [...]. É dentro dessa lógica que nós funcionamos dentro da Vigilância Sanitária [...].

Logo depois, o Coronel da Policial Militar José Artur Samaha falou o seguinte:

[...] Acho que o meu lugar não seria aqui nessa tribuna. Estou muito mais daquele lado de lá [do público, composto por protetores e militantes] do que deste lado de cá. [...] Como Daniel [Lourenço] falou, todas as regras de convivência humana já estão tipificadas em algum documento legal. [...] E sejamos humanos: vamos proteger o animal! A Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro desenvolve alguns trabalhos de proteção aos animais, vinculados ao meu Regimento [...]. O município do Rio de Janeiro tem alguns corredores de morte: a Linha Vermelha, a Linha Amarela, a Avenida Brasil. Quantos cachorros morrem ali atropelados? [...] Essa discussão aqui [...] tem que ser um elo entre o excesso de legislação já existente, a processualidade dessa legislação, a dotação orçamentária, vinculada aos órgãos estaduais, municipais e federais, aos órgãos independentes de proteção de animal. Sem dotação orçamentária não se faz fiscalização, não se processualiza a ajuda, não se leva a assistência [...]. No ano passado, [...] na Baixada Fluminense [...], dois jovens pulam o muro de uma casa e tacam fogo num cavalo [...]. Era um cavalo com quatro anos de idade, que não tinha ainda condições morfológicas para a tração animal, mas estava tracionado numa carroça. Dois jovens invadem a casa daquele senhor e tacam fogo numa propriedade animal dele [...]. Existe o descaso de aquele animal estar sendo tracionado dentro das vias públicas. O Código de Trânsito Brasileiro cuida disso aí. Existe o descaso, a nível municipal, da defesa daquele animal também. Existe o descaso estadual, da sua legislação, em cuidar daquele ente de propriedade [...]. O cavalo entra no Regimento de Polícia Montada no dia 23 de abril de 2010 (Dia de São Jorge) e morre no dia 1º de abril de 2011 (Dia da Mentira). É um cenário de várias coisas que a gente pode tirar como benefício ao que deve ser feito [...]. O Estado, esse ente maior, que rege as nossas vidas, direta e indiretamente, tem falhado conosco [...]. Cabe a nós mudarmos essa página, porque intenção nós temos. Legislação, nós temos... E acho que temos até em excesso! [sorriso] [...]. E aí a gente vai cair numa tecla fundamental: dotação orçamentária.

A seguir, o Secretário Luiz Gonzaga Leite, titular da Secretaria Especial de Promoção e Defesa dos Animais (SEPDA), concordou com os argumentos dos seus antecessores, dizendo que a questão orçamentária é essencial para o cumprimento das atribuições dos

órgãos. Quando a discussão foi aberta na tribuna para o público, Fabiano Jacob, que foi apresentado como representante de instituições de proteção animal, fez o seguinte discurso:

[...] [Depois de cumprimentar o Coronel, fazer-lhe elogios pessoais e à sua unidade] O Poder Público tem sido omissivo e não se manifesta na questão animal. [...] Vive dizendo, como o próprio Coronel [...], que não há dotação orçamentária. Se não há dotação orçamentária, então, não há a necessidade de existir o órgão! [...]. Então, extingue-se [...] e passa o dinheiro para quem faz [...]. Os protetores do Rio de Janeiro, as ONG, elas estão cansadas de exercer o papel que seria das autoridades públicas. Hoje nós não temos lares temporários no Rio de Janeiro [...]. Resgatar animal é uma coisa absolutamente simples e fácil: é só ter um carro, uma corda, um pouco de comida. Você chega perto do animal e resgata. E você leva esse animal para onde? ... Primeiro: você precisa levá-lo a um veterinário, porque você não vai deixar o animal sem conhecer as condições de saúde dele, e nem todos nós somos veterinários. Então, você tem o custo de levar esse animal ao veterinário. Depois, você tem o custo da hospedagem desse animal em algum lugar chamado lar temporário, para que ele não vá para um abrigo [...]. A gente conhece a situação dos abrigos [...], como é o caso da SUIPA, para quem esta mesma casa legislativa vivia jogando suas responsabilidades, e o Poder Executivo também [...], entregando animal lá, porque eu vi várias vezes a Polícia Militar, a Polícia Civil, a própria Secretaria [Especial de Promoção e Defesa dos Animais], levando animais para dentro da SUIPA e, depois, essa própria casa legislativa tentou destruir a SUIPA - com que intenção, não sei! [...]. Levam os animais pra lá, e depois tentam destruir aquele que lhes estendeu a mão, e tantas vezes fazendo papel que deveria ser do Poder Público [...]. Eu recebo pedidos diários de resgate, são cinquenta, sessenta pedidos, e a gente não consegue trabalhar [...]. As pessoas não têm feito mais lar temporário [...], porque adoção também está muito difícil, porque tem muito animal na rua, porque tem muito animal em necessidade. Então, nós que sempre fizemos o trabalho do Poder Público, não estamos mais conseguindo exercer esse trabalho. [...] Por descaso total e completo das autoridades [...]. Eu me lembro de quando nós fizemos uma operação [...], no Mercado de Madureira [...], onde ficou uma briga entre a SEPDA e o CCZ [Centro de Controle de Zoonoses] para ver quem ia buscar os animais. Eles que têm caminhão, eles que têm Fazenda Modelo [que pertence à SEPDA], e a gente foi lá, viu o ilícito [comércio de animais silvestres], apurou, chamou as autoridades policiais. Estávamos acompanhados da Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente, e ficou uma briga entre os dois [SEPDA e CCZ] para ver quem é que iria recolher os animais [...]. E pior: “Eu não posso levar para a Fazenda Modelo porque não tem ração”, “Eu não posso levar para a Fazenda Modelo porque não tem espaço” [reproduzindo fala de outros]. Então, entrega a Fazenda Modelo para quem quer fazer! Extingue a secretaria! [aplausos]. Estamos cansados de exercer o papel que deveria ser dos senhores [representantes de órgãos públicos componentes da mesa], do [Poder] Legislativo, do [Poder] Executivo, e assim por diante... [...].

Em seguida, Américo Pessoa, que se identificou como representante de uma instituição de proteção a animais, também foi à tribuna e leu um documento emitido pela ONG presidida por ele e que seria entregue à Câmara, falando das responsabilidades:

[...] Os protetores independentes e as associações que atuam em defesa dos animais têm o direito de ressarcimento de todo e qualquer gasto decorrente de tratamento com médicos veterinários, medicamentos e outras despesas com transporte, etc. [Referindo-se à Constituição Federal, Artigo 225; e à Lei Federal 9.605/1998]. [...] A gente tem direito de receber isso, pelo trabalho que é da SEPDA. [...] Esse trabalho é do Estado. Esse trabalho é do Governo Federal. Só porque nós somos apaixonados por animais, a gente não tem que ficar com o pires na mão, implorando para os animais serem castrados e atendidos [...]. A Lei Municipal nº 4.963/2008, que expõe sobre a assistência a pessoas jurídicas, cuja finalidade seja a proteção ou defesa dos animais, desde que comprovado o estado de necessidade, garante isso

[...]. É obrigação da SEPDA castrar, tratar e prestar atendimento aos animais dos protetores e ONG que fazem o trabalho que, por lei, é da SEPDA. Não é justo que o peso das responsabilidades recaia sobre as costas de todos nós. Não é justo que um abrigo [...] que possua duzentos animais tenha tido somente oito animais castrados pela SEPDA, pois a mesma alega que não possui transporte para realizá-lo. Não é justo que os gatos do Campo de Santana estejam sendo vítimas de barbárie humana [...], lembrando que a responsabilidade do parque cabe à Guarda Municipal – órgão da Prefeitura - e não à Polícia Militar [Aplausos]. Pedimos que seja criado na SEPDA um tratamento que priorize todas as ONG e protetores [...], amenizando o sofrimento pelo qual tantos protetores passam, ao verem seus animais necessitando de socorro médico, impossibilitados de fazê-lo, por não terem poder aquisitivo para os mesmos. Atualmente, existe uma verdadeira falta de conhecimento de delegacias, quartéis da polícia Militar e do Corpo de Bombeiros para onde levar os animais quando são resgatados das ruas. O único local de conhecimento desses órgãos é a SUIPA, que atualmente se encontra superlotada, sendo ela uma ONG [...], e não um órgão do governo, como todos pensam. Porque tudo quanto é animal que é resgatado [...] vai para a SUIPA. [...]. A SUIPA não aguenta mais. Houve até a CPI da SUIPA aqui dentro [...]. Que se envie ofício, emitido pela SEPDA, para todos esses órgãos, notificando-os que o local para que esses animais sejam deixados para tratamento, quando resgatados, é a Fazenda Modelo. [...] O local não é a SUIPA, nem o abrigo de vocês [Dirigindo-se ao público]. Cabendo à SEPDA cumprir o seu papel, tratando, reabilitando e colocando para adoção. [...] [Aplausos; “Conclua, por favor!”], disse o Vereador que presidia o evento]. [No final, pergunta direcionada ao Secretário da SEPDA e discussão com o Secretário sobre inauguração de novas instalações da secretaria, que foi respondida com outra provocação do Secretário sobre vistoria baseada em denúncia contra Américo Pessoa relacionada à guarda de cães em condições inadequadas, e ameaça de processo judicial contra o Secretário. Situação tensa que levou alguns minutos para acalmar].

O vereador que presidia o evento comentou as críticas e outros dois vereadores, Sebastião Ferraz e Tio Carlos, foram à tribuna falar sobre as dificuldades na distribuição orçamentária e a necessidade de ampliação do que é destinado à proteção animal. O titular da SEPDA, Luiz Gonzaga Costa Leite, agradeceu pelo apoio e considerações dos vereadores sobre a secretaria e apresentou números de esterilizações – que seriam maiores do que no governo anterior -, investigações de denúncias e outras ações ao longo da sua gestão. Ele ainda comentou que a verificação de denúncias precisa do auxílio da Polícia Militar, que por sua vez, não toma como prioridade o atendimento de ocorrências envolvendo animais e, com isso, muitas vezes as investigações não são levadas adiante. Também citou um programa da sua secretaria visando o diálogo com pessoas que têm animais de tração:

[...] A secretaria sempre cuidou de cachorro e de gato [...]. Nunca houve uma atenção para os equinos. E a gente começou agora com esse programa “Rio Carroceiro” [...]. Nós estamos entrando nas localidades, estamos fazendo a conscientização dos proprietários dos cavalos, com uma educação de como tratar os animais, e estamos [...] *chipando* [*sic*] os cavalos. Todo cavalo que é recolhido pelo Centro de Controle de Zoonoses e vai para a gente, e que depois vai para uma campanha de adoção, esse cavalo é *chipado* [*sic*]. Então, a gente consegue acompanhar e responsabilizar o proprietário [...]. Essa é uma inovação que não tinha na secretaria [...]. Eu tenho três veterinários para fazer vistoria [...] e estamos com 465 pedidos de ouvidoria. [...] E, às vezes, uma ouvidoria dessas, de animal, [...] você leva dois, três meses para concluir. [...] Você intima, o cara não vai. E aí, você intima de novo [...]. Você não pode entrar numa casa e arrombar. Tem que ir à

polícia. E aí a polícia diz: “Ah! Isso aí é feijoadá” [bobagem]. [...] Apesar de todas essas deficiências, a gente tem muito orgulho do que está fazendo.

Na sequência, Ana Lúcia, que se identificou como protetora independente, também foi à tribuna e criticou o argumento da falta de recursos, contrastando-o com uma proposta, que até aquele momento era recente, de aquisição de veículos que custariam cerca de 80 mil reais (aproximadamente 147 salários mínimos daquele ano) cada unidade, para os vereadores, e ainda acrescentou:

[...] E não tem orçamento pra colaborar com nossos cãeszinhos, com nossos gatinhos, com nossos animais?! Nós, protetores independentes, estamos tirando dos nossos bolsos por mês três mil reais com abrigos, com veterinários particulares pra deixarmos nossos cãeszinhos lá, que pegamos no meio da rua [aplausos do público]. Porque a gente não tem como. Não tem ninguém que represente a nossa causa. Ninguém! A SPDA [quis dizer SEPDA], a gente liga pra lá, pra denunciar um cara que deixa cinco anos um cachorro na varanda, sem ninguém na casa, e eles não vão lá [...]. Eu tive que pular o portão, roubar o cachorro do dono, e levar pra minha casa [...]. É politicagem ficar aqui na frente falando sobre cachorro e não fazer nada! [aplausos]. Até quando vamos receber *e-mail* de 500 mil protetores todos os dias, falando o seguinte: “Tem um cachorro atravessando a Via *Light* às 3 horas da manhã, pelo amor de Deus, vá alguém procurar”? Somos nós que temos que fazer isso? ... Não! É o Poder Público que ganha para isso, não somos nós! [...]. [...] Não é só no município do Rio de Janeiro, não! São todos os municípios [...]. O Secretário [da SEPDA] acabou de dizer que a casa está aguardando liberação [orçamentária]. E enquanto isso, os cachorros aguardam o quê? ... A morte embaixo de um pneu? [...] É doído ouvir que têm cachorros na rua sendo chutados, sendo jogada água quente neles [choro]. [...] Até quando? [...] Temos problemas até com nossos maridos, com nossas famílias, que dizem que nós somos loucos [choro e pausa] [...]. Por que a casa tem 80 mil reais para comprar um carro, mas não tem para ajudar os cachorros da rua? [Aplausos] [...]. Nós não temos verbas e trabalhamos. Nós gastamos do nosso bolso. E o governo, faz o quê? [...]. O nosso dia a dia é um protetor pedindo ao outro: “Você tem um remédio, para me arrumar?”; “Você tem uma vaga aí, na sua cota? Porque a SEPDA só opera oito” [animais que são levados para esterilização. Quem se declara protetor, pode levar mais de um animal, enquanto as demais pessoas só podem levar um]; “Você pode pegar o meu cachorro que peguei na rua, no seu nome, e ir lá castrar?” [...]. [Concluiu seu discurso chorando; aplausos].

Este comentário sobre os veículos foi respondido pelo Vereador Tio Carlos, explicando que o orçamento a que estavam se referindo naquele evento pertencia ao Poder Executivo e os veículos seriam adquiridos com recursos orçamentários do Poder Legislativo municipal.

Outra pessoa que se apresentou como protetora também foi à tribuna, Márcia Valente:

[...] Eu trouxe uma proposta, um documento que até já tive a oportunidade de entregar a alguns vereadores, e hoje faço isso oficialmente. Nesse documento eu levanto algumas coisas [...], como o abandono, a crueldade, e formas práticas de tratar com isso [...], mas eu vou levantar aqui só um ponto, que é mais importante, é a questão da esterilização, da castração, em pontos fixos, da Prefeitura. [...] É inimaginável que uma pessoa vá sair de uma favela, de uma comunidade, carregando um cachorro no colo, e vai como? A pé? De táxi? Vai pagar um táxi? Vai de ônibus? Proibido! [A lei estadual RJ nº 4.808/2006, Artigo 31, diz que o “ingresso de animais de companhia nos transportes públicos de uso coletivo fica permitido desde que o animal seja de porte pequeno e esteja contido dentro de caixa

ou bolsa de transporte”]. Até um ponto fixo da Prefeitura para agendar a castração - porque normalmente eles vão sem saber na primeira vez - e aí é só para agendar, e aí, teriam que ir uma segunda vez. Além disso, eu fiquei sabendo que existe um limite de peso do animal [...]. Um cão de grande porte não pode ser castrado gratuitamente [...]. A gente precisa de uma política pública animal [...]. Uma das propostas é o centro de castração móvel, que seriam ambulâncias, que chegariam e ficariam estacionadas em determinadas comunidades [aplausos]. Sendo precedidas por uma visita que não precisa de orçamento [dirigindo-se ao Secretário], porque existem parcerias. Porque, como já foi dito aqui, nenhum de nós recebe dotação orçamentária [...]. Precisa de parceria com universidades [...], coloquem esses universitários para dar esclarecimentos anteriores, para que essa comunidade seja movida a levar o seu animal [...] e castrar num centro móvel [...]. Faz uma parceria com fabricante de ração, eles ganham tanto em cima da gente! [...] Eles não dão nada em troca [...]. A castração é a base para terminar com a questão do abandono, e é o abandono que leva à crueldade [...].

Na sequência, Pedro Miguel Braga, assessor do Vereador que presidia o evento e militante, foi à tribuna discursar sobre alimentação, veganismo e a incoerência entre a proteção a determinadas espécies e o consumo de outras, seguido pelo comentário do Jurista Daniel Lourenço, que também se declarou vegano, e concordou com os pontos comentados por Pedro Miguel. A descrição dos comentários dos dois ficará mais apropriada na próxima seção, que trata a alimentação como um tipo de proteção.

O titular da SEPDA respondeu a outros comentários, dizendo que a sua intenção era ampliar a atuação da sua secretaria para outros animais, além de cães, gatos e cavalos. Ele citou uma tentativa de transferência de um grupo de gambás de um local residencial para área que pertence aos Fuzileiros Navais, no Bairro da Ilha do Governador, que ainda estava em andamento, para que eles pudessem viver sem as ameaças de envenenamento feitas por moradores, sendo prontamente aplaudido pela plateia.

Logo depois, Ione, professora aposentada que atuava no Campo de Santana, comentou a situação dos gatos naquele parque, que ela julgava inadequada, sobre a alimentação dos animais, e outros aspectos que estão tratados no segundo capítulo desta tese. Ela ainda mencionou que suas despesas com os gatos teriam consumido todas as suas economias acumuladas ao longo da vida.

Ela também expôs uma interpretação sua da Lei Estadual 4.808/2006, que normatiza a criação de animais domésticos de companhia, cobrando do parque postura semelhante à que a lei define para os criadores particulares, porque os felinos estavam vivendo nas dependências do parque. No seu argumento, ela mencionou uma incompatibilidade entre a legislação sobre tombamento, a que o parque estava submetido, e a responsabilidade jurídica do Estado em relação aos animais. De acordo com a interpretação de Ione, e de outras pessoas com as quais conversei durante a pesquisa, a responsabilidade jurídica do Estado sobre animais

domesticados “sem donos” deveria ser observada com mais regularidade, porque na ausência de um proprietário conhecido, o Estado passa a sê-lo como tutor, desde que o tratamento não seja o sacrifício, método que a própria Lei Estadual 4.808/2006 descarta como controle populacional.

Depois de Ione Franco, a outra pessoa que discursou foi Inês Vieira, que se apresentou como protetora independente:

[...] Eu represento um grupo de protetores independentes [...]. A nossa atuação, até mesmo com a ajuda da internet, ela vem ser em quase todo o Brasil. [...] Quero, mais uma vez aqui, dizer que todo o dinheiro envolvido na causa animal, ele é retirado do nosso arroz com feijão do dia a dia. Por isso, nós não compreendemos [como] uma secretaria, onde tem secretário, subsecretários e afins [...], onde esse secretário ganha 15 mil [reais - aproximadamente 28 salários mínimos daquele ano. O valor foi negado pelo Secretário], o subsecretário 9 mil e poucos [reais] [...]. E dizer que essa secretaria não tem verba?! Ora, se ela não tem verba [...], [ela foi criada] com a função de proteger os animais humanos, como o nosso secretário aqui [...]. Ela [es]tá sendo, na mão do nosso Prefeito Eduardo Paes, uma moeda de troca. [...] [Mas,] o nosso trabalho não é político [...], é tipo de sacerdote mesmo! É amor. Amor à vida [aplausos], porque pra mim não importa se é um gato, se é um rato, ou se sou eu [continuam os aplausos] [...]. Batalhamos no dia a dia, quando salvamos um animal, até mesmo com a soberba dos humanos. Porque eles esquecem que eles também são animais! [aplausos] [...]. Sou até contra isso! [animais em operações policiais e de resgate], porque se somos nós que temos que proteger, nós já estamos negando, na hora em que eles estão trabalhando na polícia, e eles são os primeiros a enfrentar a bala [...]. Quando desmorona qualquer prédio, quem são os primeiros a entrar pra ver se tem vida ali? ... São os animais! Então mais respeito com eles! [aplausos] [...]. Uma coisa é fazer com nós [*sic*], com os humanos, porque nós ainda podemos gritar [...], mas os animais, não! [...]. Quando fazemos queixa [...] à ouvidoria da SEPDA, o veterinário já sai com o laudo pronto [...]. Eu fiz uma queixa, e sabem o que o veterinário disse? ... Que eu estava mentindo! [...] E sabem por que eles fazem isso? ... Porque eles não querem recolher. A Fazenda Modelo [es]tá lá pra todo mundo ver. Vazia! [...]. Nas nossas casas, nos nossos lares, temos muito mais animais do que esse órgão do governo [...]. Nós estamos com contas enormes em veterinários. Nós estamos doentes [...]. Eu lido, como todos os protetores aqui, com muito sofrimento diário [...]. Estão só usando os animais em favor próprio. Então fecha essa secretaria, porque nós já vivemos sem ela!

A seguir, outra assessora do Vereador, Silvia, foi à tribuna e comentou os discursos anteriores, declarando-se protetora e compartilhando das mesmas angústias das demais pessoas que discursaram. Ela ainda acrescentou que era animalista abolicionista, que parou de comer “animais mortos”, e que todos os animais teriam direito à vida. Também reforçou a necessidade de controle populacional e retomou o argumento de Ione Franco, quanto à necessidade de o Estado se responsabilizar pelos animais que habitam espaços públicos.

Os representantes das secretarias e os vereadores presentes comentaram os discursos, reforçando a impossibilidade de cumprir todas as atribuições que têm e, por isso, definem prioridades, que nem sempre correspondem às expectativas dos protetores. Seguiram comentários sobre vacinação contra a raiva e efeitos colaterais de campanhas anteriores, que resultaram em morte de animais, cuja resposta citou as normas de Ministério da Saúde, que

inclui desde a aquisição do material pelo Governo Federal até a definição do calendário e procedimentos, embora a aplicação seja feita pelos municípios.

O encerramento do evento foi um momento tenso, quando algumas pessoas fizeram críticas direcionadas em sua maioria à SEPDA. Seguiu-se uma série de críticas à mesa e a tentativa de controlar a situação pelo presidente da sessão, sem seguir as formalidades previstas pelo cerimonial. Em função do horário, o evento foi interrompido sem que todas as pessoas que se inscreveram para discursar tivessem tal oportunidade, porque se aproximava o horário de votações no plenário da Câmara. Havendo um último discurso na tribuna, em que a mulher, cujo nome não foi possível ouvir porque começou a falar com os microfones desligados, e estes só foram ligados novamente devido à insistência dela. Segue trecho desse discurso:

[...] Nós estamos num movimento novo. A luz está conosco. E vocês [voltando-se para o público], lutando pelos animais, vocês estão com Deus [“Por favor, conclua!”, disse o Vereador]. Porque Deus, nosso pai, é pai deles também. Eles são nossos irmãos com corpinhos diferentes. Nós temos que fazer uma fraternidade com toda a criação. [...] Por que a Secretaria de Meio Ambiente não para de ficar andando atrás do coco²⁸ – com acento circunflexo – não ajuda também a secretaria dos animais? ... Porque a criação também [es]tá nos animais! [...] Quem deu a vida foi Deus. Por que a Secretaria de Educação também não ajuda a secretaria dos animais? [nova intervenção do Vereador]. [...] Ninguém atacou o Secretário [...]. É como os carros: uns vêm na mão, outros na contramão. Ele está indo na contramão! [...] O nosso Estado é belíssimo, tem três instâncias. A instância federal tem seu nome de União. A gente tem que ter união e lutar contra esses que estão apenas usando o dinheiro de uma forma negativa [...].

Logo depois, a pedido do presidente da sessão, os componentes da mesa fizeram suas últimas e breves considerações e o evento foi encerrado.

Diante de tudo isso, percebe-se uma incompatibilidade entre os referenciais dos representantes dos órgãos estatais e das demais pessoas. Embora todas falassem em valores monetários baseados na mesma moeda, o tipo de contabilidade a que cada uma das partes se referia tinha diferentes pressupostos: o Estado trabalha com uma estrutura organizacional relativamente ampla, que consome recursos para a sua própria manutenção, como salários e outras despesas com pessoal, além do necessário às suas atribuições e finalidades, como equipamentos, materiais, veículos e combustível; enquanto as pessoas que trabalham voluntariamente pelos animais tinham como referência um tipo de trabalho que costuma ser flexível com questões sanitárias, relações trabalhistas, e tantos outros fatores, cujos recursos são doados pelas pessoas envolvidas.

A perspectiva de saúde pública humana é o referencial do Estado, pois, mesmo quando os animais são tratados de acordo com a concepção contemporânea dos protetores, que têm o

²⁸ Ela não definiu a posição do acento, se na primeira ou na segunda sílaba.

controle populacional como prioridade, em oposição à eutanásia dos animais promovida pelo Estado que ocorria outrora, o tratamento que as populações de cães e gatos passaram a receber ainda se articula com a noção de saúde pública, mesmo quando se diz que o objetivo é ir além da simples questão sanitária e pensar no bem-estar dos animais, como argumentado pelos representantes da Secretaria de Saúde e Defesa Civil.

O modo habitual de trabalho voluntário, comum na proteção animal, é mantido com o máximo aproveitamento da mão de obra voluntária e dos recursos, como sobras de medicamentos – mesmo fora da validade -, de utensílios e de alimentos especiais para filhotes ou animais debilitados, que são compartilhadas entre protetores, e de improvisações para viabilizar soluções que dentro de uma estrutura institucionalizada dependeria de trâmites entre setores ou órgãos distintos, e tantas outras situações que podem ter diferentes tratamentos, se gerenciadas por uma estrutura estatal ou pela dinâmica dos protetores. A configuração que a institucionalização de determinadas práticas implica pode inviabilizar algo realizável através da informalidade dos protetores, que direciona todas as forças e recursos para as atividades fins e não demanda grandes investimentos estruturais.

É possível que a mulher que se referiu aos valores dos veículos tivesse noção da distribuição orçamentária e quisesse apenas ilustrar que não era exatamente uma questão de escassez de recursos, mas um problema de distribuição e de definição de prioridades. Ademais, uma suposta falta de conhecimento sobre os trâmites relacionados às finanças do município não inviabilizaria a crítica. A própria distribuição do tempo das falas naquele tipo de evento – definido em cinco minutos para o público, embora os componentes da mesa possam argumentar sem tempo predefinido – pode interferir na elaboração do raciocínio.

Além disso, havia ainda um aspecto performático na forma de conduzir o debate, quando as críticas aos órgãos públicos apareciam acompanhadas da proposta de extinção deles. Certamente, muitas daquelas críticas eram pertinentes, porém, a simples transferência de recursos e de propriedades, nos termos que algumas pessoas propunham - do Estado para os protetores - poderia representar apenas a desestatização de algo que precisaria manter uma estrutura funcional equivalente para administrar recursos e atribuições.

Algumas pessoas – talvez não exatamente aquelas presentes no evento - que assumem uma posição muito crítica em relação ao gerenciamento desses órgãos estatais voltados para os animais, em certos momentos, passam a ocupar os cargos a que se referiam com certo desdém, ou outras funções dentro desses órgãos. Muitas críticas também partem de antigos ocupantes. Algumas lideranças que surgem dentro da proteção animal, que em muitas ocasiões vão se constituindo como tal por meio da crítica mais contundente às instituições, às

vezes, têm nesse tipo de performance a via de acesso aos cargos que apontam como ineficientes. Em muitas situações, o discurso delas muda quando se aproximam desses órgãos e passam a atuar como colaboradoras, assessoras, ou assumem o papel de mediadoras entre os protetores e as instituições.

É interessante pensar no que é chamado de “papel do Estado”. Essas instituições voltadas para o atendimento aos animais são estruturas que vão sendo montadas para atender demandas de segmentos da população que simpatizam com esses animais tidos como abandonados. A maioria dessas pessoas espera que o Estado atue em torno do controle populacional e o no atendimento médico veterinário básico para animais que não pertencem a alguém especificamente, mas que ficam sob a responsabilidade de quem o retira das ruas. É o ônus da iniciativa que se está questionando, quando um animal que não tem um responsável e, logo, pertence à coletividade, é recolhido por alguém que, em função disso, torna-se responsável por ele e isso vai aumentando gradativamente, na proporção em que outros animais vão surgindo e sendo acolhidos.

Conseqüentemente, o Estado está sendo chamado a se posicionar, ao menos, como um dos corresponsáveis por esses animais, quando não há um proprietário conhecido, porque as noções de abandono e maus-tratos já constam na legislação como infrações e, novamente, o Estado é chamado a intervir através fiscalização nos diferentes âmbitos administrativos – municipal, estadual e federal – que, em algumas ocasiões, depende da complementaridade entre os órgãos.

Nesses eventos, costumam surgir propostas de instalação compulsória de dispositivos eletrônicos com informações nos animais, como citado pelo titular da SEPDA sobre os cavalos, para localização dos responsáveis em caso de abandono ou fuga, mas isso acaba sendo descartado quando são apontadas outras necessidades como prioritárias e por ter uma eficácia limitada quando os abandonados são filhotes. Um tipo de criminalização do abandono costuma ser proposto com certa frequência em conversas informais ou nesses eventos públicos, com a instalação desses dispositivos eletrônicos, que é quase sempre tida como custosa, limitada e inibidora de novas adoções.

Ademais, quando se propõe a participação estatal no acondicionamento dos animais que são resgatados, para que tal responsabilidade não seja exclusiva dos protetores, ocorre uma tentativa de equiparação entre diferentes categorias de animais: silvestres, domesticados e animais utilizados no trabalho. A tutela jurídica dos animais, que está entre as prerrogativas estatais, implica, entre outras coisas, de acordo com a visão de alguns protetores, também a

criação de espaços de acolhimento para os animais recolhidos (de trabalho e porcos), apreendidos (silvestres comercializados) e resgatados (domesticados abandonados).

Para os silvestres e de trabalho, por representarem números menores e estarem submetidos a uma lógica distinta dos domesticados de companhia, são encontrados na estrutura estatal espaços de recolhimento. Para os silvestres, existem acomodações e trabalhos de recondução à vida silvestre, cuja discussão quanto à eficácia disso não é pertinente tratar neste ponto da nossa discussão, pois já foi discutida no terceiro capítulo. Os de trabalho, como cavalos e burros, e os porcos, que normalmente são criados com expectativa de abate, precisam desses espaços de acondicionamento estatal porque há uma relação jurídica de propriedade direcionada a eles com mais regularidade do que aos de companhia, e por demandarem mais recursos para acomodação em abrigos particulares, em função das suas dimensões corporais.

Quanto aos domesticados de companhia, a lógica de saúde pública que resultou na eliminação deles por meio dos Centros de Controle de Zoonoses, seguindo recomendação da OMS até a década de 1990 provocou o surgimento dos abrigos como um caminho alternativo à visão estatal. O acondicionamento em espaço estatal é uma discussão que encontra certa resistência entre protetores e funcionários públicos. Como as administrações públicas podem mudar com o resultado das eleições quadrienais, além das implicações na distribuição orçamentária, projetam-se problemas no gerenciamento de um espaço que pode sofrer redução nas suas receitas e uma população que pode aumentar constantemente. Mesmo assim, ainda são criados abrigos por prefeituras para atender demandas específicas, que acabam tendo populações permanentes de animais.

Atualmente, há um discurso que aparece com certa regularidade, elaborado pelos responsáveis pelos abrigos para cães e gatos, apresentando-os como ocupantes de uma lacuna deixada pelo Estado, no que se refere aos animais domesticados não comestíveis. A SUIPA, de acordo com informações no sítio daquela instituição²⁹, na sua origem há uma proposta alternativa à visão estatal da época sobre animais errantes, que era o acolhimento para evitar o sacrifício.

Não seria completamente adequado tomar a SUIPA como modelo desse tipo de trabalho, mas é possível que a grande quantidade de abrigos tenha relação com o recolhimento compulsório feito por Centros de Controle de Zoonoses municipais. Nesse contexto, pode ter surgido a prática de recolher os animais errantes, evitando que eles fossem sacrificados. No

²⁹ Disponível em: <<http://www.suipa.org.br/index.asp?pg=suipa.asp>>. Acesso em: 18 de abril de 2013.

momento atual, a proposta dos abrigos apresenta uma série de problemas para se configurar como viável, quando os sacrifícios de animais não constam mais entre as medidas adotadas, e a esterilização ainda não acompanha a proporção das demandas.

Por uma questão de coerência, como o Estado não participa ativa e continuamente das decisões, e não existem alternativas estatais, como abrigos públicos que substituam os particulares com lotação excessiva, os funcionários responsáveis pela fiscalização de denúncias contra abrigos de cães e gatos superlotados costumam ser flexíveis. Até mesmo as decisões judiciais levam em consideração tais fatores. Outro exemplo de soluções alternativas encontradas para contornar questões orçamentárias dos órgãos estatais é a Resolução nº 457/2013 do CONAMA, que em seu Artigo VI diz que “o agente fiscalizador [...] confia excepcionalmente o animal ao autuado, até outra destinação”, o que parece ser uma solução encontrada em meio às dificuldades que os CETAS têm para administrar suas superlotações.

Apesar das críticas aos órgãos públicos, há certo consenso entre pessoas que trabalham na proteção animal sobre a necessidade de certa complementaridade entre o Estado e os protetores. Em muitas situações, a falta de gerenciamento do espaço público pelos órgãos estatais é motivo de queixas, porém, tal situação também possibilita aos protetores definir a forma de trabalho que lhes é mais conveniente, sem a interferência constante de técnicos e fiscais.

Alguns protetores declaram não acreditar no trabalho de grandes proporções que necessita de uma estrutura administrativa relativamente ampla, porque se aproxima de uma perspectiva de gerenciamento semelhante à estatal. Nessa interação entre os recursos públicos - representados pelas estruturas e projetos - e os particulares - com a mão de obra e parte dos recursos -, alguns protetores que elaboram reflexões sobre os animais tidos como abandonados, com os quais conversei durante a pesquisa, pensam que as ações são mais eficazes se compartilhadas em pequena escala, tendo algum tipo de suporte estatal, principalmente relacionado ao controle populacional e atendimento médico veterinário em situações de urgência.

Desse modo, o controle populacional passa a ser um tipo de consenso em que se conciliam as perspectivas de protetores de cães e gatos com as do Estado. É por meio dele que podem se articular os aspectos estéticos do espaço urbano - reduzindo o contingente errante -, com a noção de saúde pública - sem os vetores de doenças nas ruas -, e a diminuição do número de potenciais abandonáveis que passam a ser recolhidos pelos protetores.

Outras Audiências Públicas que ocorreram no município de São Gonçalo, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, também foram acompanhadas, mas elas tratavam da

implantação de serviços que já existem no município do Rio de Janeiro. As discussões giravam, basicamente, em torno da inclusão no orçamento de programas de esterilização de cães e gatos e da criação de órgão específico para atender à expectativa dos protetores, como a SEPDA no Rio de Janeiro, desvinculando, assim, tais serviços dos órgãos envolvidos com saúde pública, como os CCZ. Por isso, retomar aspectos dessas discussões aqui equivaleria a repetir pontos que já estão discutidos nesta seção, e em estágio de institucionalização anterior.

IV.3 – A alimentação humana como ação política na Câmara do Rio de Janeiro

Elias (1994, p. 126-127) argumenta que a carne passou a ser servida à mesa nos séculos XVII e XVIII, em sociedades europeias, com uma aparência diferente da que tivera antes, sem a exposição da anatomia do animal inteiro sobre a mesa, sem penas, cabeça e outras partes, dentro do que ele chama de *processo civilizador*. Isso levou à fragmentação da carne quando servida, desvinculando-a da aparência rústica que um corpo inteiro de um animal teria. Possivelmente, além do aspecto civilizatório sugerido pelo autor, isso também pode ser resultado de uma divisão social do trabalho, em que a caça não mais se situa entre as atividades tidas como qualificativas para homens urbanos envolvidos com artes e negócios.

Recentemente, foi apresentada em Londres, por um grupo de pesquisadores, a carne artificial que, na verdade, é um cultivo de células-tronco de bovinos que adquire consistência semelhante às fibras musculares. Essa inovação surge como uma resposta à militância que defende o fim do uso da carne na alimentação humana, porque ela é obtida com o custo do sofrimento dos animais. O engajamento político em defesa dos direitos dos animais tem provocado discussões como as que estão descritas nesta seção.

Durante os anos 2011 e 2012, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, ocorreram alguns eventos referentes à articulação entre a alimentação e os direitos dos animais. Devido a uma combinação de fatores, José Everaldo, que era suplente e assumira o cargo no lugar de um vereador que perdera o mandato, encontrou Pedro Miguel Braga, que era funcionário da Câmara e havia deixado, por divergências, sua antiga função em gabinete de outro vereador. José Everaldo, que não era vegetariano e tivera outros temas na campanha que o levou até àquele cargo, incluiu entre suas discussões o vegetarianismo. Dessa articulação, surgiu o debate público citado na seção anterior, que inicialmente seria uma audiência pública; o “Fórum QuartAnimal”; a inclusão do “Dia do Vegano” no calendário oficial do município; e o projeto de lei que propunha a criação da “Segunda Sem Carne” nas escolas públicas da rede municipal.

Naquele debate de 30 de junho de 2011, a intervenção de Pedro Miguel foi um dos pontos de dissonância dentre os argumentos que falavam da necessidade de investimentos estatais para atender cães e gatos. Depois de diversas colocações dos protetores, ele começou sua fala explicando que a ausência dos demais membros da comissão voltada para os animais, que era a responsável pela audiência, não ocorrera por falta de comunicação, já que todos foram informados da forma correta, e seguiu com seu argumento principal:

[...] [E]nquanto abolicionista, tenho tanta preocupação, também, não só com cães ou gatos, mas com as galinhas, com os peixes, com as vacas, com os bois [...] [aplausos]. O abolicionismo animalista visa erradicar todas as formas de uso, exploração, abuso e mortes de animais que ocorrem para satisfazer interesses humanos. Os quatro pontos que eu peguei da Declaração [Universal dos Direitos dos Animais], que eu queria aqui [comentário] do professor de direito Daniel Braga Lourenço e do Secretário Luiz Gonzaga [...]. O primeiro ponto: “Todos os animais têm o mesmo direito à vida”; o item dois [...]: “Todos os animais têm direito a respeito e à proteção do homem”; o item cinco: “O animal que o homem escolher para companheiro não deve ser nunca abandonado”; e o item dez: “O homem deve ser educado, desde a infância, para observar, respeitar e compreender os animais” [...]. Alguns colocaram que é só uma discussão estéril esse QuartAnimal na Câmara. Não! Essa discussão, a gente traz pra a prática do dia a dia! Não só com cães e gatos, a gente [es]tá preocupado com as galinhas que morrem, as galinhas que sofrem, os peixes, os animais. A todos os animais, a gente dedica amor! Essa é nossa posição abolicionista [...].

Atendendo à solicitação, o jurista Daniel Lourenço comentou:

Eu gostaria, na linha que mencionou o Pedro, [...] fazer alusão ao fato, e vou usar aqui as palavras de um professor também de direito, da Universidade de Rutgers, em Nova Iorque, [...] Gary Francione. Ele tem uma colocação muito pertinente em relação aos animais. Ele afirma que a sociedade, principalmente a ocidental, vive um conflito, um paradoxo, que ele denomina de *esquizofrenia moral*. Segundo o professor Francione, nós seríamos – digo nós coletivamente, como sociedade – esquizofrênicos morais em relação aos animais, por quê? ... Porque nós elegemos [indivíduos de] determinadas espécies como verdadeiros membros das nossas famílias. O cão, o gato, como exemplos típicos de espécies que nós trazemos para nossas casas como verdadeiros membros da família. De outro lado, nós renegamos a uma posição de quase inexistência toda uma gama de seres que têm estados mentais muito similares aos nossos. São bois, a vaca, a cabra, o porco, a galinha, os peixes [...]. Todo ano, nós abatemos 56 bilhões [ênfase na sílaba inicial] de animais ao ano. Vou repetir a cifra [...]. Se nós não queremos entrar no aspecto ético relacionado ao abate para consumo, deveríamos, pelo menos, pensar no impacto que isso traz ao meio ambiente. [...] [N]ão há como sustentar, hoje em dia, esse nosso padrão de consumo de produtos de origem animal [...]. Não há como falar em defesa animal, se todos os dias nós trazemos, no fundo da geladeira, cadáveres de animais [aplausos] [...]. O vegetarianismo, e mais, o veganismo, são a base fundamental do discurso de proteção aos animais. Sem isso, é hipocrisia. [...] [I]ndependentemente de qualquer orçamento, cada um de nós poderia ter uma contribuição que depende só, e exclusivamente, da nossa vontade: em refletir uma mudança que a gente quer ver no mundo. Como já falava Gandhi [...]: “Se nós queremos ver um mundo pacífico, um mundo de paz, nós temos que trazer primeiro essa transformação, fazer essa transformação em nós” [...]. Nós podemos muito em relação aos animais e, talvez [...], devêssemos pensar primeiro na nossa alimentação [...]. Será que os hindus, que existem há milênios, não existem porque não se alimentam de animais? Será que eu sou um fantasma, que não estou aqui, não vivo, tenho deficiência na minha saúde, porque não faço ingestão de produtos de origem animal? [...].

Embora a discussão sobre orçamento apontasse outra direção, os argumentos dos vegetarianos encontravam naquele espaço a possibilidade de divulgação, pela vinculação com o tema do encontro. A possibilidade de contato entre segmentos diferentes, que se concebem como integrantes da proteção animal, favorecia o tratamento do assunto, e, ainda mais, porque aquele público, que já tinha alguma reflexão sobre os animais, poderia dispor de certa sensibilidade por qualquer proposta de redução do sofrimento deles, dentre estas o vegetarianismo. Além disso, esta concepção alimentícia vai ganhando força entre protetores de cães e gatos, e alguns destes começam a recusar o rótulo de protetores porque haveria incoerência nisso, quando não são vegetarianos.

O “Fórum QuartAnimal” foi o projeto mais emblemático dessa articulação entre Pedro Miguel e José Everaldo, que era um antigo desejo do primeiro e tornou-se viável com a aceitação do vereador em presidi-lo, já que era necessária a sua participação para que o evento pudesse existir, do ponto de vista institucional. O título se referia ao dia da semana em que ele ocorria, a última quarta-feira de cada mês, e por analogia aos quatro tipos de animais considerados pelo abolicionismo animal, que o idealizador do foro cita no debate público: “animais livres e soltos; animais em extinção; animais domesticados [...]; e os animais explorados, [...] no trabalho, no entretenimento, e [...] no sacrifício religioso”.

A condução do evento era feita pelo vereador, com a abertura, chamada dos integrantes da mesa, início do debate com o público, e encerramento; e a organização da pauta, o convite aos palestrantes e os comentários das falas destes ficavam com Pedro Miguel. A maioria das edições ocorreu no auditório da Câmara, mas, em algumas ocasiões, foram articuladas com eventos no plenário que integravam a agenda do vereador. Poderia haver um palestrante ou um grupo deles que se alternavam na apresentação de temas relacionados aos animais. Na maior parte dos eventos, houve apenas um palestrante por dia. A primeira edição ocorreu em março de 2011 e a última em dezembro de 2012. Ao encerramento do mandato de José Everaldo, o foro foi interrompido e não houve outro vereador, entre os eleitos, que se interessasse pela continuidade.

Pedro Miguel algumas vezes, durante algumas edições do “QuartAnimal”, mencionou que recebia críticas de outros militantes porque o vereador não era vegetariano, e ele argumentava que era necessária essa articulação para viabilizar a divulgação dos ideais do veganismo. Ele lembrava que a pessoa que lhe dava suporte institucional para a realização das discussões, um fuzileiro naval da reserva, permitiu-lhe um espaço que nunca tivera antes, mesmo quando tentou junto a representantes de partidos que defendem temas ambientais, e

que era necessária essa conexão para se ampliar a divulgação daquilo em que ele e outras pessoas acreditavam.

O “QuartAnimal” incorporou diversas discussões, como a crítica às experiências científicas com animais; projetos educativos e de divulgação do vegetarianismo; crítica ao uso de animais no entretenimento; o impacto ao meio ambiente da criação de animais para abate; alimentação vegetariana e saúde; equilíbrio ecológico; animais e saúde pública; entre outras. O tema que predominou foi a alimentação vegetariana, articulada com os benefícios que ela propicia à saúde e ao meio ambiente.

Uma das palestrantes que seguiu esse argumento foi a socióloga Marly Winckler, Presidente da Sociedade Vegetariana Brasileira, que expôs suas ideias em setembro de 2011. Ela destacou que a *International Vegetarian Union* possui mais de cem anos de existência, portanto, essa não é uma discussão nova. Segundo ela, a alimentação onívora, que inclui carne e vegetais, é a principal responsável por algumas doenças que atingem os humanos, como as coronarianas provocadas pelo excesso de gordura animal, que poderiam ser reduzidas com a opção pela alimentação de origem exclusivamente vegetal. Ela também mencionou o aspecto nutricional que a alimentação com vegetais propicia, por induzir a uma diversificação de fontes, ao contrário da alimentação onívora que centraliza o cardápio nas proteínas da carne. Essa discussão seria retomada em edições posteriores, em agosto de 2012, pela nutricionista Emília Carvalho, e em outubro de 2012, pelo militar Armando Leopoldo.

Quanto aos preços dos grãos, alguns militantes sugerem que os integrais deveriam ser mais baratos porque são menos processados industrialmente, mas a escala de produção e a demanda, que são pequenas, os encarecem. No entanto, Pollan (2008, p. 129-146) argumenta que os grãos desfeitos da camada externa têm maior durabilidade quando embalados. O processo de industrialização dos alimentos, que investe em pesquisas visando à maior produtividade, seleciona as plantas que são melhores geradoras de carboidratos, e a durabilidade depende da eliminação das camadas externas, embora isso leve junto parte dos nutrientes.

Outro ponto destacado com certa frequência foi o impacto ambiental provocado pela produção de carne. Os dejetos dos animais e o descarte dos resíduos do processamento da carne levam à poluição da água e do solo. Segundo Marly Winckler, a produção brasileira voltada para a exportação é composta em primeiro lugar pela soja e a carne vem logo depois, sendo a soja utilizada em grande proporção na alimentação de rebanhos. E a produção brasileira de carne pode ser ainda mais significativa, porque grande parte é oriunda da produção clandestina, que não compõem os números oficiais. O aspecto moral principal,

segundo Marly Winckler, é que a produção de carne não vai conseguir atender a todas as pessoas do planeta, portanto, seria desonesto falar em produzir mais carne por um custo ambiental muito alto, se uma parte da população mundial não conseguirá consumir carne.

Além disso, de acordo com Marly Winckler, a produção de carne é um processo de baixa eficiência, pelo volume de recursos empregados e o seu resultado final: um animal consome uma grande quantidade de água e de cereais ao longo da vida, que sofre uma brusca redução de volume quando se chega ao produto final, a carne. A produção mundial de cereais destina cerca de dois terços da sua totalidade para a alimentação de animais de abate, enquanto uma parcela da população do planeta sofre de deficiências nutricionais. Desse modo, haveria na opção pela alimentação de origem vegetal, em substituição a de origem animal, além de outros aspectos, uma escolha mais inteligente, como também foi colocado pelo economista David Turchick, pela geóloga Thaís Pimenta e a administradora Simone D'Oliveira, palestrantes da edição de agosto de 2011 do “QuartAnimal”, discussão que seria retomada por Marly Winckler no mês seguinte.

Nessa linha argumentativa, Lévi-Strauss (2009) também menciona essa discrepância entre a quantidade de recursos envolvidos e o volume de carne produzida e critica a alimentação dos rebanhos, que inclui ração com produtos de origem animal, vendo o mal da “vaca louca”, um surto de problemas neurológicos que atingiu rebanhos europeus a partir de meados da década de 1980, que seria efeito da ração composta por resíduos da indústria da carne, como um sintoma da necessidade de repensar a produção mundial de alimentos.

De certo modo, os militantes apostam na capacidade de flexibilidade da indústria da carne, com sua matriz capitalista, mesmo não havendo efeito imediato sobre a forma como os animais são tratados. É possível que a estratégia seja forçá-los a produzir vegetais, se criar animais para abate se tornar muito custoso. É uma questão de matriz produtiva com baixo custo que leva os capitalistas a investirem em determinado segmento da economia, logo, se os custos ficarem altos pelas imposições no processo de criação de animais, eles podem desistir do negócio.

Outros argumentos contrários ao consumo de carne são articulados com discussões sobre gênero e questões raciais. Adams (2012), Joy (2010) e Singer (2009) fazem analogias entre a mobilização pelos animais e as antigas reivindicações feministas e raciais, cujos argumentos propunham a extensão dos direitos para além de um grupo que detinha as prerrogativas. Adams (*Op. Cit.*) fala de relações de gênero por meio da carne, como uma forma de dominação masculina que associa o consumo da carne à virilidade, ao homem provedor que caça para alimentar a família, que tem a morte de animais como símbolo de

virilidade. As instituições militares estadunidenses incluíam mais carne no cardápio em períodos de guerras e em quantidades médias superiores aos cardápios dos civis nas mesmas épocas (*Idem*).

Apesar de toda a ênfase na opção alimentícia, em alguns momentos fica a impressão de um tipo de distinção social a que os veganos dão certo destaque. Camisetas com referência ao veganismo, citações regulares da condição de “não consumidores de animais”, às vezes o uso de calçados e roupas especiais sem matéria de origem animal, que só são encontrados no exterior, entre outros pontos, são destacados por eles.

Na palestra de Marly Winckler, no momento em que o debate foi aberto ao público, um rapaz que se identificou apenas como Francisco, que me pareceu ser vegetariano também, disse que os restaurantes vegetarianos costumam ter um rótulo de sofisticação e tudo que remete ao vegetarianismo aparece ao grande público com um tom de refinamento e com custo acima de outros produtos que não têm tais rótulos. Ele ainda disse que é preciso mostrar que dá para inovar e que se deve procurar afastar essa ideia de diferenciação social das propostas vegetarianas, para que outras pessoas percebam que é possível praticá-las.

Além disso, pela forma como o veganismo às vezes é apresentado – o contraste entre a preferência por cães e gatos e o consumo de outras espécies –, pode soar agressivo aos protetores, porque a crítica acaba sendo direcionada com mais ênfase a quem se convenceria de forma rápida, em função da simpatia pelos animais. Em vez de ser mais branda aos protetores dos que às demais pessoas que não têm qualquer reflexão sobre os animais como seres com capacidade mental, a crítica feita pelos veganos aos protetores pode ser mais desconcertante do que para outras pessoas para as quais, por exemplo, não faz diferença a morte de um gato, de um porco, de um cavalo ou de uma galinha.

Outro ponto dessa articulação entre Pedro Miguel e José Everaldo foi a institucionalização do “Dia do Vegano”, em projeto de lei aprovado em votação e sancionado pelo Poder Executivo. Com isso, a partir de 1º de novembro de 2011, criava-se um vínculo com a comemoração da data em outras regiões do planeta o “*World Vegan Day*”, que acontece anualmente no primeiro dia do mês de novembro.

Em meio a esses projetos, a proposta de institucionalização da “Segunda Sem Carne” nas escolas públicas da rede municipal teve um desdobramento bastante curioso. Esta é uma aposta da Sociedade Vegetariana Brasileira de divulgação do vegetarianismo. Em parceria com órgãos públicos, aquela instituição apresenta o vegetarianismo ao público e mostra os argumentos já mencionados, que sustentam tal opção alimentícia, com o suporte institucional

e espaço para divulgação. Antes dessa tentativa no município do Rio de Janeiro, o projeto já havia sido aprovado nas cidades de São Paulo, Curitiba e Niterói.

O gabinete de José Everaldo elaborou o documento que compôs a proposta de criação da “Segunda Sem Carne” no Rio de Janeiro e foi apresentado pelo vereador, seguindo os caminhos formais. O Projeto de Lei nº 1139/2011³⁰ começou a tramitar na Câmara Municipal do Rio de Janeiro em outubro de 2011. Em abril de 2012, obteve aprovação pelo Poder Legislativo e, no início de maio daquele ano, foi encaminhado ao Poder Executivo para apreciação.

Em junho de 2012, foi encaminhada resposta do Poder Executivo com veto total do projeto, com os seguintes argumentos:

[...]

Convém esclarecer que o Programa de Alimentação Escolar na Cidade já apresenta um plano alimentar com variedades na oferta de proteínas, no qual às segundas-feiras é ofertado aos alunos da rede pública municipal peixe ou ovo.

[...]

Ressalte-se que compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo Municipal a iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre a criação, extinção e definição de estrutura e atribuições das secretarias e dos órgãos da Administração Direta, Indireta e Fundacional [...].

Assim, observa-se a violação expressa a preceitos e princípios corolários da separação e harmonia entre os Poderes [...].

[...] o Poder Legislativo não pode criar obrigação para o Poder Executivo [...].

Ante o exposto, sou compelido a vetar integralmente o Projeto de Lei n.º 1139, de 2011, em razão dos vícios de inconstitucionalidade e de legalidade que o maculam.

[...].

Com isso, realizou-se nova votação para analisar o veto em que foi decidida a sua manutenção, em agosto de 2012. Se os mesmos votos favoráveis à aprovação inicial do projeto fossem mantidos, o veto seria derrubado. Porém, isso não aconteceu. Como era ano de eleições municipais, pessoas vinculadas ao gabinete de José Everaldo especularam que a derrubada daquele veto poderia dar ao autor do projeto certa visibilidade e, naquele momento de disputas pela reeleição, não seria conveniente aos seus pares, que também tentavam a reeleição, conceder a um deles um tipo de notoriedade que interferisse na votação que se realizaria em outubro daquele ano, ou seja, a menos de dois meses. Certamente, José Everaldo não dispunha do capital político necessário para a mobilização dos seus pares, já que ocupava o cargo há cerca de dois anos apenas, em sua primeira experiência como vereador.

Apesar da não aprovação da “Segunda Sem Carne”, as discussões que aconteceram na Câmara do Rio de Janeiro relacionadas à alimentação humana e à substituição da carne por vegetais teve alguma visibilidade. E para os militantes, embora os resultados não tenham sido

³⁰ Informações disponíveis em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro0711.nsf/f6d54a9bf09ac233032579de006bfef6/29cb78a8ba1cbf42832579140075af2e?OpenDocument>. Acesso em: 31 de julho de 2013.

os desejados, a exposição das suas ideias e de autores que escrevem sobre o assunto foi uma oportunidade de divulgação do vegetarianismo. Pedro Miguel disse algumas vezes nas edições do “QuartAnimal” que não tinha a expectativa de que todas as pessoas do mundo um dia se tornassem veganas, mas acreditava nas suas ideias e procurava apresentá-las ao maior número possível de pessoas.

IV.4 - Humanidade, animalidade e a expansão dos direitos

No início de 2010, um pedido de *habeas corpus* (Inciso LXVIII, do artigo 5º da Constituição Federal) em favor de um Chimpanzé de nome Jimmy, que vivia na Fundação Jardim Zoológico da cidade de Niterói (NitZoo), Região Metropolitana do Rio de Janeiro, deu entrada no Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro. O pedido tinha como autores duas instituições brasileiras e 27 pessoas de quatro nacionalidades distintas: os juristas brasileiros Heron José de Santana Gordilho, Selma Mandruca, Laerte Fernando Levai, Daniel Roberto Fink, Daniel Braga Lourenço, Renata de Freitas Martins, Tagore Trajano de Almeida Silva, José Alfredo de Oliveira Baracho Junior, Tamara Bauab e Vânia Rall; os juristas estadunidenses Steven M. Wise e David Favre; os juristas espanhóis J. Roberto Pérez Salom, Consuelo Ramon Chornet e Máximo Sandin; os militantes brasileiros que trabalham em organizações voltadas para os animais George Sallouti Goiaci Guimarães e Sérgio Greif; os militantes espanhóis Fernando Valladares, Juan López de Uralde, Guilherme Agudelo Murguía, Pedro Pozas Terrados; o escritor espanhol Alberto Vázquez-Figeroa; o filósofo australiano Peter Singer; o filósofo estadunidense Tom Regan; o antropólogo brasileiro Renato da Silva Queiroz; a historiadora brasileira Zilda Márcia Gricoli Hikaoi; o Instituto Abolicionista Animal (IAA); e o Grupo de Apoio aos Primatas (GAP). Outras assinaturas, constantes em quinze páginas anexas reforçavam o apelo.

A solicitação de libertação do primata que se encontrava aprisionado – é esta a palavra usada no documento – na instituição niteroiense tinha no início da argumentação a menção a um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que é um compromisso formal assumido por uma instituição que recebe notificação de um órgão de fiscalização, na situação em discussão o IBAMA, estabelecendo prazos para adequação às normas. O documento tratava de diversos aspectos das instalações em que os animais viviam naquele zoológico, exigindo reformas, que não aconteceram na sua totalidade. Neste caso específico, as exigências eram definidas pela legislação que trata do funcionamento dos zoológicos. Entre as reivindicações não atendidas, estava a reformulação das acomodações do primata.

As noções de abuso e maus-tratos são usadas, com referência à Lei dos Crimes Ambientais (9.605/1998, art. 32), para caracterizar a situação em que Jimmy se encontrava. A falta de companhia também era um dos aspectos citados para justificar os problemas de comportamento que o primata desenvolvera ao longo da vida, como a agressividade, além do incomodo demonstrado pela exposição ao público e o hábito de simular o ato de acasalamento com um cobertor. Jimmy também desenvolveu o hábito de pintar quadros, e talvez isso também fosse visto pelos militantes como um tipo de violência, embora não tenha sido mencionado no requerimento.

Um dos argumentos pela libertação do primata era o compartilhamento do DNA entre seres humanos e chimpanzés, que é de 98,4%, sendo o que recebeu mais ilustrações teóricas, relacionadas à ideia de evolucionismo proposta por Charles Darwin e a outras discussões das ciências naturais. Em conversa por correio eletrônico, em 2013, com Daniel Braga Lourenço, que é uma das pessoas que constam como autoras do requerimento de *habeas corpus*, o jurista fez o seguinte comentário:

[O argumento] da proximidade genética com o homem [...] é o [...] que considero o pior, mais perigoso, afinal estaríamos medindo a inclusão dos animais na comunidade moral a partir da proximidade com características humanas. [...] [E]ste argumento foi utilizado de maneira mais estratégica [...].

Penso que o melhor argumento em relação ao caso do Jimmy é o de que os primatas, assim como outras espécies de animais, são seres sencientes, que possuem estados mentais relacionados às sensações de dor, prazer, medo, estresse, angústia, solidão, etc. Os zoológicos em si mesmos parecem violar essa dimensão sensível dos animais de maneira muito clara, na medida em que destroem a sua autonomia.

Esse raciocínio da proximidade biológica visava chegar à noção de pessoa, que não é uma categoria natural nem tampouco aplicável exclusivamente aos humanos, já que existe a pessoa jurídica. Outros aspectos também foram mencionados, como a afeição que os humanos desenvolvem pelos diversos animais; a complexidade dos organismos, que não é exclusiva dos humanos; assim como o reconhecimento de que na observação dos direitos leva-se em consideração, principalmente, o interesse dos integrantes da comunidade moral. Além de todos esses pontos, a legitimidade da existência dos zoológicos era questionada, a partir do texto de Jamieson (2006), citando a agitação a que os animais são submetidos pela presença do público, os problemas de comportamento e agressividade, a restrição de espaço, a impossibilidade de interagir com indivíduos da mesma espécie, entre outros fatores.

O destino do animal, se autorizado pela justiça, seria o Santuário dos Grandes Primatas, localizado em Sorocaba, estado de São Paulo, cujos detalhes sobre as instalações encontram-se no terceiro capítulo, obtidas por mensagens eletrônicas com o setor de

comunicação social daquela instituição e por pesquisa na *internet*, já que não é permitida a presença de pessoas que não estejam cuidando dos animais.

Em abril de 2011, ocorreu o julgamento que, de acordo com o resultado, teria efeito sobre diversos outros animais. Aos 26 anos, Jimmy tinha a chance de residir em local diferente de um circo, onde viveu até os 15 anos, e de um zoológico, onde havia passado os 11 anos subsequentes. No documento em que consta a decisão do colegiado, assinado pelo relator, o Desembargador José Muiños Piñeiro Filho, todos os argumentos dos autores do requerimento são analisados em detalhes, com o indeferimento³¹ justificando que o instrumento jurídico em discussão, o *habeas corpus*, só seria aplicável aos humanos e os argumentos apresentados não justificariam tal equiparação.

Havia certa expectativa sobre uma possível aceitação pelo colegiado do pedido de *habeas corpus*, mas isso não aconteceu. Entre outros fatores, havia uma simbologia em jogo naquela tentativa de equiparação, porque os chimpanzés como parentes muito próximos dos humanos têm sido pesquisados pelas suas características de convivência social e hábitos alimentares onívoros, como argumenta Tanner (1994).

Além disso, Singer (2009) argumenta que a igualdade a que a militância pelos direitos dos animais se refere é uma ideia moral, não uma asserção de fato, porque até mesmo entre os seres humanos há diferenças, como as crianças e pessoas portadoras de limitações mentais, que, embora não apresentem graus de discernimento e compreensão equivalentes à média da maioria das pessoas, têm direitos reconhecidos.

O objetivo maior não é a igualdade absoluta, porque é difícil definir quais os melhores parâmetros para isso, mas o reconhecimento da capacidade de sofrer que serve como ponto de partida para essas reivindicações (SINGER, 2003, 2009). Quando se questiona a real capacidade de os animais sentirem dor, a tendência é levar a individualidade para o centro da discussão, alegando-se que nem mesmo um humano consegue mensurar ou inferir a capacidade de um de seus semelhantes em sentir dor, baseando-se apenas na pressuposição de uma equivalência biológica (SINGER, 2009).

Regan (1985, 2004) se refere a um contrato moral implícito entre os seres humanos em que o respeito aos animais, ou a qualquer indivíduo humano, não tem como referência o indivíduo em si, mas os interesses que outros humanos têm ou podem ter por eles. O respeito a isso não está relacionado à ideia de igualdade entre todos os seres, mas aos interesses

³¹ Disponível em: <<http://www1.tjrj.jus.br/gedcacheweb/default.aspx?UZIP=1&GEDID=0004E164C7F5BA0C4F3C3D56853A3CF5FD40D4C4212E3E3B>>. Acesso em: 8 de agosto de 2013.

coletivos que sustentam as relações morais, por meio do respeito que cada ser humano que se conceba como membro de uma comunidade moral tem pelos outros.

Essa visão é sistêmica e pode ser estendida tanto a um humano isolado, enquanto indivíduo, quanto a qualquer outro animal que tenha algum tipo de relação com algum membro da comunidade moral. Desse modo, a agressão, a injúria ou qualquer ato hostil atinge não apenas o ser que sofre a ação, mas todos os demais que têm alguma consideração por ele e, conseqüentemente, todo o sistema de valores e cumplicidades que sustentam o contrato coletivo implícito.

Com isso, chegamos à noção de pessoa que tem sido debatida. Quanto aos argumentos do pedido de *habeas corpus* de Jimmy, a palavra “pessoa” que tem origem na encenação teatral, cuja máscara denominada de *persona* designava um personagem interpretado, além de também existir a pessoa jurídica na legislação, não seria um atributo que justificasse a rigidez conceitual como é tratada em termos jurídicos. Francione (2008) sugere tratar os animais como pessoas porque isso provocaria uma mudança na forma como se costuma ver os animais.

A sua proposta não é dar aos animais direitos e atribuições semelhantes a que os humanos têm, mas alterar a percepção sobre eles, deixando de tê-los como propriedades, que podem ser submetidas às conveniências humanas. Embora a noção de pessoa não apareça como um consenso no debate teórico, ela é um dos pontos pelos quais é possível inserir um indivíduo não humano na abrangência dos direitos. Como categoria analítico-conceitual, ela é problemática (GARNER, 2010, p. 112-120), mas como estratégia jurídica é um caminho viável, de acordo com os argumentos do requerimento.

Esse é um argumento que DeGrazia (2006) e Midgley (1985) desenvolvem para questionar o lugar dos animais nas sociedades ocidentais. Estes autores propõem que outros animais também sejam tratados como pessoas, porque eles teriam as características que são atribuídas a quem pode ostentar o rótulo de pessoa, como tomar iniciativa, agir por vontade própria, interagir com seres da mesma ou de outras espécies, demonstrar altruísmo e solidariedade, antever e simular ações, entre outros movimentos que podem ser verificados entre diversos animais, e não exclusivamente na espécie humana.

Ingold (1995) sugere que em vez de se falar em animalidade humana como um componente biológico que remete ao nivelamento de todos os animais pelo compartilhamento de características programadas seria mais adequado falar em humanidade animal. Isso significa que a própria noção de pessoa deixaria de figurar como uma propriedade exclusiva

da espécie *Homo Sapiens* para representar um dos aspectos da conexão entre várias espécies que participam das interações sociais.

Bevilaqua (2011) analisa outros dois processos judiciais de pedido de *habeas corpus* para chimpanzés no Brasil e verifica que as argumentações oscilam entre as noções de pessoa e de propriedade. A caracterização da pessoa como sujeito do direito aparece em primeiro plano, mas a ideia de propriedade, daquilo que é objeto do direito por pertencer a uma pessoa física ou jurídica detentora do direito de propriedade também aparece em determinados pontos da argumentação. As estratégias procuram explorar um espaço de interpretação entre a normatização jurídica consolidada e a possibilidade de novas interpretações.

Retomando a história do chimpanzé, três meses depois Jimmy estaria no Santuário dos Grandes Primatas, em função de outro tipo de decisão. O desfecho final foi o mesmo pretendido com o pedido de *habeas corpus*, porém, por via diferente. Sem conseguir usufruir dos direitos assegurados aos cidadãos pela Constituição Federal, Jimmy foi amparado pela Lei dos Crimes Ambientais para chegar ao Santuário dos Grandes Primatas, onde ele ganhou a companhia de uma fêmea e suas duas filhas.

A grande discussão, portanto, é sobre a revisão, ou pelo menos o reconhecimento das limitações de uma divisão entre espécies que é útil para pensar a composição biológica e definir rumos nas discussões das ciências naturais, mas que não serve para classificar os tipos de interação entre seres humanos e animais no campo jurídico. O que parece ser uma tendência nas situações analisadas no Brasil é que “os tribunais *decidem não decidir*” (BEVILAQUA, 2011, p. 87, grifos no original).

No desfecho desses julgamentos, costuma-se manter os primatas na condição de propriedade. Eles não são tomados como pessoas e sujeitos do direito pela via judiciária, como os militantes propõem, pois os operadores do sistema judiciário evitam ocupar um espaço que seria exclusivo dos legisladores. Decisões favoráveis à condição de pessoa poderiam servir de parâmetros para futuras demandas que talvez o sistema judiciário não tivesse como administrar, se elas aparecessem em grande volume. Acredito que essa possibilidade está entre os cálculos dos militantes, pois uma divergência entre legisladores e julgadores poderia provocar condições favoráveis aos animais não humanos e uma grande discussão em torno da legislação.

Para finalizar, mais uma história envolvendo a divisão jurídica entre espécies. Em novembro de 2013, a Câmara Municipal de São Paulo aprovou um projeto de lei que

propunha o sepultamento de animais de estimação nos cemitérios para os humanos³². Alguns dias depois, foi protocolada na Câmara de Sorocaba-SP uma proposta de projeto semelhante, declaradamente inspirada na versão aprovada na capital³³.

No entanto, o Prefeito da capital paulista se antecipou ao encaminhamento oficial do projeto para sua sanção ou veto e declarou que o vetaria integralmente, depois de consultar a autoridade eclesiástica católica daquela cidade, o arcebispo, e concluir que o sepultamento de animais junto com humanos seria uma espécie de profanação do espaço sagrado e entraria em conflito com certos valores religiosos³⁴. Até o fechamento deste capítulo, o desfecho dessa discussão ainda não havia ocorrido, mas é possível que, em se confirmando o veto do titular do Poder Executivo, o assunto seja finalizado.

O sepultamento de animais de estimação com algum tipo de destaque era uma prática observada no Egito antigo com os gatos mortos (SERPELL, 2000, p. 185). Durante a pesquisa, fiz um levantamento de lugares que oferecem tratamento aos corpos de animais mortos no estado do Rio de Janeiro e localizei alguns: um cemitério para aves na Ilha de Paquetá e outros de maior porte para espécies maiores; o cemitério para animais do Instituto Jorge Vaitsman, que pertence à Secretaria de Saúde do município do Rio de Janeiro, onde os corpos podem ficar por até três anos³⁵; alguns crematórios para animais, incluindo o da SUIPA; e os dois cemitérios em que estive em São Gonçalo.

Pela importância do tema, percebi que o volume e qualidade dos dados obtidos não seriam suficientes para inseri-los nesta tese da forma que considero adequada, e também não havia mais tempo para preencher essa lacuna. Pretendo retomar esta parte da pesquisa futuramente. Afora o aspecto sentimental, que impedem as pessoas de colocarem seus animais de estimação mortos em um lugar qualquer, tais empreendimentos também podem ser pensados pela indisponibilidade de espaços residenciais para o sepultamento de uma grande população de animais de companhia que tem habitado as cidades, pelo ponto de vista sanitário.

³² Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/05/camara-aprova-lei-que-preve-enterro-de-animais-em-cemiterios-de-sp.html>>. Acesso em: 16 de novembro de 2013.

³³ Disponível em: <<http://www.clicbrasil.com.br/site/noticia.php?em-sorocaba-projeto-autoriza-enterro-de-animal-com-dono&id=514571>>. Acesso em: 2 de dezembro de 2013.

³⁴ Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/1811_1384777359.pdf>. Acesso em: 2 de dezembro de 2013.

³⁵ Disponível em: <<http://www0.rio.rj.gov.br/ijv/sepultamento.shtm>>. Acesso em: 21 de outubro de 2013.

IV.5 – O controle do sofrimento e seus parâmetros

Há vários séculos, ideias contrárias ou favoráveis são acrescentadas ao debate sobre a percepção dos animais. Pitágoras, Anaxágoras, Sócrates, Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, Giordano Bruno, São Francisco de Assis, Michel de Montaigne, René Descartes, Jean-Jacques Rousseau, François Marie Arouet (Voltaire), Jean de La Fontaine, Jeremy Bentham e Arthur Schopenhauer são os principais nomes que aparecem nas discussões sobre as bases filosóficas das propostas jurídicas direcionadas aos animais. Uma famosa questão colocada por Bentham tornou-se uma espécie de lugar comum por onde esse debate quase sempre passa: “Eles [os animais] sofrem?” (*Can they suffer?*).

Atualmente, no campo das discussões interdisciplinares uma em especial nos interessa, envolvendo filósofos, juristas, biólogos, etólogos, médicos veterinários e outros profissionais, em torno da polarização entre bem-estarismo e abolicionismo animal. Os chamados bem-estaristas defendem, em princípio, objetivos semelhantes aos defendidos pelos abolicionistas, mas procuram dialogar com as diferentes perspectivas relacionadas aos animais visando criar melhores condições em circos, zoológicos, laboratórios, diferentes tipos de criadouros, estruturas industriais de abate, residências, e diversas outras situações em que os animais não disponham das condições julgadas adequadas para viver ou morrer.

Embora seus principais expoentes sejam juristas e filósofos, esta é uma discussão aberta, em que os rótulos de bem-estarismo e abolicionismo aparecem em oposição, apesar de não corresponderem a uma divisão rígida. A distinção entre ambas as correntes parece ser mais resultado do tipo de estratégia do que uma questão de princípios. Bem-estarista acaba sendo uma denominação pejorativa que os autodenominados abolicionistas usam para se referir àqueles que defendem estratégias mais flexíveis em seus respectivos projetos de transformação do tratamento que os animais recebem. O abolicionismo é o objetivo de integrantes dos dois segmentos, mas os moderados são chamados de bem-estaristas, como o filósofo australiano Peter Singer, que, segundo Francione (2010, p. 11), declara-se um “vegano flexível” que consome produtos de origem animal quando viaja ou visita a casa de outras pessoas para não se mostrar inflexível e poder estabelecer algum diálogo.

A capacidade de sofrer dos seres sencientes é o ponto de convergência de toda essa discussão, que se articula com as elaborações sobre os tipos de interesse que cada animal tem em relação à vida e ao não sofrimento, o que resulta na admissão de certas prioridades humanas em situações muito específicas, como argumentado por Regan (2004, p. 324-325): quando faltarem recursos para atender igualmente a humanos e animais, a preferência será dos humanos, porque estes têm uma percepção sobre a vida que entre os animais é apenas uma

percepção do não sofrimento. Porém, como apresentado por Coetzee (2003) em forma de ficção crítica à indústria da carne, as prerrogativas e precedências humanas também são objetos de questionamento.

Grosso modo, o abolicionismo é um conjunto de propostas e intenções que visam modificar a percepção sobre os animais e, por conseguinte, extinguir o uso, apreensão e qualquer forma de relacionamento com eles que não seja espontâneo para eles, e que não os tenha como recursos. A expressão “abolicionismo” é uma analogia que os militantes fazem com a mobilização pela libertação dos escravos, que também se articula com pontos discutidos pelos movimentos feministas, para propor a ampliação dos princípios morais que regem as sociedades humanas para além de um grupo que detém as prerrogativas.

Os chamados bem-estaristas compreendem que é necessário pensar em um tipo de transição entre o uso de animais e uma aproximação com os objetivos do abolicionismo, pois algumas das propostas dos chamados abolicionistas não funcionariam na prática (GARNER, 2010; SINGER, 2009). Enquanto isso, os autodenominados abolicionistas argumentam que preferem investir nas propostas de mudança de hábitos, sem abrir concessões, porque a flexibilidade pode apenas contornar os problemas de uma forma mais sutil, sem a resolução deles, quando, por exemplo, a indústria da carne usa a insensibilização nos animais antes do abate ou aumenta o espaço dos criadouros, atendendo aos questionamentos da militância, mas transforma isso em fonte de valorização dos seus produtos (FRANCIONE, 2010, p. 70).

Inicialmente, as pesquisas sobre bem-estar estiveram voltadas para animais de fazenda, de zoológicos e de laboratórios, em relação à acomodação deles e aos métodos de insensibilização usados em experiências científicas ou abate, mas em determinado momento as atenções também se voltaram para os animais de companhia (GENARO, 2004; ROCHLITZ, 2000). Em certa medida, as expectativas se aproximam: prover métodos de redução da ansiedade para os animais que vivem sob o controle regular dos humanos, oferecendo mais espaço ou condições de habitabilidade que os deixem menos agressivos, tensos ou inquietos.

Com isso, tem sido aproximada a criação de animais para abate com outras perspectivas, inclusive aquelas que não têm a morte dos animais como objetivo, tais como a ideia de companhia e de entretenimento. Possivelmente, as atenções voltadas para os animais de companhia resultam de um investimento da indústria de “produtos *pet*”, que desenvolve rações comuns ou com composição para corrigir problemas de saúde; medicamentos específicos para animais; e diversos acessórios, como roupas, pequenos abrigos, brinquedos e utensílios que servem para distrair os animais.

Genaro (2004, p. 64) argumenta que não há consenso em torno da noção de bem-estar, porque para cada espécie ela “depende, dentre outros fatores, da expectativa que temos desse animal, se é um animal de companhia, se é um animal de produção (para carne, lã, etc.)”. Para os animais de companhia, a adaptação à vida doméstica é um processo que pode variar consideravelmente de uma situação a outra. Com isso, entre as soluções encontradas estão os medicamentos antidepressivos, que contribuem para se obter um comportamento desejável do animal.

Vlahos (2008) cita a ascensão dos números das prescrições por médicos veterinários de medicamentos que interferem no comportamento dos animais. Entre as demandas crescentes dos proprietários de animais de companhia, a busca pela redução da ansiedade provocada pelas horas de solidão, junto com a ociosidade que leva à destruição de móveis e objetos da casa, e todos os outros problemas de inadequação ao espaço e às condições em que vivem, têm entre as soluções procuradas os antidepressivos e, se isso não resolver, a eutanásia é a última opção. Este tipo de medicação é apresentada como uma expressão do bem-estar.

As noções de bem-estar e maus-tratos são mencionadas com certa frequência por pessoas envolvidas com a proteção animal. Na legislação brasileira, há referências aos maus-tratos como uma categoria que não necessita de definição, quando o Artigo 32 da Lei Federal 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais) caracteriza “ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais” como crimes. Diante disso, há uma infinidade de situações que são classificadas por meio dessa dualidade, que variam em função dos contextos e das condições materiais que as compõem.

Com frequência, Patrícia Fittipaldi do Santuário das Fadas se refere aos animais que vivem em sua propriedade como “vítimas de maus-tratos”, incluindo os que foram retirados de rituais de sacrifício. Para outras pessoas, os animais que vivem nas ruas também são tidos como submetidos a maus-tratos. Tal caracterização é definida pela falta de água e alimento, pela vulnerabilidade a que eles ficam expostos por não possuírem abrigo contra intempéries, os riscos de atropelamento e agressões, e várias outras situações, principalmente se o animal chegou às ruas depois do abandono promovido pelos antigos proprietários.

Em conversa com a Presidente da SUIPA, Izabel Nascimento, ela comentou sobre as denúncias de maus-tratos contra a SUIPA, que são registradas em delegacias, no Ministério Público estadual e outras que circulam apenas entre pessoas que atuam na proteção animal, que se baseiam, principalmente, na superlotação do abrigo. Ela argumentou que quem de fato está maltratando não é a SUIPA, mas as pessoas que abandonam os animais que vão parar lá, pois se eles sofrem em função da superlotação, isso é apenas um reflexo de um problema mais

amplo. Ou seja, a SUIPA é apenas e extremidade visível do descarte constante de animais que leva à superpopulação dos locais de acolhimento.

A proposta dos santuários, em comparação com circos, zoológicos, laboratórios, criadouros e, em certa medida, com abrigos de cães e gatos, passa pela questão do bem-estar. No entanto, em comparação com os abrigos, essa diferença só se torna possível porque as espécies preferenciais dos santuários representam minorias. Tanto os animais de fazenda, que escapam do abate, quanto os silvestres representam números inferiores em relação aos animais de companhia que são abandonados.

Os cães e gatos que vão parar em abrigos, somados aos que ficam pelas ruas, estão em maior número do que qualquer outro grupo classificatório, porque a lógica utilitarista diz que os silvestres são importantes para o equilíbrio ecológico e se encontram em condição deficitária, sendo feitos esforços para reconduzi-los aos seus habitat; e os de fazenda que são acolhidos saem da periferia dos sistemas de produção; ao passo que os de companhia não localizam tantos companheiros quanto eles necessitam para reequilibrar a relação. Quando cães e gatos são pensados nas relações ecológicas é na condição de intrusos e, em geral, não são tidos como alimento, a menos que sejam exportados para países asiáticos, e propostas desse tipo costumam ter grande repercussão contrária entre os movimentos de proteção. É nesse contraste entre a disponibilidade de espaço e as superlotações que se encontram alguns atributos qualificativos das configurações de bem-estar e de maus-tratos.

Refletindo sobre as propostas abolicionistas de Francione (2010, p. 79-80), penso que elas teriam alguns problemas se aplicadas aos cães e gatos errantes brasileiros. Talvez o salto mais significativo, tendo como referência a realidade brasileira, que o abolicionismo poderia dar em direção às suas metas, nos termos de Francione (*idem*), seria apostando não em programas de esterilização, como os protetores brasileiros defendem, mas em um programa de eliminação do excesso de animais domesticados para que não fosse preciso recorrer ao consumo estético da beleza, da qual o encaminhamento de animais para a adoção depende.

Desse modo, o abolicionismo para ser posto em prática no contexto da proteção animal urbana brasileira teria uma série de problemas para se legitimar enquanto uma perspectiva nova sobre os cães e gatos abandonados. Toda política protecionista que visa afastar os animais da máquina predatória e exploratória encontraria pontos de articulação com ela, porque o sucesso do escoamento depende desse apelo ao belo que pode ser consumido e usufruído em particular, sejam os cães e gatos ou silvestres considerados inadaptaáveis à vida em liberdade que são encaminhados a zoológicos e criadouros.

Outros pontos do controle do sofrimento são a eutanásia e o abate humanitário, que são concepções também sujeitas à imprecisão e que têm uma forte relação com as noções de bem-estar e maus-tratos. A eutanásia é uma das soluções mais polêmicas. O termo clássico sacrifício, gera certas divergências porque ele parte de uma acepção religiosa, que significa etimologicamente “tornar sagrado” por meio da oferta à divindade. Esse processo de sacralização, que é descrito em diversos textos de cientistas sociais, pressupõe uma oferenda composta, em geral, por um animal, que pela sua destruição torna-se sagrado ao entrar no campo da divindade. A própria narrativa do cristianismo está baseada nessa concepção de sacrifício. Com isso a denominação eutanásia vem se impondo.

Ela é a morte sem dor, ou o menor grau possível de dor, que é sugerida ou utilizada em diversas situações: de animais agressivos, que desestabilizam a tranquilidade de uma coletividade, a animais com idade avançada ou com problemas de saúde como tumores cancerígenos, e até mesmo animais inquietos que destroem móveis. Entre o uso voltado para o comportamento e o uso como medida de controle do sofrimento há várias situações que têm a eutanásia como solução. Em alguns abrigos, certos animais que se mostram agressivos com outros podem ser submetidos à eutanásia, mas este é o assunto evitado pela maioria das pessoas que atuam na proteção animal. Quando mencionado, é sempre em tom de sigilo.

Kulick (2009) cita duas histórias, que ocorreram na Inglaterra e na Suécia, envolvendo a ação do Estado sobre os responsáveis por animais que estavam com sobrepeso e, por isso, estariam sofrendo, embora os próprios responsáveis não avaliassem assim. No caso sueco, a decisão judicial final deu duas opções: que o animal fosse vendido ou submetido à eutanásia. Como não surgiu nenhum interessado em adquirir um cão obeso e com idade avançada, ele foi morto, e a mulher que estava registrada nos órgãos estatais como responsável pelo cão ficou impedida de ter qualquer outro animal de estimação (*Ibidem*, p. 483). Em ambos os casos, foi o excesso de cuidados que levou aos maus-tratos, com farta comida, boas condições de acomodação e falta de atividades físicas que os tirassem da ociosidade, que, em certo sentido, compensavam os momentos de solidão pelos quais os cães passavam diariamente.

O caso inglês foi menos dramático: o animal retornou ao convívio dos seus responsáveis depois de diversos procedimentos administrativos e judiciais (*Ibidem*, p. 481, 482, 484). Em ambos os casos, os responsáveis tiveram que seguir rigorosamente o tratamento determinado pelo Estado, com certo custo, envolvendo medicamentos, alimentação de baixa caloria e mudanças de hábitos, e foi justamente por descumprir ordens que os responsáveis pelo cão sueco receberam a punição de ter o animal morto compulsoriamente, mesmo diante da alegação de que não as cumpriram porque estariam com

dívidas produzidas pelo tratamento determinado, e que obtiveram de outros médicos veterinários, que não eram os dos órgãos estatais, a não constatação de maus-tratos.

Sobre o trabalho de resgate e recuperação de pinguins na costa da África do Sul, Denapoli (2011) menciona a necessidade de eutanásia em alguns animais debilitados. Diante da falta de recursos e tempo para reabilitar todos os animais, os coordenadores da reabilitação dos pinguins tiveram que optar pelos adultos, em função da maior probabilidade de sobrevivência, que os levaria a procriarem, enquanto os filhotes representariam um investimento desproporcional à probabilidade de sobrevivência. Contudo, a autora comenta que todas as decisões que resultaram em eutanásia foram discutidas entre os profissionais que coordenavam a operação de resgate e sempre foram decisões difíceis (*Ibidem*, p. 84, 211).

Certa vez, acompanhei uma conversa entre pessoas que haviam levado gatos para esterilizar no posto instalado no Campo de Santana. Uma mulher dizia a outra que a eutanásia poderia ser um gesto de amor pelo animal que estava sofrendo, porque amar significa evitar o sofrimento. Elas falavam de um cão com tumor cancerígeno em estágio avançado que vivia com uma delas.

Depois desse primeiro diálogo, as outras quatro pessoas que aguardavam o término das cirurgias em seus animais, um homem e três mulheres, também emitiram suas opiniões sobre o tema. Uma das mulheres disse: “A vida e a morte são decisões de Deus”, por isso não se deveria intervir para abreviar a vida porque não haveria sofrimento que justificasse a antecipação da morte. As outras duas mulheres concordaram com esse argumento. O homem deixou implícito que admitiria a eutanásia, mas ele próprio não teria coragem de realizar a ação, se fosse o profissional, porque já tivera um animal que aparentava estar com sintomas da raiva, que ele manteve preso em cômodo atrás da sua casa, mas não teve coragem de matá-lo. Ele esperava que o animal pudesse morrer sem a sua iniciativa, porque não o tratou nem colocou água e comida. Depois de três dias, ele encontrou o cão sem os sinais do problema que tivera, completamente recuperado, que ainda viveu por alguns anos com ele.

Outro ponto que gera discussão é o chamado abate humanitário, quando para os militantes, humanitário seria não abater. A partir do ano 2000, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com suporte da WSPA Brasil, começou a propor mudanças na forma como os animais são abatidos no Brasil. Este é mais um dos pontos que os militantes criticam, pois todos os investimentos nessa direção não sinalizam para a redução do número de animais abatidos nem para uma maior reflexão sobre o hábito de consumir produtos de origem animal em larga escala, mas apenas para a diminuição da culpa nos consumidores de carne e uma forma de valorização dos produtos da indústria da carne.

No conjunto de medidas que compõem o chamado abate humanitário, as alterações propostas não se restringem à consumação do abate, mas também a todas as fases, como transporte, recebimento, acondicionamento e condução dos animais até o local de abate. Grandin (1994) cita que as técnicas usadas no abate humanitário são as mesmas empregadas na eutanásia, ou seja, a insensibilização antes da ação que visa interromper o funcionamento do organismo. Em estruturas industriais, esse estágio do processo costuma ser supervisionado por médicos veterinários (*Idem*). Grandin e Deesing (2008, p. 79), dentro do conjunto de procedimentos, ainda sugerem evitar que os animais vivos vejam a carneação e os sons emitidos durante o abate, porque isso seria mais agressivo para eles do que o odor de sangue, em verificação baseada nos níveis de hormônios em situações de agitação.

Durante o período em que estive no sertão nordestino com criadores e comerciantes de cabras e ovelhas, ouvi muitos comentários sobre o fechamento de abatedouros municipais, para atender a normas sanitárias. Embora essas normas tratem principalmente da higiene dos matadouros, controle sanitário e procedência dos animais, com o argumento de cuidar da qualidade da carne que é comercializada, as técnicas de abate também são inseridas nesse conjunto de normas, e é possível que as discussões relacionadas ao método de abate tivessem alguma influência nisso.

Desse modo, bem-estar, maus-tratos, eutanásia e abate humanitário são noções muito discutidas entre diferentes segmentos da proteção animal e demais perspectivas relacionadas aos animais, mas não representam consensos. Elas são referências para onde convergem os diferentes que se propõem, ou são forçados pela legislação, a dialogar em busca de pontos de equilíbrio. As considerações sobre o controle do sofrimento dependem muito do ponto de vista de quem fala quanto ao posicionamento dentro das relações interespecíficas. É nessa interação entre concessões feitas pelos considerados exploradores e as conquistas que os movimentos de proteção julgam terem alcançado que essas noções vão recebendo novos significados, de acordo com as necessidades ou conveniências.

Há um componente no controle do sofrimento que é baseado em uma projeção do que seria o sofrimento dos animais segundo a percepção humana da dor, da angústia, do abandono, da doença, entre outras. Certa vez, conversando com Patrícia Fittipaldi sobre as dificuldades encontradas no resgate dos animais desabrigados pelas chuvas que atingiram a Região Serrana fluminense no início de 2011, ela disse que “O sofrimento é diferente para cada pessoa. Há quem evite ver o sofrimento dos animais para não sofrer e quem passa por cima dele para poder ajudar”.

Isso também faz lembrar as discussões que precederam a construção do abrigo para gatos do Campo de Santana pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Um dos argumentos mais usados pelo grupo que defendia a construção era o fim do sofrimento dos gatos. Tal ideia de sofrimento era caracterizada por uma série de fatores, desde a convivência com moradores de rua e vendedores de drogas, passando pela inexistência de acomodações para os felinos se protegerem do frio e das chuvas, até o fato de estarem vivendo em local aberto que os deixava vulneráveis a diversos tipos de agressão. Era um sofrimento mais projetado do que efetivamente constatado.

Nessa interpretação do sofrimento, também ocorre um tipo de comportamento bastante recorrente. Ao longo da pesquisa, como foi mencionado em diversos pontos, os locais onde ocorre alguma atividade com animais costumam ser lembrados como pontos de referência para onde animais são direcionados. Em muitas situações, a ação consiste em avisar às pessoas que se encontram nesses locais trabalhando sobre problemas com feridos, atropelados e debilitados. Muitos desses problemas são causados por brigas entre cães machos disputando alguma fêmea no período fértil. No início, é um simples ferimento, mas o pouso de moscas seguido pela colocação de larvas produzem as miíases, também conhecidas por bicheiras, que consomem partes dos corpos dos animais, principalmente pele, músculos, cérebro e vísceras.

Animais saudáveis encontrados dispersos também são direcionados. Pegar um filhote encontrado em determinado lugar e levá-lo até alguém que faz algum trabalho com animais - seja a casa de um protetor, uma clínica veterinária ou uma instituição de proteção - é um tipo de prática muito comum entre pessoas que dizem “estar ajudando”. Certa vez, um casal chegou ao Campo de Santana com uma ninhada de gatos e o homem, quando questionado por pessoas que cuidavam dos gatos do parque, disse o seguinte: “Eu trouxe até aqui porque não acho certo fazer como meu vizinho, que jogou uma ninhada inteira no rio para morrer afogada porque não queria os animais”.

Em certas ocasiões, de forma até ingênua, algumas pessoas aparecem nesses lugares portando animais que viviam em suas casas ou que encontraram pelas ruas, dizendo que estão fazendo aquilo porque souberam “que aquelas pessoas gostam dos animais”, e muitas vezes ouvem que tal atitude se caracteriza como “abandono”. Esses são momentos de tensão, porque quem trabalha pelos animais alega não ter condições de cuidar de uma população que cresce continuamente. A SUIPA é um desses lugares, onde cada pessoa que leva um animal preenche uma ficha que era chamada de “termo de abandono” e que foi modificada para “termo de entrega”, porque as pessoas que levavam não se viam abandonando os animais. Para simplificar a discussão, mudou-se o nome.

Isso também ocorre quando os proprietários não têm mais interesse no animal. Alguém que diz estar incomodado com a sujeira feita pelos animais em casa e não pretende permanecer com eles; às vezes quando mulheres engravidam os animais são descartados, por sugestão de médicos; mudança de endereço para imóvel menor; um animal cresceu mais do que o desejado; entre outras justificativas. Certo domingo no Campo de Santana, uma mulher deixou uma caixa em papelão com alguns gatos. Na lateral da caixa estava escrito o que ela tinha dado a eles como medicação. Ao se afastar do local, a mulher chorava, enquanto era observada por um funcionário do parque que não a impediu de deixar os animais, mesmo sob os protestos de protetores. A mulher dizia que fez o possível, mas não estava mais conseguindo levar adiante o tratamento.

Eventos de adoção servem como exemplo desse tipo de situação. No final, são encontrados animais deixados por pessoas que não participaram da organização e os levaram até lá. Diante da possibilidade de também se tornarem locais de referência, os organizadores costumam ficar atentos ao entorno para evitar que pessoas deixem animais. Nesses eventos, algumas pessoas costumam aparecer com animais perguntando sobre a possibilidade de os deixarem lá, mas são convencidas a levarem de volta quando não se adequam à proposta do evento. É a visibilidade propiciada pelo trabalho de proteção que agrega a dispersão, sob a lógica de direcionar o que se encontra disperso para onde já existe algum trabalho sendo feito pelos animais.

Esse é sempre um diálogo difícil entre as partes, pois a forma como o pedido é feito pode indicar que não se deseja ajuda, mas que alguém assuma a responsabilidade. Às vezes, a resposta de quem foi procurado costuma ser: “Se você está se sentindo incomodado, o problema passa a ser seu”. Existe um fator altruísta moral no ato de tentar ajudar algum animal visto como necessitado, mas a iniciativa tem um ônus, principalmente financeiro. Logo, direcionar esse animal a quem já cuida de outros pode parecer uma solução viável, mas a recepção disso por quem supostamente cuidaria do animal costuma ser interpretado como uma transferência de responsabilidade, já que se cada pessoa que se sente incomodada contribuísse de forma efetiva, o peso do trabalho poderia ser compartilhado entre um número maior de pessoas e este seria amenizado pela desconcentração.

Nas sociedades industriais ocidentais, a compreensão do sofrimento parece ser um tipo de aproximação razoável com a perspectiva dos animais, pois é aquela que corresponde à concepção assimétrica que atribui diferenças hierárquicas decrescentes que partem dos humanos e se estendem às consideradas formas mais simples de vida. Assim, o sofrimento é o ponto de aproximação que é mais coerente com o lugar dos animais, já que os animais quando

não estão submetidos ao controle humano como recursos são tidos como desprotegidos, vulneráveis e merecedores de cuidados especiais.

Para Haraway (2008, p. 69-93) o sofrimento tem duas faces: a própria sensação de quem o vivencia e uma tentativa de compreensão dele por quem o está causando ou apenas observando. Ela sugere um sofrimento compartilhado “entre os animais de laboratório e suas pessoas”, como ela define o subtítulo do capítulo. Ou seja, é preciso contabilizar também o sofrimento do humano que executa as experiências, pois por mais praticidade que se deseje adotar, ocorrem relações que não podem ser resumidas a um simples contato entre um objeto passivo que recebe a ação de um apenas executor.

No entanto, o aparato cognitivo de cada espécie singulariza a experiência, a intensidade e a conotação da percepção. Nagel (1992) especula como é ver o mundo como um morcego para analisar a mediação da consciência na interação entre corpo e mente. Ele argumenta, referindo-se a algum debate que ocorrera na década de 1960, que a redução dos processos corporais baseada em diferentes configurações sistêmicas atinentes a cada espécie tem seus limites comparativos porque a percepção também resulta das especificidades de cada organismo.

Nas etnografias sobre povos ameríndios em que a caça adquire destaque, os autores mostram em seus argumentos como, apesar da predação decorrente da caça, os animais são concebidos em relações mais simétricas do que nas sociedades ocidentais industriais, porque elas remetem a uma humanidade que não se restringe ao ser humano. Todo o discurso sobre a caça parte de um risco compartilhado entre caçador e caça, como argumentam Lima (1996), Viveiros de Castro (2002) e Garcia (2010). No plano cosmológico dessas sociedades ameríndias, captura e predação podem ocorrer nos dois sentidos, já que as diferenças entre caçador e presa é apenas uma diferença de perspectiva que passa por uma humanidade extensa que independe da especificidade morfológica corporal.

Certamente, é essa condição mais simétrica que leva à soltura dos xerimbabos na mata, quando atingem a idade adulta e se tornam agressivos ou quando apresentam sinais de envelhecimento, e do abandono dos cães no interior das aldeias, já que não podem ser soltos na mata porque são animais das cidades, como argumenta Garcia (2010, p. 292-293) em sua etnografia sobre os Auá-Guajá. Velden (2010, p. 180-195) e Khon (2007, p.11) mencionam a situação precária em que vivem os cães entre os Karitiana e os Ávila Runa, respectivamente, que os leva, inclusive, a reproduzirem-se com dificuldades, pois novos cães são levados regularmente das cidades para as terras indígenas. Além disso, os cães precisariam obter o próprio alimento.

Assim, o controle do sofrimento é o tipo de interpretação que parece mais adequado ao lugar dos animais nas sociedades industriais ocidentais. As elaborações em torno das noções de bem-estar, maus-tratos e da morte sem dor se conectam com essas relações assimétricas em que os animais são colocados, e que partem de uma projeção do que seria, segundo o ponto de vista deles, a percepção da dor, da solidão, do confinamento e da qual também deriva a de exploração elaborada pelos abolicionistas.

IV.6 - “1ª Parada do Orgulho Animal”: propostas de um encontro multiespecífico

Apresentada como um tipo inédito de manifestação para divulgar demandas das pessoas que atuam na proteção animal, como a necessidade de legislações específicas e a criação de delegacias especializadas em receber denúncias de crimes e infrações contra os animais, a “1ª Parada do Orgulho Animal” ocorreu em 1º de outubro de 2011 na cidade de Niterói, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e contou com a presença de cerca de 300 pessoas. Em manhã de sábado ensolarada, os participantes se reuniram na praia de Icaraí e percorreram alguns metros no mesmo sentido do fluxo de veículos, entre o ponto de concentração, próximo ao prédio da reitoria da UFF, e o local definido para a dispersão, com um trajeto relativamente curto para não cansar os animais que foram levados.

Um carro de som seguia à frente daquele agrupamento de pessoas e animais, utilizado pela organização do evento para falar sobre as necessidades de investimentos estatais voltados para os animais, sobre dos direitos que a legislação atribui aos animais e para sinalizar e orientar o trajeto. A faixa mais à direita destinada aos automóveis foi reservada para os manifestantes e era mantida isolada por guardas municipais e outros funcionários da prefeitura, mas durante o deslocamento as pessoas acabavam ocupando um espaço maior do que fora definido, misturando-se com as outras que praticavam atividades físicas no calçadão.

Isso gerava alguns problemas, principalmente se as pessoas que caminhavam, pedalavam ou corriam pelo calçadão seguiam em direção contrária ao deslocamento dos manifestantes, criando algumas breves interrupções da marcha e certa dispersão quando se tentava contornar esses pequenos bloqueios, ampliando-se a ocupação lateral do espaço que acabava se estendendo até as faixas dos automóveis. As pessoas que não acompanhavam a manifestação reclamavam da ocupação do calçadão. Automóveis buzonavam devido ao bloqueio das faixas de trânsito. Diante disso, os organizadores usavam megafones para orientar os manifestantes, pedindo que se mantivessem, exclusivamente, na faixa reservada à manifestação.

Diversas pessoas com atuação na proteção animal ou que simpatizavam com a proposta do evento caminhavam juntas, trocando informações, afagando os animais presentes, exibindo suas mensagens em camisetas, faixas e cartazes, ou simplesmente seguindo o trajeto. Muitas delas estavam acompanhadas por seus cães, outras vestidas com fantasias de animais, com pinturas no rosto que imitavam bigodes de gato ou portando imitações de orelhas de coelhos.

Figura 77 – Início do deslocamento



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 78 – Organizadores orientando o deslocamento



Fonte: Arquivo pessoal.

Alguns vegetarianos presentes se referiam à incoerência entre proteger cães e gatos e se alimentar de outros animais. Muitas daquelas pessoas, pelo tipo de animais que as acompanhavam, cães com raça definida, talvez não tivessem envolvimento com a proteção animal, e apenas vissem o evento como um tipo de integração com uma proposta visando o bem-estar dos animais de forma geral. Era o contato regular com o animal que as fazia se identificarem com toda aquela mobilização.

Figura 79 – Cães (alguns motociclistas) e humanos (alguns fantasiados de animais) caminhando juntos



Fonte: Arquivo pessoal.

Dentre essas mensagens, havia referência à ideia de maus-tratos, como algo a ser combatido. As mensagens também faziam referência ao abandono de animais, traçando correlação entre o descarte de animais e de humanos na velhice. Este é um tipo de articulação muito encontrada nos discursos de quem atua na proteção animal: os atos praticados contra os animais podem ser sintomas de um tipo de atitude que se estende aos humanos. Tal correlação não é feita apenas pelos militantes, mas também por psicólogos que estudam agressividade, como argumentado no trabalho de Padilha (2011), quando a autora classifica as agressões contra as mulheres e animais como variações do mesmo tipo de comportamento.

Também apareceu um grupo de moradores da comunidade Fazendinha, em Niterói – ocupantes de espaço que estava sendo transformado em área de proteção ambiental e, naquele momento, estavam ameaçados de remoção – que aproveitaram o evento para protestar, apontando seus cães e gatos como passíveis de encaminhamento à adoção ou aumentarem o contingente de abandonados, em se confirmando a remoção. Dentre estas pessoas, alguns estavam montadas a cavalos, mas por segurança para os cães e para os demais manifestantes, para não ocorrer acidentes provocados por pisadas dos cavalos, estes se deslocaram um pouco à frente.

Um dos detalhes curiosos da organização deste evento ficou por conta da entidade responsável: a Secretaria de Projetos Especiais do município de Niterói, que também promove eventos de adoção de cães e gatos mensalmente no parque público conhecido como Campo de

São Bento. Tal informação havia passado despercebida, até que durante a organização das informações para a elaboração deste texto, com uma rápida pesquisa na *internet*, cheguei a ela. Os cartazes, faixas e camisetas fazendo referência a diversos grupos que atuam na proteção animal no estado do Rio de Janeiro fez parecer que o evento fora organizado por um ou alguns deles.

Figura 80 – Moradores da Comunidade Fazendinha em seus cavalos



Fonte: <<http://www.desabafosniteroienses.com.br/2011/10/o-que-o-fluminense-nao-mostrou-da.html>>.

Fiz contato com pessoas vinculadas àquela secretaria, mas a equipe havia sido substituída durante a mudança de governo, no início de 2013, e os novos integrantes não puderam me responder se a ideia de organizar aquele evento tinha a ver com trâmites administrativos entre o Poder Executivo e o Legislativo, como uma forma de pressionar a aprovação de algum projeto. Procurei os antigos integrantes da secretaria, mas não obtive resposta.

O asfalto quente, o grande número de pessoas e animais estranhos, às vezes, gerava certa tensão. Pequenas brigas entre os cães eram rapidamente contidas para evitar que tomassem grandes proporções, pois outros poderiam aderir e provocar uma confusão generalizada. O deslocamento era lento e o percurso relativamente curto, mas os animais demonstravam sinais de cansaço, principalmente aqueles que não estavam habituados a caminhar regularmente. Embora fosse uma marcha conduzida pelos humanos, com uma série de inconvenientes para os animais, como o calor, o asfalto quente, o percurso e animais desconhecidos, a proposta principal era mostrar uma solidariedade multiespecífica.

Apesar desses inconvenientes, que também eram percebidos pelos integrantes daquela manifestação que estavam acompanhadas por seus animais, também é preciso se pensar no tipo de discurso que se pretendia construir com toda aquela composição. Tannen (2004) trabalha com a ideia de ventríloquo para se referir à utilização dos animais, principalmente cães, como recursos nos diálogos entre pais e filhos ou entre cônjuges, o que insere uma nota de humor e reduz as possibilidades de atrito durante a conversação. Com o registro de

conversas entre membros da mesma família, com os animais presentes, a autora observou que falar por meio do cão, atribuindo-lhe uma vocalização de ideias que este não possui, seria uma forma de interação que permitia transpor certos obstáculos.

A presença dos animais naquele evento era necessária, mesmo que ao custo do desconforto deles, porque legitimava as reivindicações e, ao mesmo tempo, permitia aos manifestantes dialogar com quem estava fora daquele conjunto de interações. Também havia algo de descontraído, e talvez até caricato, mas aquele *falar por meio dos animais* era necessário, dentro da proposta política que mobilizava todas aquelas pessoas. Talvez, se fosse apenas uma marcha de pessoas fantasiadas de animais ou com cartazes e faixas, a manifestação se tornasse uma mera encenação teatralizada de algo que poderia tomar um rumo diferente do que se desejava.

Por outro lado, não me pareceu haver um *devoir animal*, nos termos de Deleuze e Guattari (1997), motivando toda aquela mobilização. Não havia uma proposta de tornar-se algo, de vislumbrar uma perspectiva sobre a convivência entre espécies a partir da lógica dos animais, mas de convencer um número maior de pessoas quanto à legitimidade moral de inclusão de outros seres na comunidade moral multiespecífica de indivíduos. Era a possibilidade de inserir, não de forma igualitária, outros indivíduos na comunidade moral para que estes pudessem usufruir de certos direitos.

Se tentássemos alguma aproximação com a ideia de *devoir*, esta seria mais dos animais em busca de um *devoir humano* do que o contrário. Porém, esta possibilidade fica inviável porque, mesmo que se diga não ser possível decodificar a intencionalidade dos animais, não parecia haver, entre os presentes, um movimento nessa direção, já que foram levados até ali. Talvez pombos, pássaros, garças, urubus, cães, porcos, cavalos e diversos outros animais errantes – não me arrisco a mencionar cabritos porque não fazem parte da paisagem fluminense – pudessem espontaneamente se interessar em integrar aquele agrupamento, mas não o fizeram. E se o fizessem, talvez fossem desencorajados a seguir se não compreendessem a dinâmica do deslocamento.

A maioria dos gatos que vivem em locais abertos, até onde os conheço, não se interessariam em integrar aquele agrupamento – principalmente dentro de uma dinâmica que lhes fosse imposta. Dentre os felinos domésticos, possivelmente só seria possível levar aqueles cruzamentos genéticos que resultam em espécimes excessivamente peludos, que mais lembram decoração sem vida do que animais.

Não é possível visualizar algum *devoir qualquer coisa* que pudesse ter sido projetado pelos animais. Estes foram conduzidos até ali e eram mantidos em coleiras ou suspensos entre

os braços dos seus proprietários, para protegê-los de brigas e do asfalto quente. Tampouco, era-lhes facultado se ausentar, se o encontro multiespecífico não os agradasse.

O referente animal dessa proposta de “orgulho animal” está mais baseado no compartilhamento de elementos comuns da constituição biológica de animais e humanos do que propriamente no animal com suas habilidades de caça, predação, espontaneidade e liberdade. O referente daquele encontro parecia mais se aproximar de uma figuração de animal desprotegido, indefeso, vítima da urbanização e do abandono, refém da expansão geográfica humana, do aprisionamento para o entretenimento, para o trabalho e, em algum grau, para a companhia.

Tudo aquilo fluía não exatamente como uma composição homogeneizada, uniforme e coordenada, mas com os diferentes segmentos que se encontravam, atraídos por um referente animal que não tinha a mesma equivalência para cada humano presente. No entanto, esse referente impreciso fez aquelas pessoas se deslocarem até ali, fantasiados, pintados, acompanhados por seus cães, montados em seus cavalos, inconformados por não ter sido possível levar os gatos, ou mesmo sem concordar com a motivação de outras pessoas que integravam aquela marcha.

A partir da proposta de *communitas* de Turner (1990), é possível interpretar aquele evento como um tipo de integração que, por alguns instantes, deixa de lado as diferenças e cria uma integração entre pessoas que têm metas comuns. A *communitas* é definida por Turner (1990) como uma modalidade de agrupamento que tem três tipos de formação: a existencial ou espontânea, a normativa e a ideológica. A primeira seria constituída sem um planejamento inicial e se formaria entre pessoas que se organizam aleatoriamente em torno de algum interesse comum, enquanto as outras duas se caracterizam pela existência de um planejamento mínimo, visando determinados objetivos.

A *communitas*, segundo Turner (1974a, 1974b), tem uma série de símbolos que servem para aproximar seus integrantes, como, por exemplo, uma demonstração de despreendimento às questões materiais e outras peculiaridades que têm relação com processos coletivos de transição, em que os envolvidos encontram-se em condição similar. Na peregrinação, que ele inclui entre as expressões da *communitas*, o engajamento dos peregrinos tem um caráter voluntário que também deve ser espontâneo, mesmo com as dificuldades (TURNER, 1974a).

Naquele deslocamento, havia alguma coisa de peregrinação, apesar do percurso relativamente curto para não cansar os animais presentes. As pessoas procuravam demonstrar que estavam ali espontaneamente, parodiando músicas para adaptá-las à proposta do evento e

demonstrando simpatia com as outras. Todo o esforço que fizessem em nome da causa animal, independentemente dos resultados imediatos, seria válido, porque estavam engajadas em algo que lhes conectava a um movimento maior, a proteção aos animais com todos os significados possíveis atribuídos por cada integrante.

Os cães que vivem em apartamentos e vão ao salão de tosa semanalmente podem ser muito diferentes dos cavalos das pessoas ameaçadas de remoção da comunidade Fazendinha, quanto aos cuidados recebidos, mas a distância que os separava naquele momento, ao menos no plano discursivo, era apenas em nome das precauções de segurança. O interesse que motivou a ida de cada pessoa ao evento também poderia divergir significativamente em relação às demais pessoas que caminhavam ao seu lado.

Vegetarianos caminhando ao lado de consumidores de carne e exibindo suas mensagens que pregavam coerência nos cuidados com os diversos animais; protetores de cães e gatos; moradores da comunidade Fazendinha com seus cavalos, que não estariam situados dentro da proteção animal, que foram até ali mobilizados pela possibilidade de remoção de onde viviam; e diversas outras pessoas; por algum momento caminhavam juntos sem demonstrar indiferença umas com as outras.

A faixa dos vegetarianos sobre coerência faria mais sentido se direcionada aos próprios integrantes da marcha do que a quem a avistasse de fora, mas esse era um detalhe que não gerava problemas. O entusiasmo pela mobilização em nome do “orgulho animal” diminuía as diferenças e aproximava os manifestantes com suas diferentes propostas que pareciam ter uma grande coerência em toda aquela articulação.

Figura 81 – Final do trajeto e dispersão dos participantes



Fonte: Arquivo pessoal.

Ao término do deslocamento, havia algumas pessoas colhendo assinaturas para propor um projeto de lei de iniciativa popular pedindo o fim dos rodeios no Brasil. A versão

niteroiense teve sua segunda edição um ano depois, seguindo o mesmo trajeto do anterior, quando o coordenador, Gerhard Sardo, vinculado à Secretaria de Projetos Especiais de Niterói teria dito a repórter³⁶ do jornal “O Fluminense”:

Niterói tem dado demonstrações de sensibilidade para as iniciativas em favor do bem-estar animal com a organização de campanhas de adoção, mas chegou a hora do Poder Público municipal assumir uma postura mais agressiva, com a construção de um Hospital Público Veterinário que assegure às pessoas de baixa renda o tratamento dos problemas de saúde dos seus cães e gatos. Há muitas pessoas que não têm acesso as clínicas veterinárias por falta de recursos, sujeitando seus animais a situações de mal-estar e até mesmo à morte. É uma questão de saúde pública.

Depois dessa primeira edição niteroiense, foram localizadas pelo menos dois eventos com o mesmo título, “Parada do Orgulho Animal”, em outras localidades do país: em Juiz de Fora-MG, em março de 2012, que também incluiu no título a referência ao meio ambiente³⁷; e em Hortolândia-SP, em agosto de 2012³⁸.

IV.7 – A convergência das diferenças na discussão sobre os direitos

Os caminhos da institucionalização levam à aproximação dessas diversas perspectivas relacionadas aos animais. Quando surge a proposta de um dos segmentos da proteção animal como, por exemplo, a de esterilização para cães e gatos e de atendimento profissional para esses animais, mas não há citação de outras categorias de animais, como os de tração e os silvestres, a tendência dos legisladores é tentar estender, na medida do possível, a abrangência das normas e serviços para outros animais. Isso, por um lado, ocorre para resolver um problema jurídico de não priorizar uma categoria em detrimento de outras, mas, por outro, provoca o debate entre segmentos distintos da proteção animal sobre seus pontos de divergências e convergência.

A discussão sobre bem-estar consegue provocar o diálogo entre a proteção animal, o uso do animal no trabalho, no entretenimento, nas experiências de laboratório e durante o abate. É um tipo de articulação permeada por desconfianças e acusações entre os componentes de cada segmento ou perspectiva, mas que leva a uma aproximação que, embora não seja a desejada por todos eles, é uma das possíveis.

A história do chimpanzé Jimmy está um pouco deslocada em relação ao conjunto de itens que compõem este capítulo, mas ela foi inserida para ilustrar como os militantes que têm os animais como bandeira política procuram abrir caminhos legais que levem à ampliação dos

³⁶ Disponível em: <http://jornal.ofluminense.com.br/editorias/cidades/plantao/niteroi-realiza-ii-parada-do-orgulho-animal>. Acesso em: 17 de abril de 2013.

³⁷ Disponível em: <<http://www.jfempauta.com/?p=38912>>. Acesso em: 2 de junho de 2013>.

³⁸ Disponível em: <<http://sitiodaaninha.org/2012/08/05/parada-orgulho-animal-hortolandia>>; e <<http://www.noticiaanimal.com.br/viewpost.php?idpost=975>>. Acesso em: 2 de junho de 2013.

benefícios aos animais. São tentativas de alargamento do campo de ação jurídica que, embora não produzam os efeitos em princípio pretendidos, geram algum debate sobre a conciliação entre a dimensão jurídica das relações e o aspecto classificatório que a precede.

Desse modo, essa convergência que resulta em equiparação, nivelamento e padronização das diferenças é o caminho apontado pela militância que defende os direitos dos animais. É a isso que a referência à biologia leva: estruturas físicas elementares que remontam a gênese das espécies, dos seres vivos, do parentesco entre humanos, animais, plantas e, inclusive, com minerais. É um trajeto possível, que vislumbra ganhos ao custo de uma simplificação que implica o deslocamento das diferenças para a periferia da discussão.

Este é o ponto de encontro das diferenças, mas também é um campo de disputa em que militantes que têm nos seus referentes animais um ser sem face e com morfologia composta pela sobreposição cumulativa de todas as características possíveis dos animais tentam legitimar um ponto de vista que não se identifica especificamente com uma espécie ou grupo classificatório, porque isso seria contraditório em termos políticos. Optando-se, assim, pelo tratamento dos animais de forma homogênea quanto aos procedimentos considerados adequados que a eles devem ser dados.

Considerações finais

Apesar das diferenças entre os grupos classificatórios em que os animais tratados ao longo desta tese estão inseridos, domesticados de companhia, silvestres em processo de recuperação e domesticados de fazenda submetidos a dois tipos de motivação, o gerenciamento da vida deles em espaço fechado leva ao surgimento de expressões semelhantes no conjunto de elementos que compõem cada tipo de trabalho. Atenção especial aos mais jovens, controle da sexualidade, intervenção nas disputas que possam provocar lesões e distribuição igualitária de alimento são as situações vistas com mais frequência.

Os tipos de acomodação seguem os rótulos classificatórios e a densidade populacional tem relação com as espécies inseridas neles. A grande concentração populacional nos abrigos de cães e gatos pode ser compreendida, entre diversos outros fatores, pelo tratamento que visa tirá-los da situação de abandono e não consegue apresentá-los com uma funcionalidade convincente, tal como teriam os domesticados de fazenda e os silvestres, sendo estes últimos vistos como parte da diversidade ambiental tida como necessária, pois mesmo em zoológicos e na composição de paisagens há um discurso que remete a esse aspecto conservacionista.

Os santuários e os lares são apresentados como alternativas confortáveis a abrigos e outros empreendimentos que não oferecem as condições de conforto tidas como adequadas para os animais. Eles se constituem como substitutos de empreendimentos que são questionadas pelos movimentos de proteção aos animais: os santuários como um contraponto aos criadouros comerciais e aos espaços de entretenimento; e os lares como uma crítica a práticas tradicionais de agrupar cães e gatos em abrigos e que procura encontrar uma configuração dinâmica, mas muitas vezes não consegue transpor o plano discursivo em função das grandes populações, e a configuração de abrigo se impõe.

Quanto ao controle da sexualidade, entre os animais de abate nos criadouros, entre os que se encontram em santuários e os cães e gatos que vivem nos abrigos ou lares, por razões distintas, ele é realizado. Os animais têm seus impulsos sexuais controlados, no sentido de direcionar a procriação, definir os cruzamentos desejáveis e evitar a transferência de odores para a carne e leite e, entre os animais sob os cuidados de protetores, um dos principais objetivos é evitar qualquer tipo de contato que resulte em procriação.

O hábito de sugar os dedos (figura 16) que os cabritos que conheci em Araripina desenvolveram se assemelha à simulação do ato de mamar percebido em gatos adultos em abrigos. Alguns gatos que foram amamentados precariamente pelas mães desenvolvem o hábito de sugar as tetas de outros animais adultos que aceitem este tipo de contato, inclusive

machos, como se estivessem mamando. A interrupção prematura de relações consanguíneas pode estar na origem de certas expressões tanto entre animais de fazenda quanto animais de companhia. Cães que vivem em abrigos ou em residências com pouco espaço ficam agitados, e a discussão em torno da noção de bem-estar considera isso entre os fatores que provocam problemas de comportamento entre esses animais.

Em certos momentos, abolicionismo e conservacionismo se mesclam, misturam-se e se pode ter a impressão que tratam da mesma coisa, mas a ênfase em cada um dos dois irá variar de acordo com as necessidades ou conveniências. O conservacionismo tem um argumento mais cientificista e quando ele é mesclado com o abolicionismo, quase sempre, é para legitimar cientificamente a posição política dos abolicionistas.

O Santuário das Fadas com seus animais de fazenda usa o argumento abolicionista, que inclui o veganismo, porque o conservacionista não se aplicaria, já que são animais de fazenda com populações relativamente extensas que vivem em cativeiro. O Santuário dos Gnomos – que é um dos que não consegui entrar - também usa o discurso abolicionista, porque são animais que viveram em circos zoológicos e em diversas outras situações de cativeiro. Enquanto o CETAS do IBAMA se baseia no discurso conservacionista, com o propósito de reconduzir os animais que seriam utilizados como decoração ou que seriam transformados em animais de companhia de volta ao habitat de origem.

Imagino que o abolicionismo segue muito bem quando se restringe a determinados grupos de animais – como os de zoológicos, circos, parques aquáticos, entre outros -, mas teria muitas dificuldades se fosse direcionado para cães e gatos, pois as pessoas que oferecem esses animais em adoção costumam despertar o interesse por eles por meio da ideia de beleza. É justamente isso que remete a um tipo de interesse que pode ser paradoxal, já que ter um animal com determinadas características é um tipo de consumo estético.

Entretanto, é essa dinâmica que consegue escoar minimamente os animais tirados do abandono. Quando falo em paradoxo, quero me referir a determinado princípio do abolicionismo que diz que os animais não devem ser tidos como objeto de consumo e exploração, mas o escoamento deles depende do interesse de pessoas que às vezes não estão em sintonia com o dos protetores. Não dá para reverter o processo de domesticação. A liberdade em oposição à alienação em que os animais foram colocados, de acordo com a visão dos abolicionistas, não depende da ação de “deixar que eles encontrem o caminho da liberdade”.

O incentivo às adoções como via de escoamento utilizada é a que pareceu mais viável aos protetores em meio a outras, dentro da perspectiva de controle do sofrimento. Cada vez

mais a política protecionista depende da economia predatória para escoar suas superpopulações de animais, espécimes da fauna silvestre vivendo em cativeiro ou cães e gatos que precisam despertar um tipo de percepção que toma os padrões estéticos de beleza como referência.

Além disso, a exposição de cães e gatos em eventos de adoção e de bodes e carneiros nas feiras têm semelhanças. Nos dois tipos de exposição, os animais se mostram inquietos no ambiente desconhecido e demonstram sinais de apreensão e ansiedade. Mesmo que se pense que o incômodo terá diferentes conotações porque os objetivos são diferentes, para os animais os efeitos parecem semelhantes. Imagino que o desgaste esteja na mesma proporção para os animais expostos em ambas as situações.

Nos locais de criação, cabras e ovelhas pareciam ter vidas menos sofridas do que certos cães e gatos que vivem presos em gaiolas, por correntes e pequenos cômodos em residências ou abrigos. Embora nos deslocamentos entre criadouros e feiras no sertão nordestino os animais ficassem concentrados em espaços pequenos das carrocerias dos veículos, naquilo havia a expectativa de preservar a integridade física deles nos termos aceitáveis naquele contexto.

A noção de maus-tratos se transformou em algo que não demanda definições, como se fosse autoexplicativa, embora possa ser utilizada com diferentes acepções. Com as conexões propiciadas pelas novas tecnologias, principalmente aquelas que conectam pessoas por meio de dispositivos eletrônicos a uma rede mundial produz um espaço onde a denúncia adquire uma conotação específica de ação política, mostrando o que está em desacordo com os princípios da proteção aos animais em larga escala.

No tipo de ação política que tem os animais como argumento, o conjunto de forças e motivações chamado de proteção animal agrega uma heterogeneidade que tem dificuldade de dialogar entre si. A ideia de denúncia, que parece derivar de concepções recentes relacionadas aos animais e resulta do confronto entre antigas e novas práticas. Ela é uma ferramenta política no embate entre diferentes segmentos e concepções.

Nesse vasto conjunto, ativistas procuram apresentar novas interpretações jurídicas que insiram os animais em condições similares aos humanos. As diferenças biológicas que em determinados contextos são refutadas porque são elas que dão suporte às ideias de prerrogativas humanas em relação aos animais, nas discussões jurídicas elas são retomadas como argumentos viáveis, quando se deseja ampliar a noção de humanidade por meio do compartilhamento de traços comuns. Em meio a tudo isso, há uma questão de gênero favorável à visão feminina no planejamento e na execução.

O controle do sofrimento se torna um objetivo, mas cada ponto de vista apresenta seus limites. Se, por um lado, negligenciar o sofrimento dos animais abatidos e privilegiar cães e gatos, como os abolicionistas criticam os protetores de cães e gatos; por outro, o ativismo abolicionista que prega coerência e não faz esforços para livrar animais do sofrimento visível também pode ser questionado como incoerente. A própria alimentação dos animais que consomem carne - dentre estes os felinos de grande porte que vivem nos santuários e os gatos que consomem alimentos industrializados com carne na composição - depende de certa flexibilidade no controle do sofrimento, já que a compra de determinado tipo de alimento é uma ação que incorpora a predação indireta na elaboração.

As divergências também aparecem quando os protetores argumentam que parar de consumir animais não tem implicação sobre as populações de cães e gatos errantes, pois a falta de coerência apontada pelos veganos, ao proteger uns e comer outros, só ocorre no plano abstrato; ao passo que esses militantes dizem que o consumo de carnes provoca o surgimento de outras superpopulações, de gado principalmente, que tem seus impactos sobre o meio ambiente. Apesar disso, o argumento do veganismo tem se propagado gradativamente entre protetores de cães e gatos.

Os coletivos de humanos e animais, como chamou Sá (2013), descobrem formas de conviver e uns interferem nos movimentos dos outros. Os humanos controlando o movimento dos animais e estes estabelecendo limites para este controle, de acordo com peculiaridades das espécies, dimensões corporais, problemas de convivência com outros da mesma espécie ou de outras. A domesticação ou a convivência não são intervenções unilaterais aleatórias, elas ocorrem sempre nos termos possíveis e têm dupla incidência nas relações interespecíficas.

Em direção semelhante, Sússekind (2010), a partir de sua etnografia em fazendas de gado no pantanal sul-mato-grossense, argumenta que os diferentes interesses em torno dos animais provoca muitas discussões em relação à convivência entre rebanhos bovinos e onças predadoras. Dessa composição heterogênea com predadores, presas e pessoas interessadas em cada um dos grupos, podem surgir interessantes elaborações em torno das noções de natureza e cultura. Esses coletivos multiespecíficos provocam novas reflexões sobre esses dois domínios.

Na reelaboração das noções de natureza e cultura, a primeira se torna mais branda e menos propensa a permitir relações de predação, ao passo que a cultura vai se ampliando em detrimento de uma natureza hostil, agressiva e amoral. Procurando recuperar as expressões perdidas entre animais submetidos ao controle humano, diversos empreendimentos investem na recuperação de animais que se mostram incapazes de serem reinseridos nos habitat onde

seus ancestrais viveram, mas que serão mantidos como símbolos de uma predisposição humana a rever antigas práticas e tentativas de reparação. Nesse sentido, uma integração entre diferentes espécies está entre os projetos de reordenar as noções de natureza e cultura.

Não compreendo que a extensão do não matar, não consumir e não subjugar os animais seja uma transposição para o lado da cultura. Talvez seja a reformulação da ideia de natureza que se baseia na não agressão a ela pela cultura. O abolicionismo animal como movimento político parece apontar na direção da manutenção da distinção entre natureza e cultura, mas, certamente, há outra ideia de natureza e de cultura em discussão. Não parece ser uma cultura que se constrói pela oposição à natureza, mas pela complementaridade que se baseia na preservação da diversidade e no respeito às relações dos animais entre si.

O domínio da natureza é corroborado pela não intervenção constante. O exótico, aquele animal deslocado do seu habitat original, precisa ser controlado, mesmo que o deslocamento desse animal não tenha sido uma ação humana direta, para que um animal não desequilibre as relações sistêmicas já existentes. O tratamento que o exótico recebe, quando se pensa na sua retirada do local onde esteja interferindo ou possa interferir nas relações tidas como em relativa estabilidade, passa pelo acondicionamento em empreendimento que representa a zona intermediária entre a intervenção/apreensão de parte da natureza pela cultura e a posterior tentativa de reparação disso.

Há uma ordem cultural que implica segurança em oposição a uma desordem aleatória que ameaça a estabilidade do domínio cultural. Há ordem tanto na natureza quanto na cultura. A poluição dos domínios pode ocorrer nas duas direções. A ordem cultural precisa ser preservada, assim como a ordem natural, e esta não pode ser submetida a qualquer tipo de intervenção aleatória sem avaliação dos riscos e consequências.

Quanto aos cães e gatos, que são chamados de domésticos ou domesticados, tal rotulação já define que o lugar deles é próximo aos humanos no espaço residencial. Não há mais espaço para eles nesse amplo conjunto de cores e formas chamado, grosso modo, de mundo natural. A eles não é facultado o pertencimento ao conjunto de relações ecológicas situadas no lado da natureza. Os empreendimentos criados para eles, chamados de abrigos, representam a indisponibilidade de espaços residenciais para acolhimento juntamente com a falta de um lugar nas relações ecológicas.

Do mesmo modo, os animais rotulados como silvestres que ficaram por determinado tempo em cativeiro e forem considerados inadaptáveis à vida em liberdade também estão nessa zona intermediária, já que não pertencem ao domínio da cultura por incompatibilidade entre suas dimensões corporais, hábitos alimentares carnívoros predatórios e outros fatores,

como os grandes felinos e ursos. No entanto, os empreendimentos que os acolhem servem como espaço da natureza que depende de manutenção para permanecer como tal.

Até que ponto a relação entre prática e discurso fica comprometida pela forma de vê-las em oposição? Acredito que, em certa medida, o discurso pode complementar as ações quanto à aproximação dos objetivos. Falar em metas, ideais de integração entre espécies, de controle da agressividade, que pode ser compreendida também pela projeção de uma moralidade humana nos animais, cuja manutenção disso depende de um controle regular que os coloca sob o domínio da cultura.

A aposta no discurso de conciliação, da adequação das condições idealizadas, apontar um rumo e se aproximar dele na reordenação dos elementos que compõem determinado tipo de acomodação, seja um abrigo, um santuário ou uma simples residência, pode ser algo que se possa compreender pela busca de um objetivo, em vez de vermos as inconsistências, discrepâncias e distanciamentos do ponto apenas projetado pela oposição entre objetivos e práticas. Isso significa ver a harmonia e a heterogeneidade como momentos distintos de um mesmo processo que pode ser bem sucedido ou não, mas a interpretação *a priori* como sinal de diferença entre discurso e prática pode ser limitadora.

Quanto à multiplicidade de conexões que compõem as relações sociais, de acordo com a proposta de Latour (2008), há diversas possibilidades. Um cabrito que foi criado para ser abatido na idade adulta ou servir de oferenda e, em determinado momento, vai parar em um santuário orientado pela proposta do abolicionismo; ou um leão que mesmo tendo nascido em cativeiro mantém seu rótulo de silvestre ou exótico em determinado zoológico – pensando essa rotulação a partir dos termos ambientalistas que consideram a origem territorial do animal – e no final da sua vida é transferido para um santuário; entre outras situações possíveis, são mobilizações produzidas por um conjunto de atores humanos e não humanos que seguem certo deslocamento.

Quando se visualiza as múltiplas interações como nos parques públicos da cidade do Rio de Janeiro, a capacidade de agenciamento dos animais mobiliza diversas pessoas para cuidar dos animais tidos como abandonados, ou quando um gato é abandonado por alguma pessoa, acolhido por outra e oferecido em forma de adoção a uma terceira, uma cadeia de atores se conecta por meio de determinados animais.

Quem adota um cão ou um gato o faz, às vezes, motivado pela ideia de beleza que movimenta o que chamo de “economia predatória”, já que se baseia na proposta de consumo estético de animais com determinadas características, enquanto quem trabalha pelos animais

voluntariamente está influenciado pela ideia de “controle do sofrimento”, tirando um animal do abandono.

Um animal que é descartado pode colocar em contrato diversas pessoas: quem descartou e foi confrontado pelo ato; quem encontrou o animal e se propôs a encontrar alguém que se interessasse por ele, e o interessado final. Nos abrigos, lares e santuários também há uma composição heterogênea em torno dos animais, em que eles articulam uma série de interesses e propostas. O grupo classificatório em que cada animal está inserido atribuirá contornos distintos em torno dos discursos, motivações, interações e interesses que os cercam, mas as conexões que eles fazem entre os humanos são semelhantes quanto à composição que movimenta pessoas em torno deles.

Desse modo, diferentes pessoas com motivações que não se equivalem entram em contato e os animais vão passando de uma configuração a outra e provocando diversos desdobramentos. Visualizar os desdobramentos de ações que têm origem em um episódio envolvendo um animal ou uma atitude que utiliza o animal como argumento e propicia o diálogo entre pessoas que talvez não tivessem qualquer tipo de contato, se não fosse por isso, foram situações verificadas com certa regularidade.

Por fim, os acertos ou equívocos só puderam ser verificados no final. Só por meio da experiência se pode verificá-los. A escolha do sertão tinha a ver com uma comparação que fosse mais aproximada com o campo da proteção, pois imaginei teria sido mais difícil comparar as atividades protecionista com empreendimentos industriais. Pela concentração, talvez tivesse sido mais fácil comparar os abrigos com criadouros de animais para abate. O trabalho de campo no sertão, apesar das limitações comparativas, foi uma parte importante da reflexão e foi por meio dele que pude visualizar a proteção aos animais de forma crítica. Além disso, dificilmente eu teria conseguido entrar em um abatedouro ou criadouro de grande porte.

Reconheço que meu empreendimento inicial ficou comprometido. Os diferentes campos dialogaram pouco. O controle do sofrimento foi a única unidade analítica e conceitual que os conectou. A comunicação poderia ter sido um caminho, mas a inspiração que veio de Viveiros de Castro (2004) com a ideia de “equivocação controlada” dependia de grande inserção nos estudos sobre comunicação e comportamento dos animais. Contudo, vejo tudo isso como o esboço de um projeto que segue a minha tentativa de aproximar campos que têm sido tratados de forma isolada. Considero este ainda um pequeno esboço para futuros investimentos.

REFERÊNCIAS

Referências Bibliográficas

AARDE, Rudi J. Van. *Elephants: facts & fables*. Pretória (República Sul-Africana): International Fund for Animal Welfare, 2010. Disponível em: <<http://www.ifaw.org/sites/default/files/Elephants%20Facts%20and%20Fables.pdf>>. Acesso em: 29 de julho de 2012.

ADAMS, Carol J. *A política sexual da carne: a relação entre carnivorismo e a dominância masculina*. São Paulo: Alaúde editorial, 2012 [1990].

ANDRADE, Andréa Maria *et al.* Reposição de cães em área endêmica para leishmaniose visceral. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*. Uberaba, v. 40, n. 5, outubro de 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0037-86822007000500021&lng=en&nrm=iso>. doi: 10.1590/S0037-86822007000500021. Acesso em: 5 de setembro de 2010.

BERGER, John. Why look at Animals?. In: _____. *Why look at Animals?* Londres/Nova Iorque: Penguin Book, 2009 [1980], p. 12-37.

BEVILAQUA, Ciméa Barbato. Chimpanzés em juízo: pessoas, coisas e diferenças. In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 17, n. 35, p. 65-102, junho de 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832011000100003&lng=en&nrm=iso>. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832011000100003>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2014.

BORGES, Bárbara Kellen Antunes *et al.* Presença de animais associada ao risco de transmissão da leishmaniose visceral em humanos em Belo Horizonte, Minas Gerais. In: *Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia*. Belo Horizonte, v. 61, n. 5, outubro de 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-09352009000500004&lng=en&nrm=iso>. doi: 10.1590/S0102-09352009000500004. Acesso em: 5 de setembro de 2010.

BRADSHAW, John; CAMERON-BEAUMONT, Charlotte. The signalling repertoire of the domestic cat and its undomesticated relatives. In: TURNER, Dennis C.; BATESON, Patrick (ed.). *The Domestic Cat: the biology of its behaviour*. 2. ed. Cambridge: CUP, 2000 [1998], p. 67-93.

BRADSHAW, John W. S.; NOTT, M. R. Helen. Social and Communication Behaviour of Companion Dogs. In: SERPELL, James (ed.). *The Domestic dog: its evolution, behavior and interactions with people*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 115-130.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislacao/const/>>. Acesso em: 28 de agosto de 2013.

BRASIL. Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras

providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/487615.pdf>>. Acesso em: 15 de outubro de 2013.

BRASIL. Lei nº 9.605, 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1998/lei-9605-12-fevereiro-1998-365397-norma-pl.html>>. Acesso em: 15 de outubro de 2013.

CAMPOS, Cláudia Bueno de. *Impacto de cães (Canis familiaris) e gatos (Felis catus) errantes sobre a fauna silvestre em ambiente periurbano*. Dissertação de mestrado apresentada à Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da USP. Piracicaba: USP, 2004.

CASTRO, João Marcos Adede y. *Direito dos animais na legislação brasileira*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris editor, 2006.

COETZEE, John Maxwell. Os filósofos e os animais/Os poetas e os animais. In: _____. *A vida dos Animais*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003 [1999], p. 17-83.

DANTAS, Maria Izabel. *O sabor do sangue: uma análise sociocultural do chouriço sertanejo*. Tese de doutorado apresentada ao PPGCS-UFRN. Natal: UFRN, 2008.

DARDS, Jane L. The Behaviour of dockyard cats: interactions of adult males. Amsterdam. *Applied Animal Ethology*, 10, p. 133-153, 1983.

DARNTON, Robert. Os trabalhadores se revoltam: O Grande Massacre de Gatos da Rua Saint-Severin. In: _____. *O Grande Massacre de Gatos e outros episódios da história cultural francesa*. 6. Reimpressão. Rio de Janeiro: Graal, 2010 [1984], p. 103-140.

DARWIN, Charles. The Descent of Man and Selection in Relation to Sex. In: Coleção “Great Books of the Western World”, n. 49 - *Darwin*. Chicago/Londres/Toronto: Encyclopædia Britannica, Inc., 1952 [1871], p. 253-600.

DeGRAZIA, David. On the Question of Personhood beyond Homo Sapiens. In: SINGER, Peter (Ed.). *In Defense of Animals: The Second Wave*. Malden: Blackwell Publishing, 2006, p. 40-53.

DELAPORTE, Yves. Les chats du Père-Lachaise : contribution à l’ethnozoologie urbaine. Paris. *Terrain*, 10, p. 1-14 [37-50], 2007 [1988].

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Volume 4. São Paulo: Editora 34, 1997 [1980].

DeNAPOLI, Dyan. *40.000 pinguins: a inspiradora história do maior salvamento de animais selvagens do mundo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011 [2010].

DIGARD, Jean-Pierre. Jalons pour une anthropologie de la domestication animale. In : *L’Homme*, tome 28, n. 108, p. 27-58, 1988.

_____. Les animaux révélateurs des tensions politiques en République Islamique d'Iran. In : *Études rurales*, n. 165-166, p. 123-131, 2003.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Volume 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994 [1939].

EVANS-PRITCHARD, E. E. Interesse pelo gado. In: _____. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições de um povo nilota*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2005 [1934], p. 23-59.

FITZGERALD, B. Mike; TURNER, Dennis. Hunting behaviour of domestic cats and their impact on prey populations. In: TURNER, Dennis C.; BATESON, Patrick (ed.). *The Domestic Cat: the biology of its behaviour*. 2. ed. Cambridge: CUP, 2000 [1998], p. 152-175.

FRANCIONE, Gary. *Animal as Persons: Essays on the Abolition of Animal Exploitation*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2008.

_____. The Abolition of Animal Exploitation. In: FRANCIONE, Gary; GARNER, Robert. *The Animal Rights Debate: Abolition or Regulations*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2010, p. 1-102.

FUENTES, Agustin. Monkey and Human Interconnections: The Wild, the Captive, and the In-between. In: CASSIDY, Rebecca; MULLIN, Molly (eds.). *Where the wild things are now: Domestication reconsidered*. Oxford: Berg Publishers, 2007, p. 123-145.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 32ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003 [1958].

GARCIA, Uirá Fellipe. *Karawara: a caça e o mundo dos Awá-Guajá*. Tese de doutorado apresentada ao PPGAS-USP. São Paulo: USP, 2010.

GARNER, Robert. A Defense of Broad Animal Protectionism. In: FRANCIONE, Gary; GARNER, Robert. *The Animal Rights Debate: Abolition or Regulations*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2010, p. 103-174.

GENARO, Gelson. Comportamento felino: organização social e espacial, Comunicação intra-específica e Conflitos com a Vida Doméstica. In: *Revista Científica de Medicina Veterinária – Pequenos animais e animais de estimação*. Curitiba, v. 2, n. 5, p. 61-66, janeiro-março de 2004.

GOLLMANN, Birgit; KUHN, Regina; LOKAU, Siegfried. *Gatos: comportamento, alimentação e cuidados*. São Paulo: Editora melhoramentos, 2003, p. 37.

GOULD, Stephen Jay. *Os dentes da galinha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996 [1983].

GRAF, Karin. *Um anjo chamado Phantom: a saga de um campeão*. São Paulo: Ed. Isis, 2010.

GRANDIN, Temple. Euthanasia and slaughter of livestock. In: *Journal American Veterinary Medical Association*, vol. 204, p. 1354-1360, 1994. Disponível em:

<www.grandin.com/ritual/euthanasia.slaughter.livestock.html>. Acesso em: 13 de junho de 2013.

GRANDIN, Temple; DEESING, Mark. *Humane Livestock Handling*. North Adams: Storey Publishing, 2008.

GRUNSPAM-JASMIN, Élise. *Lampião, senhor do sertão: vidas e mortes de um cangaceiro*. São Paulo: Ed. USP, 2006 [2001].

HARAWAY, Donna. *The Companion Manifesto: dogs, people, and significant otherness*. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2003.

_____. *When Species Meet*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

INGOLD, Tim. Humanidade e Animalidade. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 28, ano 10, junho de 1995 [1994], p. 39-53.

JAMIESON, Dale. Against Zoos. SINGER, Peter (Ed.). In *Defense of Animals: The Second Wave*. Malden: Blackwell Publishing, 2006 [1985], p. 132-143.

JOY, Melanie. *Why We Love Dogs, Eat Pigs and Wear Cows: An Introduction to Carnism, the Belief System that Enables us to Eat Some Animals and Not Others*. São Francisco, CA, EUA: Conari Press, 2010.

KOHN, Eduardo. How dogs dream: Amazonian natures and the politics of transspecies. In: *American Ethnologist*, vol. 34 (1), p. 3-24, 2007.

KULICK, Don. Animais gordos e a dissolução da fronteira entre as espécies. In: *Mana*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, outubro de 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132009000200006&lng=en&nrm=iso>. doi: 10.1590/S0104-93132009000200006. Acesso em: 5 de setembro de 2010.

LATOUR, Bruno. *Jamais formos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: editora 34, 1994 [1991].

_____. *Reensablar lo social: una introducción a la teoría del actor-red*. Buenos Aires: Manantial, 2008 [2005].

LEACH, Edmund R. Aspectos antropológicos da linguagem: categorias animais e insulto verbal. In: DaMatta, Roberto (Org.). *Edmund Leach: Antropologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 38. São Paulo: Ática, 1983 [1964].

LEVAI, Fernando Laerte. *Direito dos Animais*. 2. ed. Campos do Jordão: Editora Mantiqueira, 2004 [1998].

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. 4. ed. Campinas: Papyrus, 2004 [1962].

_____. A lição de sabedoria das vacas loucas. In: *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, v. 23, n. 67, 2009. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000300025&lng=en&nrm=iso. Acesso em 28 de julho de 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142009000300025>>.

LIMA, Ana Maria Alves *et al.* Percepção sobre o conhecimento e profilaxia das zoonoses e posse responsável em pais de alunos do pré-escolar de escolas situadas na comunidade localizada no bairro de Dois Irmãos na cidade do Recife (PE). In: *Revista Ciência & saúde coletiva*, 15 (supl. 1), p. 1457-1464. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000700057&lng=en&nrm=iso>. doi: 10.1590/S1413-81232010000700057. Acesso em: 5 de setembro de 2010.

LIMA, Tânia Stolze. O dois e seu múltiplo: reflexões sobre o perspectivismo em uma cosmologia tupi. In: *Mana*, vol. 2, n. 2, p. 21-47. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

_____. Para uma teoria etnográfica da distinção natureza e cultura na cosmologia Juruna. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 14, n. 40, p. 43-52, 1999.

LOURENÇO, Daniel Braga. *Direito dos animais: fundamentos e novas perspectivas*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris editor, 2008.

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramado. *Parques urbanos no Brasil*. 3. ed. São Paulo: EdUSP, 2010 [2001].

MARQUES, Ana Claudia Duarte Rocha. *Domínios de Lampião: nomadismo e reciprocidade*. Dissertação de Mestrado apresentada ao CPGA-UFSC. Florianópolis, 1995.

MIDGLEY, Mary. Persons and Non-Persons. In: SINGER, Peter (Ed.). *In Defense of Animals*. Oxford/Nova Iorque: Basil Blackwell, 1985, p. 52-62.

NAGEL, Thomas. What is it like to be a bat? In: _____. *Mortal Questions*. Canto Edition. Cambridge: Cambridge University Press, 1992 [1979], p. 165-180.

OLIVEIRA, Samantha Brasil Calmon de. *Sobre homens e animais: um estudo antropológico sobre afetividade, consumo e distinção*. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGSA-IFCS-UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

OMS [WHO] (Organização Mundial da Saúde). *WHO Expert Committee on Rabbits. Sixth Report*. Genebra, 1973.

OMS [WHO] (Organização Mundial da Saúde). *WHO Expert Committee on Rabbits. Eighth Report*. Genebra, 1992.

PADILHA, Maria José Sales. *Crueldade com animais x violência doméstica contra mulheres: uma conexão real*. Recife: Fundação Antonio dos Santos Branches, 2011.

PELLEGRINI, Patricia. De l'idée de race animale et de son évolution dans le milieu de l'élevage. In: *Ruralia [En ligne]* 05, p. 1-16, 2005 [1999].

PÉTONNET, Colette. Observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense. In: *Revista Antropológica*. Niterói, n. 25, p. 99-111, segundo semestre de 2008 [1982].

POLLAN, Michael. *Em defesa da comida: um manifesto*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

REGAN, Tom. The Case for Animals Right. In: SINGER, Peter (Ed.). *In Defense of Animals*. Oxford/Nova Iorque: Basil Blackwell, 1985, p. 13-26.

_____. *The Case for Animals Right*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 2004 [1983].

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei nº 4.808, de 4 de julho de 2006. Dispõe sobre a criação, a propriedade, a posse, a guarda, o uso, o transporte e a presença temporária ou permanente de cães e gatos no âmbito do estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25edae7e64db53b032564fe005262ef/6628191723549496832571a8005e8896?OpenDocument>>. Acesso em: 5 de setembro de 2013.

RIO DE JANEIRO (Município). Lei nº 4.956, de 3 de dezembro de 2008. Dispõe sobre o animal comunitário, estabelece normas para seu atendimento no município do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Disponível em: <<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/f25edae7e64db53b032564fe005262ef/1a467b8919d6e5dc032576ac00727acf?OpenDocument>>. Acesso em: 5 de setembro de 2013.

ROCHLITZ, Irene. Feline welfare issues. In: TURNER, Dennis C.; BATESON, Patrick (ed.). *The Domestic Cat: the biology of its behaviour*. 2. edição. Cambridge: CUP, 2000 [1998], p. 207-226.

RODRIGUES, Danielle Tetü. *O Direito & Os Animais: uma abordagem ética, filosófica e normativa*. 2. edição/2. reimpressão. Curitiba: Juruá editora, 2010 [2005].

SÁ, Guilherme. *No mesmo galho: antropologia de coletivos humanos e animais*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

SAHLINS, Marshall. *La pensée Bourgeoise: a sociedade ocidental enquanto cultura*. In: _____. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003 [1976], p. 166-203.

SEGATA, Jean. *Nós e os outros humanos, os animais de estimação*. Tese de doutorado apresentada ao PPGAS-UFSC. Florianópolis: UFSC, 2012.

SERPELL, James. *In the Company of Animals: A Study of Human-Animal relationships*. Canto Edition. Cambridge: Cambridge University Press, 1996 [1986].

_____. Domestication and history of the cat. In: TURNER, Dennis C.; BATESON, Patrick (ed.). *The Domestic Cat: the biology of its behaviour*. 2. edição. Cambridge: CUP, 2000 [1998], p. 179-192.

SINGER, Peter. Reflexões. In: COETZEE, John Maxwell. *A vida dos Animais*. 2. edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2003 [1999], p. 102-110.

_____. *Animal Liberation*. Updated Edition. Nova Iorque: Harper Perennial, 2009 [1975].

SINGER, Peter; MASON, Jim. *The Ethics of What We Eat: Why Our Food Choices Matter*. Nova Iorque: Rodale, 2006.

SIQUEIRA, Amanda Keller; RIBEIRO, Márcio Garcia; SALERNO, Tatiana. Prototecose em animais de companhia e aspectos da doença no homem. In: *Ciência Rural*. Santa Maria, v. 38, n. 6, setembro de 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84782008000600052&lng=en&nrm=iso>. doi: 10.1590/S0103-84782008000600052. Acesso em: 5 de setembro de 2010.

SULLIVAN, Robert. *Rats: Observations on the history and habitat of the City's most unwanted inhabitants*. Londres/Nova Iorque: Bloomsbury Publishing, 1994.

SÜSSEKIND, Felipe. *O rastro da onça: etnografia de um projeto de conservação em fazendas de gado do Pantanal Sul*. Tese de doutorado apresentada ao PPGAS-MN-UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

SUZUKI, Yuka. Putting the Lion out at Night: Domestication and the Taming of the Wild. In: CASSIDY, Rebecca; MULLIN, Molly (eds.). *Where the wild things are now: Domestication reconsidered*. Oxford: Berg Publishers, 2007, p. 229-247.

TANNEN, Deborah. Talking the dog: framing pets as interactional resources in family discourse. In: *Research on Language & Social Interaction*, 37(4), p. 399-420, 2004.

TANNER, Nancy Makepeace. Becoming human, our links with our past. In: INGOLD, Tim (ed.). *What is an Animal?* Nova Iorque/Londres: Routledge, 1994 [1988], p. 127-140.

TURNER, Victor. Pilgrimages as Social Processes. In: _____. *Dramas, Fields and Metaphors: Symbolic Action in Human Society*. Ithaca/Londres: Cornell University Press, 1974a, p. 166-230.

_____. Passages, Margins, and Poverty: Religious Symbols of Communitas. In: _____. *Dramas, Fields and Metaphors: Symbolic Action in Human Society*. Ithaca/Londres: Cornell University Press, 1974b, p. 231-271.

_____. La communitas: modèle et phénomène. In: _____. *Le phénomène rituel: structure et contre-structure*. Paris: PUF, 1990 [1969], p. 129-159.

VELDEN, Felipe Ferreira Vander. *Inquietas companhias: sobre os animais de criação entre os Karitiana*. Tese de doutorado apresentada ao PPGAS-UNICAMP. Campinas: UNICAMP, 2010.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Perspectivismo e multinaturalismo na América Indígena. In: _____. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002, p. 345-400.

_____. Perspectival anthropology and the method of controlled equivocation. In: *TIPITI SALSA*, 2(1), p. 3-22, 2004.

VLAHOS, James. Animais de estimação movidos a drogas. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, v. 11, n. 3, p. 449-469, setembro de 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142008000300008&lng=en&nrm=iso>. doi: 10.1590/S1415-47142008000300008. Acesso em: 5 de setembro de 2010.

Periódicos Citados

ARAUJO, Isabel de. O galo já não canta em Laranjeiras: a ave que sobreviveu às enchentes de Friburgo morre envenenada. *O Globo*, Rio de Janeiro, 30 de abril de 2012, Seção RIO, página 14.

DALE, Joana. Buldogue carioca: nos últimos dois anos, aumentou 40% a procura por um filhote de 'frenchie' nos canis do Rio, cidade que abriga o maior número de cães da raça no país. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1º de junho de 2012, Revista de Domingo, páginas 26 a 31.

Enfim, livres [nota]. *O Globo*, Rio de Janeiro, 5 de julho de 2011, caderno Razão Social, página 16.

GERBASE, Fabíola. Venda ilegal de cães ao lado de evento oficial: Campo de São Bento tem, no mesmo dia, campanha de adoção de animais e comércio ilícito de filhotes. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 de junho de 2010, caderno Niterói, página 7.

Ibama pode sacrificar pássaros que PF apreendeu: encontradas no aeroporto de Manaus, aves não têm criadouro adequado; órgão tenta mandá-las de volta à Venezuela. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 de junho de 2011, seção O País, página 9.

LANGE, Karen; CLARK, Robert. A evolução dos cães: dos *beagles* dos caçadores de raposas aos *yorkshires* das madames, a história de uma longa amizade entre cães e pessoas. *National Geographic Brasil*, edição 21, janeiro de 2002.

LETA, Thamine. Unidade do Ibama deixa de receber animais: bichos ficam estressados com obras do Arco Metropolitano em Seropédica, e centro de triagem tem de fazer barreira acústica. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 de maio de 2012, Seção RIO, página 16.

RATLIFF, Evan; CLARK, Robert. Em busca do cão ideal: como o homem alterou a evolução canina. *National Geographic Brasil*, edição 144, março de 2012.

Documentário Audiovisual

O ABRIGO. Direção e Argumento: Flávia Trindade. Roteiro: Flávia Trindade, André Pacheco e Vilson Almeida. Câmeras: André Pacheco, Marcelo Gibson, Flávia Trindade, Pedro Arburúas e Vilson Almeida. Som Direto: Vilson Almeida. Pré-Mix: Bruno Portinho e Fernanda Carvalho. Mixagem e Masterização: François Wolf e FW Studio. Direção de Fotografia e Montagem: André Pacheco. Montagem: Duda Villa Verde. Montagem, Finalização e Colorização: Marcelo Gibson. Trilha Original e Desenho Sonoro: David Tygel. Música Adicional: Carlos Bernardo. Realização: Sete Vidas Filmes/Ghetto Filmes - Brasil, 2012. 1 DVD (73 min.), color.